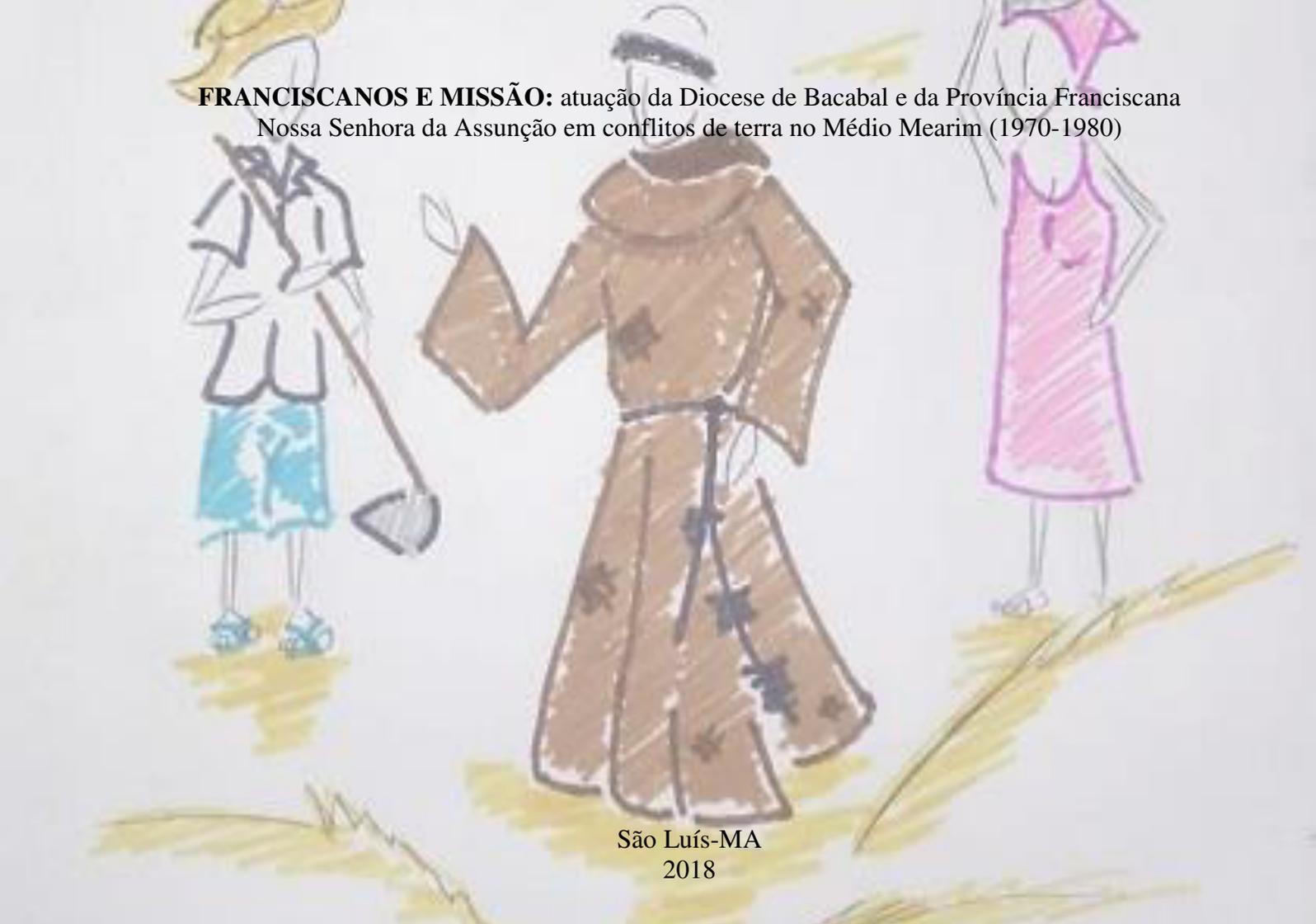




UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

DAYANE DE SOUSA LIMA



FRANCISCANOS E MISSÃO: atuação da Diocese de Bacabal e da Província Franciscana
Nossa Senhora da Assunção em conflitos de terra no Médio Mearim (1970-1980)

São Luís-MA
2018

DAYANE DE SOUSA LIMA

FRANCISCANOS E MISSÃO: atuação da Diocese de Bacabal e da Província Franciscana
Nossa Senhora da Assunção em conflitos de terra no Médio Mearim (1970-1980)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª Dr.^a. Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz

São Luís-MA
2018

Ilustração da capa: Leonardo Machado de Araújo

Lima, Dayane de Sousa

Franciscanos e missão: atuação da Diocese de Bacabal e da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção em conflitos de terra no Médio Mearim (1970-1980). Dayane de Sousa Lima. – São Luís, 2018.

209f

Orientador (a): Prof. Dr^a. Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social/CCH. Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2018.

1. Conflitos de terras. 2. Franciscanos. 3. Mediadores. 4. Médio Mearim. 5. Movimentos Sociais. I. Muniz, Pollyanna Gouveia Mendonça. II. Título.

DAYANE DE SOUSA LIMA

FRANCISCANOS E MISSÃO: atuação da Diocese de Bacabal e da Província Franciscana
Nossa Senhora da Assunção em conflitos de terra no Médio Mearim (1970-1980)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz

Aprovado em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof^ª. Dr^ª Isabel Ibarra Cabrera (Interna)
Examinador (a)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof^ª. Dr^ª. Marcia Milena Galdez Ferreira (Externa)
Examinador (a)
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Prof. Dr. Lyndon de Araújo Santos (Interno)
Suplente
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof. Dr. Sávio José Dias Rodrigues (Externo)
Suplente
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Im memoriam a todos os posseiros assassinados no Médio Mearim que morreram lutando pelo direito à terra.

Im memoriam aos pioneiros franciscanos que iniciaram esta missão no Maranhão e Piauí.

Im memoriam aos bispos D. Fr. Pascásio Rettler, OFM e D. Fr. Henrique Johannpötter, OFM que não tiveram medo de se colocar a frente dos conflitos de terra.

Im memoriam a Fr. Godofredo Bauerdick, OFM franciscano idealizador da ACR no Maranhão.

Aos narradores desta história por partilharem suas ricas experiências.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, o autor da vida, já que, “até aqui me ajudou o Senhor”. Não seria possível concluir este trabalho se não fosse toda a estrutura que Ele proporcionou e todas as pessoas que Ele colocou em minha vida ao longo desta formação. GRATIDÃO!

Aos meus avós, Raimundo Alves de Lima e Júlia Pereira de Sousa (*in memoriam*), a eles que foram o meu alicerce, me ensinaram a importância dos estudos, agradeço todo esforço e dedicação para que nada me faltasse. Gratidão por passarem horas contando suas histórias quando eu era criança. Minha querida avó com relatos da vinda de sua família, fugindo da seca que atingiu o Ceará na década de 1950 em busca de uma vida mais digna no Maranhão. Meu amado avô, não me cansava de ouvir suas histórias, natural de Olho D'água das Cunhãs, cuja mãe era indígena, narrava que fora sua família que primeiramente povoou a referida cidade. Sendo lavrador, também teve que lutar por seu pedacinho de terra migrando de povoado em povoado com seus filhos até conseguirem um pouco de sossego em Bacabal. Aos dois gratidão, porque me fizeram amar história da vida privada, mesmo que eu ainda não soubesse o que isto significava.

À minha amada mãe Maria Oirta Lima, por todo amor, pelas orações e por compreender a minha ausência em função dos estudos. A senhora que me ensinou o dom da paciência, ela se fez necessária ao longo desses anos.

À minha prima e irmã Samara Silva, essa vitória também é sua, maninha. Obrigada por todo apoio, você foi suporte afetivo e efetivo. Gratidão sem fim a você, a tia Maria, Rogeane, Rogério, Mailde, Dorgeval, Raimundo, Jessica, Romildo, Carlinda, pois com vocês aprendi a ser família.

À minha amada irmã, Lidiane Lima, aos meus sobrinhos Liana Isabele, Arthur e Leandro, gratidão a vocês por serem minha inspiração.

A minha irmã postiça Josielma Silva, obrigada pelo apoio e compreensão no dia a dia. Você é um dos anjos que Deus enviou para tornar minha vida mais leve. Com você exercito o dom da fraternidade. Gratidão pela torcida, pelas broncas e pela amizade.

A minha mãe espiritual, Ir. Maria Zenaide Costa, minha antropóloga favorita. Como sua secretária cresci muito profissionalmente e como filha aprendi que quando se trata de estudos é preciso muita dedicação. Aprendi isto através do seu exemplo. Estendo os meus agradecimentos a Marlene Matos, você também foi uma mãe e conseguiu ver em mim um potencial que eu desconhecia, jamais esquecerei a sua frase: “Bacabal é pequena para você.” Gratidão a vocês duas.

A Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora dos Anjos, instituição na qual eu trabalhei onze anos. A Ir. Gabriele Schmidt, superiora desta instituição, por todo o incentivo. Estendo às Irmãs Adelma e Iracema por permitirem que eu fizesse a coleta das fontes (xerox, scanner) no Convento em Bacabal. Aos meus amigos que foram parceiros de trabalho longos anos, Carla dos Santos, Edmilson Rodrigues e Kristhiano Lima.

A Ir. Lúcia Teixeira, pelos cuidados, incentivo e pelo apoio. Gratidão por todo o suporte que me dá desde que cheguei a São Luís em 2008. Gratidão infinita por tudo que tens feito por mim.

A minha gratidão de modo muito especial a Província Nossa Senhora da Assunção por acreditar e apoiar o meu trabalho. Ao Provincial Fr. Bernardo Brandão por abrir as portas da província para que eu tivesse acesso aos documentos, gratidão por sua amizade e carinho.

Ao meu amigo e conselheiro Fr. Jardiel Souza, sua amizade foi frutífera para que eu chegasse até aqui. Gratidão por viabilizar inúmeros contatos fundamentais para esta pesquisa e obrigada por ter provocado a inquietação que me fez chegar a este tema. Obrigada por me presentear com a obra: *“Franciscanos no Maranhão e Piauí 1952 a 2007”*.

A Fr. Cristóvão Jackson, amigo de longos anos, obrigada por toda receptividade, pelo carinho, pelos livros que confiaste a mim, sei que eles são preciosos para você.

A Fr. Antonio Clécio Batista, não hesitou em tirar minhas dúvidas, sempre atento às minhas solicitações, gratidão meu querido amigo Clecinho.

A Fr. João Paulo Moreira, também sempre atento as minhas dúvidas, sua ajuda foi de suma importância, gratidão pelo carinho, amizade, compreensão e pelas longas conversas.

Ao meu pai espiritual D. Fr. João Muniz, sempre pronto a tirar as minhas dúvidas e me ajudar com sua sabedoria e seu olhar de pai.

A Fr. Miguel Kleinhans, pessoa agradabilíssima, obrigada pela receptividade em sua casa em Teresina, pela manhã de conversa que foi fundamental para que eu compreendesse algumas especificidades do meu objeto de estudo, sobretudo pelas orientações e dicas de bibliografias referente ao CELAM.

A Fr. John Herbeth, meu querido amigo, gratidão a você que não mediu esforços para me ajudar, seja com suas ideias inteligentíssimas, seja com informações para a realização deste trabalho. Gratidão por sua imensa generosidade e amizade ao longo desses anos. Obrigada por me presentear com a obra: *“Mala de Couro: diário de uma desobriga”*.

A Fr. Gilberto Magno, “o chefe”, obrigada meu querido por todo apoio e carinho, por sua generosidade, por abrir as portas da província para mim.

A Fr. Cleiton da Silva, gratidão por viabilizar o acesso a biografia de Fr. Adolfo Temme. Estendo ainda aos amigos: Fr. Ronaldo Sérgio, pelo carinho e preocupação, sempre atento a ajudar, a Fr. Rodrigo, também sempre preocupado e solícito.

A Fr. Osmar Rodrigues, pároco da Paróquia São Francisco das Chagas, gratidão pela receptividade e pela amizade.

A Fr. Ivaldo Evangelista, meu querido amigo de longos anos. Gratidão pela atenção, pela confiança em permitir que eu tenha acesso aos arquivos da província.

Minha gratidão de modo especial aos narradores desta história que se dispuseram a contar suas experiências:

Ao meu amigo Fr. Heriberto Rembecki, que memória invejável! Aprendi muito com o senhor. Sou grata pelas longas manhãs de conversa, por viabilizar o acesso as fontes, pela confiança e carinho. Obrigada também por abrir as portas para o acesso a outras fontes que servirão para trabalhos futuros, a você meu querido, Vile Dank!

A Fr. Adolfo Temme, teólogo, músico, professor e padre de espiritualidade serena. Apesar do pouco tempo de contato, não o impediu de confiar a mim suas narrativas e fontes, gratidão pela pessoa agradabilíssima que o senhor se demonstrou.

A Ir. Teresinha de Jesus, minha ex-chefe, obrigada por sua disponibilidade em partilhar suas histórias comigo e por estar sempre solícita a qualquer dúvida que surgiu no curso desta pesquisa. Muito obrigada!

A Guilhermina Aguiar, gratidão por suas narrativas, por estar atenta as minhas dúvidas em qualquer momento que eu solicitasse. Estendo a minha gratidão ao seu esposo o Sr. Raimundo Santos, ACR que por motivos de saúde não foi possível dar o seu depoimento, mas contribuiu muito em prol dos trabalhadores rurais para que tivessem direito a terra.

A Vanderval Spadetti, capixaba que foi trazido para o Maranhão pelos franciscanos para contribuir para que os filhos de lavradores tivessem acesso a educação de qualidade. Gratidão por sua disponibilidade em narrar suas experiências.

A Vicente Damasceno, grande amigo da minha família, me conhece desde criança, gratidão ao senhor por me dar a honra de ouvir suas narrativas sobre os conflitos de terra e suas experiências com a Pastoral da Criança. Estendo minha gratidão a sua família: Vilciele, sua filha e minha amiga, por mediar o contato para que a entrevista acontecesse e à D. Francisca sua esposa pela receptividade.

A tio Francisco Manoel Fontineles, ex-padre franciscano, que viabilizou o acesso as fontes do seu acervo pessoal. Gratidão ao senhor que não mediu esforços em tirar as

minhas dúvidas. Sem a sua ajuda este trabalho ficaria com inúmeras lacunas que só foi possível preencher com as suas informações e documentos, gratidão eterna ao senhor.

A Jaciara Frazão, obrigada Jaci, por sua disponibilidade, sempre atenta as minhas súplicas desesperadas por obras e informações. Minha imensa gratidão a você.

Aos meus amigos que se tornaram a minha família, Jossandra, José Filho, Fábio Lopes, Bety, tia Leide, tio Paulo, Anthony, meu afilhado Thallysson, Fábio, Elizabeh, Gilvaneide Rosa, Tatiane, Maria das Neves, Moisés Lancaster, Raimunda e Werb. Gratidão pelo apoio e incentivo. Existem irmãos que Deus nos dá, não é necessário que tenham o mesmo sangue, mas o amor é a marca que identifica essa família.

A Escola de Espiritualidade e Teologia Franciscana (ETEF), grata pelo apoio, por aprender tanto com vocês sobre o carisma franciscano. Em especial a Mayara Ingrid, Salete, Luís Fernandes, Márcio e Ir. Zilda.

A minha amiga Lorildes que se dispôs a fazer a tradução do resumo deste trabalho para o alemão.

A minha amiga Hiarles Dias, por disponibilizar fotos do seu acervo pessoal.

Às minhas amigas do curso de Psicologia: Luane, Laisa, Krayne, Camila e Sinara, vocês foram suporte no momento que mais precisei, obrigada!

As minhas amigas da graduação, são companheiras até hoje, obrigada por serem família: Perla Cristina, Amanda Sampaio, Érica Rêgo e Andressa.

A Paulo Henrique Limenzo, grata pela amizade e por estar sempre atento e ajudar quando solicito.

Aos meus amigos seminaristas, Missionários do Sagrado Coração de Jesus, MSC, gratidão a: Luís Claudio, Alexandre, Érique Bryan e de modo muito especial Leonardo Machado de Araujo, grande artista, responsável pela imagem da capa deste trabalho.

A minha Turma do mestrado: Rayla, Elisângela, Andreia, Ferdnand, Jaciara, Michel, Tadeu, Robson, Paulo, Mário, Dionísio, Sarah, Ruan. Entramos juntos nesta jornada, desejo sucesso a todos. Gratidão aos que estiveram mais próximos e contribuíram de algum modo para a minha formação.

A CAPES, por fomentar esta pesquisa. O financiamento é fundamental para que tenhamos estrutura para que possamos nos dedicar somente aos estudos e para produzir bons trabalhos.

Ao Programa PPGHis, minha gratidão é eterna a cada um de vocês. Aos professores que me avaliaram na entrevista, obrigada pela oportunidade de fazer conhecer a minha pesquisa: Dr. João Batista, Dr. Lyndon e Dr. Ítalo.

Gratidão aos professores que ministraram as disciplinas que foram fundamentais neste processo de aprendizagem: Dr^a Maria Isabel, Dr^a Pollyanna Gouveia, Dr. Alírio Cardoso, Dr. Rafael Ivan Chambouleyron, Dr. Marcos Baccega e Dr. Antonio Evaldo Almeida.

A Dr^a Isabel Ibarra Cabrera, minha primeira orientadora, gratidão a senhora pelos cuidados, pela compreensão, pela generosidade. Encontrei na senhora uma orientadora muito humana, cuja preocupação não era apenas com a escrita de um bom trabalho, mas também com minha saúde. Sua contribuição foi fundamental e imprescindível para que este trabalho se realizasse. Obrigada pelas orientações, dicas de leitura, pela experiência com o estágio e pela leitura atenta do meu trabalho. Gratidão ainda pela preocupação em me deixar em excelentes mãos, cuidou pessoalmente para que tudo desse certo. Gratidão, gratidão e gratidão.

A Dr^a. Pollyanna Gouveia, já que minha antiga orientadora não poderia ter me deixado sob melhores cuidados. Minha gratidão eterna a você por assumir esta responsabilidade. Obrigada por me passar segurança, dinheiro nenhum no mundo paga isto. Obrigada por sua seriedade e competência, sempre disposta a ajudar para além do que seria da sua alçada. Obrigada pelo ser humano que você é com seus alunos, sempre preocupada com a formação, em incentivar a pesquisa, em saber se estão bem. Obrigada pelas aulas na disciplina de pesquisa, sempre atenta aos nossos objetos de estudo, tem uma capacidade incrível de se apaixonar pelas nossas pesquisas a ponto de acharmos que estudamos o objeto mais legal do mundo. Obrigada pela empolgação quando ministra suas aulas, não tem assunto chato que não fique interessante quando você fala. Isto se dá pela sua responsabilidade e paixão pela história. Gratidão infinita a você.

Ao Professor Wagner Cabral, por sua generosidade de me indicar bibliografias que me ajudaram na pesquisa.

Aos meus professores da graduação que foram os primeiros a me incentivar a pesquisa e torceram muito para que eu chegasse ao mestrado: Milena Rodrigues, minha primeira orientadora, Nila Michele Bastos, Renata Carvalho, Arlindyane Silveira e Caroline Castro, vocês são o meu exemplo, apaixonadas pela profissão, mesmo diante de tantos percalços. Estendo ainda, aos professores: Jorge Luiz, Marcelo Araújo, Márcia Cordeiro e ao primeiro professor a me encorajar a ir em busca das fontes eclesiais, Fernando Furtado.

Aos meus professores da psicologia que me liberavam dias para que eu ficasse em função da dissertação, gratidão: Claudia Aline, Júlia e Lorena.

A bibliotecária da Faculdade Santa Fé, Adna Lobato, a minha gratidão é eterna, sempre pronta a tirar minhas dúvidas e a normatizar os meus artigos e responsável pela normatização desta dissertação.

A professora Marcia Milena Galdez, gratidão pelas orientações na banca de qualificação, aprendi muito com as obras que me indicaste. Obrigada por abrir as portas da UEMA para mim através do grupo de estudos, Núcleo de História e Linguagens (NEHISLIN), e agora como bolsista BATI II.

“Quando dou um pedaço de pão, me chamam de santo, quando explico ao povo porque estão sofrendo, porque estão passando fome, aí me chamam de comunista”.

D. Helder Câmara

“Nossos direitos vêm, nossos direitos vêm. Se não vir nossos direitos, o Brasil perde também. Só porque tens muita terra e tens gado com fartura, tu negas do teu irmão, este pobre sem figura. Cuidado com teu mistério, um dia no cemitério, nossa carne se mistura”.

Patrício Gomes de Sousa

“É um rosário de conflitos de terra. Nessa estrada de Sítio Novo para Lago da Pedra e de lá para Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, teve muito povoado que enfrentou conflito de terra. Era ganância para criar gado”.

Fr. Heriberto Rembecki, OFM

RESUMO

Esta pesquisa versa sobre a atuação da Diocese de Bacabal e dos franciscanos da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção em conflitos de terra travados na região do Médio Mearim entre as décadas de 1970 a 1980. A Igreja Católica desta região entrou como porta-voz de posseiros ameaçados de expropriação. Os posseiros não tinham as terras documentadas não era uma preocupação demarcar e regulamentar terras. Eles construíram suas casas e viviam da lavoura e do coco babaçu. Nos anos de 1969 a Lei de Terras Nº 2.979/17-07-1969, conhecida como Lei de Terras Sarney, começou a incentivar a privatização de terras públicas e a expansão de projetos agropecuários, o que impulsionou o aumento de conflitos de terra. O trabalho da Igreja Católica consistiu em buscar meios legais para dar assistência aos posseiros, o que resultou em ameaças vindas de latifundiários e do Estado. A Igreja se inseriu como mediadora, motivada pelos novos debates que envolviam a Igreja da América Latina, como exemplo, a Teologia da Libertação. Criaram e implementaram projetos e entidades como CPT, ACR, Cooperativas, AJULAV, etc. também apoiaram movimentos sociais como STR e MST, para ganharem força diante da luta pela terra. A partir do cruzamento de fontes como: relatórios, fotografias, recortes de jornais, narrativas orais, etc. buscamos identificar as áreas de conflitos, resistências, estratégias e as relações que se estabeleceram diante desta problemática. Identificamos também, conquistas que se concretizaram a partir da resistência, do apoio de clérigos e da organização dos movimentos sociais.

Palavras-chave: Franciscanos. Mediadores. Conflitos de Terra. Médio Mearim. Movimentos Sociais.

ABSTRACT

This research aims to approach about the performance of the Diocese of Bacabal and of the franciscans of the Franciscan Province Our Lady of the Assumption in land conflicts locked in the area of Medium Mearim among the in the 1970s and 1980s. The Catholic Church of this area became as spokesperson's leaseholders threatened of expropriation. The leaseholders didn't have the documented lands was not a concern to demarcate and to regulate lands. They built their houses and they lived of the farming and of the coconut babassu. In the years of 1969 the Law of Lands no. 2.979/17-07-1969, known as Law of Terras Sarney, it began to motivate the privatization of public lands and the expansion of agricultural projects, what impelled the increase of land conflicts. The work of the Catholic Church consisted of looking for legal means to give attendance to the leaseholders, what resulted in threats arrivals of landowners and of the State. The Church intervened as mediator, motivated by the new debates that involved the Church of Latin America, as example, the Liberation Theology. They created and they implemented projects and entities as CPT, ACR, Cooperatives, AJULAV, etc. they also supported social movements like STR and MST, for us to win force before the fight for the land. Starting from the crossing of sources as: reports, pictures, cuttings of newspapers, narratives orals, etc. we search for to identify the areas of conflicts, resistances, strategies and the relationships that settled down before this problem. We also identified, conquests that were rendered starting from the resistance, of the clergymen's support and of the organization of the social movements.

Keywords: Franciscan. Mediators. Conflicts of Land. Medium Mearim. Social Movements.

ZUSAMMENFASSUNG

Diese Forschung befasst sich auf der Wirkung der Diözese der Stadt von Bacabal und der Franziskaner, die in der franziskanischen Provinz Maria Himmelfahrt leben und in Landkonflikten in der Region des mittleren Mearim (Fluss Mearim) zwischen den Jahrzehnten 1970 und 1980 aktiv waren. Die katholische Kirche in dieser Region war als Sprecher für die Landsbesetzer, die von Enteignung bedrohte wurden. Die Landsbesetzer hatten kein dokumentiertes Land. Es war kein Anliegen, das Land abzugrenzen und zu regulieren. Sie bauten ihre Häuser und lebten von Getreide und Babassu-Kokosnuss. Im Jahr 1969 begann das Landgesetz Nr. 2.979 / 17-07-1969, bekannt als das Sarney-Land-Gesetz, die Privatisierung von öffentlichem Land und den Ausbau von Landwirtschafts- und Viehzuchtprojekten zu fördern, was zu verstärkten Landkonflikten führte. Die Arbeit der katholischen Kirche bestand darin, rechtliche Mittel zur Unterstützung der Landbesetzer, was zu Drohungen von Grundbesitzern und dem Staat führte. Die Kirche wurde als Vermittler eingesetzt, motiviert durch die neuen Debatten, an denen die Kirche Lateinamerikas als Beispiel beteiligt war, die Befreiungstheologie. Sie erstellten und implementierten Projekte und Einrichtungen wie CPT (Pastoralische Kommission der Erde), ACR (Aktion der Christen in der ländliche Umgebung), AJULAV (Rechtshilfe für die Bauern), Genossenschaften usw. Sie unterstützten auch soziale Bewegungen wie STR Gewerkschaft der Landarbeiter und MST (Bewegung der Landarbeiter ohne Erde), Stärke von dem Kampf um Land zu gewinnen. Aus der Kreuzung von Quellen wie: Berichte, Fotografien, Zeitungsausschnitte, mündliche Erzählungen usw. Wir haben versucht, die Bereiche Konflikt, Widerstand, Strategien und die Beziehungen zu identifizieren, die sich angesichts dieses Problems etabliert haben. Wir identifizieren auch Errungenschaften, die durch Widerstand, die Unterstützung von Klerikern und die Organisation von sozialer Bewegungen erreicht wurden.

Schlüsselwörter: Franziskaner. Vermittler. Erdkonflikte. Mittleres Mearim. Soziale Bewegungen.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 - Sede da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção – Bacabal-Ma.....	40
Foto 2 - Igreja São José e Casa Paroquial em Lago da Pedra – MA.....	41
Imagem 1 - Destaque do informe para o nome do Frei Godofredo Bauerdick.....	41
Imagem 2 - Vaticano acusa Boff de Ameaçar Fé.....	47
Imagem 3 - Posse de D. Fr. Pascásio Rettler em Bacabal, MA (1968).....	49
Imagem 4 - Fr. Teodoro Scholand (Superior 1952-1955).....	55
Imagem 5 - Fr. Alberto Mersmann.....	55
Imagem 6 - Fr. Celso Schollmeyer.....	55
Imagem 7 - Fr. Eraldo Stuke.....	55
Mapa 1 - Municípios do Médio Mearim.....	63
Foto 3 - Igreja São Francisco das Chagas em Bacabal – MA.....	70
Quadro 1 - Construções e reformas.....	75
Quadro 2 - Desobrigas de 1954.....	79
Imagem 8 - Ação de despejo em Fazenda Santa Elmira – RS (1989).....	83
Imagem 9 - Ilustração da obra: “O massacre da fazenda Santa Elmira”.....	83
Imagem 10 - Capa da obra do Fr. Sérgio Görden (2002).....	84
Imagem 11 - Conflitos no Campo - 1988.....	88
Quadro 3 - Líderes sindicais assassinados em 1988.....	89
Quadro 4 - Cooperativa Banco Rural do Maranhão.....	96
Imagem 12 - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) - Regionais CNBB.....	101
Imagem 13 - I Romaria Da Terra -Vargem Grande/MA (1986).....	102
Imagem 14 - Caminhada dos romeiros.....	103
Imagem 15 - I Romaria da Terra – Vargem Grande – MA (1986) Celebração da missa.....	103
Imagem 16 - Cartilha da I Romaria da Terra.....	104
Imagem 17 - Cartilha da II Romaria da Terra Bacabal – MA (1987).....	105
Imagem 18 - II Romaria da Terra Bacabal/MA 1987.....	106
Imagem 19 - Caminhada dos romeiros.....	106
Imagem 20 - II Romaria da Terra Bacabal/MA (1987) Celebração da missa.....	107
Imagem 21 - Caminhada dos romeiros – escolta policial.....	107
Imagem 22 - III Romaria da Terra – Imperatriz/MA (1988).....	108
Imagem 23 - Romaria da Terra – Santa Luzia do Tide/MA (1989).....	108
Quadro 5 - Divisão da diocese por território.....	114

Mapa 2 - Divisão por municípios da Diocese de Bacabal.....	116
Imagem 24 - Jornal O Estado do Maranhão	118
Imagem 25 - Jornal O Imparcial - Ano LXV – nº20.303 Sexta feira – 20 dez. 1991	121
Foto 4 - Frente da CEFFA Manoel Monteiro (Lago do Junco).....	130
Imagem 26 - Arquivos da CPT/MA (10/05/1986)	134
Quadro 6 - Lista de conflitos acompanhados pela Assistência Jurídica aos Lavradores – AJULAV	141
Imagem 27 - 1978 - Congresso de “dirigentes” por ocasião da celebração dos dez anos da Diocese de Bacabal.....	147
Imagem 28 - Encontro no Colégio Nossa Senhora dos Anjos (CONASA) com viúvas de posseiros assassinados em conflitos de terra na década de 1980	148
Imagem 29 - Reunião da Ação dos Cristãos no Meio Rural (ACR/BACABAL)	148
Imagem 30 - Jazigo cemitério em Aldeia 1922	149
Imagem 31 - Álbum de fotos da ACR/Bacabal.....	153
Imagem 32 - Álbum de fotos da ACR/Bacabal.....	154
Imagem 33 - Kombi de lavrador de Aldeia – 1988	156
Imagem 34 - Casas queimadas em povoado Aldeia (1988)	157
Imagem 35 - Casas queimadas em povoado Aldeia (1988)	157
Imagem 36 - Missa de corpo presente de Trazibe da Conceição posseiro assassinado em conflito no povoado Aldeia (1988)	158
Imagem 37 - Enterro de Trazibe da Conceição	159
Imagem 38 - Ato em protesto e solidariedade contra a violência no povoado Aldeia	160
Imagem 39 - Ato em protesto e solidariedade contra a violência no povoado Aldeia	160
Imagem 40 - Caminhada dos posseiros	161
Imagem 41 - Missa de corpo presente de Manoel Monteiro (1985)	166
Imagem 42 - Missa Realizada em Bacabal pela paz no campo 1986 (Igreja Santa Teresinha) Fr. Heriberto Rembecki (discursando)	168
Imagem 43 - Missa realizada em Bacabal pela paz no Campo 1986	168
Imagem 44 - Povoado Centro do Aguiar (06 de agosto/1986).....	172
Imagem 45 - Povoado São José (março/1986)	174
Imagem 46 - Recorte do Jornal Folha de São Paulo 21/05/1986	176
Imagem 47 - José Machado, município de Pio XII (27/02/1984)	177
Imagem 48 - Manoel Monteiro, Povoado Pau Santo (1985).....	178
Imagem 49 - Antonio Fontinele, Povoado Centro do Aguiar, Lago do Junco (1986)	178

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRA	- Associação Brasileira de Reforma Agrária
ACESA	- Animação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura
ACR	- Ação dos Cristãos no Meio Rural
AD	- Assembleia de Deus
ADVENIAT	- Advenologia Episcopal da Ação
AJAC	- Juventude Católica Rural
AJULAV	- Assistência Jurídica aos Lavradores
AMTR	- Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais
ASSEMA	- Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
ATAM	- Associação dos Trabalhadores Rurais do Maranhão
CCN	- Centro de Cultura Negra
CEB'S	- Comunidades Eclesiais de Base
CEFFA	- Centro Familiar de Formação por Alternância
CELAM	- Conselho Episcopal Latino Americano
CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONASA	- Colégio Nossa Senhora dos Anjos
CONTAG	- Estatuto da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COPPALJ	- Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco
CRB	- Conferência dos Religiosos do Brasil
CRRB/MA	- Conferência Regional dos Religiosos do Brasil no Maranhão
D.	- Dom
DHESCA	- Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
DOPS	- Departamento de Ordem Política e Social
Dr.	- Doutor
EFA	- Escola Família Agrícola
EFAF	- Escola Família Agrícola Antonio Fontinele
ENEM	- Exame Nacional do Ensino Médio
EPFA	- Escola Paroquial Frei Alberto
ETEF	- Escola de Teologia e Espiritualidade Franciscana
FETAEMA	- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Maranhão

FR.	- Frei
GASFRAN	- Grupo de Acólitos São Francisco
GO	- Goiânia
IECLB	- Igreja Luterana de Confissão Evangélica no Brasil
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INIC	- Instituto Nacional de Imigração e Colonização
IR.	- Irmã
JPE	- Serviço Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia
JUC	- Juventude Universitária Católica
MA	- Maranhão
MEB	- Movimentos de Educação de Base
MIQCB	- Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu
MIRAD	- Ministério de Desenvolvimento da Reforma Agrária
MONS.	- Monsenhor
MPA	- Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	- Movimento Sem Terra
OFM	- Ordem dos Frades Menores
ONG's	- Organizações não Governamentais
PB	- Paraíba
PE	- Pernambuco
PENSA	- Parque Educacional de Nossa Senhora Aparecida
Pe.	- Padre
PI	- Piauí
PJ	- Pastoral da Juventude
PNRA	- Plano Nacional de Reforma Agrária
PT	- Partido dos Trabalhadores
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RCC	- Renovação Carismática Católica
RS	- Rio Grande do Sul
SMDDH	- Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
STR	- Sindicato dos Trabalhadores Rurais
STTR	- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UAEFAMA	- União das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	20
1	A IGREJA ESCUTA O CLAMOR DO SEU “POVO” E LUTA POR JUSTIÇA ...	31
1.1	Igreja católica e o Concílio Vaticano II: processo de (re)configuração	31
1.2	Ditadura Militar e suas influências na postura política da igreja católica	37
1.3	As Conferências Latino Americanas (Celam) e sua influência na ação social da igreja	42
1.4	Teologia da libertação e a opção pelos pobres	45
1.5	Franciscanos e as perspectivas diante de novos territórios	48
1.6	Os Pioneiros - 1952	53
1.7	Chegada dos franciscanos em Bacabal	58
1.8	Projetos Sociais – Terra, Educação e Saúde	71
2	VIOLÊNCIA NO CAMPO – IGREJA CATÓLICA E MECANISMOS DE AÇÃO EM CONFLITOS DE TERRA	81
2.1	Cenário brasileiro na luta pela terra	81
2.2	Ação da Igreja Católica no Maranhão	95
2.3	Reforma Agrária	109
2.3.1	Terra – Atuação da Província franciscana e Diocese de Bacabal	113
3	CONFLITOS DE TERRA: resistência no Médio Mearim	123
3.1	Memórias e narrativas	123
3.2	Posseiros – a luta pelo direito de permanecer	124
3.3	Terra: grilagem e resistência	132
3.4	Povoado Aldeia – 1984/1985/1988	149
3.5	Povoado Pau Santo – 1985	162
3.6	Resistência e luta que resultaram em conquistas	167
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	180
	REFERÊNCIAS	186
	APÊNDICES	195
	ANEXOS	200

INTRODUÇÃO

As discussões aqui apresentadas fazem referência a um grave problema que atingiu o Brasil sobretudo na segunda metade do século XX. A questão da terra má distribuída provocou milhares de conflitos em várias regiões do país, sobretudo Norte e Nordeste.

O cenário de conflitos agrários se deu por circunstâncias distintas. Compreende-se que há uma variedade de elementos desencadeadores neste processo. Alguns desses fatores estão relacionados às incertezas diante da situação política e econômica, destaca-se sobretudo, as consequências do regime intitulado “Ditadura Civil e Militar”. Este se instaurou com violência no intuito de controlar a economia, cultura, educação, imprensa, etc. Estes e outros fatores foram cruciais para o encadeamento de novas relações na sociedade brasileira, que sofria os resquícios das conjunturas nacionais e internacionais.

Dentro deste contexto desencadeador das novas estruturas, encontra-se a pobreza extrema enfrentada na América Latina. Esta, impulsionou a criação de uma série de movimentos militantes que viabilizaram a luta pela garantia de direitos, fundamentados pela defesa dos Direitos Humanos. Neste cenário, a Igreja Católica assume a condição de mediadora e passa a denunciar problemas sociais, posicionando-se em defesa dos pobres e marginalizados. Tais posicionamentos eram influenciados pela Teologia da Libertação.

O que importa nesta teologia libertadora é o reconhecimento de que a situação atual do mundo, caracterizada por uma extraordinária polarização dos contrastes sociais, num mesmo país, e entre países ricos e pobres, deve manter uma ação conscientizadora da situação humana contemporânea. Como escreveu o professor de Teologia Sistemática Frei Leonardo Boff: “A pobreza generalizada, a marginalidade e o contexto histórico de dominação irromperam agudamente na consciência coletiva e produziram uma virada histórica”. Por isso reafirma Boff: “A Teologia da libertação nasceu de uma profunda experiência espiritual: a sensibilidade e o amor pelos pobres que compõem a enorme maioria do nosso continente”. (RODRIGUES, 1997, p.9).

Este modelo de pensamento inaugurou as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), sob a perspectiva de que a Igreja surge das bases, a partir da necessidade e do grito por socorro daqueles que querem ser ouvidos – os excluídos.

A Teologia da Libertação, assim, procura dar a sua contribuição para o processo de libertação dos pobres, modificando a pastoral da Igreja que passa a assumir cada vez mais a defesa dos direitos humanos e dos pobres e a denunciar as violências do capitalismo no Terceiro Mundo. (COSTA, 1994, p.14).

Posicionar-se como mediadora, só foi possível à Igreja Católica, após seu processo de (re)configuração em virtude das discussões e “acordos” estabelecidos no Concílio Vaticano II. Este evento oportunizou a abertura para novos eventos e discussões, como as do

Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM), que objetivava novos espaços nos serviços pastorais da Igreja.

Há mais ou menos tempo foram assumidas novas formas e novos espaços de evangelização, tais como o envolvimento com as Comunidades Eclesiais de Base, a inserção nas periferias de nossas cidades e nas situações de fratura social, com serviços diversos de pastoral e de solidariedade, com centros de formação, com a presença junto aos migrantes, junto aos “sem terra” em seus assentamentos ou lutas pela terra, junto aos indígenas, ribeirinhos, famílias carentes, pequenos proprietários, quilombolas, encarcerados, deficientes físicos, drogados, “desplazados”, crianças, adolescentes e jovens, junto às organizações sociais e movimentos populares. Nessas e em outras realidades, a presença franciscana mostra sua vitalidade na busca de novos espaços de evangelização e novas formas de realização da missão que brota do nosso carisma. Assim se busca estar entre os mais pobres, com espírito itinerante, cultivando a vida em sua integralidade. (CONGRESSO MISSIONÁRIO OFM DA AMÉRICA LATINA, 2008, p.2).

Esta inserção, contribuiu para uma reconfiguração dos espaços e das relações, uma vez que estas discussões não faziam parte do repertório da Igreja.

No curso do recorte temporal e espacial desta pesquisa, buscar-se-à discutir de que forma padres franciscanos de origem alemã se inseriram como mediadores em conflitos de terra travados na Região do Médio Mearim. Estes, buscaram estratégias junto aos posseiros¹ e entidades de apoio na luta pela terra nas décadas de 1970 e 1980. Neste período, intensificaram-se a violência nesta região com aumento nos registros de mortes, expropriações, torturas, ameaças, etc.

Dentre os mecanismos de ação dos mediadores, estão: o incentivo a resistência, criação e implementação de projetos e entidades para a conquista da terra e reforma agrária, projetos para educação dos filhos de lavradores e incentivo para a utilização de técnicas agroecológicas na tentativa de manter as famílias no campo.

Considerou-se necessário conhecer o movimento de décadas anteriores e trazer como pano de fundo para melhor viabilizar a compreensão do período central. Deste modo, destacou-se a intensa migração de nordestinos e maranhenses para o Médio Mearim a partir da década de 1930. A migração é um fenômeno social importante na análise sobre a construção das relações sociais e econômicas da referida região.

Na maioria dos casos são estes migrantes que adentraram neste espaço motivados por várias questões que serão expropriados das terras nas décadas de 1970 e 1980.

¹ Utilizasse-á na presente pesquisa a categoria posseiros para os sujeitos que ocuparam terras devolutas, no entanto as fontes aqui analisadas se referem a estes na grande maioria das vezes como “lavradores” ou “trabalhadores rurais”, devido ser uma das atividades laborais preponderantes de subsistência destas famílias.

Ferreira (2015, p.59) sobre dados demográficos da população urbana e rural do Médio Mearim aponta para o fluxo migratório e crescimento desta região nas décadas de 1920 a 1960.

Enquanto nos Censos de 1940 e 1950 Pedreiras aparece como o maior município do Médio Mearim, a partir de 1960 Bacabal passa a ocupar essa posição e São Luís Gonzaga, persiste como a mais expressiva dos três municípios ao longo dessas décadas de intenso fluxo migratório de maranhenses e nordestinos.

Para a discussão que faremos aqui também foi fundamental versar sobre a história da chegada da província franciscana no Brasil e como se configuraram as relações sociais desta instituição de origem alemã. Os franciscanos chegaram ao Brasil em busca de novos territórios para a missão nos anos de 1552. Encontraram muitos desafios, a exemplo deles: o idioma, a dificuldade de começar uma missão longe dos seus costumes socioculturais e econômicos, a falta de infraestrutura, etc.

Apesar da pesquisa não ter a intenção de fazer um estudo prosopográfico² minucioso destes sujeitos, as informações da vida privada desta instituição e dos sujeitos, revelam o seu perfil, as suas ideologias, posicionamentos políticos e as relações de poder e sociabilidades que se construíram neste espaço geográfico.

O acesso às fontes se deu por intermédio de amigos franciscanos. Estudei no Colégio Nossa Senhora dos Anjos (CONASA), escola mantida pela província aqui investigada e ainda participei longos anos da Paróquia São Francisco das Chagas atuando em vários grupos pastorais como: Coral Mirim, Pastoral da Juventude (PJ), Renovação Carismática Católica (RCC), grupo de coroinhas (GASFRAN), estabelecendo contato com os mesmos desde a infância³.

O interesse⁴ por pesquisar franciscanos se deu ainda na graduação. Identifiquei a escassez⁵ de trabalhos voltados para a cidade de Bacabal, visto que meu interesse inicial era

² “Assim, aos olhos de seus expoentes, o propósito da prosopografia é dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social e descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos em seu interior”. (STONE, p.116, 2010)

³ Atualmente participo do projeto Escola de Teologia e Espiritualidade Franciscana (ETEF), um grupo de iniciativa da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção com núcleos em Bacabal, Lago da Pedra, São Luís, Teresina, Piri-piri, Fortaleza, etc., cujos objetivos são estudos e pesquisas sobre as fontes franciscanas.

⁴ O pesquisador carrega com ele um acervo de interesses pessoais, que por sua vez traçará um caminho a ser seguido em detrimento de outro, é o seu olhar que estará impresso nos fatores a serem escolhidos. Segundo Benjamin (2012, p.18) “A história é objeto de uma construção cujo lugar é constituído não de um tempo vazio e homogêneo, mas por um tempo preenchido pelo Agora (*Jetztzeit*).” É importante ressaltar que mesmo que o repertório intelectual, cultural e econômico de vida do pesquisador seja determinante na sua forma de fazer História, ele precisa estar respaldado com ferramentas que compõem uma investigação em História.

⁵ Sobre a História da chegada desta província há apenas duas obras: “*Franciscanos no Maranhão e Piauí*” do teólogo e filósofo Fr. Eurico Löher, falecido em 2009, padre pertencente à província e a obra: “*Franciscanos no*

pela historiografia da cidade. O interesse em estudar a instituição dos franciscanos se deu pela proximidade com eles, o que já relatei, e pelo acesso ao acervo documental dos arquivos privados desta província.

No mestrado, recortei como investigação principal a inserção desta instituição em conflitos de terra e identifiquei muitos documentos produzidos pela instituição referente a este contexto sobretudo nas décadas de 1970 e 1980.

O acesso às fontes primárias foi-me cedido por Fr. Heriberto Rembecki – OFM e Fr. Adolfo Temme – OFM, dentre elas encontram-se: relatórios, correspondências, fotografias⁶, etc. Além destas, tive acesso a documentos cedidos por Guilhermina Aguiar, representante da Ação dos Cristãos no Meio Rural – ACR em Bacabal. Ela relatou a má conservação desses documentos, o que ocasionou a perda de muitos destes. Os que se mantiveram legíveis foram encaminhados para a cidade de Santa Rita, MA e os outros estão sob sua guarda em sua própria residência.

Neste acervo, ainda existem muitos documentos oficiais produzidos por cartórios e pelo Estado, que narram com riqueza de detalhes sobre a violência no campo e a ação da Igreja Católica no Médio Mearim neste contexto.

A documentação de caráter privado pode dizer respeito a acervos de pessoas, de famílias, grupos de interesse (militantes políticos, instituições, clubes etc.) ou de empresas. No Brasil não há uma prática corriqueira de preservação documental privada, e as notícias de destruição de importantes conjuntos documentais infelizmente não são raras. Muito poucos são os casos de iniciativas de organização de tais acervos empreendidas por seus produtores ou detentores, com o objetivo final de franqueá-lo à consulta. Mais usuais são os casos de doação ou venda para arquivos públicos ou centros de documentação, onde podem ser abertos à pesquisa. (BACELLAR, 2008, p.42).

Sobre a problemática de documentos mal conservados e a importância destes para a história, Ferreira (2015, p.35) destaca que há falta de política de memória na região do Médio Mearim:

A inexistência de uma política de memória no Médio Mearim é concomitante a uma política de produção da amnésia. Não existem arquivos municipais e muitos acervos

Maranhão 1600/1878 e Piauí 1952/1977" do historiador Fr. Venâncio Willeke, OFM da Província de Santo Antônio que escreveu sobre os 25 anos de presença destes franciscanos no Brasil.

⁶ As fotografias utilizadas como fonte na presente pesquisa foram determinantes para expor o cenário de violência praticadas contra posseiros e/ou lavradores, esta categoria de fonte auxiliou no cruzamento de dados dos fatos expressos em outros documentos como narrativas orais e documentos oficiais, por exemplo. "O cruzamento entre a imagem fotográfica e a história se dá a partir do estatuto técnico das fotografias e seus sentidos de autenticidade e prova, que as transformam em testemunhas oculares de fatos. Mas as evidências históricas não são peixes em um oceano a serem fígados ao sabor das marés pela isca do historiador, da mesma maneira que a imagem não é captada pelo olhar neutro. A evidência histórica e a imagem são construídas por investimentos de sentido, e a fotografia pode ser um indício ou documento para se produzir uma história; ou ícone, texto ou monumento para (re)presentar o passado". (MAUAD E LOPES, p.263, 2012)

são queimados com ordem ou conivência do poder público. A luta contra o apagamento da memória é feita por indivíduos que, isoladamente, conservam documentos escritos em suas casas ou em sedes de instituições como a Paróquia de São Luiz Gonzaga, a Assembleia de Deus e a Ação Cristã em Meios Rurais de Bacabal.

Em meio a estes registros encontram-se documentos intitulados: “carta de solidariedade aos Sem Terra”, “O massacre dos colonos em Santa Elmira”, “documento sobre uso e posse de terra”, Relatório do levantamento das áreas de conflitos”, recortes dos jornais: “O Estado do Maranhão” e “O Imparcial”, “correspondência dos trabalhadores rurais encaminhado ao INCRA”, “Diário Oficial: Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão”, “Revista Voz da Esperança”, duas edições especiais sobre D. Pascásio Rettler e D. Henrique Johannpötter, os bispos que estiveram a frente da Diocese de Bacabal no período dos conflitos, dentre outros documentos.

Além destes tive acesso a outras fontes e obras como *“Mala de couro: diário de uma desobriga”* de Fr. Adolfo Temme, que trata de ações pastorais nos povoados assistidos pela Diocese Bacabal, obra cedida por Fr. John Herbeth. Consultei ainda a apostila produzida por Fr. Reinaldo José Hillebrand, que descreve acontecimentos em ordem cronológica de 1952 a 2002, (este e outros documentos são de acesso exclusivo desta instituição) cedida por Fr. Cristóvão Jackson, OFM, dentre outras fontes.

Estas fontes, permitiram um alargamento na visão sobre a questão fundiária no Médio Mearim, bem como a participação dos mediadores nesse processo. Algumas ainda não tinham sido autorizadas para pesquisa, somente para o clero e para fins da própria instituição.

Os arquivos de natureza religiosa no Brasil são detentores de grandes conjuntos documentais, nem sempre facilmente acessíveis. Os mais notórios são os da Igreja Católica, cujos acervos estão reunidos nas cúrias diocesanas, sob os cuidados de serviços de arquivo em geral bastante precários e desconfortáveis, que costumam improvisar o atendimento quando do surgimento inesperado de um pesquisador. (BACELLAR, 2008, p.39).

Para pensar os sujeitos, utilizou-se também da História Oral⁷. Nos apropriamos desta ferramenta enquanto metodologia⁸ na intenção de enriquecer ainda mais a análise do

⁷ “Reconhecer os paradigmas que estão na base do sucesso da História Oral não implica renunciar a sua capacidade de ampliar o conhecimento sobre o passado. Ao contrário, saber em que lugar nos situamos ao trabalhar com determinada metodologia ajuda a melhor aproveitar seu potencial. A ideia de fundo aqui é: história oral não é solução para tudo; convém ser claro onde ela pode ser útil e delimitar sobre o que vale a pena perguntar. Uma das principais vantagens da história oral deriva justamente do fascínio vivido. A experiência histórica do entrevistado torna o passado mais concreto, sendo por isso, atraente na divulgação do conhecimento. Quando bem aproveitada, a história oral tem, pois, um elevado potencial de ensinamento do passado, porque fascina com a experiência do outro. Esse mérito reforça a responsabilidade e o rigor de quem colhe, interpreta e divulga entrevistas”. (ALBERTI, 2004, p.22).

objeto de estudo. Deste modo, foi possível olhar para as fontes de vários ângulos, podendo perceber muitos detalhes e preencher algumas lacunas.

Por outro lado, o cruzamento dos dados não foi uma tarefa fácil, consistiu num trabalho minucioso de organização, investigação, classificação e decisão. Paul Thompson trata alguns temas na perspectiva da História Oral, classifica-os enquanto potencialidades especiais do trabalho, são elas: vozes ocultas, esferas ocultas, tradições orais, e conexões através das vidas. Quanto às *vozes ocultas* este define:

De fato, todo homem e toda mulher têm uma história de vida para contar que é de interesse histórico e social, e muito podemos compreender a partir dos poderosos e privilegiados – proprietários de terra, advogados, padres, empresários, banqueiros, etc. Mas a história oral tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder, e cujas vozes estão ocultas porque suas vidas são muito menos prováveis de serem documentadas nos arquivos. (THOMPSON, 2000, p.16).

O tempo⁹ é um instrumento importante neste processo de análise. As narrativas construídas nas décadas de 1970 e 1980 se diferenciam daquelas construídas em 2015 pelas narrativas orais.

A história é contada a partir de fatos comuns aos narradores, o que podemos considerar da ordem da memória coletiva, por outro lado considera-se também a subjetividade desses indivíduos¹⁰, por darem sentido diferenciado para a história. Leva-se ainda em

⁸ Paul Thompson discute Historia Oral como uma metodologia essencialmente interdisciplinar, diz-se de um diálogo entre sociólogos, antropólogos, historiadores, estudantes de literatura, cultura, etc. os historiadores ainda hoje discutem se podemos tratar Historia Oral enquanto metodologia ou uma teoria, no entanto seguindo o pensamento de Paul Thompson nos apropriamos enquanto metodologia, uma ferramenta impar no modo de ver a história da vida privada.

⁹ O tempo é um desses componentes significativos que precisamos observar, pois para compreender uma sociedade precisamos analisar o tempo enquanto processo de construção do sujeito Histórico, porque tempo é movimento, é mudança. “Porque o ser só pode ser compreendido, sempre e cada vez, na perspectiva e referente ao tempo, também a resposta à questão do ser não pode ser dada numa sentença isolada e cega. A resposta não será apreendida nem compreendida se não se fizer mais do que repetir sua formulação sentencial e, sobretudo, se ficar circulando de mão em mão como um resultado solto no ar de que se toma conhecimento como um ponto de vista e uma posição, talvez divergente da maneira tradicional de tratar. Se é uma resposta “nova” ou não, não tem importância, pois isso é só uma exterioridade. A sua positividade reside no fato de ser suficientemente *antiga* para poder apreender e compreender as possibilidades posicionadas pelos “antigos”. Em seu sentido mais próprio, a resposta apenas dá indicações de como se deve começar uma investigação ontológica concreta, ou seja, uma investigação ontológica concreta há de começar dentro de um horizonte liberado pelo tempo, como uma investigação sobre o sentido do ser. Ela só nos dá isso e nada mais”. (HEIDEGGER, 2005, p.47).

¹⁰ Conhecer os caminhos que se fazem necessários para a prática da História Oral é indispensável para bons resultados da pesquisa. Deste modo, os silêncios nas entrevistas também são significativos, estes são alguns dos desafios enfrentados por historiadores que trabalham com esta metodologia. “Em suma, mais uma vez, temos tanto a aprender da reformulação da memória quanto dos fatos – e nesse caso, ambos vem das lembranças orais. O tema da memória será sempre uma questão fundamental para os historiadores orais, mais acho que deveríamos abordá-lo positivamente, com confiança na dupla força da história oral, tanto objetiva quanto subjetiva”. (THOMPSON, 2002, p.23).

consideração, a intencionalidade na construção da memória que diz substancialmente do lugar de fala dos sujeitos e o que se pretende deixar nos registros para a posteridade.

De acordo com Pollak (1992), a memória sofre flutuações que dependem do momento em que é articulada. O autor trata a memória nacional enquanto problema de luta política, o que resulta em conflitos quanto a decisão de qual memória deverá compor o repertório nacional de um povo.

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida pelos outros. (POLLAK, 1992, p.5).

O uso da História Oral se operacionalizou inicialmente a partir de entrevistas com seis pessoas pertencentes à Diocese de Bacabal. Os narradores desempenhavam serviços diferenciados nos conflitos de terra. São eles: dois franciscanos da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção: Frei Adolfo Temme e Frei Heriberto Rembecki; uma religiosa pertencente a Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora dos Anjos, Irmã Teresinha de Jesus; a responsável pelos serviços da Ação dos Cristãos no Meio Rural em Bacabal, Guilhermina Aguiar; o diretor da Escola Família Agrícola Manoel Monteiro, localizado no Povoado Pau Santo, Vanderval Spadetti e Vicente Damasceno, pertencente a Pastoral da Criança.

As entrevistas foram realizadas: uma na sede da Cúria Diocesana, Bacabal; uma na sede da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, Convento Bacabal; uma na Casa de praia das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora dos Anjos, São Luís, uma na sede da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora dos Anjos, convento São Luís e duas nas casas dos entrevistados, Bacabal.

As narrativas apresentaram muitas similaridades e alguns aspectos foram colocados como pontos fortes dos conflitos por todos os entrevistados. A exemplo disso, destaca-se a violência. Os narradores consideraram insustentável o número de posseiros mortos nos conflitos e a negligência do Estado diante do cenário vivenciado pelos moradores das “*terras sem donos*”. Destacaram sobretudo, a missão franciscana e da Igreja do novo milênio que se voltava para os injustiçados.

Visando conhecer o lugar de fala de cada um dos narradores aqui inseridos, incluímos uma breve biografia dos entrevistados (Ver Apêndice A). Além destes, outras

narrativas comparecem, são entrevistas feitas com clérigos, posseiros, entre outros que constam em bibliografias que discutem conflitos de terra ou temas afins, como migração, por exemplo. O acesso a estas narrativas foram fundamentais no cruzamento de dados e para enriquecimento deste trabalho.

História Oral tem o seu lugar social importante para a memória de uma sociedade¹¹, assim, o distanciamento do tempo traz uma visão distinta sobre a vivência individual e coletiva do passado. Foi possível identificar algumas emoções durante as entrevistas, expressas pelas pausas, pelo lacrimejar nos olhos, pela expressão corporal ao baixar a cabeça, pelo tom de voz, e por palavras que enfatizavam as conquistas e a importância de estar junto aos posseiros em momentos difíceis.

Por outro lado, não temos a intenção de responder todos os questionamentos que se apresentam, muitas lacunas provocarão inquietações para outros pesquisadores. Assim, esta metodologia inseriu-se como suporte juntamente com as outras fontes documentais para compreendermos o processo de conflitos agrários na região do Médio Mearim de diversos ângulos.

Nosso campo de investigação partirá da perspectiva da História Social para compreender os aspectos socioculturais dos grupos que comparecem, no intuito de problematizar o objeto de estudo explorando características diversas como política, cultura, religião, espaço geográfico, etc.

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. [Pg. 066] É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (CERTEAU, 2002, p.57).

Segundo Barros (2013, p.112), a História Social é dinâmica e não estática, pois é de suma importância estudar os seus processos e como cada grupo reage aos eventos a eles submetidos. Barros destaca que esses grupos estão divididos em classes sociais, categoria de excluídos, células familiares, entre outros. Ao historiador cabe fazer uma síntese do retrato

¹¹ Sabe-se que a memória é seletiva e que cada indivíduo faz recortes pertinentes ao seu próprio repertório de vida. Verena Alberti considera a memória como conhecimento e forma de ação, destaca que existem níveis de memória: ativa e latente, a primeira está sempre à disposição, seria a ideia que se tem sobre a vida de um modo geral, já a segunda precisa de reconstruções e associações para ser recuperada. Deste modo: “Está em jogo aqui o caráter factual da memória; estão em jogo as possibilidades oferecidas pela História Oral no sentido de se investigar a memória lá onde ela não é apenas significado mas também *acontecimento, ação*. (ALBERTI, 2004, p.36).

dos grupos ou investigar peculiaridades que não se apresentam na íntegra, mas ficam subtendidos em questões transversais.

Voltemos por hora aos objetivos da História Social que coincidem com subconjuntos da sociedade (grupos e classes sociais, categorias de excluídos, células familiares). Quando o historiador volta-se para o exame desses grupos humanos específicos no interior de uma sociedade, ou então para as relações conflituosas e interativas entre alguns destes grupos, seu interesse poderá se voltar tanto para a elaboração de um retrato sintetizado destes grupos sociais e de suas relações, como para a incidência de questões transversais nestes grupos. Como uma certa classe ou um grupo se comporta diante de determinada conjuntura política ou econômica? Como reage a uma determinada crise política, ou a uma determinada crise econômica? Como reage um grupo, por exemplo, às flutuações de preços? Como repercutem certas mudanças políticas na vida social de um grupo? (BARROS, 2013, p.112).

O aspecto cultural não deve ser dissociado do contexto social, pois ambos estão relacionados, deste modo, podemos pensar símbolos e representações de maneira mais significativa, pois o sujeito está envolvido numa cadeia de significados. Segundo Clifford Geertz em *“A interpretação das culturas”*, podemos encontrar a cultura na forma como as sociedades se organizam e dão sentido aos elementos simbólicos.

Resumindo, temos que descer aos detalhes, além das etiquetas enganadoras, além dos tipos metafísicos, além das similaridades vazias, para apreender corretamente o caráter essencial não apenas das várias culturas, mas também dos vários tipos de indivíduos dentro de cada cultura, se é que desejamos encontrar a humanidade face a face. Nessa área, o caminho para o geral, para as simplicidades reveladoras da ciência, segue através de uma preocupação com o particular, o circunstancial, o concreto, mas uma preocupação organizada e dirigida em termos da espécie de análises teóricas sobre as quais toquei — as análises da evolução física, do funcionamento do sistema nervoso, da organização social, do processo psicológico, da padronização cultural e assim por diante — e, muito especialmente, em termos da influência mútua entre eles. Isso quer dizer que o caminho segue através de uma complexidade terrificante, como qualquer expedição genuína. (GEERTZ, 2008, p.38).

Conhecer os aspectos culturais dos sujeitos a qual estudamos é relevante para entendermos a forma como estes grupos se movimentam, segundo Roger Chartier em *“Textos, símbolos e o espírito francês”* é necessário observar as formas simbólicas de uma sociedade, se estes são compartilhados ou não, as suas representações que não é o real, mas a forma como as pessoas se apropriam da cultura ou de elementos dela.

Entender uma cultura, então, acima de tudo redescobrir as significações investidas nas formas simbólicas das quais a cultura se utiliza. Há só uma forma de se fazer isso: ir “do texto para o contexto” e vice versa; comparar cada uso específico e localizado de um ou outro símbolo “ao mundo de significância” que lhe atribui sentido. Tal programa é diferente daquele da antropologia histórica como foi definida na tradição dos Annales, que consiste essencialmente em um tratamento histórico de objetos antropológicos. (CHARTIER, 1996, p.7-8).

Para Hebe Castro em obra *“Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia”* abordando o tema História Social destaca que “É a cultura compartilhada que determina a possibilidade de sociabilidade nos agrupamentos humanos e dá inteligibilidade aos comportamentos sociais.” (CASTRO, 1997, p.86). Para a autora, as representações e as ações sociais são textos com viabilidade de serem culturalmente interpretados, explicando o interesse do olhar social.

Nas discussões do primeiro capítulo, *“A Igreja escuta o clamor do seu “povo” e luta por justiça”* exponho um panorama do cenário da História da Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II e as Conferências de Medellín e Puebla. O objetivo é demonstrar a relevância desses eventos e como os fatos contribuíram para o envolvimento desta instituição em movimentos sociais emergentes no período investigado. Assim, considera-se o Concílio Vaticano II, o ponto de largada para uma maior abertura da Igreja Católica, com discussões direcionadas para temas de relevância social.

Ainda neste capítulo, trataremos da chegada da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção no Brasil, uma releitura das motivações e desafios encontrados pelos franciscanos alemães. Estes chegaram em busca de novos territórios para a missão e permanecem ainda hoje, após 65 anos. O engajamento social desta instituição foi se modificando ao longo dos anos, assim priorizaram algumas ações e abandonaram outras, por julgarem não ser mais necessário ou por falta de apoio. Conhecer esta província a partir dos seus alicerces iniciais nos permite melhor compreender os processos que os levaram a apoiar conflitos de terra.

O segundo capítulo, *“Violência no campo – Igreja Católica e mecanismos de ação em conflitos de terra”* nos permitiu contextualizar o tema conflitos de terra, partindo do contexto macro para o micro.

Quanto a região do Médio Mearim, o aumento da violência impulsionou a intervenção da Diocese de Bacabal. Identificamos manifestações de apoio vindas de várias dioceses do Maranhão, de outros estados e países.

Ainda neste capítulo aparecem as discussões que envolvem mecanismos de organização popular e da Igreja no Brasil e no Maranhão. Para isto, foi necessário discutir conceitos sobre terras devolutas, assentamentos, Reforma Agrária, mapear áreas de conflitos, classificar os sujeitos e identificar as entidades e projetos que compunham este cenário tais como: organização de sindicatos, Movimento Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), etc.

No terceiro capítulo, “*CONFLITOS DE TERRA: resistência no Médio Mearim*”, adentramos especificamente na questão da violência direcionada aos posseiros. Identificamos conflitos de terra desde os primeiros focos no Médio Mearim, bem como a maneira na qual a Diocese de Bacabal e os franciscanos se envolveram.

Neste capítulo será possível conhecer os projetos de apoio aos posseiros em dois contextos, anterior e posterior a conquista das terras, são exemplos, Assistência Jurídica aos Lavradores (AJULAV), Ação dos Cristãos no Meio Rural (ACR/Bacabal), Escolas família Agrícola (EFA's), etc.

Ainda neste capítulo será possível acompanhar o cenário de violência especificamente em alguns povoados como os de Pau Santo, Aldeia, Centro do Aguiar, São José, etc. bem como, as formas de resistência dos posseiros, a ação do estado, dos latifundiários, identificadas nas narrativas, fotos, relatórios e jornais.

Compreender os caminhos que percorreu a história dos conflitos travados no Médio Mearim não implica julgamentos, mas análise histórica, cujo papel do historiador é optar por quais caminhos percorrerá e os aspectos que ele levará em consideração para a efetivação da pesquisa. “Compreender, portanto, é não julgar. Eis o objetivo da “análise histórica” pela qual começa o verdadeiro trabalho do historiador depois da observação e da crítica histórica prévias” (LE GOFF, 2001, p. 30).

A história é feita dessas contradições, de rupturas que nos permitem tentar reconstituir um fato que consideramos histórico, porém não iremos conseguir dar conta de cada detalhe de forma objetiva. São olhares que nos permitem entender culturas, sociedades, contextos, não com o olhar voltado para o passado, mas para o presente, pois o próprio interesse por um determinado objeto de estudo parte de inquietações vigentes, para resolver conjecturas da atualidade.

1 A IGREJA ESCUTA O CLAMOR DO SEU “POVO” E LUTA POR JUSTIÇA

1.1 Igreja Católica e o Concílio Vaticano II: processo de (re)configuração

Fazemos nosso o clamor dos pobres. Assumimos com renovado ardor a opção evangélica preferencial pelos pobres, em continuidade com Medellín e Puebla. Esta opção não exclusiva nem excludente, iluminará, à imitação de Jesus Cristo, toda nossa ação evangelizadora. A essa luz convidamos a promover uma nova ordem econômica, social e política, conforme à dignidade de todas e cada uma das pessoas, implantando a justiça e a solidariedade e abrindo para todas elas horizontes de eternidade. (CNBB, 1992, p.185, Grifo do autor)¹².

A Igreja Católica nos apresenta historicamente um repertório sobre suas práticas e processos de reconfigurações socioculturais ao longo dos séculos. Uma Instituição romana que construiu um poder imperial, um espaço de fala legitimado e um estado que ainda hoje tem grande influência com seguidores pelo mundo todo. Contudo, o que iremos perceber é que inserida nesse processo de (re)configuração houve mudanças na sua forma de inserção social e suas práticas foram se (re)significando.

Na segunda metade do século XX, a Igreja Católica traz para o mundo um modelo de pensamento diferente do vivido por ela até o momento. Visto que os últimos acontecimentos a forçavam a repensar suas práticas, a Igreja viu-se obrigada a refletir e discutir as novas situações que afligiam a sociedade. Em virtude do *Zeitgeist*¹³ o Vaticano abre suas portas para o “novo tempo” e se instaura uma nova forma de “diálogo” com seus fiéis.

A sociedade vivia os anseios da “modernidade”, do “progresso” e da “expansão científicista”. A Igreja por sua vez foi afetada pelas rupturas da sociedade, pelo processo de transição e pelas novas relações sociais, sentindo assim, a necessidade de repensar o seu papel a partir daquele contexto temporal e espacial. Do contrário, estaria em risco o seu lugar de fala na sociedade, as suas relações de poder fora e dentro da própria instituição, causando um enfraquecimento dessa por divergências ideológicas e teóricas numa sociedade que reivindicava novas posturas.

A religião é um mecanismo de poder que influencia as práticas sociais tais como: normas de conduta, ajustamento de uma sociedade, pensamento político, cultural, etc. Os interesses do *campo religioso* estão embutidos no processo de construção de uma dada

¹² Documento da IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, cujo tema era: “Nova Evangelização, Promoção Humana, Cultura Cristã”.

¹³ “*Zeitgeist* significa **espírito de época, espírito do tempo** ou sinal dos tempos. É uma palavra alemã. O *Zeitgeist* é o conjunto do clima intelectual e cultural do mundo, numa certa época, ou as características genéricas de um determinado período de tempo”. (SIGNIFICADOS, 2015).

sociedade. A Igreja Católica, neste lugar de *campo religioso* sentiu o peso das novas estruturas, e de novos campos ditando regras e se desfazendo de outras que até então eram atribuídas por ela.

Em sua qualidade de sistema simbólico estruturado, a religião funciona como princípio de estruturação que 1) constrói a experiência (ao mesmo tempo que a expressa) em termos de lógica em estado prático, condição impensada de qualquer pensamento, e em termos de *problemática implícita*, ou seja, de um sistema de questões indiscutíveis delimitando o campo do que merece ser discutido em oposição ao que está fora de discussão (logo, admitido sem discussão) e que 2) graças ao efeito de *consagração* (ou de legitimação) realizado pelo simples fato da explicitação, consegue submeter o sistema de disposições em relação ao mundo natural e ao mundo social (disposições inculcadas pelas condições de existência) a uma *mudança de natureza*, em especial convertendo o *ethos* enquanto sistema de esquemas implícitos de ação e de apreciação em ética enquanto conjunto sistematizado e racionalizado de normas explícitas. Por todas essas razões, a religião está predisposta a assumir uma *função ideológica, função prática e política de absolutização do relativo e de legitimação do arbitrário* que só poderá cumprir na medida em que possa suprir uma função *lógica e gnosiológica* consistente em reforçar a força material ou simbólica possível de ser mobilizada por um grupo ou uma classe, assegurando a legitimação de tudo que define socialmente este grupo ou esta classe. Em outros termos, a religião permite a legitimação de todas as propriedades características de um estilo de vida singular, propriedades arbitrárias que se encontram objetivamente associadas a este grupo ou classe *na medida em que ele ocupa uma posição determinada na estrutura social* (efeito de consagração como sacralização pela “naturalização” e pela eternização). (BOURDIEU, 2007, p.45-46).

O modelo conservador e hierárquico da Igreja Católica já não era mais sustentável naquele momento de discussões acerca de economia, política, religião e cultura. O poder centralizado apenas entre os clérigos foi duramente questionado pela sociedade e por membros da própria instituição. Embora essas mudanças nas estruturas não tenham acontecido de forma instantânea, muitas práticas passaram por reformulações e outras foram suprimidas, poderíamos ousar dizer que foram caindo em desuso. Assim, não eram mais aceitáveis para o contexto que se vivia.

Não houve dentro da instituição Católica Romana um consenso, houve um grande mal estar a partir das divergências que se criaram acerca dessas discussões. As repressões foram diversas entre clérigos, pois como já mencionado, a Igreja Católica é hierárquica, as relações de poder acontecem tanto de forma escancarada como de forma sutil.

Em meio aos questionamentos referentes às suas práticas, a Igreja Católica convocou um Concílio Ecumênico, o vigésimo segundo de sua história. Realizado entre 1962 e 1965 na Cidade-Estado do Vaticano, o Concílio Vaticano II – como ficou conhecido, representou um momento importante para a Instituição Católica e para o mundo.

Fr. Heriberto Rembecki¹⁴ (OFM) aponta para duas vertentes em relação a Igreja e a sociedade; antes do Concílio a Igreja era clerical, feita de bispos e padres voltados para suas questões litúrgicas e preocupados em perpetuar sua estrutura institucional, após o Concílio essa realidade passou por modificações, pois abriu-se espaço para reflexões voltadas para uma maior participação dos leigos. Concluiu-se das discussões e embates que havia uma necessidade urgente de ouvir a voz do leigo¹⁵ e dar a ele um espaço antes não permitido, o de participar e permitir que este desse sua contribuição na liturgia, papel desempenhado apenas por sacerdotes e consagrados.

Veio o Vaticano II convocado pelo Papa João XXIII, ele deu um gesto muito significativo quando foi perguntado por um jornalista o que ele esperava desse Concílio, foi em 25 de janeiro de 61, abriu as janelas da residência lá do Vaticano e disse: *“Eu quero que novos ventos entrem nesta Igreja que está bastante parada”*. Aí quando convocou o Concílio Vaticano II, e o Vaticano II foi um concílio *pastoral*, não para condenar teorias ou pensamentos de outras religiões, mas foi para conseguir abertura e o principal foi para enxergar o leigo, porque até ali, a nossa Igreja era uma Igreja muito clerical: bispo, padre, que mandava e desmandava, o leigo tinha pouca vez. Então veio a palavra: *“Igreja, povo de Deus”*. Então foi assim uma valorização do leigo, dos movimentos leigos como: Conselho paroquial, e assim por diante. (Depoimento: Frei Heriberto REMBECKI, OFM, 2015, Grifo nosso).

As novas formas de organização social, a industrialização, o capitalismo, teorias marxistas, etc. abalaram diretamente a ortodoxia da Igreja. Em virtude dessas contingências ela reconhece a necessidade de repensar sua postura e espaço de fala inserido nesta sociedade. “Esta mentalidade científica modela a cultura e os modos de pensar numa maneira diferente do que no passado. A técnica progrediu tanto que transforma a face da terra e tenta já dominar o espaço.” (DOCUMENTO DO VATICANO II, 2012, p.5)¹⁶

Esses foram alguns dos motivos que impulsionaram a convocação do Concílio Vaticano II onde instaurou-se um processo de nova reforma na Igreja Católica.

¹⁴ Frei Heriberto Rembecki chegou ao Brasil em junho de 1964, foi custódio e provincial da Custódia Nossa Senhora da Assunção que depois tornou-se Província Nossa Senhora da Assunção - Ordem dos Frades Menores de 1982 a 1995 e de 2001 a 2007. Ele coordenou o projeto AJULAV - Assistência Jurídica aos Lavadores na década de 1980, período muito intenso dos conflitos de terra no Médio Mearim. (LÖHER, OFM, 2009, p.55). O frade permanece no Brasil ainda hoje, residindo na sede da província em Bacabal, MA.

¹⁵ O leigo constitui-se de pessoas que não são padres, freiras ou religiosos consagrados, mas estão inseridos na Igreja e devem participar ativamente das atividades associadas a ela, como sacramentos, liturgia, trabalhos pastorais, etc. (SIGNIFICADOS, 2015).

¹⁶ Este documento é um compêndio organizado pela Diocese de Chapecó em homenagem aos 50 anos de abertura do Concílio Vaticano II. A mesma reuniu os documentos e publicou no Jornal Diocesano a partir de outubro de 2012 com o objetivo de popularizar as práticas e ensinamentos transcritos nos 16 documentos resultados deste Concílio.

Este evento reconfigurou as relações entre a Igreja e seus fiéis. Exemplo disso são as missas¹⁷ que passaram a ser celebradas em língua vernácula¹⁸ e com os celebrantes de frente para a assembleia, permitindo assim que os fiéis participassem de fato desse momento litúrgico, já que antes apenas assistiam as missas celebradas em latim, cujo padre ficava de costas para a assembleia durante o rito. Deste modo, como os fiéis não entendiam o latim, não havia participação direta e as pessoas faziam orações paralelas às do padre, a reza do terço na hora da missa é exemplo disso. Estes e outros costumes acabaram passando por (re)significações em virtude do Concílio Vaticano II, pois a permanência de algumas práticas já não atendia aos anseios dos fiéis e do novo modelo de sociedade que se configurava naquele momento.

Segundo Pierrard (1982) em *“História da Igreja”*, o papa visava dois objetivos, renovar a Igreja frente às mudanças sociais e preparar a unidade dos cristãos, já que começa a se fortalecer, a partir desse momento, uma preocupação com o ecumenismo. A Igreja de Roma abre as portas para comunidades cristãs não-romanas participarem do concílio, dentre estas, representantes das igrejas protestantes, velhos católicos, os ortodoxos russos, os coptas e a Igreja Síria.

Ao mesmo tempo, a fé católica deve ser explicada mais profunda e corretamente, de tal modo e com tais termos que possa de fato ser compreendida também pelos irmãos separados. Ademais, no diálogo ecumênico, os teólogos católicos, sempre fiéis à doutrina da Igreja, quando investigarem, juntamente com os irmãos separados, os divinos mistérios, deverão proceder com amor à verdade, com caridade e humildade. Comparando as doutrinas, lembrem-se que existe uma ordem ou “hierarquia” de verdades na doutrina católica, já que o nexos delas com o fundamento da fé cristã é diferente. (DOCUMENTO DO VATICANO II, 2012, p.262).

As ações da Igreja se encaminhavam para uma tentativa de dialogar com as novas perspectivas da sociedade, mas sem prejudicar sua estrutura. É relevante entendermos que esse novo modelo de Igreja Católica que buscava rever sua postura não fez mudanças bruscas e rápidas, enquanto uns estavam de acordo com essas ideias, outros temiam que a instituição fosse abalada e se colocaram contra a qualquer ideia que se opunha a sua forma de vida tradicional.

¹⁷ Missa: “Na religião católica, celebração do sacrifício do corpo e do sangue de Jesus Cristo, que é feito no altar pelo ministério do padre. = EUCARISTIA.” (SIGNIFICADOS, 2015).

¹⁸ “§2. Dado, porém, que não raramente o uso da língua vernácula pode ser muito útil para o povo, seja na missa, seja na administração dos sacramentos, seja em outras partes da liturgia, dê-se-lhe um lugar mais amplo, especialmente nas leituras e admoestações, em algumas orações e cânticos, segundo as normas estabelecidas para cada caso nos capítulos seguintes.” (DOCUMENTO DO VATICANO II, 2012, p.119).

O século XX estava carregado de propostas “inovadoras”, e os cristãos não estavam isolados deste contexto de “modernidade”. Então, a Igreja buscou estratégias para continuar sobrevivendo neste ambiente, mas sem ferir seus princípios, buscando conservar costumes, práticas, regras e discursos, reconfigurando esses elementos sob a perspectiva do novo milênio. Tentando, assim, equilibrar os dogmas da religião com os novos anseios sociais.

Uma das propostas era a adaptação missionária para que homens e mulheres modernos(as) compreendessem a “palavra de Deus”. João XXIII,¹⁹ papa responsável por convocar o Concílio Vaticano II só esteve presente na primeira sessão do concílio, pois morreu logo depois, este não teve êxito em suas propostas, ele viu seus projetos serem reprovados pelos padres conciliares, com exceção de um, o que tratava da liturgia. Logo após foi eleito papa Paulo VI que foi o responsável por conduzir até o fim o Concílio Vaticano II.

Em meio ao concílio existiam três grandes correntes teológicas entre os padres: a corrente Tomista, a Teologia das Fontes e a corrente dos filósofos modernos.

1. Tomista: Teólogos que viam em Santo Tomás de Aquino um forte pensador para a Igreja.

No entanto, ao contrário da escola tomista clássica, na tarda Idade Média ou na segunda escolástica do século XVI, o Tomismo do século XX, viu-se confrontado com um pensamento filosófico já plenamente amadurecido no clima intelectual da modernidade, rico de múltiplas correntes, fundado sobre pressupostos metodológicos, gnosiológicos, críticos e metafísicos firmemente estabelecidos fora do espaço conceptual no qual se edificaram a filosofia antiga e seus prolongamentos cristãos. (CAMPOS apud VAZ, 2002, p.247).

2. Teologia das Fontes: estes veneravam Santo Tomás de Aquino, mas levavam em consideração também outros elementos como a bíblia, a patrística (padres) e a liturgia. Seus instrumentos de pesquisa do século XIX possibilitaram a Igreja do século XX conhecer e aprofundar estes temas antes não permitidos pela instituição.

3. Teoria dos Filósofos Modernos: buscava apresentar ao homem da “modernidade” a possibilidade de diálogo, esta corrente estava influenciada por filósofos modernos voltados para a sensibilidade humana.

¹⁹ Papa João XXIII foi o 261º sucessor de Pedro da Igreja Católica. O papado durou cinco anos, seu lema era “Obediência e Paz”, seu nome de batismo: Angelo Giuseppe Roncalli, nasceu em 25 de novembro de 1881 em Sotto il Monte – Itália. Por ocasião da morte do papa Pio XII em 1958 foi realizado um conclave para eleger um novo papa. Angelo Giuseppe Roncalli foi eleito em 28 de outubro de 1958 com 77 anos de idade e escolheu o nome de João XXIII. Este foi proclamado como o “Papa bom”, considerado um dos papas mais populares por causa de sua postura cordial e simples. João XXIII faleceu em 3 de junho de 1963 por ocasião de um câncer no estômago. (GASPARENO JUNIOR, 2018).

O papa Paulo VI levou em consideração as três correntes teóricas contemplando-as de forma harmônica nos documentos conciliares sem privilegiar uma em detrimento das outras. Podemos perceber essa inserção das três teologias no documento “*Optatam Totius*”²⁰ que trata da formação sacerdotal citado por Jared Wicks em “*Introdução ao Método Teológico*” (1999).

Disponha-se a Teologia Dogmática de tal modo que sejam propostos em primeiro lugar os próprios temas bíblicos levem-se então ao conhecimento dos estudantes as contribuições que os padres da Igreja do Oriente e do Ocidente deram para a fiel transmissão e desenvolvimento de cada verdade da Revolução e também para a ulterior história do dogma, considerando-se outro sim para a história geral da Igreja. Em seguida, para ilustrar quanto possível integralmente, os mistérios da salvação, aprendam os estudantes a penetrá-los com mais profundezas e a perceber-lhes o nexo mediante a especulação, tendo São Tomás como mestre. Aprendam a reconhecê-los sempre presentes e operantes nos atos litúrgicos e em toda a vida da Igreja; a procurar a solução dos problemas humanos sob a luz da Revelação; a aplicar suas verdades eternas a múltipla condição das realidades humanas; e a comunicá-las de modo adaptado aos homens de hoje. (WICKS, 1999, p.33 apud *Optatam Totius*, p.16)

Ao se discutir o futuro da Igreja Católica havia a intenção de mantê-la viva e influente na sociedade, deste modo, o Concílio Vaticano II, dentre, seus objetivos:

Pretendeu afirmar, mais uma vez, a continuidade do magistério eclesial, para o apresentar, em forma excepcional, a todos os homens do nosso tempo, tendo em conta os desvios, as exigências e as possibilidades deste nosso tempo. (PAPA JOÃO XXIII, 1962, p.2).²¹

Entendamos algumas das principais finalidades do Concílio Vaticano II de acordo com o discurso do papa João XXIII na abertura do Concílio em 11 de outubro de 1962.

1. Resguardar a “sagrada doutrina cristã”, que esta fosse difundida de forma mais eficaz.
2. Esta doutrina deveria integrar o homem por inteiro que é constituído de “alma e corpo”.
3. Havia a necessidade de ordenar a vida mortal cumprindo os deveres de cidadãos “tanto da terra como do céu” na intenção de alcançar o fim estabelecido por Deus, ou seja, os homens/mulheres tanto individual como grupal tem “o dever de tender sem descanso, durante toda a vida, para a consecução dos bens celestiais”, sendo assim, os bens terrenos não devem prejudicar a “felicidade eterna”, ou seja a “celestial”. (JOÃO XXIII, 1962, p.4.)

²⁰ *Optatam Totius* é um documento conciliar que trata da formação de sacerdotes.

²¹ “Discurso de sua santidade papa JOÃO XXIII na abertura solene do SS. Concílio.” Disponível em: <<https://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.pdf>> Acesso em 22 abr. 2018

4. “« Procurai primeiro o Reino de Deus e a sua justiça » (Mt 6, 33)”, quem pratica o Evangelho não deve esquecer-se de ser útil para a sociedade. (JOÃO XXIII, 1962, p.4,)
5. Para que a doutrina atinja os níveis sociais: família e indivíduos é necessário que não se desliguem do “patrimônio da verdade”. Mas, para que esta doutrina atinja os múltiplos níveis da atividade humana, que se referem aos indivíduos, às famílias e à vida social, “é necessário primeiramente que a Igreja não se aparte do patrimônio sagrado da verdade”, mas agora com o olhar voltado para os anseios dos novos tempos.

Havia, em suma, uma preocupação da Igreja em preservar-se dentro de um novo contexto buscando meios que não prejudicasse sua hegemonia, pois levantava-se opiniões divergentes dentro da própria instituição, seja por posturas políticas diferentes acerca dos novos modelos de conduta adotados, seja pela ascensão de novas teorias dentro da formação do próprio clero.

Havia ainda, disputas por uma teologia que se mantivesse dentro dos padrões conservadores e outros que apostavam numa nova concepção de enxergar homem e mulher, a partir de sua práxis, de sua vivência, levando em consideração a sua história. Uma teologia que julgasse importante levar este indivíduo das massas, os excluídos que viviam em situações sub-humanas, a protagonizarem suas vidas participando de fato da vida política, social, econômica e religiosa, sendo um sujeito de ação.

Ainda hoje percebe-se uma divisão quanto a estes pensamentos, alguns julgam importante as novas formas de comunidade que surgiram das bases sociais, outros prezam pela Igreja clerical, não podemos aqui afirmar que levantou-se uma única bandeira em prol dos pobres do mundo ou da América Latina, mas que nesse processo houve contradições e embates entre os conservadores e aqueles que apostavam no novo modelo de ser e fazer-se Igreja.

1.2 Ditadura Militar e suas influências na postura política da Igreja Católica

Em relação a conjuntura política na década de 1960, o Brasil e outros países da América Latina estavam vivenciando a Ditadura Militar. A Igreja Católica também foi afetada por esta ruptura no processo político-social.

Os posicionamentos políticos divergiram causando conflitos internos e também o cenário foi marcado por embates políticos entre Igreja, estado e militares, já que “este

governo, então fechou muita rádio, proibiu jornais, começou a perseguição” (Depoimento: Fr. Heriberto Rembecki, 2015).

De acordo com Borges Junior (2010, p.24-25) a Igreja Católica e o Estado estiveram ligados por acordos em várias fases da história do Brasil, cuja Igreja Católica foi favorecida em vários quesitos. No governo de Getúlio Vargas, por exemplo (1930-1945), o ensino religioso tornou-se obrigatório, houve a proibição do divórcio e a permissão de financiamento público a instituições católicas.

Essa relação ficou conturbada com o surgimento da ditadura militar, principalmente no período de maior repressão do regime. Embora a maioria católica tenha apoiado o golpe, em 1964, pelo temor do comunismo, não demorou muito para que os atritos e conflitos entre o Estado e importantes segmentos da Igreja se manifestassem. A repressão de movimentos católicos colocou Igreja e Estado em campos de atuação política diferentes, caracterizando a oposição da Igreja ao regime autoritário na década de 70. Esses atritos levaram a Igreja a certo distanciamento da órbita estatal, sofrendo o processo de esquerdização em seus vários setores de atuação política, inclusive a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). (BORGES JUNIOR, 2010, p.24-25).

Camila Portela em *“Entre a Cruz e o fuzil: uma análise das ações do clero católico no período da Ditadura Militar no Maranhão”* (2015) ao analisar documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão (DOPS/MA) identificou que a Igreja Católica era uma das principais preocupações dos militares. Os clérigos (padres/bispos) e religiosos (opção laical)²² considerados progressistas eram alvos de repressão, estes caracterizavam-se desta forma pelo envolvimento em movimentos sociais e por levantarem críticas ao governo. No acervo da DOPS/MA, Camila Portela (2015) identificou o nome de clérigos franciscanos que atuaram na diocese de Bacabal que comparecem nesta pesquisa como mediadores dos conflitos de terra na região do Médio Mearim, são eles: D. Fr. Pascásio Rettler²³ (OFM) de nacionalidade alemã, foi o primeiro bispo da Diocese de Bacabal, Fr. Henrique Johannpötter²⁴ (OFM), Fr. Godofredo Bauerdick (OFM) e Fr. Heriberto Rembecki (OFM).

²² **Opção laical:** diz-se de religiosos que optam por não receberem o ministério do sacerdócio, integram a Ordem Religiosa como irmão consagrado fazendo votos, mas não são padres. A formação acadêmica para os que escolhem a opção laical é diferenciada dos que optam pela opção presbiteral.

²³ “D. Fr. Pascásio Rettler, nascido aos 26 de janeiro de 1915, franciscano desde 19 de dezembro de 1936, ordenado sacerdote a 29 de novembro de 1942, preconizado bispo aos 26 de julho de 1968, quando da ereção da diocese de Bacabal, sagrado a 12 de setembro e empossado a 1º de novembro do mesmo ano. Como religioso da Imaculada Conceição, Dom Pascásio dedicara-se à cura d’almas, ora no paróquiato, ora como missionário popular, e lecionara Teologia nos conventos de Petrópolis e do Rio de Janeiro, tendo sido definidor e custódio da Província de 1962 a 1968.” (WILLEKE, OFM, 1978, p. 35-37)

²⁴ Fr. Henrique Johannpötter nasceu na Alemanha, numa região rural de pequenos fazendeiros. Chega ao Brasil em julho de 1962. Exerceu o cargo de superior da “Custódia Nossa Senhora da Assunção” entre 1976-1982, foi também o segundo bispo da Diocese de Bacabal, responsável por criar e executar projetos voltados para os

Mesmo com o fim da Ditadura, alguns padres citados nos capítulos anteriores continuavam sendo alvos de investigações da DOPS/MA, pois mantiveram com suas atividades pastorais no campo. Em 1985 a CPT lançou o livro *Conflitos no Campo Brasil*, em que são sistematizados os dados sobre os conflitos nas regiões rurais do país. Do primeiro número deste livro destaca-se uma lista de nomes de pessoas que foram ameaçadas de morte no Maranhão, constando nelas os nomes de Dom Pascácio Rettler, Frei Lucas e Frei Heriberto da diocese de Bacabal; Padre Luís Pirotta, Padre Jan Zufellato e Padre Cláudio Zanoni, da paróquia de Arame, diocese de Grajaú e o Padre Antonio di Foggia, da paróquia de Turiaçu, diocese de Cândido Mendes. (PORTELA, 2015, p.147).

Costa (1994) considerou que a ditadura militar “criou condições para que as CEB’s²⁵ assumissem um papel social considerável”, pela repressão aos grupos de expressão popular, como partidos e sindicatos. Já as CEB’s por estarem se estruturando, no início não se apresentaram como perigo ao governo, tornando-se um espaço para elaboração de interesses populares, de modo que, quando se inicia o processo de “liberalização” política do “regime militar, elas se constituíam na principal força organizada nos meios populares, fato que contribuiu para fazer da Igreja um dos principais interlocutores políticos da ditadura nesse período.” (COSTA, 1994, p.13).

Ao posicionar-se em prol dos menos favorecidos através de movimentos organizados a Igreja Católica compra uma briga com os poderes vigentes, assim instaura-se conflitos e violência contra diversas categorias. Em depoimento Fr. Adolfo Temme (2015) narra alguns conflitos travados em função desta postura política tomada pela Igreja Católica. Este relata o conflito em Pau Santo em 1984, povoado pertencente ao município de Lago do Junco. O frade descreve que a violência chamou a atenção, “havia chegado um “dono”, alguém que se auto denominou “dono”, vindo do estado do Ceará e começou a “agradar o povo com empréstimo” e organizou as pessoas para vender coco verde, logo depois incentivou a derrubada de palmeiras. Como mediador deste conflito por terra aparece o nome do Fr. Godofredo Bauerdick (OFM), um dos franciscanos acusados de subversão pela DOPS/MA.

Pau Santo é vizinho de José Machado onde havia um conflito dois anos antes, organizado pelo Frei Godofredo, e então Pau Santo aprendeu deles e eles estavam vendo, nós temos que forçar a Reforma Agrária que senão não tem mais vida para nós. Em 1985 eu cheguei lá, na semana depois da páscoa, e aí me disseram três novidades: primeiro, ninguém pode mais quebrar coco; segundo, ninguém pode mais criar porco solto e ninguém pode mais fazer roça. Então todo mundo via: esse é

lavradores como “AJULAV” e “Fala Cantando”. Ordenado bispo da Diocese de Bacabal em 02/12/1989 por ocasião da renúncia de D. Fr. Pascácio Rettler (OFM) aos 75 anos. D. Henrique exerceu esse cargo até abril de 1977 quando renunciou por motivos de doença. Faleceu em 18 de julho de 2007 no Hospital São Domingos – São Luís, MA, está enterrado no cemitério do convento dos franciscanos em Bacabal-MA. (Revista Voz da Esperança, ano XXI, nº95/2012, p.3-5)

²⁵ Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s)

o ataque final pra estrangular o povoado, agora é lutar ou então morrer. (Depoimento: Fr. Adolfo Temme, OFM, 2015)

A Igreja representava perigo, portanto muitas acusações pesavam sobre ela, era importante para o Regime Civil/Militar manter padres e freiras calados. Fr. Godofredo Bauerdick (OFM) aparece nos documentos da DOPS/MA sendo acusado de subversão, no texto citam características do convento dos franciscanos localizado em Bacabal sob a alegação de esconderem armas no subterrâneo. Como possível contemplar no documento (DOPS/MA. Informe nº 06/80. 11/02/1980. cx. 72, maço 6). Afirma-se que:

1. Frei Godofredo de Bauerdick, alemão, vigário da Paróquia de Lago da Pedra (MA) é público e notório possuir uma estação de rádio comunicação na Igreja local, ou na sua residência, e outra na sede da Congregação Religiosa a que pertence, em Bacabal (MA)²⁶.
2. Consta existir no subterrâneo do prédio da sede da Congregação Religiosa armamento em depósito (Lago da Pedra ou Bacabal).
3. Informamos ainda, que o referido vigário vem mobilizando de maneira ativa, clube de jovens e Comunidade de Base, para promover agitação nos municípios de Lago da Pedra e Paulo Ramos.

Foto 1 - Sede da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção – Bacabal-Ma



Fonte: Província Franciscana Nossa Senhora Da Assunção (2016)

²⁶ A história da construção deste convento se encontra no subitem 1.7 deste capítulo.

Foto 2 - Igreja São José e Casa Paroquial em Lago da Pedra – MA.



Fonte: Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção (2016). À direita encontra-se a casa citada no referido documento da DOPS-MA

Imagem 1 – Destaque do informe para o nome do Frei Godofredo Bauerdick

Pasta 06 cod 12 fs. 03

CONFIDENCIAL

ESTADO DO MARANHÃO
Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

INFORME N.º 0006/ SI/ SSP / DOPS / MA / 19 80

Data : 11 de fevereiro de 1980

Assunto : FREI GODOFREDO DE BAUERDICK I

Referência :

Anexo :

Difusão : AFZ/SNI.-10SRM/E2.-SR/DPF/MA.-PMMA/PM2.-24*BC/S2.-ASI/FUMA.-ARQUIVO.

Origem : SI/DOPS/MA

Avaliação : E3

- 1 - FREI GODOFREDO DE BAUERDICKI, alemão, vigário da Paróquia de Lago da Pedra(MA) é público e notório possuir uma estação de rádio comunhão na Igreja local, ou na sua residência, e outra na sede da Congregação Religiosa a que pertence, em Bacabal(MA).
- 2 - Consta existir no subterrâneo do prédio da sede da Congregação armamento em depósito (Lago da Pedra ou Bacabal).
- 3 - Informamos ainda, que o referido vigário vem mobilizando de maneira ativa, Clube de Jovens e Comunidade de Base, para promover agitações nos municípios de Lago da Pedra e Paule Ramos.

O destinatário é responsável pela manutenção do Sigilo deste documento(Art. 19 Dec. 70099/77 regulamento para salvaguarda de assuntos sigilosos)

CONFIDENCIAL

SIOGE

Fonte: DOPS/MA. Informe nº 06/80. 11/02/1980. cx. 72, março 6

Ao ser perguntado sobre processos Fr. Adolfo Temme (OFM) respondeu que não havia processos contra eles. Destacou que ameaças foram muitas, mas que processos não era do conhecimento dele. (Depoimento: Fr. Adolfo Temme, 2015).

Camila Portela, ao analisar o mesmo documento, comenta que é possível que a DOPS/MA não tenha dado continuidade às investigações, mesmo sob graves acusações “por conta da classificação do documento (E3)” (PORTELA, 2015, p.119)

Costa, por sua vez, conclui seu trabalho monográfico tecendo críticas quanto a participação popular da Igreja, ainda que muitos benefícios tenham se constituído ao logo dessas disputas por terra, por respeitar os direitos humanos. Para ele a Igreja Católica tinha objetivos de se manter, no entanto essa estrutura milenar foi abalada com os acontecimentos políticos, assim dois aspectos ele considera importante:

Primeiro, a Igreja tem uma "vocação" para o poder, ou seja, a instituição, onde quer que se faça presente, procura ligar-se aos grupos dominantes e constituir-se ela própria parte do poder hegemônico; segundo, a Igreja se pretende universal, estendendo a sua ação às diferentes classes e categorias sociais, como forma de garantir a sua perpetuidade. (COSTA, 1994, p.54).

A Igreja constituiu-se deste modo um dos poucos espaços onde se podia discutir política e direitos, foi atribuído assim a esta instituição um lugar que não era ocupado por ela e percebe-se que não foi rápido, mas teve muitos embates até se formarem outros movimentos a partir desta discussão.

O povo, tradicionalmente religioso, encontrava-se nos lugares de culto para suas celebrações, e ali ia tratando também de seus problemas concretos e cotidianos: terra para trabalhar, teto para viver, educação para os filhos, saúde, salários, emprego, transportes, etc. (SOUZA, 1997, p.78).

Ao tentar impedir que grupos se formassem dentro da Igreja pretendia-se impedir esses espaços de discussão política, por isso os grupos formados pelas CEB's, grupos de jovens, dentre outros, eram acusados de agitação da ordem e eram considerados perigosos, sob pena de censura, prisão, torturas, etc.

1.3 As Conferências Latino Americanas (CELAM) e sua influência na ação social da Igreja

Um movimento muito importante no processo de (re)significação da Igreja Católica foram as Conferências Latino Americanas (CELAM), que trouxeram discussões substanciais sobre as práticas da Igreja. O questionamento passou a ser acerca da “desigualdade social”; alguns países enriquecendo dia após dia, enquanto em outros a pobreza

era extrema. Havia um abismo socioeconômico cada vez maior. A Igreja começou então a intervir como mediadora direta nessas questões sociais, levando em consideração o pobre, “o curvado, o oprimido”²⁷ (VATICANO, 1979, p.41). Neste sentido o documento de Puebla se apodera de um discurso bíblico cujo sentido é político-social, fazendo referência a uma determinada categoria, a do excluído, marginalizado e oprimido, considerando esse o pobre da América Latina.

Ainda sobre o documento, classifica-se enquanto indivíduos que necessitam da intervenção da Igreja: grupos indígenas, camponeses sem terra, operários, desempregados e/ou que se submetem a subempregos, jovens frustrados, crianças pobres, menores abandonados e carentes, mulheres, prostitutas, imigrantes, entre outros.

De acordo com Silva (2010) as novas necessidades da sociedade ocasionaram numa mudança de postura da Igreja Católica estreitando sua relação com a “comunidade dos excluídos.”

A opção pelos pobres e pelas comunidades carentes com uma atividade intensa e mais social desenvolvia-se, abrindo as possibilidades de mudanças e de atitudes da Igreja. Este comportamento inaugurou um campo simbólico, cujas representações discursivas configuram os elementos fundadores de uma Igreja brasileira mais participativa, e de caráter mais social. Ficava evidente que o processo de romanização desde o pontificado de Pio IX em 1846 sinalizava mudanças que culminariam em 1962 com João XXIII. (SILVA, 2010, p.81).

Em 1968 aconteceu a II Conferência Episcopal da América Latina em Medellín, desta vez o foco foram as Comunidades Eclesiais de Base (CEB'S), aqui o povo é pensado sob a perspectiva de agente transformador da realidade social. O objetivo da conferência realizada em Medellín era “conscientizar” o povo do seu papel na Igreja e na sociedade, um projeto de evangelização sob a perspectiva do oprimido, marginalizado e injustiçado, seguindo o método de “Ver, Julgar e Agir”, sob a justificativa de libertar o povo de suas mazelas sociais. Este método visava tirar as pessoas da acomodação, despertar a consciência crítica e levá-las a assumir compromissos para transformar a sociedade.

A América Latina está evidentemente sob o signo da transformação e do desenvolvimento. Transformação que, além de produzir-se sem uma rapidez extraordinária, atinge e afeta todos os níveis do homem, desde o econômico até o religioso.²⁸ (VATICANO, 1968, p.2).

²⁷ Referência ao documento da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM) que realizou-se em janeiro de 1979, e tinha como tema: “Evangelização no presente e no futuro da América Latina”.

²⁸ Referência a II Conferência Geral Episcopal Latino-Americano, realizou-se na Colômbia de agosto a setembro de 1968, com o tema: “**Presença da Igreja na atual transformação da América Latina: à luz do Concílio Vaticano II. A conferência tinha como objetivo à discursão acerca das propostas do Concílio Vaticano II (1962-1965).**”

Costa em “*O ROSTO RURAL DA IGREJA: a atuação da CPT no Maranhão 1976/1981*” (1994, p.10) discute sobre a postura da Igreja diante das mazelas sociais, quando esta toma a decisão política de apoiar classes menos favorecidas e assume um papel que não era dela antes, a de porta voz, de mediadora diante dos conflitos sociais. Para o autor, nesta Conferência a Igreja se coloca a favor dos pobres na luta por libertar os oprimidos, o que ele chama de “popularização da Igreja”, “em Medellín, a Igreja se impôs também a tarefa de criação e ampliação das comunidades eclesiais de base (CEB's), a principal forma de incorporação do povo à Igreja.” (COSTA, 1994, p.10).

A partir desta perspectiva, a Igreja começa a ver o retrato da realidade e a comungar de suas necessidades sociais. Uma vez que se assume uma postura de mediadora nessas relações com as classes excluídas, há também uma maior movimentação desta em eventos que envolvam conflitos. “O efeito imediato deste processo resulta na emergência de uma “Igreja popular”, inspirada por elaborações teológicas que os clérigos relacionam com a questão da “libertação”, da “justiça social” e da “transformação da realidade”.” (MACHADO, 2012, p.15).

A intenção era constituir uma Igreja para ricos e pobres, de preferência para os pobres e que esta pudesse ser mediadora de categorias que não tinham voz e nem espaço na sociedade. Esta foi uma ideia que revolucionou a Igreja no século XX. “O significativo progresso econômico que nosso continente alcançou demonstra que seria possível erradicar a extrema pobreza e melhorar a qualidade de vida do nosso povo; ora, se existe a possibilidade, existe, conseqüentemente, a obrigação.” (VATICANO, 1979, p.67).

Souza em artigo “*Estrutura e mecanismos de dominação no capitalismo*” que compõe a obra: “A Igreja que surge da base” (1980) faz uma análise do processo de (re)configuração da Igreja Católica a partir das novas exigências do capitalismo, classifica a formação de grupos organizados de “classes emergentes populares” destacando que estes ocuparam aos poucos os mecanismos da sociedade civil.

Ocupam a Igreja, que de certo modo é mecanismo de dominação, mas que também se transforma em lugar de libertação. Vejam então a complexidade daquilo que chamaríamos crise permanente das estruturas de dominação, de um lado, e os mecanismos de libertação, do outro, como se fossem duas realidades isoladas numa luta de bons e maus. É um processo histórico deveras complexo no qual as próprias instituições da sociedade civil (partidos, igrejas, escolas, imprensa, etc) estão nas mãos das classes dominantes. (SOUZA, 1980, p.42-43).

As CEB's não são uma peculiaridade do Brasil, mas este movimento surgiu em outros países da América Latina na década de 1960. Outros grupos organizados também surgiram no mesmo período como Movimentos de Educação de Base (MEB) com apoio da

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do governo federal, surgiu ainda a Juventude Universitária Católica (JUC), Movimento das Ligas Camponesas, sindicalismo rural principalmente no Nordeste, no entanto havia também na Amazônia, bem como outras regiões do Brasil. (MAUÉS, 2010, p.26).

1.4 Teologia da Libertação e a opção pelos pobres

Um dos pensamentos que marcaram fortes discussões no fim da década de 1960 que influenciou substancialmente as ideias da Igreja Católica foi a Teologia da Libertação. Levantou-se conflitos que dividiu opiniões dentro da própria Igreja causando a oposição de pensamento dentro da própria estrutura institucional. A teologia da libertação se sustenta sob as bases do materialismo histórico, cujo pensamento é a práxis. Uma de suas características é a imanência deste mundo e não a transcendência, que acabou causando bastante desconforto entre os teólogos conservadores. Alguns teólogos desconsideraram a teologia da libertação afirmando que não há teologia neste pensamento e sim ideologia, para estes o que existe é uma série de ideias e reflexões que servem para justificar interesses de classes, uma “ideologia a serviço de uma engenharia social”.

Um dos clérigos contrários a teologia da libertação foi o cardeal Agnelo Rossi²⁹ (ex-arcebispo de São Paulo), considerado conservador por causa da sua postura em relação as discussões que se levantavam acerca do novo jeito de ser Igreja. O cardeal cedeu uma entrevista à Revista Veja em 1981 onde falou das suas impressões, sendo intitulado pela revista como “maior autoridade brasileira em Roma”. (Anexo A). O cardeal teceu duras críticas à CEB, e defendia com veemência o magistério tradicional da Igreja Católica. A entrevista foi intitulada “*A política destrói a Igreja: o influente prefeito da Congregação para a Evangelização dos Povos denuncia a esquerda e sua infiltração nas comunidades de base*”. (VEJA, J. A. Dias Lopes, 1981)

VEJA – *Essa preocupação vai conseguir “deslocar o centro da Igreja para o povo”, como afirmam seus partidários?*

DOM AGNELO – Não, isso passa. Essa Igreja “popular”, como alguns a chamam, não é a Igreja que Cristo estabeleceu. E, no fundo, o que essa Igreja quer é controlar o povo e levá-lo na direção da práxis marxista. Além disso, convém lembrar que

²⁹ “Dom Agnelo Cardeal Rossi [...] foi um sacerdote católico brasileiro, décimo sexto bispo de São Paulo, sendo seu quarto arcebispo e segundo cardeal. Foi o brasileiro que mais alto subiu na hierarquia eclesiástica, sendo considerado o maior expoente da Igreja do Brasil, chegando a ser cardeal-decano do Culégio Cardinalício.” Nasceu em 04 de maio de 1913 em Joaquim Egídio, SP e morreu em 21 de maio de 1995 em Indaiatuba, SP.

Disponível em: <<http://www.arquisp.org.br/historia/dos-bispos-e-arcebispos/arcebispos/dom-agnelo-cardeal-rossi>> Acesso em: 18.05.2018

uma das palavras mais exploradas hoje em dia, inclusive dentro da Igreja, é “povo”. Às vezes, um grupinho se arvora o direito de ser povo.

VEJA – *Quando o senhor se refere a “essa teologia errada” está falando da Teologia da Libertação?*

DOM AGNELO – Teologia da Libertação é outro termo equívoco. Tem alguma coisa nela, admito, que pode ser aplicada no bom sentido. Mas, infelizmente, ela está sendo deturpada com mais frequência. Seu sentido é uma “libertação” política, ideológica e, conseqüentemente, em grande parte ela torce a doutrina da Igreja. Seus teólogos apresentam o Cristo homem, enfatizando mais o aspecto social da vida do homem. O aspecto social é importante. Mas, para nós, religiosos, não pode ser o **mais** importante. (VEJA, p.08, 27 de maio, 1981, Grifo do autor).

Os teólogos da libertação por sua vez sustentavam a ideia de que “o grito dos oprimidos” não se tratava apenas de pobres, mas de pessoas massacradas pelo sistema capitalista, a Igreja então entraria como mediadora e porta voz das classes menos favorecidas da sociedade, a “opção pelos pobres”, para que estes protagonizassem sua própria libertação. É importante ressaltar que neste momento o foco eram os pobres da América Latina, nesta categoria estavam inseridos: negros, desempregados, indígenas, dentre outros.

Um dos mais conhecidos entre os teólogos da libertação é Leonardo Boff, sua “reflexão teológica é uma prática sobre a libertação popular fundamentando a participação das comunidades de base na vida da Igreja”. O Vaticano altamente conservador lutou para não reconhecer a nova perspectiva de Igreja, pois uma força que vinha do “povo cristão” podia ser vista como ameaça para a centralização do poder romano. Leonardo Boff, antigo frade, destituído do seu ministério pela Igreja Católica devido seu pensamento sobre a teologia da libertação foi duramente criticado. A imagem abaixo é uma das inúmeras acusações ao teólogo da libertação.

Imagem 2 - Vaticano acusa Boff de Ameaçar Fé



Fonte: CPT/MA (1985)

Para Leonardo Boff a teologia da libertação tem a função de falar também de política, economia, educação e de qualquer assunto “conquanto fale não politicamente ou economicamente, mas teologicamente sobre estas instâncias, vale dizer, à luz de Deus”. (BOFF, 1980 apud ARDUINI, 1986, p.11). Assim Boff ressalta que pode-se produzir uma autêntica teologia sobre Deus e também sobre política, economia e libertação social. Arduini (1986, p.11) afirma que uma das críticas sobre a teologia da libertação é o perigo desta reflexão teológica da realidade social ou política alcançar um reducionismo político ou sociológico da fé “mas isto seria condenar uma teologia, contrariando a própria natureza da teologia”.

Ainda o mesmo autor ressalta que a teologia da libertação busca olhar e compreender o contexto da América-Latina teologicamente “isto é, à luz da fé”, muitos temas podem ser discutidos: “Deus, a criação, Cristo, sacramentos, a Igreja, a espiritualidade”. (ARDUINI, 1986, p.12). Deste modo, os teólogos da libertação se respaldam dizendo que não há exclusão do sujeito religioso de seu campo, mas esta Igreja da América Latina tem a opção pelo pobre.

Em entrevista publicada por “II Regno Attualità”, de 15 de abril de 1984, o próprio Gustavo Gutiérrez explica como surgiu a teologia da libertação. Nasceu em 1968, algumas semanas antes da Conferência do Episcopado Latino-americano de Medellín. Gutiérrez fora convidado a fazer conferência a padres e leigos, em Chimbote, no Peru, sobre o tema “Teologia do Desenvolvimento”. Quando começou a preparar o trabalho, descobriu que “era mais bíblico e mais teológico falar de uma

teologia da libertação do que de uma teologia do desenvolvimento.” E assim surge uma teologia da libertação, por motivação bíblica e teológica. E não prioritariamente por motivação política. (ARDUINI, 1986, p.13).

Para Arduini (1986) existe uma predominância do povo que se baseia na fé cristã, estando misturada com elementos religiosos das culturas nativas. Assim, a teologia está preocupada em responder um povo “predominantemente crente, mas injustamente empobrecido.” Estas reflexões sugerem um questionamento acerca da situação de opressão, “sobretudo quando se pensa que esse povo é crente”, assim homens e mulheres influenciados pela ciência e técnica questionam o sentido da fé. “O homem latino-americano, crente, mas despojado pela pobreza, interpela a economia, a política, a estrutura social injusta. E pergunta qual o sentido que essa realidade desumana tem perante a fé.” (ARDUINI, 1986, p.15)

1.5 Franciscanos e as perspectivas diante de novos territórios

Consideramos relevante retratar a história das origens da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, de como esta instituição fora fundada e em quais condições chegaram ao Brasil e especificamente ao Maranhão, uma vez que seu campo de atuação não se restringiu a este estado, mas se expandiu também para o Piauí. Hoje, sessenta e cinco anos após a chegada dos pioneiros, a província continua atuando com suas paróquias e projetos sociais espalhados pelas capitais e interiores do Maranhão e Piauí.

Deste modo, consideramos necessária a discussão acima sobre o contexto religioso, político e processo de (re)configuração nas estruturas da Igreja Católica em meio as rupturas da sociedade no século XX. Assim, podemos agora compreender algumas questões como a inserção da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção³⁰, aqui destacada, em movimentos sociais como: saúde, educação e luta pela terra. Temos como foco principal a participação desta província em conflitos agrários onde se posicionaram publicamente em defesa do lavrador diante da violência que se espalhava pelo campo. Contavam ainda com o apoio da Província Franciscana Saxônia da Santa Cruz - Alemanha (Província-Mãe)³¹ e do

³⁰ Nas décadas que aconteceram os conflitos de terra mediados pelos franciscanos esta instituição ainda não atendia a categoria de província, no entanto optaremos por este termo por uma questão didática a fim de não atrapalhar a compreensão do processo historiográfico.

³¹ Chamada de Província-Mãe, porque os primeiros franciscanos da futura Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, fundada no Brasil foram enviados da Província Franciscana Saxônia da Santa Cruz, responsável por manter financeiramente estes frades no Brasil. Antes de chegar a categoria de província a instituição fundada no Brasil passou por várias categorias: 1) Fundação Nossa Senhora da Assunção (1952-1964); 2) Comissariado Nossa Senhora da Assunção (1964-1967); Custódia Nossa Senhora da Assunção (1967-1992); Vice-Província (1992- 2004); sendo elevada à Província em 2004 permanecendo até os dias atuais.

bispo da Diocese de Bacabal, D. Fr. Pascásio Rettler, OFM este foi o quinto bispo franciscano do estado do Maranhão e o primeiro da Diocese de Bacabal.

Imagem 3 - Posse de D. Fr. Pascásio Rettler em Bacabal, MA (1968)



Fonte : Willeke, OFM (1978). À esquerda o Custódio Fr. Bartolomeu, OFM³², no centro D. Fr. Pascásio Rettler, OFM e à direita o Núncio³³ D. Sebastião Baggio.

Antes de serem enviados para o Brasil os frades da Província Franciscana Saxônia da Santa Cruz³⁴, já tinham um polo de missão na China, mas o clima de tensão naquela região os obrigou a voltar para a Alemanha. Em 1950 voltaram 14 frades da China por questões de saúde e por causa da pressão do Regime Comunista. Em 1951 estavam presos 23 missionários em regime fechado ou em prisão domiciliar, estavam em liberdade apenas 7, deste modo, não demorou a saída de todos do país. Assim, em 1948, depois de 44 anos de missão na China os frades da Província Franciscana Saxônia da Santa Cruz foram expulsos. (LÖHER, OFM, 2009, p.7).

³² Fr. Bartolomeu Pickhard, OFM foi Custódio da “Custódia Nossa Senhora da Assunção” nos anos de 1967-1976. Chegou ao Brasil em dezembro 1962 e Retornou para a Alemanha em 1982.

³³ “Um **núncio apostólico** ou **núncio papal** é um representante diplomático permanente da Santa Sé – não do Estado da Cidade do Vaticano – que exerce o posto de embaixador. Representa a Santa Sé perante os Estados (e perante algumas organizações internacionais) e perante a Igreja local. Costuma ter a dignidade eclesiástica de arcebispo. Normalmente reside na nunciatura apostólica, que goza dos mesmos privilégios e imunidades que uma embaixada.”

Disponível em <<http://blogs.opovo.com.br/ancoradouro/2012/02/10/escolhido-o-novo-nuncio-apostolico-para-o-brasil/>> Acesso em: 14 de jul. 2018.

³⁴ “**PROVÍNCIA** – Conjunto de conventos que constituem uma unidade com governo autônomo. O respectivo superior regional chama-se provincial.” (WILLEKE, OFM, 1978, p.9).

Em virtude de tais acontecimentos eles cogitaram a ideia de novos territórios para o engajamento missionário, pois segundo os franciscanos este é um aspecto fundamental da vida religiosa. Fr. Dietmar Westemeyer, OFM³⁵ enfatiza esta importância em carta direcionada aos frades em maio de 1950: “Uma Província Franciscana precisa de Missão para a sua vida interna e os jovens que procuram na Ordem, uma oportunidade de uma vida missionária.” (WESTEMEYER, OFM apud. LÖHER, OFM, 2009, p.13).³⁶

A Província da Saxônia recebeu o convite do Governo Geral da Ordem em Roma de fixarem novo campo de missão na Bolívia, mas consideraram inviável, pois não havia possibilidade de enviar 12 frades para lá, uma das exigências solicitadas, isto, por razão da perda de muitos frades na guerra. A busca por novos territórios foi um tema bastante discutido nas reuniões do definitório³⁷ nos anos de 1950 e 1951. Os definidores se reuniram entre os dias 19 e 20 de fevereiro de 1951, discutiram a questão da Missão na China e sobre o reaproveitamento dos frades que estavam voltando de lá. Assim, deliberou-se sobre localizar um novo campo para a missão, deste modo, decidiram enviar Fr. Dietmar Westemeyer, OFM ao Brasil para sondar o território.

A Província da Alemanha já tinha interesse pelo território brasileiro, desde 1950 o Fr. Dietmar Westemeyer, OFM se correspondia com a Província de Santo Antônio no Brasil. “A Saxônia se sentia ligada ao Brasil, porque de 1891 a 1901 restaurara as duas antigas províncias brasileiras agonizantes de Santo Antônio e da Imaculada Conceição continuando em seguida a mandar muitas vocações.” (WILLEKE, OFM, 1978, p.38).

Willeke, OFM relata que se pensou em vir, preferencialmente, para terras do Maranhão e Piauí no Brasil por causa de uma solicitação de D. Adalberto Accioli Sobral, arcebispo de São Luís (1947-1951), mas antes esse pedido fora feito para uma província brasileira, a de Santo Antônio.

Setenta anos após a morte de Frei Ricardo do Sepulcro, o arcebispo de São Luís Dom Adalberto Sobral deu os primeiros passos para reatar no Maranhão as tradições franciscanas quase trisseculares, pedindo religiosos à Província de Santo Antônio com sede no Recife, em 1950. (WILLEKE, OFM, 1978, p.38)

³⁵ Fr. Dietmar Westemeyer, OFM, Provincial da Província Franciscana Saxônia da Santa Cruz que enviou os quatro pioneiros para o Brasil em 1952.

³⁶ “Kutzner, “Westemeyer”, 396 in “Management und Minoritas” Beiheft I in Saxônia Franciscana (citado por Kutzner)”. (LÖHER, 2009, p.13)

³⁷ **DEFINIDOR:** “Conselheiro do custódio ou provincial.” O **definitório** é uma Assembleia dos definidores para tomadas de decisões referente à instituição. (WILLEKE, OFM, 1978, p.9)

No entanto, a Província de Santo Antônio não atendeu ao pedido de D. Adalberto Accioli Sobral, mas cederam à Província Franciscana Saxônia da Santa Cruz os direitos territoriais sobre o Maranhão e Piauí.

Fr. Dietmar Westemeyer, OFM viajou para o Brasil em 1951 para estreitar as relações com as autoridades eclesiásticas, passou primeiro por Piripiri, PI e em 21 de julho chegou a São Luís, MA. Por ocasião da morte do arcebispo D. Adalberto Accioli Sobral em 24 de maio de 1951³⁸, Fr. Dietmar Westemeyer, OFM tratou da vinda dos franciscanos com o Vigário³⁹ Mons.⁴⁰ Luís Madureira, este levou adiante a promessa de D. Adalberto de trazer para o Maranhão a comunidade franciscana. O novo arcebispo de São Luís D. José de Medeiros Delgado (1951-1963) também deu continuidade a este projeto.

Também Dom José de Medeiros Delgado, até então Bispo de Caicó, RN, e nomeado bispo de São Luís, deu todo o apoio ao plano da Saxônia, de modo que esta procedeu aos preparativos para a fundação pedindo e obtendo da Cúria Geral de Roma o decreto de anexação do Maranhão e Piauí à mesma Província. (WILLEKE, OFM, 1978, p.39).

A viagem de Fr. Dietmar Westemeyer, OFM ao Brasil concretizou-se de 04 de julho a 10 de setembro de 1951, visitou vários conventos da Província Santo Antônio e as missões na Amazônia. Ele foi acompanhado pelo Definidor⁴¹ da Província de Santo Antônio, seu intérprete, o Fr. Romualdo Krümpelmann, foram à Teresina, PI para encontrar D. Felipe Conduru Pacheco, Bispo de Parnaíba, PI, posteriormente os três viajaram para São Luís, MA. Segundo Löher, OFM (2009, p.16) o Provincial da Saxônia Fr. Dietmar Wesmeyer, OFM relatou a necessidade que a região tinha de obter ajuda de fora, referindo-se ao Maranhão e Piauí.

O Vigário Capitular da Arquidiocese de São Luís teria mencionado durante a viagem pela cidade que as perspectivas do futuro seriam mais para pior que para melhor. Assim a esperança para o melhoramento da situação religiosa e eclesial estaria unicamente voltada para a solidariedade de religiosos estrangeiros, especialmente da Europa. Parece que os bispos tem a mesma convicção, só que nem todos tiram as consequências com a mesma energia. “Já antes da nossa chegada, o Vigário Capitular tinha pedido ao núcleo Apostólico todas as autorizações necessárias, se por ventura algo se concretizasse”. Depois de escutar a proposta sobre a oferta da paróquia em São Luís, P. Dietmar estava convencido: “Quanto aos nossos planos, acho que posso apoiar esta proposta: 1. é uma ajuda absolutamente necessária 2. é um complemento bom para com a outra oferta, porque é pastoral

³⁸ “A lápide de seu túmulo encontra-se no presbitério da Igreja da Sé em São Luís.” (LÖHER, OFM, 2009, p.15).

³⁹ Vigário: é o substituto do coordenador ou do guardião de uma fraternidade. (HILLEBRAND, OFM, 2001, p.99).

⁴⁰ **Sigla de Monsenhor:** “Título dado a certos sacerdotes da Igreja Católica. — A palavra, que vem do italiano monsignore, significa meu senhor. Recebem este título patriarcas, arcebispos, bispos e pessoas ligadas ao serviço doméstico do papa; já os cardeais não recebem esse tratamento.” (DINAMAR, 2008).

⁴¹ “Membro do governo geral ou provincial, conselheiro do ministro geral ou provincial”.

urbana 3. é um trabalho pioneiro 4. é na sede do Arcebispado 5. é um trabalho diversificado, porque todos os trabalhos com todas as classes de pessoas da cidade e do interior foram solicitados.” (LÖHER, OFM, 2009, p.16)

Em relatório de viagem *Mitteilungen*⁴², (1951, p.40) Fr. Dietmar Westemeyer, OFM destaca que em sua volta para a Alemanha ele passou nos Estados Unidos para solicitar ajuda financeira aos seus confrades para a nova missão.

Após a volta de Fr. Dietmar Westemeyer, OFM para a Alemanha, o definitório decidiu, segundo Löher, OFM (2009, p.16) por unanimidade em favor de assumir Paróquias em São Luís, MA e em Piriipiri, PI. Ainda, os mesmos adiaram o projeto de ir para Monte Alegre na Prelazia⁴³ de Santarém na Amazônia Legal, lugar na qual havia visitado, tinham interesse também por esta região pelo fato de dar acesso aos indígenas que estavam situados à beira dos Rios Maicuru, Paru de Este e Jarí.

Depois de deliberada a decisão de aceitar as paróquias para iniciar os trabalhos em terra brasileira a Província da Saxônia enviou a declaração em 3 de outubro de 1951 para o Ministro Geral da Ordem dos Frades Menores, para D. Felipe Pacheco Conduru, Bispo de Parnaíba, PI, para Mons. Madureira, para o Vigário Capitular de São Luís e para D. José de Medeiros Delgado que de acordo com Löher, OFM (2009, p.17) o mesmo ainda não havia assumido a Arquidiocese de São Luís, mas já havia sido nomeado, no entanto estava ainda como Bispo da Diocese de Caicó, RN.

O Bispo de Parnaíba, PI respondeu a carta da Província da Saxônia em 12 de novembro de 1951, agradeceu as saudações e se desculpou pela demora em responder, pois aguardava o posicionamento de padres da diocese que foram consultados sobre o assunto. Um trecho da carta de D. Felipe Conduru dizia que todos os padres consultados consideraram a vinda dos missionários franciscanos para o Brasil uma grande bênção para a diocese.

Assim a Diocese de Nossa Senhora das Graças de Parnaíba oferece a Província da Saxônia da Ordem dos Frades Menores com muito prazer a Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios, em Piriipiri, *ad nutum Sanctae Sedis*, para que pela atuação dos Frades Menores a fé Católica seja nela aumentada mais abundantemente. Para evitar dificuldades futuras, juntamos umas condições ao contrato escrito... Recomendando-nos a nós e nossa Diocese às orações e aos sacrifícios de todos os frades menores, continuamos em Nosso Senhor Jesus Cristo seu devotado *Philippus Benitius* Conduru Pacheco, Bispo de Parnaíba. (LÖHER, OFM, 2009, p.17).

⁴² **MITTEILUNGEN:** “Mitteilungen aus der Sächsischen Franziscanerprovinz von Hl. Kreuz” (Comunicações da Província Saxônia da Santa Cruz). (Löher, OFM, 2009, p.426). Fr. Eurico Löher fez bastante referência a essas comunicações em sua obra “Franciscanos no Maranhão e Piauí 1952 a 2007”

⁴³ **PRELAZIA:** “Dignidade ou jurisdição de Prelado.” (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS) **PRELADO:** “Título de honra atribuído a certos eclesiásticos que ocupam cargos altos e muito importantes dentro da Igreja Católica (bispos, arcebispos, chefes de ordens religiosas); ordinário.” (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS) Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/prelazia/>> Acesso em: 20 de dez. 2017.

Quanto aos tramites legais Willeke, OFM (1978, p.50) destaca que o primeiro documento importante da Fundação de Nossa Senhora da Assunção foi o decreto emitido pela Cúria Geral da Ordem Franciscana, cujo texto deliberava a separação dos estados do Maranhão e Piauí da Província de Santo Antônio e a entrega para a Província Franciscana Saxônia da Santa Cruz. O Decreto Original foi escrito em latim e encontra-se no Arquivo da Secretaria das Missões dos Frades Menores, na Cúria Geral em Roma – Itália, Protocolo V. nº 86/51. Segue a tradução do Decreto do latim para a língua portuguesa/Brasil.

Roma, 26 de outubro de 1951.

Decreto

No intuito de promover o desenvolvimento cada vez maior da nossa Ordem, para o bem espiritual das almas, nos vários territórios do mundo, esta Cúria achou oportuno destinar religiosos nossos para a parte setentrional da Republica brasileira.

Levando em consideração o mútuo acesso dos Ministros Provinciais da Província de Santo Antônio do Brasil e da Província Saxônia da Santa Cruz na Alemanha, e ouvido o voto favorável do Revmo. Definitório Geral dado ontem, separamos, em virtude das presentes letras, do território da Província de Santo Antônio do Brasil e declaramos separados os dois Estados civis do Maranhão e Piauí no Brasil setentrional, os quais confiamos e mandamos que sejam entregues à Província da Saxônia da Santa Cruz, a qual aos poucos tratará de aí erigir um comissariado provincial.

Dado em Roma, na Cúria Geral de Santa Maria Medianeira, no dia, mês e ano supra.

Frei Agostinho Sépinski
Ministro Geral
Por ordem de S. Paternidade Revma.
Frei Hermes Peeters, O.F.M.
Secretário das Missões.

Percebemos que havia uma preocupação e negociação dos padres alemães e brasileiros para que os franciscanos assumissem paróquias no Brasil. Estas negociações eram de cunho religioso, jurídico e social. Várias questões se apresentaram diante da dúvida do novo campo, das dificuldades diante do idioma, dos choques culturais, etc.

1.6 Os Pioneiros - 1952

Após decidirem mandar frades da Província Franciscana Saxônia da Santa Cruz para o Brasil, dez dias depois os missionários escolhidos estavam em Werl, Alemanha para tratar dos detalhes da viagem. Fr. Eraldo Stuke, OFM decidiu ir fazer uma experiência de algumas semanas em uma mina de carvão localizada em Bochum, Alemanha, antes da partida para o Brasil. Os outros missionários começaram a fazer palestras e pregações com o tema “Missão” para colaborar financeiramente com os custos da viagem.

De acordo com Löher, OFM (2009, p.21) os quatro primeiros frades chegaram ao Brasil em 30 de janeiro de 1952. Depois de resolverem as questões burocráticas da Alfândega foram de avião para Salvador em 25 de fevereiro. Depois foram para Ipuarana, na Paraíba para se dedicarem ao estudo do idioma brasileiro.

A religiosidade da população de Ipuarana foi um aspecto que chamou a atenção de Fr. Alberto Mersmann, OFM, este relata:

Hoje entendo melhor, porque muitos do nosso reduto vocacional – 9 frades desta província nasceram nas dioceses de Münster e Paderborn – foram para o Brasil. Não quero de forma alguma desmerecer o nosso trabalho na Alemanha. Mas acho que aqui no Brasil a gente sente mais intensamente, porque se tornou sacerdote. Aqui o povo espera pelo sacerdote; ele pode abençoar de mão cheia, pode se dedicar e se sacrificar. O que os frades contam sobre as missões populares é muito animador. Quer dizer, não é assim em toda parte. As cidades do litoral não são o Brasil. No interior, o povo é diferente. Esta região de Ipuarana é um bom exemplo, como o povo pode ser influenciado, quando há um atendimento regular: prática religiosa como na região católica de Münster, melhor ainda. Nesta região, a situação sócio-econômica é sadia e em ordem. Cada família tem seu pedaço de terra e consegue viver bem com a produção de agave e mandioca. Sinal externo disso: na maioria das casas limpas, feitas de tijolo. (MERSMANN, OFM apud LÖHER, OFM, 2009, p.21).

Os pioneiros foram: Fr. Teodoro Scholand, OFM, Fr. Alberto Mersmann, OFM⁴⁴, Fr. Celso Schollmeyer, OFM⁴⁵ e Fr. Eraldo Stuke, OFM⁴⁶. Deste modo, instituiu-se a “Fundação Nossa Senhora da Assunção”, que teve por primeiro superior Fr. Teodoro Scholand, OFM que fora nomeado pela Província da Saxônia (Província-mãe) e como conselheiros Fr. Alberto Mersmann, OFM e Fr. Eraldo Stuke, OFM. Escolheram como padroeira Nossa Senhora da Assunção para nomear a Fundação, em homenagem ao Dogma da Assunção⁴⁷. De acordo com Löher, OFM (2009) a escolha deste nome foi uma proposta de Fr. Solano Kühn, OFM⁴⁸.

⁴⁴ “Fr. Alberto Mersmann serviu à Fundação, entre outros, como conselheiro, guardião, pároco, pedagogo e professor, sempre em São Luís. Trabalhou na Faculdade de Enfermagem, no Serviço Social, na coordenação da catequese, nos departamentos de Filosofia e Teologia da UFMA. Foi diretor no Centro de Estudos Teológicos, como coordenador pastoral e no Seminário Maior de São Luís.” (HILLEBRAND, OFM, 2001, p.104).

⁴⁵ “Fr. Celso Schollmeyer, foi conselheiro, guardião e pároco”. (HILLEBRAND, OFM, 2001, p.104).

⁴⁶ “Na segunda semana do Advento, os quatro missionários vieram a Werl para empacotar e despachar as caixas. Aos 5 de janeiro de 1952, eles mesmos se apresentaram para a viagem. Frei Eraldo formulou assim: “Voltei com os Santos Reis Magos (do cativeiro na Rússia) e estou pronto para partir de novo com os Santos Reis Magos.”¹⁹” (LÖHER, OFM, 2009, p.20)

⁴⁷ O Dogma da Assunção consiste na fé que Maria, mãe de Jesus foi elevada ao céu de corpo e alma. Este dogma foi proclamado pelo Papa Pio XII em primeiro de novembro de 1950. (DIOCESE DE SANTOS, 2015)

⁴⁸ Fr. Solano Kühn, OFM chegou ao Brasil em outubro de 1952, foi diretor do Colégio Nossa Senhora dos Anjos – CONASA, conselheiro, guardião, pároco e educador. Morreu em 28 de outubro de 1989. (HILLEBRAND, OFM, 2001, p.104). Uma observação sobre Fr. Solano Kühn é que seu nome de batismo é Fr. Jodokus Kühn, no entanto Fr. Teodoro Scholand considerou que a pronúncia do nome do confrade não soava bem na língua portuguesa, assim mudaram para Fr. Solano.

Imagem 4 - Fr. Teodoro Scholand
(Superior 1952-1955)



Retornou para a Alemanha em 1956
*29/07/1911 +09/05/1995
(Morreu na Alemanha)

Imagem 5- Fr. Alberto Mersmann



*06/01/1912 +22/04/1978
(Morreu no Brasil/São Luís)

Imagem 6 - Fr. Celso Schollmeyer



Retornou para a Alemanha em 1980
*11/03/1920 +24/12/1994
(Morreu na Alemanha)

Imagem 7 - Fr. Eraldo Stuke



Retornou para a Alemanha em 1982
*12/02/1913 +10/04/2004
(Morreu na Alemanha)

Ao chegarem assumiram primeiramente a Paróquia Nossa Senhora dos Remédios⁴⁹ em Piri-piri, PI em primeiro de janeiro de 1953 e em primeiro de março do mesmo ano assumiram a Paróquia São Judas Tadeu⁵⁰ em São Luís, MA, iniciando de fato as atividades pastorais, isto é, o efetivo contato com a população. D. Delgado empossou Fr. Alberto Mersmann, OFM como primeiro pároco e como ainda não tinham lugar para a nova paróquia fizeram da Capela Santa Teresinha no Filipinho como Matriz provisória.

A Custódia Nossa Senhora da Assunção teve a sua primeira comunidade franciscana, em São Luís do Maranhão, onde chegaram Frei Alberto Mersmann e o saudoso Frei Ambrósio Kraemer⁵¹, em meados de novembro de 1952, e semanas depois o superior da Fundação Frei Teodoro Scholand e Frei Aduato Schumacher, sendo todos hóspedes do Sr. Arcebispo D. José de Medeiros Delgado. A 8 de dezembro, celebrou-se o contrato entre a Autoridade Arquidiocesana de São Luís e a Província Franciscana de Santa Cruz, representada por Frei Teodoro, quanto à fundação de uma residência franciscana na capital maranhense e à entrega da futura Paróquia de São Judas Tadeu <<*pleno iure ad notum Sanctae Sedis*>>. A 14 de dezembro, os frades foram encarregados da capela de Santa Teresinha, no bairro de Filipinho. Em fevereiro de 1953, a comunidade religiosa deixou o palácio arquiépiscopal, passando a residir em Filipinho. A 28 desse mês, D. Delgado criou a Paróquia de São Judas Tadeu, empossando, a 1º de março, o vigário Fr. Alberto. Como igreja matriz provisória funcionou a Capela de Santa Teresinha em Filipinho. (WILLEKE, OFM, 1978, p.51-52) .

⁴⁹ A Paróquia Nossa Senhora dos Remédios foi fundada em 1864 e Fr. Eraldo Stuke foi o primeiro pároco franciscano desta paróquia. (HILLEBRAND, OFM, 2001, p.5).

⁵⁰ “O nome da Paróquia **São Judas Tadeu** se originou de uma promessa do Sr. Cláudio Brandt, antes de nossa chegada, de promover a fundação de uma paróquia com este título, para a qual ele adquirira da Prefeitura um terreno no Monte Castelo. Este foi destinado por Dom José Delgado à Matriz de Nossa Senhora da Conceição, no Monte Castelo, ficando os frades com a incumbência de procurar outro, depois da criação da paróquia (SL, 15s).” (HILLEBRAND, OFM, 2001, p.5).

⁵¹ Frei Ambrósio nasceu em 30 de agosto de 1899 em Neu-Holthausen, Alemanha. Emitiu a **Profissão simples** (momento de renovação dos votos na Ordem, mas ainda não definitivos) em 1932 e logo foi para a missão na China, segundo o cronista, este era seu desejo desde os 18 anos de idade. Se dedicou à missão em Tsinan durante 16 anos. Mesmo após a ocupação comunista em 1948 ele continuou na China prestando serviços com outros dois missionários (não identificados) cuidando dos soldados feridos no hospital militar improvisado, mas em 1951 foi exilado pelo governo comunista encerrando sua missão naquele local após 19 anos de dedicação. Antes de voltar para a Alemanha escreveu ao Provincial da Saxônia se colocando como voluntário para ir ao Brasil: “<<*Desde a minha juventude desejei ir para o Brasil, continuando com o mesmo propósito na Ordem. Se depender de mim, irei desta vez*>>.” Fr. Ambrósio chegou ao Brasil em 08 de junho de 1952 e colaborou com as instalações da Custódia durante 25 anos principalmente em Bacabal e São Luís. Sua última visita a sua terra natal foi em 1972, onde se submeteu a um tratamento sério de coração, asma e pernas inchadas, os médicos então aconselharam que não voltasse mais ao Brasil, no entanto o frade se sentia desambientado em sua terra, então o deixaram retornar, assim ainda dirigiu a oficina mecânica dos frades, cuidou da horta e das abelhas. Este faleceu em 29 de agosto de 1977 na Santa Casa de Misericórdia dada como uma das causas Parada Cardíaca. Fr. Ambrósio compunha a comunidade franciscana no Convento da Glória, no bairro Alemanha, São Luís, MA desde 1971. Foi sepultado em 30 de agosto no cemitério dos franciscanos em Bacabal, localizado ao lado da Igreja Matriz de São Francisco das Chagas. “Um confrade, que privou com Frei Ambrósio tanto na China como no Brasil, escreve: <<Frei Ambrósio viveu na missão o ideal de santo franciscano praticando a piedade genuína, sem desvios nem falhas; para todos nós, tanto na China como no Brasil, figurava ele como exemplo vivo e luz apontar o caminho para Deus>>. (WILLEKE, OFM, 1978, p.135-136)

Em outubro do mesmo ano chegaram ao Brasil Fr. Américo Gördes, OFM⁵² e Fr. Roberto Josef Schulte, OFM⁵³. Willeke, OFM (1978) relata que a casa aonde ficaram era “acanhada”, entende-se pela expressão dele que estava em situação inapropriada para receber os missionários, então os mesmos ocuparam uma casa vizinha, nesta funcionou uma escola paroquial durante um ou dois anos, pois o cronista não soube precisar a data.

Em abril de 1954 os franciscanos receberam da Mitra um terreno no bairro João Paulo em São Luís, MA destinada para a construção da Igreja Matriz de São Judas Tadeu, ocuparam neste terreno uma casa que Fr. Roberto Josef Schulte, OFM aumentou e adaptou.

Assim Willeke resumiu uma caminhada longa e enervante. Mas qual foi o alívio dos frades com o final feliz, pode se verificar no relato das comunicações da Província: De São Luís frei Teodoro deu na carta de 22 de abril (1954) a notícia esperada com ansiedade: finalmente também para a futura Matriz de São Judas Tadeu foi achado e comprado um terreno num local central! “Mas agora a notícia mais importante: pressionados pela situação, fizemos uma compra: compramos o terreno para a Matriz de São Judas Tadeu. Como já frisei várias vezes, nada daquilo que a arquidiocese ofereceu prestou para a futura matriz, também não o terreno do Convento. Agora soubemos por sorte ou por destino que uma mulher que precisava de dinheiro urgente queria vender duas parcelas, cada qual 10x45 m. No terreno há muitas fruteiras que dão sombra, também um coqueiro com 50 cocos para os quais olho no momento com muito carinho. Há uma casinha com dois quartos, alpendre, cozinha depósito e corredor interno na frente dos quartos. O terreno está situado na avenida principal asfaltada, mais ou menos no meio entre as Vicentinas e o mercado de João Paulo, mas do outro lado da avenida, do lado mais favorável do vento de modo que poeira e barulho vão para o outro lado; ao mesmo tempo, fica na rua lateral que vai da avenida direto para o terreno do convento, distante uns 600 m (Rua Antônio Baima). O terreno fica portanto bem no centro da Paróquia São Judas Tadeu. Compramos a terceira parcela anexa de modo que agora temos à nossa disposição um terreno 30x45 m para construir a igreja. E isto basta. Se calculamos para a igreja uma metragem de 12x30, será ainda a igreja maior de São Luís. – A Arquidiocese efetua a compra; paga com o dinheiro doado pelo Senhor Brand para a construção da igreja de São Judas Tadeu. No início o Sr. Brand não concordou, mas depois aceitou a proposta porque o dinheiro se desvalorizava cada vez mais. Como o terreno me parecia o melhor que podíamos conseguir a estas alturas, incentivei Frei Alberto para agir rápido. Ele correu como cão de caça. Em três dias o negócio se realizou. No último dia, os protestantes, que tem logo atrás uma pequena escola, ainda queriam atravessar o negócio. Mas a mulher ficou firme. (LÖHER, OFM, 2009, p.141).

Logo Fr. Alberto Mersmann, OFM deu início as atividades no local. Seu confrade Fr. Américo Gördes, OFM relata as dificuldades encontradas neste processo de início de atividades pastorais. Destaca que moravam mais pessoas no bairro João Paulo do que no bairro Filipinho e que as pessoas não rezavam e não cantavam muito, fez uma comparação com os recém-convertidos das comunidades que atuaram na China, considerava-os melhor,

⁵² Fr. Américo Gördes foi um dos missionários que voltaram da China, morreu em 22 de abril de 1975. (HILLEBRAND, OFM, 2001, p.104).

⁵³ Fr. Roberto Josef Schulte, trabalhou como jardineiro, mecânico e administrador, atendeu sobretudo as residências dos franciscanos em Bacabal, São Luís e Vitorino Freire. Nasceu em 27 de agosto de 1911 e morreu em 30 de setembro de 2000. (HILLEBRAND, OFM, 2001, p.104).

pois havia mais participação, assim ressalta: “pelo menos se rezava”. (LÖHER, OFM, 2009, p.141)

Podemos perceber que uma das reclamações constantes é que o Brasil era um país que necessitava bastante de missionários, podemos visualizar isto nas observações feitas por eles, que o “povo” não acompanhava os costumes religiosos, tinham dificuldades de exercer algumas práticas direcionadas aos fiéis, para eles a falta de sacerdotes em diversas regiões era um dos fatores que ocasionava esta situação.

1.7 Chegada dos franciscanos em Bacabal

As correspondências trocadas entre a Custódia no Brasil e a Província da Saxônia, citadas na íntegra por Fr. Eurico Löher, OFM (2009) apontam que a ideia de ir para Bacabal, MA foi do arcebispo de São Luís, MA, após perceber que os frades não pretendiam ficar apenas nas capitais.

Ao longo do trabalho perceberemos que eles buscaram povoados de difícil acesso para os serviços pastorais, regiões onde ninguém queria ir pela dificuldade de acesso e pela pobreza socioeconômica, em cujo período chuvoso era inviável entrada e saída de alguém. Fr. Eurico Löher, OFM traz em sua obra *“Franciscanos no Maranhão e Piauí 1952-2007”* a correspondência na íntegra de Fr. Teodoro Scholand, OFM, onde cita pela primeira vez a cidade de Bacabal para a Província na Alemanha, a correspondência data de 20 de fevereiro de 1953, deste modo ele relata:

Com certeza você lembra que escrevi numa das cartas anteriores, que planejamos atender umas paróquias na Serra de Desordem sem compromisso fixo, para conseguir madeira por lá. Quando passei em Morros para substituir o vigário de lá por uns dez dias, - Morros é o lugar onde nos ofereceram um terreno a beira do rio maravilhoso -, Fr. Aduato falou na hora do almoço ocasionalmente sobre estas coisas. E o Arcebispo apurou os ouvidos e perguntou alegre: “Como é? Dois frades querem ir para o Interior?” Parece que ele pensava que nós queríamos ficar só na Capital, como infelizmente é a ambição de muitos clérigos. Quando responderam que sim, declarou: “Então não para Penalva! Neste caso, tenho lugares muito melhores.” No dia seguinte veio com a proposta: para Bacabal⁵⁴. Parece que é a paróquia maior no centro do Interior, mais ou menos na metade entre São Luís e Teresina, umas cinco ou seis léguas ao Oeste de Coroatá. Umas 60.000 almas – de modo que a partir de agora temos que cuidar de umas 100.000 almas. Logo mais, você pode fazer propaganda com estes números. É verdade, é uma paróquia difícil, com crescimento enorme, porque é região de imigração dos flagelados da seca no Ceará, muita gente desenraizada, grande perigo de protestantismo. Dizem que uma cidade (provavelmente exagero) virou quase que completamente protestante. ...Eu não me comprometi com nada. Não fazemos contrato nem convênio, nada. Nós só ficamos olhando, nada mais. Mas o Arcebispo é muito confiante: nós vamos gostar

⁵⁴ Grifo do cronista, (Mitteilungen, 1953, 25-26).

de ficar com a paróquia, se fossemos olhar. Então, vamos ver. (SCHOLAND, OFM apud LÖHER, OFM, 2009, p.24-25).

Não podemos deixar despercebido a forma como os padres se referem aos fiéis, os consideram enquanto almas a serem pastoreadas, há uma preocupação substancial para não perder estas pessoas para o protestantismo⁵⁵, pois estimaram que havia um número considerável de pessoas aderindo e isto para eles era bastante preocupante.

A esse respeito, não foi possível encontrar obras que tratem especificamente da chegada e expansão do protestantismo na cidade de Bacabal, no entanto a Assembleia de Deus comemorou 80 anos na referida cidade no ano de 2017 indicando que sua presença já se estabelecia desde 1937 na região. Sobre o índice de crescimento do protestantismo⁵⁶ no Brasil, Motta (2013, p.43) relata a dificuldade de encontrar dados do IBGE que revelem os dados do número de protestantes, pois não se contabilizava⁵⁷.

Em decorrência de no início da década de 1940, a Assembleia de Deus e a Congregação Cristã do Brasil possuírem cerca de cinquenta mil membros cada uma; e dez anos depois, esse número havia praticamente dobrado. Mas a década de crescimento exponencial foi a de 1950 para a AD⁵⁸. Esta iniciou o decênio de 1960 com quase um milhão de membros, atingindo um milhão e quatrocentos mil membros em 1965.

Uma carta de Fr. Dietmar Westemeyer, OFM a Fr. Teodoro Scholand, OFM datada de 07 de março de 1953⁵⁹ comparece de início uma resistência em aceitar o convite de ir para Bacabal, Fr. Dietmar, OFM declara que pretendia agir com cautela com relação a novas regiões, considerou importante não rejeitar o convite de imediato, mas ficar observando por um tempo. O mesmo, preferia uma região do Sul da Diocese de Parnaíba a uma extensão no Maranhão, pois julgava o clima melhor e com mais perspectivas para novas vocações. Destacou ainda que foi informado que quanto ao sustento financeiro, o trabalho missionário seria mais rentável que um compromisso fixo.

⁵⁵ Ler Dissertação MOTTA, Elba Fernanda Marques. “Representações de si e prática da escrita na religião: a produção de Estevam Ângelo de Souza na Assembleia de Deus no Maranhão (1957-1996)”. São Gonçalo-RJ: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2013, p.40-41. Este trabalho apresenta dados da chegada de congregações protestantes no Brasil e no Estado do Maranhão, bem como informações sobre seu crescimento nos séculos XX e XXI.

⁵⁶ Ler BORGES JUNIOR, Jerônimo Rodrigues. A participação política da Igreja Evangélica assembleia de Deus no Estado do MARANHÃO pós-1986. Teresina-PI, 2010. Autor trata da fundação e expansão do protestantismo no Brasil e estado do Maranhão, bem como sua diversificação e locais de origem das denominações evangélicas.

⁵⁷ “Quanto aos números que comprovam sua expansão, há uma discrepância quanto à regularidade em alguns dados. Isto ocorre em razão do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), à época FIBGE, não contabilizar o total de evangélicos em território nacional no período da década de 1900 a 1930 da mesma forma que havia um grande número de entidades evangélicas fazendo por conta própria a contagem de fiéis, no período de 1940 a 1960, período que abrange parte deste estudo.” (Motta, 2013, p.41-42)

⁵⁸ (AD) é a sigla que corresponde “Assembleia de Deus”.

⁵⁹ Fonte citada por Fr. Eurico Löher, carta de 07.03.1953, encontra-se no Arquivo Provincial de Werl, Alemanha.

Em 09 de abril de 1953 Fr. Dietmar Westemeyer, OFM escreve a Fr. Teodoro Scholand, OFM⁶⁰ e pede para avançarem devagar. Considerou mais importante manter mais frades em um só local e em determinado momento todos saírem para o serviço do que somente um ou dois num lugar fixo.

A Fr. Eraldo Stuke, OFM, o Provincial da Alemanha Fr. Dietmar Westemeyer, OFM escreveu em 06 de maio de 1953⁶¹ e mais uma vez pede para procederem com cautela quanto a missão em Bacabal.

Não me envolvi na distribuição dos frades. No entanto, várias vezes já adverti Frei Teodoro de proceder com cautela, devagar, para que vocês não fiquem sobrecarregados. Como agora já começou a se envolver com Bacabal, me parece que queria demonstrar ao Sr. Arcebispo que não estamos interessados em colocações bonitas na Capital. A respeito de Bacabal não vamos assumir compromisso fixo no próximo ano. (WESTEMEYER, OFM apud LÖHER, OFM, 2009, p.25).

Já estava em Bacabal Fr. Aduino Schumacher, OFM da Província da Imaculada Conceição de São Paulo, o mesmo havia solicitado de seus superiores transferência para a nova Fundação Maranhão – Piauí, o Arcebispo de São Luís, MA o havia destinado para a Paróquia Santa Teresinha em Bacabal, MA. “Aos 26 de fevereiro de 1953, Frei Aduino chegou ao novo campo de pastoral, como primeiro componente da comunidade franciscana. Levou dois meses para se ambientar e estudar a situação da enorme freguesia” (WILLEKE, OFM, 1978, p.68).

D. José de Medeiros Delgado convidou Fr. Teodoro Scholand, OFM para acompanhá-lo nas visitas pastorais pelo interior do estado em 1953, nestas consideraram o Maranhão bastante necessitado de sacerdotes, sobretudo nos interiores, o Arcebispo enfatizou que o Estado é “Terra de Missão”.

Penetrando no interior do Maranhão revelam-se sempre de novo as consequências assustadoras da falta de sacerdotes. Frei Teodoro escreve depois de uma visita pastoral com o Arcebispo no Interior aos 22 de junho:⁶² “É deprimente observar tanta miséria religiosa onde há tanta boa vontade. O Arcebispo mesmo, por sinal sempre o primeiro a enfrentar o trabalho diário de atendimento pastoral, ficava abatido e várias vezes na hora da refeição: ‘Maranhão é terra de Missão mesmo, nada mais do que Missão!’”. (SCHOLAND, OFM apud LÖHER, OFM, 2009, p.26).

⁶⁰ Fonte citada por Fr. Eurico Löher, carta de 09.04.1953, encontra-se no Arquivo Provincial de Werl, Alemanha.

⁶¹ Fonte citada por Fr. Eurico Löher, carta de 06.05.1953, encontra-se no Arquivo Provincial de Werl, Alemanha.

⁶² Mitteilungen 1953, p.29-30

Os frades da Custódia Nossa Senhora da Assunção chegaram a Bacabal⁶³ em abril de 1953 para assumir a Paróquia de Santa Teresinha. A cidade está localizada a 260 km da capital maranhense, contava com aproximadamente cinco mil habitantes.

No dia 27 de abril, chegaram na lancha <<Maria Lobo>> de São Luís os franciscanos Frei Teodoro Scholand e Frei Celso Schollmeyer. Frei Aduato e o povo esperavam à margem do Rio Mearim. Ao chegar a lancha, Frei Aduato saúda os confrades em nome do povo contente com o futuro promissor da paróquia. O pipocar dos foguetes no ar representou o grande sinal de que o povo de Bacabal era grato pela vinda dos filhos de São Francisco que sem medir esforços optaram em implantar o reino de Deus no recôncavo bacabalense. (WILLEKE, OFM, 1978, p.68).

Essa região recebeu uma grande quantidade de pessoas no ano de 1958 em virtude da grande seca no Nordeste⁶⁴. Assim, muitos deixaram o Piauí, Ceará, Paraíba e Pernambuco, tiveram que abandonar suas casas em busca de sobrevivência. Fr. Francisco Pohlmann, OFM relata a seca no Piauí em carta para a Província da Saxônia⁶⁵. Ele narra que o bispo de Parnaíba recebeu ajuda do governo, mas não era suficiente para dar suporte às famílias. Destaca ainda que havia crianças morrendo de fome, pois faltava comida e água.

A maior novidade é a chuva. Queira Deus que continue. A miséria já ficou tão grande que não conseguimos dar conta. O bispo de Parnaíba recebeu umas vezes uma quantia módica do governo que nos encaminhou para a distribuição. Mas com isso não se faz quase nada. Eu mesmo visitei nas semanas passadas uns bairros da cidade. A gente sente pena de vê como as crianças morrem de fome. A gente só vê pessoas magras e ainda falta muito tempo até a colheita. Em uns lugares do Interior o povo já não pode cozinhar a sua comida diária, porque falta água. Ainda ontem encontrei um homem do Interior que disse que tem que buscar água numa distância de 10 km. Imagine que o povo tem que andar 20 km para buscar água para beber e cozinhar! (POHLMANN, OFM apud LÖHER, 2009, p.197).

De acordo com Ferreira em *“Pioneiros ou Flagelados? Experiências de Migrantes Nordestinos no Médio Mearim-MA (1930-1960)”*, em entrevista com migrantes e descendentes de famílias que vieram para regiões do Médio Mearim⁶⁶, fugidos da seca;

⁶³ A Lei nº 932 de 17 de abril de 1920 elevou Bacabal a vila e constituiu Município homônimo. Em 1938, a vila de Bacabal foi elevada a categoria de Cidade, por força do Decreto-Lei nº 159 de 6 de dezembro de 1938 assinado pelo Dr. Paulo de Souza Ramos, então interventor Federal do Maranhão. (WILLEKE, OFM, p.67, 1978)

⁶⁴ “Sobre a seca de 1958/59, há notícias detalhadas da região de Bacabal. Em consequência da seca quase diariamente chegaram centenas de Nordestinos, - entre os quais, muitos de Piri-piri - para encontrar um refúgio na região de Bacabal e do Pindaré”. (LÖHER, OFM, 2009, p.197).

⁶⁵ Carta de Fr. Francisco Pohlmann em *Mitteillungen* 1959, 3

⁶⁶ “O Médio Mearim engloba atualmente 21 municípios entre os quais sobressaem: Bacabal, Esperantinópolis, Lago do Junco, Lago da Pedra, Lima Campos, Olho d’Água das Cunhãs, Pedreiras, Pio XII, Poção de Pedras, São Luís Gonzaga do Maranhão”. (FERREIRA, 2013, p.1) Bacabal e Pedreiras são cidades que foram desmembradas da cidade de São Luís Gonzaga.

considerou que São Luís Gonzaga⁶⁷, Bacabal e Pedreiras eram regiões que recebiam muitos migrantes. Os motivos mais frequentes que os indivíduos entrevistados apontaram para escolherem tais regiões foi o crescimento econômico em virtude da produção de arroz e algodão, as usinas, chuvas em abundância e as terras devolutas. (FERREIRA, 2011, p.142)

O mapa abaixo representa os municípios pertencentes a região do Médio Mearim⁶⁸. Há enorme dificuldade de se encontrar mapas que representem essa região com a demarcação atual do território. O espaço que hoje é denominado Médio Mearim configurava-se enquanto Alto Mearim no século XIX. Na tese intitulada “*Construção do eldorado maranhense: experiências e narrativas de migrantes nordestinos no Médio Mearim-MA (1930-1970)*” a autora Marcia Milena Galdez Ferreira utiliza o termo Médio Mearim considerando que a partir do Censo de 1970 já se divide essa região desta forma.

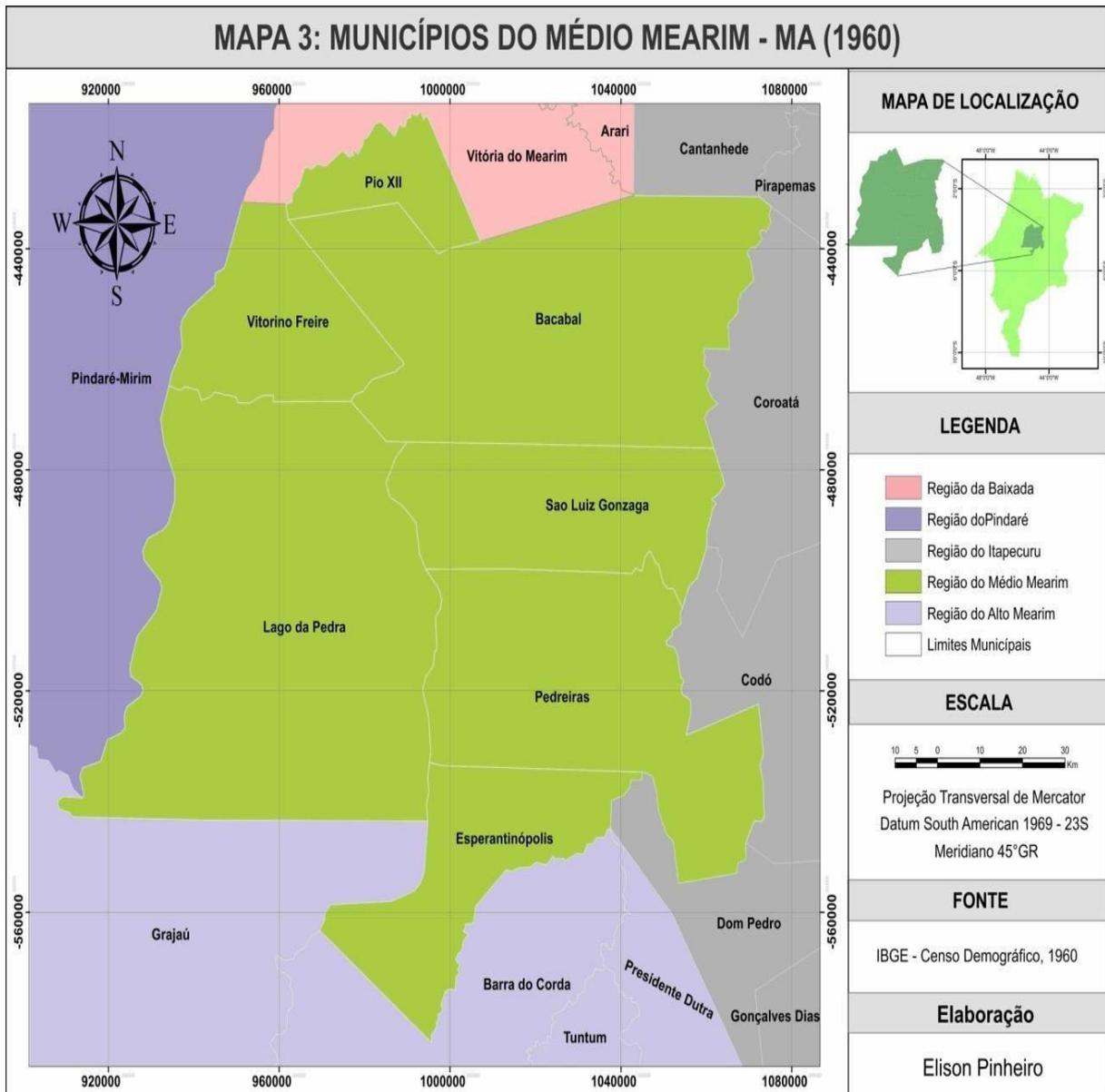
[...] utilizada pelo IBGE a partir do Censo de 1970, pois ela coincide com grande parte do espaço ocupado e transformado entre 1930 e 1970 pelas frentes nordestina e maranhense. No Censo de 1940 é parte da Zona do Vale do Mearim e, em 1960, é parte do Baixo Mearim. (FERREIRA, 2015, p.44).

⁶⁷ “Pelo decreto-lei estadual nº820, de 31-12-1943, o município de São Luís Gonzaga passou a denominar-se Ipixuna.”

“Pela lei estadual nº 3178, de 14-10-1971, o município de Ipixuna voltou a denominar-se São Luís Gonzaga do Maranhão.” (IBGE, 2017).

⁶⁸ Ler tese: FERREIRA. Márcia Milena Galdez. **Construção do eldorado maranhense: experiências e narrativas de migrantes nordestinos no Médio Mearim- MA (1930-1970)**. Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em História Social, 2015, p.47.

Mapa 1 - Municípios do Médio Mearim



Fonte: Ferreira (2015, p.47) (Elaboração: Elison Pinheiro).

A entrada de migrantes⁶⁹ no estado do Maranhão tem diversas configurações, muitos buscavam sobreviver em terras distantes fugindo da fome, outros buscavam por enriquecer nessas terras onde se ouvia falar de chuvas abundantes, fartura e terras sem dono, onde era possível desmatar e recomeçar. Ferreira ao discutir migração de pessoas vindas de várias regiões do nordeste rumo ao Maranhão nos períodos de 1930 a 1970 identificou essas diversas motivações para se fixarem no Médio Mearim.

⁶⁹ De acordo com Ferreira (2015, p.21) o termo “migrante” para designar pessoas que emigravam de uma região para outra, comparece muitas vezes nas narrativas orais. Esta considerou este termo mais adequado para esta categoria em vista que o termo “imigrante” muitas vezes usados nos discursos oficiais como imprensa adequa-se mais a vinda de pessoas de outras nacionalidades.

O desejo do migrante nem sempre é de enriquecimento e fartura. O rumar ao Maranhão é, muitas vezes, mera estratégia de sobrevivência. Segundo seus próprios termos, muitos migram “pra escapar”. A conquista de um propalado eldorado é realizada por uma minoria que logra, a partir de estratégias políticas e/ou do trabalho árduo, desfrutar das benesses da natureza e das possibilidades de lucro que a economia local propicia durante um período de média duração. (FERREIRA, 2015, p.20).

Ao analisar narrativas de migrantes nordestinos e descendentes, a autora traz o conceito de “eldorado”, que segundo o dicionário da língua portuguesa quer dizer “lugar cheio de riquezas”. A autora parte de variados elementos para chegar a este conceito como abundância de água, terras, fartura, etc.

A posteriori, muitos elementos que perpassam essa construção são interpretados como míticos e a migração pensada como fruto da teimosia e da ousadia dos que afirmam que não tinham “precisão” de partir. Em outros relatos, o Maranhão é apenas mais um dentre as possibilidades que se apresentam ao sertanejo nessa temporalidade: o sul maravilha, a Amazônia e a nova capital do país seriam outras rotas possíveis para quem tenta “escapar” ou busca melhorias. (FERREIRA, 2015, p.20).

Fr. Heriberto Rembecki (2015) ao narrar sobre a chegada de migrantes nordestinos destaca que a configuração cultural atual do Maranhão tem resquícios dessa chegada de pessoas de diversas regiões para o Maranhão.

São Luís Gonzaga, Lago Verde, Lago da Pedra e essa região pouco habitada, mas recebeu uma grande enchente de pessoas em 58 que foi a grande seca do nordeste. Então em 58 muita gente deixou o Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco. Você ainda tem lugares que tem o nome que mostra a origem: cento dos Pernambucanos, alto Cearense, cento dos Baianos, que foram fundados naquela época, devido à seca no nordeste, então vieram para o Maranhão. (Depoimento: Fr. Heriberto Rembecki, OFM, 2015).

A migração de nordestinos no Maranhão configura-se de diversos momentos ao longo das décadas e por motivações diferentes também. Em alguns momentos o grande motivador para a entrada de famílias no Maranhão foi a busca por sobrevivência, em outro momento foi a busca por enriquecer com a criação de gado, podemos considerar que a migração de nordestinos para o Maranhão se deu tanto por pessoas que não tinham capital econômico como por pessoas que tinham muito e viram a oportunidade de ganhar dinheiro nessas terras.

A movimentação destes migrantes no Maranhão proporcionaram uma nova dinâmica, das trocas culturais, o que resultou em novas relações sociais e política. Do mesmo modo que estes indivíduos são afetados pelo novo espaço eles também influenciam com as suas práticas socioculturais num processo dialético de construção dos sujeitos e do espaço geográfico.

O Médio Mearim é um espaço em construção e de trocas culturais. Os sujeitos que para lá se deslocaram, levaram na bagagem marcas de suas experiências e de uma esperança de dias melhores que os movia nessas “aventuras” para um lugar desconhecido. O pouco que se sabia advinha da propaganda de parentes e conterrâneos que já tinham vindo de uma experiência anterior nessas terras e propagavam que o Maranhão é o “*eldorado*”, uma ideia-imagem, disseminando *imigratório social*.

Essa visão positiva não era unânime, mas fazia parte do imaginário de uma maioria, que já vinha sendo castigada tanto pelas intempéries da natureza (secas), como pelos conflitos agrários, o que tornava a terra ainda mais escassa para os trabalhadores rurais. Dessa forma os motivos que trouxeram migrantes tanto de outros estados do Nordeste quanto de outras regiões do Maranhão, são distintos, mas em alguns momentos tais corrente migratórias se encontram em busca de um recomeço. (FRAZÃO, 2017, p.31, Grigo do autor).

Desde a década 1920 houve significativa corrente migratória de nordestinos para o Maranhão. Contudo entre as décadas de 1940 e 1960 chegou ao estado um número crescente de migrantes dos estados do Ceará e Piauí, buscando melhores condições de vida na agricultura. “Dedicaram-se principalmente à lavoura de arroz, o que fez crescer consideravelmente a produção do estado.” (BARBOSA, 2013, p.136).

Neste movimento migratório, havia migração de maranhenses também, que mudavam-se com suas famílias de um município para outro em busca de melhorias dentro do próprio estado. Ferreira (2015), ao analisar registros de casamento e batismo nas paróquias: São Francisco das Chagas e Santa Teresinha em Bacabal e na paróquia de São Luís Gonzaga, identificou muitas pessoas naturais do Maranhão que migraram.

Dois elementos são considerados importantes, o primeiro é que o estado em alguns momentos apoiou a entrada de migrantes e considerou isto fundamental para sua economia uma vez que precisavam de mão-de-obra; segundo, esta não é uma peculiaridade do Maranhão em vista que outros estados do território brasileiro também receberam migrantes, tanto os que fugiam dos malefícios causados pela falta de chuva no Nordeste quanto os que buscavam ascensão socioeconômica.

É importante destacar que quando se trata de Nordeste estamos falando de construção histórica, de heterogeneidade e da visão que se construiu e ainda hoje se constrói acerca dessa região do território brasileiro. Entender o Nordeste como construção política, sociocultural e econômica nos permite quebrar estereótipos que se constituíram ao longo das décadas como lugar de seca, fome e pobreza. Ainda, nos locais castigados pela seca não

implica que todos saíram em busca de outros estados, mas outras dinâmicas também permearam este lugar, os agregados⁷⁰ é um exemplo dessa resistência diversificada.

A subsistência do agregado que, usualmente, no sertão nordestino, está ligada ao sistema de parceria, torna-se quase impossível em períodos de seca, salvo se goza de proteção privilegiada do proprietário de terras. Os latifundiários, normalmente, não precisam abandonar casa e plantação, por disporem de reservas em armazéns que permitem sua sobrevivência e a de seus agregados mais próximos em momentos de calamidade. (FERREIRA, 2015, p.52).

Abrir uma pauta para a discussão sobre a migração de nordestinos para a região do Médio Mearim nos ajudará a compreender melhor o discurso da Igreja Católica neste trabalho. Levando em consideração que os franciscanos aqui investigados são de origem europeia e chegaram neste cenário trazendo suas impressões e culturas e por diversas vezes identificamos os estranhamentos e comparações feitas acerca do que vivenciavam na Alemanha e do que vivenciavam no Brasil.

Ao chegarem em Bacabal os frades foram morar a princípio na Casa Paroquial ao lado da Igreja Matriz de Santa Teresinha⁷¹. Em visita ao Brasil em 07 de outubro de 1954, Fr. Dietmar Westemeyer, OFM observou que a casa que os confrades moravam era bastante precária, assim concedeu liberação para construírem um convento na Rua Magalhães de Almeida, de modo que o primeiro convento franciscano em Bacabal⁷² ficou pronto em 1955 (WILLEKE, OFM, 1978, p.68).

Fr. Teodoro Scholand, OFM e Fr. Celso Schollmeyer, OFM narram suas impressões após alguns meses no local. Em junho de 1953 Fr. Celso Schollmeyer, OFM escreve⁷³:

Depois de ter passado um mês de inverno e o início do verão aqui, tenho que dizer que acho Bacabal muito favorável. O tempo parece bom, melhor que o clima abafado de São Luís. À noite a temperatura desce às vezes para 16 a 18 graus o que é bastante frio; a gente não aguenta dormir sem cobertor de lã. Também o povo que na maior parte imigrou do Ceará e do Piauí, é muito melhor do que lá. Malária não há, apesar de ter muito lugar embrejado. Planta-se arroz, milho, feijão, algodão; há certa palmeira que dá óleo, há um pouco de criação de animais. Os alimentos principais daqui são pão - por parte feito de arroz -, arroz, feijão, macarrão, farinha e muitas frutas baratas. Nós temos em nosso quintal também umas laranjeiras, grandes mangueiras, etc. [...]. (SCHOLLMAYER, OFM apud LÖHER, OFM, 2009, p.104).

⁷⁰ No capítulo II desta pesquisa retornaremos ao conceito de “agregado”, no entanto, é importante observar que esta categoria é tratada num contexto espacial e temporal distinto, assim o significado para “agregado” na região do Maranhão é diferente ao que se refere a áreas atingidas pela seca.

⁷¹ “[...] uma casa de taipa com dois quartos, com fogareiro, com banheiro e sanitário no quintal espaçoso, conforme o costume da época. Frei Adatao chamou esta moradia, de *acanhada vivenda* e um ano mais tarde de *precaríssimo alojamento num casebre em ruínas*.” (LÖHER, OFM, 2009, p.104)

⁷² Imagem deste convento encontra-se na Foto 1 deste capítulo.

⁷³ *Mitteilungen* 1953, 29

Deste modo, os franciscanos cogitaram que Bacabal no futuro teria mais importância econômica que a própria capital do Estado, segundo Fr. Teodoro, OFM, isto por causa das usinas de beneficiamento de arroz, do óleo produzido do coco babaçu e a futura malha viária.

Quando se pensou em construir uma casa compraram um terreno extenso na periferia, as fontes apontam (correspondências) que custou 15 contos (uns 1.200 DM), para eles seria favorável, pois consideraram que estava barato e ainda ficava em frente ao terreno que a prefeitura ofereceu para ser construído um Ginásio no futuro.

Os franciscanos iniciaram então os procedimentos para a construção do convento, mas antes decidiram construir uma casa menor no quintal para servir de casa provisória⁷⁴ apenas para alguns meses.

Fr. Aduino Schumacher, OFM, fez comentários ao que ele chamou de “falta de generosidade” da população bacabalense naquele período de construção do convento. Destacou que a construção barata era a única opção que tinham no momento, pois precisavam receber os irmãos, dentre eles o Provincial da Saxônia que chegaria em setembro para uma visita, do contrário teriam que alugar um quarto. Narra ainda que Fr. Américo Gördes, OFM, estava feliz com a dependência destinada a ele pelo fato de ser bastante arejada, no entanto achava estranho, pois mesmo na China, que consideravam pagã, eles tinham moradia digna e confortável. “É de se notar: a todas estas nossas aperturas, ao nosso precaríssimo alojamento num casebre em ruínas, o “muito católico” povo bacabalense de uma cidade que anualmente movimentava milhões de cruzeiros, assiste impassível e imperturbável.” (SCHUMACHER, OFM apud LÖHER, OFM, 2009, p.106).

Fr. Celso Schollmeyer, OFM, pediu aos seus confrades que rezassem por eles, considerando o apoio espiritual mais importante que os bens materiais, já a parte financeira eles estavam providenciando para encontrar benfeitores pelos interiores⁷⁵, pois Fr. Aduino Schumacher, OFM e Fr. Américo Gördes, OFM, já estavam fazendo coletas para a construção do convento: “Nós temos que acostumar o povo, que somos frades mendicantes e não senhores finos que têm tios ricos na Alemanha e na América. Por isso insisto pedindo:

⁷⁴ “Para Frei Américo e Frei Roberto construí a ‘mansão de verão’. São dois quartos, cobertos de palha, paredes de tábuas de cedro (os mais baratos que encontrei e que queria aproveitar para a confecção de móveis para o nosso convento), assoalho de tijolos fixados na areia. Como fica embaixo de uma grande mangueira, a ‘mansão de verão’ é mais agradável que nossa casa de taipa.” (SCHOLLMEYER, OFM apud LÖHER, OFM, 2009, p.106). Quando se referiu a casa de taipa, Fr. Celso Schollmeyer, OFM, estava falando da casa que ocupavam na Paróquia Santa Teresinha.

⁷⁵ Benfeitores são pessoas que contribuem financeiramente para a manutenção da vida religiosa, atualmente a colaboração destes é destinada principalmente para custear os estudos dos religiosos em formação.

Rezem, para que o povo encontre seu jeito e nos ajude realmente com generosidade.”⁷⁶ (SCHOLLMEYER, OFM apud LÖHER, OFM, 2009, p.108).

A visita canônica de Fr. Dietmar Westemeyer, OFM, durou de 28 de setembro a 07 de outubro de 1954. Ele percorreu os interiores de Lago da Pedra, Lago do Junco, Vitorino Freire e Olho D'Água das Cunhãs juntamente com Fr. Aduato Schumacher, OFM, Fr. Constâncio Henning, OFM e um coroinha num Jeep cedido pela firma Aguiar, levaram dois dias para concluir a viagem, desde então o provincial da Saxônia ficou convencido de que havia boas possibilidades de trabalho naquela localidade.

Depois da viagem Fr. Dietmar Westemeyer, OFM, deliberou que se construísse o convento na rua Magalhaes de Almeida e que se procurasse um terreno para a construção do convento das freiras que estavam cotadas para chegar da Holanda e Alemanha para ajudarem com um Ginásio para a localidade. O provincial estava se referindo a Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora dos Anjos.

Em outubro de 1954 deram início a primeira construção do convento em Bacabal, em janeiro de 1955 eles ocuparam o convento semiconcluído e em 20 de fevereiro de 1955, ficou pronta a construção da primeira ala do convento. “Na metade de fevereiro de 1955, a reunião do conselho da fundação já se realizou na nova casa. Assunto principal eram os planos para Bacabal. Foi decidido que construiriam logo em seguida a segunda ala do convento.” (LÖHER, OFM, 2009, p.108).

Muitos frades contribuíram para as construções ao longo dos anos, cada um em sua especialidade, o que facilitou muitas vezes a economia para não contratarem trabalhadores de fora. Fr. Venâncio Willeke, OFM, destacou em sua obra de comemoração dos 25 anos da Custódia alguns dos franciscanos que trabalharam nas construções dos conventos e colégios no Maranhão e Piauí, são eles: Fr. Constâncio Henning, OFM (Arquiteto); Fr. Ambrósio Krämer, OFM, Fr. Afonso Sabelek, OFM e Fr. Âgelo Brügge, OFM (Mecânicos); Fr. Roberto Josef Schulte, OFM e Fr. Valfrido Huckelmann, OFM (Horticultores); Fr. Gregório Brox, OFM (Carpinteiro); Fr. Agnelo Gerke, OFM (Alfaiate); Fr. Félix Rademacher, OFM e Fr. Benno Frenzel, OFM (Cozinheiros), Fr. Modesto Benjamim de Souza, OFM (Sapateiro); Fr. Pio Bispo da Conceição, OFM (Sacristão). (WILLEKE, OFM, 1978, p.70).

Em 1955 elegeram um novo Superior para a Fundação, Fr. Américo Gördes, OFM, cuja sua residência oficial era São Luís, no entanto os trabalhos pastorais exigiam dele

⁷⁶ Mitteilungen 1954, 36

que ficasse mais tempo em Bacabal. No mesmo período foram transferidos para ajudar a fraternidade em Bacabal: Fr. Eraldo Stuke, OFM e Fr. Godofredo Bauerdick, OFM em 1956 chegou Fr. Gregório Brox, OFM e em julho de 1957 Fr. Bruno Sabelek, OFM. Ainda, Fr. Ambrósio Krämer, OFM e Fr. Constâncio Hennig, OFM ficavam mais tempo em Bacabal também.

Deste modo, na visita do novo Provincial da Saxônia, eleito em 1955, Fr. Bernold, OFM⁷⁷, decidiram em 11 de setembro de 1958 a transferência da sede de São Luís para Bacabal, em vista que a maior parte dos frades residiam nesta cidade, a sede da província ainda hoje permanece neste local.

Em 1960 a Fundação contratou a empresa Caiçara, da cidade de Fortaleza, para construir dois grandes prédios, sendo que um deles era o Convento e internato das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora dos Anjos e o Convento dos franciscanos, onde o arquiteto Fr. Constâncio Henning, OFM, fora o responsável pelas plantas dos dois prédios.

Fr. Constantin Pohlmann, OFM, fala sobre a nova estrutura⁷⁸:

Aos 15 de agosto de 1963, o novo convento de nossa província foi inaugurado em Bacabal e a clausura foi estabelecida. O convento é amplo e espaçoso, para estabelecer aos frades depois de semanas de grandes canseiras e privações no Interior um lar acolhedor, onde podem refazer as forças do corpo e da alma. (POHLMANN, OFM apud LÖHER, OFM, 2009, p.111).

Existe outra construção importante dos franciscanos em Bacabal, a Igreja Matriz São Francisco das Chagas, referência da província, segundo Löher, OFM (2009, p.112) esta é a “Igreja – Mãe da Província Franciscana no Maranhão e Piauí”. Aos dias 3 de maio de 1962 fora fundada a paróquia São Francisco instituído como vigário Fr. Francisco Pohlmann, OFM e inaugurada pelo Arcebispo D. Felipe Conduru Pacheco em 31 de dezembro do mesmo ano.

⁷⁷ Esta visita durou de 11 de agosto a 15 de setembro de 1958.

⁷⁸ O relatório de Fr. Francisco Pohlmann encontra-se em VITA ano 44 – 1963, 180-182 (Vita Seráfica) Edição bimestral da Província da Santa Cruz. “Das neue Kloster in Bacabal” (O novo convento em Bacabal)

Foto 3 - Igreja São Francisco das Chagas em Bacabal – MA.⁷⁹



Fonte: Hiarles Dias dos Santos (Arquivo pessoal). Ao lado esquerdo encontra-se o convento dos franciscanos, sede da Província Nossa Senhora da Assunção e o cemitério dos franciscanos

No convênio estabelecido entre a Fundação e a Paróquia Santa Teresinha na ocasião da chegada dos franciscanos em Bacabal em 1952 dizia que a paróquia seria entregue aos franciscanos da Província Saxônia da Santa Cruz por 15 anos, caso não fosse revogado até fevereiro de 1969, poderia considerar renovado o convênio por mais 10 anos. Por outro lado, na última cláusula constava que se o convênio caducasse ou se antes disso houvesse a necessidade de dividir o território paroquial para fundar novas paróquias em favor do pastoreio dos fiéis, se fosse da vontade dos franciscanos, a Autoridade Arquidiocesana deveria entregar a eles “[...] *uma dessas paróquias pleno jure, sed ad nutum, Apostolicae*

⁷⁹ Neste cemitério são enterrados clérigos e/ou religiosos e religiosas (freiras).

Sedis, tomando em consideração as obras fundadas e a manutenção conveniente dos padres”⁸⁰. (LÖHER, OFM, 2009, p.216, Grifo do autor).

1.8 Projetos Sociais – Terra, Educação e Saúde

De acordo com Löher, OFM (2009, p.113) as terras compradas pelos franciscanos em 1954 na rua Magalhães de Almeida, localizada na periferia da cidade⁸¹ abrangia em torno de 15 hectares. Por mais de dez anos criaram vacas leiteiras no local, porém no fim da década de 1970 foram transferidas para o Sítio Limeira. Assim o grande pasto estava ameaçado de ser invadido, pois os arredores já estavam rodeados por bairros.

(Na reunião do Conselho), Frei Eraldo foi ouvido sobre o projeto de colocar pessoas indigentes no terreno mais afastado do convento à maneira de “Durchgangslager” (= acampamento). Como o problema de indenização não tem solução jurídica e o conselho está de acordo de colocar logo à disposição de moradia de famílias necessitadas, foi aprovado o plano modificado: dar licença de ocupação com taxa anual, sem poder construir casa de tijolo ou alugar.

Refere-se ao terreno do convento de Bacabal perto da Cohab, foi aprovado o Contrato de Comodato elaborado pelo advogado Dr. João Batista Sandes Macedo. Frei Eraldo Stuke foi autorizado a iniciar a execução e a dirigir e acompanhar o projeto. (LÖHER, OFM, 2009, p.114).

Durante dois anos o frei Eraldo, OFM foi responsável por monitorar os terrenos para que houvesse o cumprimento do acordo estabelecido, no entanto em 1982 ele voltou para a Alemanha sendo substituído por Fr. Henrique Johannpötter, OFM. Em 1984 este foi transferido para Teresina, deste modo, Fr. Heriberto Rembecki, OFM assumiu a coordenação do projeto.

Na década de 1983 os frades consideraram que naquele momento as famílias já estavam bem instaladas e se sentiam parte do lugar, aprenderam a valorizar suas terras, deste modo, segundo a decisão do conselho os terrenos foram oferecidos para compra às famílias assentadas, sob a coordenação de Fr. Heriberto Rembecki, OFM ainda investiram na legalização dos terrenos do convento até 1989.

12.10.1994 – mais 31 terrenos são entregues ao povo de Bacabal. Assim a Vice-Província preparou no decorrer dos últimos anos 401 terrenos.⁸²

⁸⁰ “Original em Provinzarchiv Wel, cópia em LT – ST/Bac, 37-38. Confirma “Verhandlungen mit dem Erzbischof von São Luís über die Annahme Bacabal (Negociações com o Arcebispo de São Luís sobre a administração de Bacabal)” em VITA ano 36 (1955), 258-264. (LÖHER, OFM, 2009, p.216)

⁸¹ Atualmente a Rua Magalhães de Almeida está localizada no centro da cidade de Bacabal

⁸² C – CUST, 12.10.1994 (LÖHER, OFM, 2009, p.114)

Hoje vivem no Bairro Alto da Assunção, na Rua Maranhão Sobrinho e no Bairro São Francisco muito mais do que 401 família; pois muitos dividiram seu grande terreno de 10x30. Todos construíram a sua casa modesta (ou até mais sofisticada). A iniciativa e a perseverança de Fr. Eraldo proporcionaram desta forma perto do convento uma moradia digna para muitas famílias necessitadas. (LÖHER, OFM, 2009, p.114-115)

Desde a chegada dos franciscanos em Bacabal eles consideraram que havia uma necessidade educacional no local, não havia ginásios, as escolas do primário não atendiam à maioria da população. As famílias que possuíam recursos financeiros mandavam seus filhos para estudarem na capital, quem não tinha um bom poder aquisitivo ficava sem acesso à educação. Em 1958 deu-se início a construção da primeira parte do futuro Ginásio, Willeke, OFM (1978, p.81) destaca que a primeira fase dessa construção não teve auxílio financeiro de instituições de fora, e sim com ajuda dos fiéis da cidade e dos interiores. À frente estavam: Fr. Adauto, OFM; Fr. Eraldo, OFM; Fr. Celso, OFM; Fr. Américo, OFM e Fr. Alberto, OFM, este último era o responsável por organizar a parte de documentação.

O colégio foi idealizado desde o começo como lugar de formação de líderes e multiplicadores. Era, desde o início, prevista a formação de professoras que ao mesmo tempo fossem competentes anunciadoras do Evangelho. Por isso as primeiras turmas tomaram, de uma forma muito engajada, parte no catecismo dominical, distribuindo-se nos bairros como catequistas. – A escolha de alunos foi por isso rigorosa e as exigências à qualidade do ensino e da aprendizagem também. (WILLEKE, OFM 1978, p.81).

Para colaborar com o Ginásio, Fr. Dietmar Westemeyer, OFM e o prefeito de Bacabal fizeram o convite as Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora dos Anjos da Alemanha. Em 6 de outubro de 1954 o prefeito de Bacabal enviou uma carta à superiora da congregação fazendo o convite para que assumissem a responsabilidade da administração do ginásio. De acordo com Löher, OFM (2009, p.341) as irmãs de Waldbreitbach na Alemanha aceitaram o pedido, porém por motivos não mencionados as primeiras 6 irmãs só chegaram ao Brasil em 6 de janeiro de 1958.

Para conseguir verbas para a construção e manutenção das obras sociais criaram uma Fundação, para fins legislativos. Fr. Adauto, OFM cuidou da elaboração dos estatutos e assim surgiu o Parque Educacional de Nossa Senhora Aparecida (PENSA). Faziam parte da Fundação: O Convento dos Franciscanos, o Curso de Admissão para meninos e meninas com internas e externas sob a direção das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora dos Anjos, Convento das irmãs, Jardim de Infância, Escola Profissionalizante sob a direção dos Irmãos leigos Franciscanos, um Escritório de Agricultura, consultórios médicos e a Igreja. Assim, os estatutos foram assinados em 30 de dezembro de 1955 por D. José de Medeiros Delgado, em 02 de fevereiro de 1956 foram publicados no Diário Oficial da União do Estado do Maranhão

e assim entraram em vigor. O Arcebispo nomeou Fr. Aduino, OFM presidente e semanas depois ele viajou para o Rio de Janeiro em busca de verbas do Governo Federal.⁸³

A bem encaminhada “Fundação PENSA” não alcançou o resultado esperado. As verbas aprovadas pelo Congresso Nacional foram investidas pelo presidente Juscelino Kubitschek em grandes projetos nacionais, especialmente na nova capital Brasília. No lugar de PENSA ficou a entidade civil “Vice-Província Franciscana de Nossa Senhora da Assunção” fundada aos 28.05.1954, como mantenedora do (agora) modesto projeto educacional. (LÖHER, OFM, 2009, p.342).

Em 15 de agosto de 1957 Fr. Dietmar Westemeyer, OFM deu a benção à pedra fundamental do prédio da escola, ele relata que era muito difícil encontrar material para a construção e que as irmãs teriam que morar no primeiro andar da escola para acompanharem a construção do convento delas. Dentre as dificuldades estava a de conseguir professores qualificados para a escola. Fr. Alberto Mersmann, OFM foi o primeiro diretor do Ginásio, ele tinha como função inicial criar condições para a administração escolar para a abertura do Ginásio, tudo precisava estar de acordo com a lei: a construção do prédio, aquisição do material didático e contratação do corpo docente.

No interior do Brasil, professoras Normalistas e concludentes do curso ginásial e colegial conseguem licença para lecionar no Ginásio, se participarem de um curso de especialização. Nós temos que aproveitar esta possibilidade, porque não conseguimos professores com formação universitária para o Interior. Assim nosso corpo docente é composto de 4 normalistas, um engenheiro para desenho, um contabilista para matemática, um dentista para educação física dos meninos, Frei Godofredo para música e religião e Frei Alberto para latim e francês. (No entanto, eu não lecionarei em Bacabal, porque não posso deixar minha atividade de ensino em São Luís. Uma professora de São Luís mudará para Bacabal e ficará com as aulas de Francês).⁸⁴ (MERSMANN, OFM apud LÖHER, OFM, 2009, p.344).

Fr. Alberto, OFM narra que a aquisição dos documentos necessários para a abertura da escola tomou a maior parte do tempo, pois mais de 100 documentos eram necessários, mas no fim de janeiro a documentação estava pronta para abrir a escola. A partir do início das aulas em março de 1959 o cargo de diretor do colégio foi entregue a Fr. Solano Kühn, OFM.

O Ginásio por sua vez, teve inauguração em 1959 com a sua primeira série. Após anos de preparativos dava-se o pontapé inicial de uma obra pioneira na cidade de Bacabal sob a organização e apoio da Fundação Nossa Senhora da Assunção, de Fr. Dietmar Westemeyer,

⁸³ “Frei Américo Gördes, carta de 31.01.1956 ao P. Provincial no Arquivo Provincial de Werl” (LÖHER, OFM, 2009, p.342)

⁸⁴ “Frei Alberto Mersmann, carta no Arquivo Provincial de Werl”. (LÖHER, OFM, 2009, p.344)

OFM⁸⁵, e das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora dos Anjos. Sobre o Ginásio, Fr. Bartolomeu Pickhardt, OFM falou das suas impressões em 1964⁸⁶.

Neste ano uns 200 alunos se inscreveram para o exame de admissão para a primeira série do Primário. Para a cidade de Bacabal e seu vasto Interior o Ginásio já desempenha um papel importante. Moradores do Interior mudam para cá, compram ou constroem casas. Quem mora aqui, fica. Antes especialmente a inteligência de Bacabal costumava mudar para São Luís. Também para a pastoral o Ginásio ganha sempre mais importância. Os alunos têm aula de religião e recebem formação cristã. Através dos filhos chegamos aos pais, que muitas vezes não frequentam a Igreja. Desta forma aos poucos, católicos convictos ocupam posições de liderança. Ganhamos leigos engajados, de modo especial catequistas e professoras. A longo prazo colocamos o fundamento para vocações sacerdotais. (PICKHARDT, OFM apud LÖHER, OFM, p.345).

Nos anos seguintes aumentaram uma série do Ginásio e do Primário a cada ano, assim em 1962 conseguiram formar turmas até a 5ª série do Primário e a 4ª série do Ginásio. Deste modo, o primário com 5 séries tinha 10 classes e um total de 310 alunos. As Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora dos Anjos abriram um Jardim de Infância com 110 alunos. No turno matutino estavam inscritas crianças de famílias abastardas e usavam fardas, já no turno vespertino estudavam as crianças cujo os pais não tinham condições de pagar a escola. O Ginásio constava de 208 alunos no total, divididos em: 1ª série com 2 turmas e um total de 102 alunos; 2ª série com 49 alunos; 3ª série com 34 alunos e 4ª série com 23 alunos no total. O Jardim de Infância inicialmente funcionava dentro do Internato das freiras, somente em março de 1967 o Jardim de Infância fora transferido para o prédio novo.

Löher, OFM (2009) relata que aos dias 08 de dezembro de 1962 os veteranos concluíram a 4ª série do Ginásio com festividades. Houve celebração da missa, entrega solene do diploma e uma semana depois ocorreu o baile em um clube de Bacabal. Havia 20 concludentes da 8ª série do Ensino Fundamental, Löher, OFM chama a atenção para esta comemoração ressaltando que aquele era um grande momento de festa, pois tudo aquilo não fazia parte da rotina da cidade.

O 2º grau do “Curso Normal” de três anos para a formação de educadoras iniciou em 1964 com 16 alunas e formaram 14 em 1966. Löher, OFM (2009, p.346) narra que os franciscanos e franciscanas foram os pilares fortes para o início dos trabalhos escolares, pois encontraram dificuldade para encontrar corpo docente, deste modo os religiosos e religiosas assumiram os trabalhos, foram eles:

Frei Bartolomeu Pickhardt, Frei Antônio Fernandes de Sousa, Frei Evaldo Dimon, Ir. Berta Schirra, Irmã Emanuela Henneken, Irmã Guidonis Schwarz, Irmã Teresa

⁸⁵ Neste momento, não mais como Provincial da Província da Saxônia

⁸⁶ “Pickhardt, 264” (LÖHER, OFM, 2009, p.344-345)

Spang, Irmã Elia Glock, Irmã Ilga Krautscheid, Irmã Gabriele Schmidt e Irmã Cândida Nascimento. E se aplica com mais propriedade ainda a Frei Solano Kühn, diretor e pedagogo apaixonado.

Em 1967 o nome da escola mudou de “Ginásio Nossa Senhora dos Anjos” para “Colégio Nossa Senhora dos Anjos” (CONASA) e permanece ainda hoje com este nome. Anos mais tarde os alunos do CONASA fizeram o vestibular e muitos passaram sem ter feito um pré-vestibular, isto fez com que a escola ganhasse fama pelo estado. Löher, OFM (2009, p. 351) relata que todo esse empenho tinha custos financeiros, eles optaram por não colocar as mensalidades com custos muito altos. Nas décadas de 1960 e 1970 a maioria dos alunos eram de famílias abastadas, posteriormente este quadro mudou e a escola recebeu muitos alunos de famílias pobres. No primeiro momento o que mantinha a escola eram as mensalidades escolares, posteriormente 80% dos custos passaram a ser pagos por benfeitores da Alemanha. Assim puderam abrir muitas vagas com mensalidades reduzidas ou com bolsas de estudos custeados pelo governo ou pela própria escola.

Ao longo dos anos o CANASA expandiu-se para outros bairros da periferia de Bacabal, os franciscanos também abriram escolas em outras cidades como Povoado Pau Santo, onde funciona a Escola Família Agrícola Manoel Monteiro, assim como na capital maranhense, a Escola Paroquial Frei Alberto (EPFA) localiza-se nos Bairros Coroadinho e Barreto.

Quadro 1 - Construções e reformas

1957 – 1959 1ª ALA	Ala de 2 andares com 6 salas de aulas e dependências
1966 – 1969 2ª Ala	Ala de 2 andares com salas de aula, biblioteca e cozinha; ala de entrada com secretaria no andar térreo e salas de aula no 1º andar
1966	Jardim de infância
1967	Projeto Oficinas Profissionalizantes, tornou-se galpão e depósito
1973 – 1975	Área coberta com cantina, Auditório com palco no 1º andar
1977 – 1978	Salas de aula e dependências para os cursos de auxiliar de enfermagem e Habilitação Básica em Saúde
1981 – 1986	Alto da Assunção: de “Escola São Jorge” a “Escola São João Batista”
1999	Parque Rui Barbosa: 1 sala de aula e dependências

2000	Vila Frei Solano: 2 salas de aula e dependências
2000 – 2001	Vila Coelho de Dias: 2 salas de aula e dependências
2002 – 2003	Reforma completa no prédio CONASA – Sede
2002 – 2003	Novo Bacabal: 2 salas de aula e dependências
2004	Cohabinha: 2 salas de aula e dependências

Fonte: Loher (2009, p.354)

Vimos que a questão do sistema educacional é uma pauta importante no papel que esta instituição assume diante da sociedade. Buscaram desde o início da fundação das escolas, meios acessíveis para que pobres e ricos pudessem ter acesso à educação com a mesma qualidade. No entanto esse não foi um projeto fácil de executar, as fontes apontam a dificuldade na arrecadação de verbas para as construções e posteriormente para a manutenção mensal das escolas, assim como para encontrar profissionais qualificados para as funções exigidas para que a escola funcionasse.

Outro serviço prestado pelos franciscanos que está atrelado a sua forma de existir enquanto instituição religiosa é o serviço pastoral. Uma das dinâmicas dos frades quanto ao anúncio do Evangelho e de suas práticas sacerdotais foram as desobrigas⁸⁷. Estas consistiam em viagens a cavalo ou burro aos povoados, para que os fiéis pudessem cumprir com os sacramentos como: participar da missa, confessar, bem como realização de casamentos e batizados. As fontes apontam visitas pastorais à região do Médio Mearim pelos franciscanos desde 1954.

De 29 de maio a 1º de junho, Frei Aduino desobrigou em Jenipapo, Centro do Constâncio, São José das Verdades e Bambu; de 15 a 27 deste mês, em Aldeia de Odine, Capim Duro, Cajueiro, Santo Antônio do Vieira, Urucuzal, Salobro, São Mateus, Jiquiri, Santa Isabel, Boa Vista do Gerson e Canduba. Frei Celso se incumbiu da cura d'almas na hinterlândia da paróquia, a zona de Vitorino Freire, que pela metade fazia parte da nossa freguesia. (WILLEKE, OFM, 1978, p.70).

Esses povoados eram de difícil acesso, a maioria deles só recebiam a visita de um sacerdote uma vez ao ano, deste modo, quando o padre visitava aproveitava-se para realizar diversos sacramentos numa mesma celebração. “Eles ficavam no interior, três, quatro, cinco até oito semanas, direto, todo dia, para outro povoado e nada de Jeep, era tudo no lombo do burro, mas foi um trabalho gratificante”. (Depoimento: Fr. Heriberto Rembecki, OFM, 2015)

⁸⁷ “Desobriga vem do latim “*deobligatio*” = dispensa do Mandamento da Igreja sobre a recepção dos sacramentos de confissão e comunhão obrigatória no tempo pascal.” (LÖHER, OFM, 2009, p.216).

Sobre as experiências com as desobrigas, Fr. Adolfo Temme, OFM escreveu a obra *“Mala de couro: diário de uma desobriga”*. Esta obra é uma compilação em português/Brasil do seu diário, o mesmo foi escrito em alemão em 1978 sobre suas visitas pastorais aos povoados do Maranhão, este diário foi publicado pela⁸⁸ Advenologia Episcopal da Ação (ADVENIAT) com a seguinte introdução:

Notícias de diários são raras. Simplesmente, porque também na América Latina os padres e leigos não se dão ao trabalho de registrar suas experiências pastorais. O que é cotidiano não nos parece dignos de nota. Mas as comunidades cristãs deveriam contar as suas histórias. (TEMME, OFM, 2011, p.5).

O autor destaca que a motivação para escrever inicialmente em alemão traduzindo somente anos mais tarde se deu, porque todas essas experiências faziam parte do cotidiano das pessoas da região visitada, o mesmo diz ter pensado que estes sujeitos não teriam interesse por esta escrita.

A obra em português foi publicada em 2011, ela traz com detalhes as impressões de Fr. Adolfo Temme, OFM sobre suas visitas pastorais. Nesta ele narra o dia a dia dos povoados visitados, seu olhar sobre a cultura, os costumes, a religiosidade e sobre as dificuldades enfrentadas por eles (padres) ao chegarem nos povoados.

Sobre a sua primeira viagem a convite de Fr. Heriberto Rembecki, OFM ele narra suas experiências no Povoado Cocalinho datada de 04 de janeiro de 1978. Narra em detalhes a capela do povoado e o início da celebração presidida por Fr. Heriberto Rembecki, OFM. Esta era a primeira celebração Eucarística daquela comunidade. Fr. Adolfo Temme, OFM destaca que fora convidado pelo presidente da celebração a explicar aos fiéis o significado de pastoral.

Depois ele pediu a mim para explicar a diferença na pastoral de antigamente e de hoje e eu fui improvisando: “No passado só havia a visita do padre de ano em ano, onde a pessoa cumpria sua obrigação pascal. Era uma festa grande com missa e confissão, com batizado e casamento, uma chuva grande de graças e depois uma seca longa até o outro ano. A Igreja viu que assim não pode crescer nada. Será que vocês iriam plantar arroz, se soubessem que vai haver somente uma chuva?” Não faltou o protesto do lavrador Joaquim. É claro que a chuva da graça tem que cair o ano todo, e por isto a paróquia está criando comunidades que cultivem a vida cristã. Tem lugares que sentem saudades dos tempos velhos: era fácil ser cristão e a religião não tinha compromisso. Nestes lugares o pároco passa de longe e os deixa com fome até que fique, pedindo alimento mais sólido. Quando o lugar entra na lista das visitas, já sabe das condições. Primeiro: a vontade de pertencer à comunidade tem que ser consciente e ser declarada pela inscrição no livro da Igreja. Segundo: a

⁸⁸ Adveniat – Advenologia Episcopal de Ação: “Sociedade de Socorro Latino Americano da Igreja Católica na Alemanha. O termo “ação advenente” significa uma série de eventos organizados pela Sociedade de Socorro Latino-Americana Adveniat in the Advance Period, em cooperação com inúmeras dioceses na Alemanha para apontar as necessidades da América Latina e o trabalho da instituição de caridade é promover doações”. Disponível em: <<https://educalingo.com/pt/dic-de/adveniat>> Acesso em 14 de jul. 2018.

livre decisão de santificar o Domingo e a participação do Culto Dominical que é animado pelo dirigente. Terceiro: existem faltas graves que excluem o cristão ou que são perdoadas só depois de penitência e conversão. Neste caso a pessoa não pode ser padrinho. Estas faltas são: exploração do próximo, *grilagem de terra*, bigamia pública e outros escândalos que gritam ao céu. Com isto a Igreja se defende da atitude de quem diz: quem não é nada deve ser católico. Quarto: os pais se comprometem a inscrever os filhos na catequese que é trabalho das catequistas. Quinto: cada membro da comunidade se compromete a pagar o Tributo Sagrado, o Dízimo. O povo de Cocalinho demonstrou que estava sabendo e querendo tudo isto. (TEMME, OFM, 2011, p.10-11, Grifo nosso).

Comparece neste trecho alguns elementos das discussões mais amplas da Igreja Católica, o fato do frade explicar o que é pastoral usando metáforas que tem haver com o cotidiano deles é um exemplo. Explicar ao povo com metodologia que facilitasse a compreensão deles a partir da práxis, aspecto da teologia da libertação. No discurso de Fr. Adolfo Temme, OFM podemos perceber admoestações dirigidas aos féis, dicas de como a Igreja quer o “bom cristão”, bem como outros compromissos que os fiéis inscritos no livro da Igreja deveriam cumprir como: garantir que os filhos participassem da catequese, contribuísse com o dízimo, etc. Percebe-se a orientação para questões que a Igreja considera exercício da fé e prática de conduta.

Ao longo de outros textos desta obra observa-se a preocupação do clero em delegar pessoas dentro das comunidades que assumissem o papel de catequista, de dirigente (coordenador da comunidade), tesoureiro(a), secretário(a), dentre outras funções.

Na visita ao Centro dos Pereira datada de 09 de janeiro de 1978, os frades conversaram com a comunidade sobre a importância de registrarem as crianças. Fr. Heriberto Rembecki, OFM advertiu aos pais sobre a multa aplicada caso a criança não fosse registrada até os seis meses de nascido.

A situação dos idosos é ainda mais crítica. De repente precisam de certidão de nascimento para a aposentadoria. Na falta de um documento, o Estado exige o batistério⁸⁹ para poder provar a idade da pessoa. Esta dificuldade é grande por causa da constante migração. As paróquias viram dependências dos cartórios. (Ibidem, p.35).

A fonte aponta para uma questão social. Há uma intervenção da Igreja sobre as relações que essas comunidades têm com o Estado. Orientações e advertências são feitas referentes a importância de possuir Certidão de Nascimento para que pudessem ter acesso a benefícios.

⁸⁹ BATISTÉRIO: Documento expedido no ato do batismo, contém informações como: nome da pessoa que recebe o sacramento, data de nascimento, nome dos pais, padrinhos, padre, Igreja (local) e data do batismo.

Os costumes que se referem a “moral” daquele espaço geográfico e contexto social e temporal também compõem nos discursos.

Na hora do café ficamos sabendo quem foi o pessoal que ainda chegou tão tarde. É um casal de Pau Ferrado, distância de 24 km. Um casamento de surpresa Heriberto não faria, se não tivesse uma declaração do Dirigente local. Mas este, graças a Deus, mandou a seguinte carta: “Trata-se de moça roubada. O pai dela está viajando. Quando voltar, tem que encontrar a filha casada, senão vai expulsá-la. A mãe dela está de acordo, e eu dei as aulas de preparação para eles”. – Tudo bem. (TEMME, OFM, 2011, p.35).

Atentamos para a cultura em vários momentos, uma delas é a referência que o autor faz ao enterro de uma criança recém-nascida. Segundo ele, os padres estavam no povoado na hora do óbito e do enterro, no entanto não foram solicitados, porque não era costume do “povo” daquela região enterros com padres. “Comecei a missa com um nó na garganta: a pequena criatura tinha morrido quando estávamos no sermão da noite. “Ainda não tinha nome” disse a mãe, quando quis fazer memória na prece dos fiéis.” (Ibidem, p.25).

As fontes apontam que em 1954 foram visitados 55 povoados (Oeste) por Fr. Aduino Schumacher, OFM⁹⁰ e 56 por Fr. Américo Gordes, OFM⁹¹ (Leste).

Quadro 2 - Desobrigas de 1954

CONSPECTO GERAL DAS DESOBRIGAS DE 1954			
MESES	COMUNHÕES	BATIZADOS	CASAMENTOS
JANEIRO	1.606	481	61
FEVEREIRO	540	19	15
MARÇO	600	20	11
ABRIL	1.550	18	11
MAIO	1.130	81	27
JUNHO	3.180	665	106
JULHO	3.147	828	132
AGOSTO	2.200	328	49
SETEMBRO	2.871	546	167

⁹⁰ Fr. Aduino Schumacher, OFM: chegou ao Brasil em setembro de 1952. Um dos pioneiros em Bacabal e São Luís Gonzaga, onde foi pároco de 1954 a 1967, foi conselheiro da Fundação e editor de textos filosóficos e teológicos. Morreu em 17 de fevereiro de 2001.

⁹¹ Informações sobre Fr. Américo Gordes, OFM na página 28 deste capítulo.

OUTUBRO	3.120	504	137
NOVEMBRO	2.795	589	140
DEZEMBRO	2.391	529	115
TOTAL	25.130	4.608	971

Fonte: Willeke, OFM (1978, p.72)

Este trabalho com as desobrigas desde 1954 favoreceu o acesso à comunidades que posteriormente seriam atingidas pelos conflitos de terra. O capítulo seguinte abordará este tema de forma mais aprofundada, trazendo informações sobre os mecanismos utilizados pela Igreja Católica num contexto macro ao trazer informações a nível de Brasil, posteriormente no contexto micro, fazendo referência a documentos que discutem a articulação da Igreja do Maranhão neste processo. Assim veremos que em vários lugares do país se instalou a problemática da terra má distribuída.

Para introduzir o tema sobre a inserção dos franciscanos como mediadores em conflitos de terra na Diocese de Bacabal, consideramos necessário percorrer pelas discussões que se apresentam neste capítulo I. Deste modo, é fundamental conhecer os processos de transições da Igreja influenciada e afetada por uma série de contingências vividas pela sociedade do século XX, o que a impulsionou a repensar seus posicionamentos.

2 VIOLÊNCIA NO CAMPO – IGREJA CATÓLICA E MECANISMOS DE AÇÃO EM CONFLITOS DE TERRA

2.1 Cenário brasileiro na luta pela terra

Iniciemos este capítulo com relatos sobre o “Massacre dos colonos em Santa Elmira” no Rio Grande do Sul, ocorrido em 11 de março de 1989 no município de Salto Jacuí. Sob ordem da justiça, procedeu-se a desapropriação de 500 famílias, tendo sido concedida a reintegração de posse ao reclamante que se dizia proprietário legal das terras. Isso gerou muita revolta devido à violência. Não houve mortes, mas resultou em prisões e feridos.

No dia 11 de março de 1989 aconteceu mais um despejo de colonos sem terra. Desta vez foi na Fazenda Santa Elmira, em Salto do Jacuí, proximidades de Cruz Alta. Aproximadamente 500 famílias de sem terra, acampadas há cinco meses no Rincão do Ivaí, depois de terem sido despejadas duas vezes de outras fazendas ocupadas e depois de terem sido vencidos todos os prazos dados pelo próprio governo de assentamento imediato, resolveram ocupar mais uma vez uma fazenda. O motivo imediato desta ocupação foi o de que as famílias estavam sendo envenenadas pelos agrotóxicos espalhados pelos fazendeiros nas plantações e sobre o acampamento. Já haviam morrido sete crianças. Desta vez os colonos só sairiam com assentamento garantido em outra área.

Imediatamente foi dada reintegração de posse da fazenda à proprietária pela justiça. Os fazendeiros colocaram à disposição do poder judiciário e Brigada Militar todos os recursos necessários para a ação de despejo. (Relatos da Província São Francisco de Assis – OFM/Brasil, p.1).

De acordo com informações do documento acima o Movimento Sem Terra (MST)⁹² e Comissão Pastoral da Terra (CPT) pediram a intervenção de Fr. Sérgio Görden⁹³ (OFM) e Pe. Paulo (Oblatos) para que entrassem na fazenda ocupada e mediassem o diálogo entre colonos e governo do estado: “os dois, com mais 15 colonos, depois de uma caminhada de mais de 20 km por mato, desviando da Brigada Militar e fazendeiros fortemente armados,

⁹² Em âmbito nacional o Movimento Sem Terra (MST) surge como resposta as contradições sociais no que diz respeito a má distribuição de terra, “Trata-se de um fenômeno social que surgiu da luta dos camponeses na região Sul, como uma das formas de enfrentamento ao processo de expropriação imposto pelo avanço do capital. Este dado confirma-se no período entre 1970 a 1980 em que foram sucumbidas 100 mil pequenas propriedades camponesas, nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nas regiões do Sul e Sudeste, neste mesmo período, desapareceram 200 mil pequenos estabelecimentos rurais.” (MARTINS, 1985, p. 101-102 apud SOUSA, 2002, p.1).

⁹³ Fr. Sergio Antonio Görden (OFM) nasceu em 1956 no Rio Grande do Sul foi membro do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio Grande do Sul entre 2010 e 2014. Atua como Agente de Pastoral em Hulha Negra, RS na Diocese de Bagé; como Dirigente do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA/Brasil) e Via Campesina; Coordenador Geral do Instituto Cultural Padre Josimo; e em Educação Popular, Pastoral Popular e Assessorias. Autor das obras: “Os Cristãos e a Questão da Terra”; “O Massacre a Fazenda Santa Elmira”; “Uma Foce Longe da Terra”; Assentamentos – Resposta Econômica da Reforma Agrária (Organizador); “A Luta pela Terra no Brasil (com João Pedro Stédile)”, entre outros seguindo a mesma vertente de discussões. Disponível em: <<http://agroecologia2017.com/speakers/frei-sergio-antonio-gorgen/>> Acesso em: 31/05/2018.

conseguiram chegar onde estavam os acampados”. (Relatos da Província São Francisco de Assis – OFM/Brasil, p.1)

Em publicação no site do Movimento Sem Terra⁹⁴ (MST), Catiana de Medeiros (2018) levanta a discussão acerca dos 29 anos desta invasão à fazenda de Santa Elmira, a mesma traz um trecho dos relatos contidos na obra de Fr. Sérgio Görgen, OFM (2002), “*O massacre da Fazenda de Santa Elmira*”, onde o mesmo narra que buscavam uma solução pacífica diante da ameaça de despejo, o mesmo entrou na ocupação no dia que eles intitulam de massacre:

O governador do estado pediu ao bispo de Cruz Alta, Dom Jacó Ilgert, intermediação para uma solução pacífica e prometeu que assentaria todas as famílias em tempo breve. O povo não acreditava mais no governo Simon, pois muitas promessas anteriores não tinham sido cumpridas. Mas o bispo teve uma atitude muito corajosa. Disse que, se os acampados aceitassem sair, ele residiria no acampamento deles até o governo começar a cumprir a promessa. (GÖRGEN, OFM, 2002, n.p).

Todas as tentativas em evitar um confronto foram esgotados, o juiz deliberou a ordem de despejo e “houve uma operação de guerra, com aviões (cedidos por fazendeiros) sobrevoando a área jogando bombas de gás e a Brigada Militar, com aproximadamente mil homens, atacando por terra com metralhadoras e outras armas.” (Ibdem). O fim da operação resultou em centenas de feridos, dentre eles Fr. Sérgio Görgen, OFM que segundo os relatos não fora preso, porque não foi reconhecido pelos brigadistas devido aos ferimentos. Vinte e duas pessoas consideradas líderes do grupo foram presas, dentre eles Pe. Paulo.

⁹⁴ Para mais informações sobre a importância deste movimento na luta pela terra, ver obra: STEDILE, João Pedro; MANÇANO, Bernardo. *Brava gente*. São Paulo: Perseu Abramo, 1996. Esta traz um texto de uma entrevista com João Pedro Stedile, ativista, escritor brasileiro e economista, atualmente é integrante da direção nacional do Movimento Sem Terra (MST) e participou da criação desta entidade. Nesta entrevista ele fala da sua trajetória no Movimento Sem Terra (MST). Em um trecho da entrevista ele relata: “Havia também um grande contingente dessa população expulsa do campo que foi para a cidade, motivado pelo acelerado processo de industrialização. Era o período do chamado “milagre brasileiro”. No fim dos anos 70, começam a aparecer os primeiros sinais da crise da indústria brasileira, que irá se prolongar por toda a década de 1980, conhecida como “a década perdida”. Do ponto de vista socioeconômico, os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso obrigou-os a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gerou o MST. Uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para os seus problemas. Quer permanecer no campo e, sobretudo, na região onde vive.” (MANÇANO, 1996, p.16-17)

Imagem 8- Ação de despejo em Fazenda Santa Elmira – RS (1989)



Fonte: Página do MST – Medeiros (2018). Foto: Arquivo Frei Sérgio Görger, OFM

Imagem 9 - Ilustração da obra: “O massacre da fazenda Santa Elmira”



Frei Sérgio Görger, OFM (2002) Página do MST - Catiana de Medeiros

Imagem 10 - Capa da obra do Fr. Sérgio Görgen (2002)



Fonte: Görgen, OFM (2002)

Inseridos num espaço de exclusão social, o engajamento dos clérigos foi constante em muitas regiões do país. Por vezes o poder de fala lhes é dado pelo próprio Estado quando há uma necessidade de intervenção. Por outro lado, esse poder de mediação lhes é atribuído por aqueles que sofrem os processos da exclusão social. Deste modo, muitas vezes é concedido à Igreja enquanto instituição a legitimidade de agir e se posicionar politicamente e teologicamente diante de conflitos, sejam eles quais forem.

O conjunto das práticas efetivas dos agentes vinculados ao universo religioso reproduz uma visão oferecida pelos próprios sacerdotes sobre uma ação pautada nos referenciais de “missão”, “justiça social” e “compromisso cristão”, percepções que subsidiam um “discurso afinado” de forma a conferir coesão e difundir um sentido particular para a noção de engajamento concebido por um grupo de sacerdotes. (MACHADO, 2012, p.30).

Os franciscanos do Rio Grande do Sul; o Serviço Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia (JPE), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dentre outros, se posicionaram diante da situação da Fazenda de Santa Elmira emitindo cartas de solidariedade e de repúdio.

A carta dos franciscanos destacou aspectos da missão da província em servir o Evangelho aos mais pobres e se colocaram como instrumentos que buscam a paz, mas esta para eles só é possível através da justiça:

Nós, franciscanos do RS, viemos de público manifestar nosso irrestrito apoio ao trabalho e à ação do colega e confrade Frei Sérgio Görgen OFM na CPT, aos Sem Terra e agentes de pastoral. De público denunciemos a violência desumana ocorrida contra colonos, agentes de pastoral e, de modo especial, contra Frei Sérgio. Somos um grupo de 140 franciscanos que optaram em servir preferencialmente os mais empobrecidos e fazer-nos presentes em situações emergenciais e de clamor. Há freis especialmente nomeados para acompanhar os colonos Sem Terra, os colonos com pouca terra, bem como os colonos que foram obrigados a migrar para as cidades e hoje são mão de obra barata e explorada dos donos do poder econômico. Esta opção assumimos iluminados pela ação de Jesus Cristo, da Igreja, e sensibilizados pelo clamor dos povos pisoteados. E, sobretudo, deixamos-nos iluminar pela prática de São Francisco, no coração do qual estavam presentes os leprosos, os mais pobres e marginalizados. Estamos com eles não para aumentar o número de pobres, mas para com eles descobriremos as raízes desta realidade de morte e caminharmos juntos para a ressurreição. (PROVÍNCIA SÃO FRANCISCO DE ASSIS, 1989).

O Serviço Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia (JPE) e a Comissão Regional de Justiça e Paz da CNBB posiciona-se dizendo que as leis estabelecidas para “ações desumanas e injustas” são vergonhosas e ferem não apenas os direitos humanos, mas também à moral cristã no que diz respeito ao direito à vida.

Consideramos a atitude tomada na Fazenda Santa Elmira, uma dupla manifestação de violência. Primeiramente, porque sustenta um sistema que exclui a maioria dos colonos da posse da terra, como que um câncer que destrói progressivamente a vida. Em segundo lugar, o desfile da violência selvagem, ocorrida no dia 11 de março na fazenda Santa Elmira, resultando em graves ferimentos, prisões, [...]. Tudo isto vem comprovar mais uma vez que a “justiça” favorece unilateralmente a maioria burguesa; como também revela o desgaste da política anti-democrática da nova República. (SERVIÇO FRANCISCANO DE JUSTIÇA E PAZ, 1989).

Os bispos do Rio Grande do Sul destacaram a necessidade de uma Reforma Agrária autêntica, considerando a má distribuição de terra um grave problema social. Esclareceram que o Movimento Sem Terra (MST) não é um movimento da Igreja Católica e se isentaram da responsabilidade das decisões tomadas pelo movimento, no entanto se colocaram a favor da causa.

Diante da morosidade, da ineficácia, da omissão e das promessas não cumpridas; diante da insensibilidade dos Constituintes Federais em atender os apelos de milhões de propostas de Emendas Populares em favor da Reforma Agrária, e diante daqueles que se organizam para impedir a Justiça Social no Campo, compreendem-se as atitudes de impaciência, e até de desespero dos trabalhadores rurais, aos quais cabe o direito de se organizar democraticamente, buscar e exercer formas de pressão moral. É grande a responsabilidade histórica do Governo e da sociedade brasileira neste momento. As reformas sociais, entre as quais a Reforma Agrária, devem acontecer, sob pena de devermos assistir a uma onda incontrolável de violência e convulsão social. Como cristãos reprovamos o recurso à violência, venha donde vier.

Entretanto, constatamos com tristeza que em casos de conflitos as forças representativas do Estado⁹⁵ parecem posicionar-se com demasiada facilidade, em favor dos poderosos organizados. (SERVIÇO FRANCISCANO DE JUSTIÇA E PAZ, 1989, p.1).

A Comissão Pastoral da Terra em seu Caderno Conflitos no Campo – Brasil (1989) divulgou dados desta invasão a Fazenda de Santa Elmira, também manifestou o repúdio da instituição diante do conflito denominando de “O Massacre”, o que consideraram o ato escandaloso. Destacaram ainda que as manifestações de repúdio vieram de várias regiões do Brasil e também do exterior. Diante da indignação 80 lavradores fizeram jejum de dois dias na Câmara Municipal de Porto Alegre. “No dia 13 de abril, 4 sem-terra, um frade e um pastor iniciaram uma greve de fome por tempo indeterminado.” (CPT, 1989, p.11) Outros grupos se manifestaram fazendo jejum⁹⁶ em períodos curtos em tentativa de pressionar o governo para que dessem direito à terra.

Rio Grande do Sul - O Massacre

A ocupação de Santa Elmira (Salto do Jacuí-RS) é uma pressão de 500 famílias que há 3 anos estavam acampadas sem obter solução. No dia da ocupação (09/03/89), a UDR faz reunião na sede da fazenda e consegue imediatamente a ordem de despejo, sem qualquer prazo para as negociações. Já no dia 11/03/89, dois aviões lançam bombas de gás lacrimogênio, enquanto mil soldados iniciam a invasão dando tiros. Houve 400 feridos (30 em estado grave) e 22 presos. Alguns presos são espancados e torturados. “Um sargento da PM, usando paramentos⁹⁷ de Pe. Paulo (um dos presos), “abençoava” integrantes da UDR e acusava os padres de comunistas em meio às gargalhadas da tropa”. A UDR comemorou o despejo com foguetes e buzinação e ofereceu churrasco aos soldados na sede da fazenda. (Ibdem).

Os fatos que iniciam este capítulo são apenas um dos inúmeros conflitos de terra que se tem notícia no Brasil. É possível perceber que vários estados enfrentaram e ainda enfrentam o problema da terra má distribuída. Temos uma historiografia extensa no que diz respeito a conflitos de terra no Brasil. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), por exemplo é uma das entidades responsáveis por mapear e divulgar em seus Cadernos: “Conflitos no

⁹⁵ Weber ao falar da realidade do Estado Moderno na Europa conceitua “A ordem legal, a jurisdição compulsória sobre um território e a monopolização do uso legítimo da força são as características essenciais do Estado Moderno”. (CARVALHO, 2008, p.27)

⁹⁶ “O Jejum é uma prática muito usada por diversas religiões, que consiste na abstinência de alimentos, podendo ser total, onde durante um determinado período, o seguidor se abstém de qualquer alimento, ou um jejum parcial, onde em determinados dias se evita ingerir um tipo específico de alimento, para cumprir um ritual de penitência.” (SIGNIFICADOS,2018). Jejum e oração foram práticas bastante usadas/vividas por religiosos e posseiros no período dos conflitos como ato de penitência.

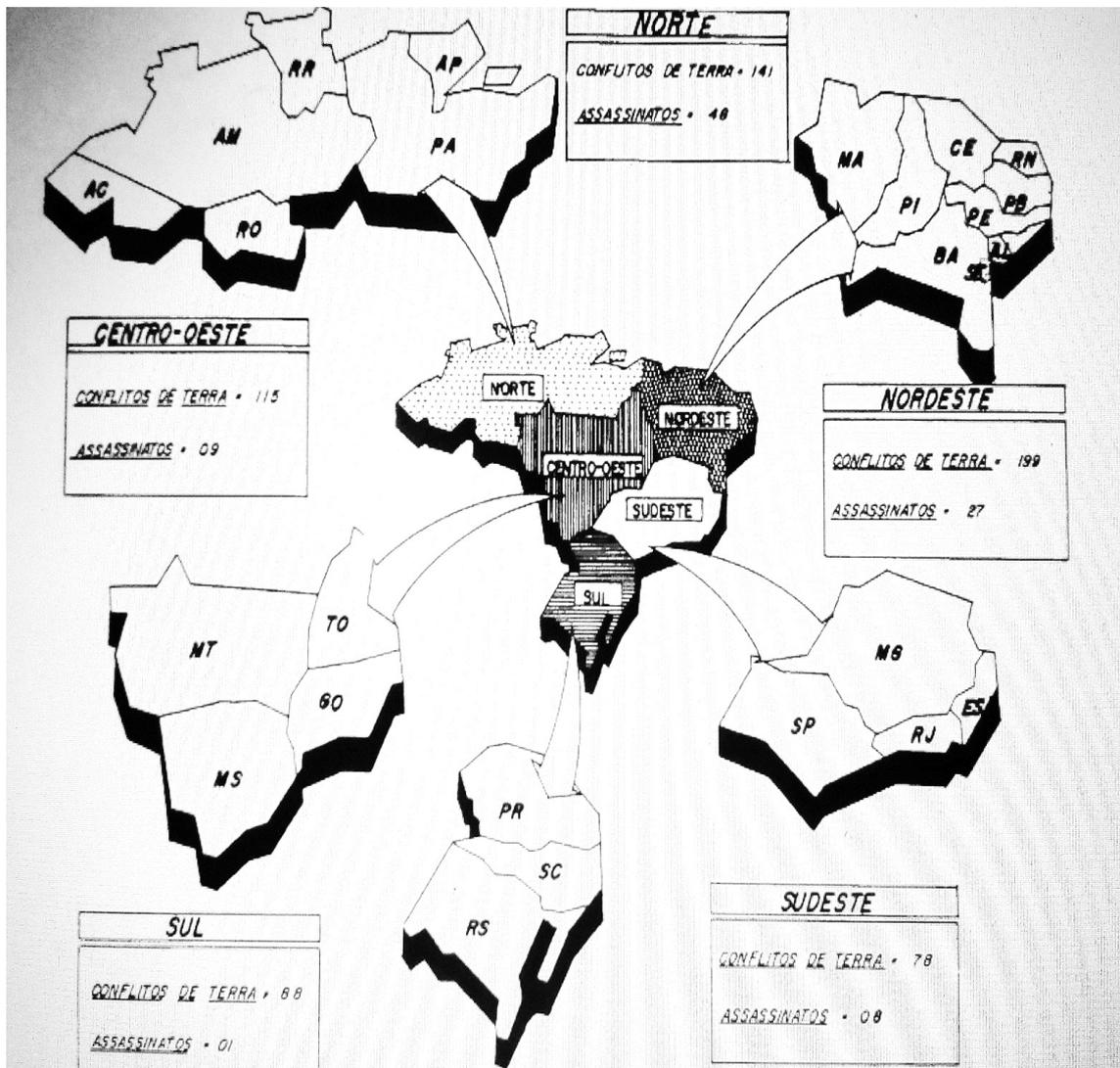
⁹⁷ Hábito (roupa), utilizado pelos eclesiásticos durante a celebração da missa. “Pode-se dizer que a “ocultação” do corpo do ministro sob as vestes, em certo sentido, despessoaliza-o, removendo o ministro celebrante do centro, para revelar o verdadeiro Protagonista da ação litúrgica: Cristo. A forma das vestes, portanto, lembra-nos que a liturgia é celebrada *in persona Christi*, e não em próprio nome.” Por isso o ato dos militares foi considerado repugnante para os cristão católicos.

Campo - Brasil” muitos desses conflitos⁹⁸. Desde 1985 a Comissão Pastoral da Terra (CPT) começou a sistematizar e publicar essas informações como ato de denúncia contra as agressões, assassinatos, ameaças, dentre outras formas de violência sofridas por posseiros ou qualquer pessoa que se posicionam contra os latifundiários.

A cada ano é publicado um desses Cadernos. Nos anos seguintes outras questões foram incluídas como dados referentes a trabalho escravo, conflitos gerados pelo uso da água, dentre outros. Vários estados foram cenários de conflitos de terra, alguns em número maior, mas a maioria marcada por expulsão e morte como: Maranhão, Bahia, Pará, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Piauí, dentre outros. O mapa a seguir revela dados divulgados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1988 que destaca a situação dos conflitos por região. De acordo com estes dados o Nordeste lidera em número de conflitos com 199 casos e em número de mortes com 27 assassinatos, em segundo lugar aparece o Norte com 141 casos de conflitos e 48 assassinatos, no Centro Oeste são registrados 115 conflitos e 9 assassinatos, já o Sul apresenta 88 conflitos com registro de uma morte, em seguida, está o Sudeste com número menor de conflitos, 78 de acordo com os dados. No entanto registrou mais assassinatos que o Sudeste totalizando 8 de acordo com o mapa.

⁹⁸ A escrita é um outro espaço utilizado pela Igreja para denúncias, para se manifestar politicamente e teologicamente. Sobre discurso Michel de Certeau define: “O real que se inscreve no discurso historiográfico provém das determinações de um lugar. Dependência com relação a um poder estabelecido em outra parte, domínio das técnicas concernentes às estratégias sociais, jogo com os símbolos e as referências que legitimam a autoridade diante do público são as relações efetivas que parecem caracterizar este lugar da escrita”. (CERTEAU, 2002, p.16-17)

Imagem 11 - Conflitos No Campo - 1988



Fonte: Mapa Produzido pela Comissão Pastoral da Terra (1988, p.10)

O caderno Conflitos no Campo – CPT/Brasil apresenta dados desses conflitos sinalizando assassinatos e atentados a posseiros e religiosos no ano de 1988. O caderno destaca que “visa-se, em primeiro lugar, eliminar as lideranças e aqueles que estão engajados na luta pela Reforma Agrária” (CPT, 1988, p.11). A análise feita a partir destes dados conclui que a violência se instaura como método de inibir militantes e agentes mediadores dispostos a apoiar a causa dos posseiros e do Movimento Sem Terra (MST). A Comissão pastoral da Terra (CPT) é enfática ao declarar que: “É dentro dessa lógica que se deve entender assassinatos como o do Deputado Carlos Batista, no Pará, ou nos anos anteriores, do ex-Deputado e advogado Paulo Fontes, Pe. Josimo Tavares, Pe. Ezequiel Ramin, advogado Eugênio Lira e outros”. (Ibdem).

Deste modo, caracterizam a violência como sendo seletiva atingindo preferencialmente as lideranças do movimento e mediadores. Chamam atenção ainda para a proporção que esses conflitos de terra tomaram, uma vez que se tem registros de ameaças, torturas e mortes em diversas regiões do território brasileiro. No quadro abaixo identificamos que todas as vítimas eram integrantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR,S) de diversas regiões⁹⁹:

Quadro 3 - Líderes sindicais assassinados em 1988

Francisco Domingos Ramos	Presidente STR – Pancas/ES
Sebastião Lan	Presidente STR – Cabo Frio/RJ
José Dias de Matos	Ex-Presidente e Secretário STR – Itaobim/MG
Moisés Vitório dos Santos	Presidente STR – Várzea Nova/BA
Ivair Higino	Delegado Sindical – Xapuri/AC
Francisco – “Chico” Mendes	Presidente STR – Xapuri/AC
Hermínio Gonçalves	Secretário STR – Caçador/SC
Genésio Alves de Oliveira	Delegado Sindical – Bajarú/PA

Fonte: CPT/Brasil (1988, p.11)

A CPT ainda chama a atenção para a forma como esses crimes são cometidos, deixam muitas vezes vestígio de torturas e mutilações:

O Pataxó Hã-Hã-Hãe, Djalma Souza Lima foi encontrado morto com o couro cabeludo, unhas, dentes e órgãos genitais arrancados. O velho cacique Suruí, Laminer, de 70 anos, foi morto com cerca de 20 tiros e teve seu corpo queimado, reduzido a 20 centímetros. O posseiro Canindé, da Fazenda Terra Vista, município de Moju - PA, foi brutalmente torturado antes de ser morto, na delegacia. Assim como o posseiro Edvaldo Félix de Almeida, da Fazenda Engano, em Caém - BA. (CPT, 1988, p.11).

⁹⁹ Em relação as motivações que deram origem a criação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's) no Maranhão, Baltazar Macaíba de Sousa (2009) em *“As origens do sindicalismo rural no Maranhão”* destaca que os conflitos entre camponeses e latifundiários foi uma das causas capitais imprescindíveis para esta organização. “Ao investigar os fatores que propiciaram as origens dos sindicatos rurais, os conflitos de terra aparecem como parte da manifestação e mobilização camponesa em defesa de suas terras e de suas lavouras, evidenciando que os embates com os criadores de gado, latifundiários e grileiros emergiam a partir do caminho percorrido pelo sindicalismo rural no Maranhão, fundamentalmente, quando os sindicatos deram seus primeiros passos organizativos no Vale do Itapecuru.” (SOUSA, 2009, p.12).

Foram inúmeras as denúncias recebidas e feitas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Desse modo, é importante entender no que consiste o trabalho desta entidade e a partir de qual momento ela se intitula necessária como mediadora dos conflitos de terra.

De acordo com a definição de Wagner Cabral da Costa (1994) em “*O ROSTO RURAL DA IGREJA: a atuação da CPT no Maranhão 1976/1981*”, a CPT é uma entidade ligada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). No entanto, esta mantém sua autonomia no que se refere as suas políticas, assim como na sua estrutura organizacional, deste modo seus coordenadores nacionais e regionais são eleitos nas assembleias da própria Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A Comissão Pastoral da Terra foi criada em 1975 como fruto da reação da Igreja Católica do Brasil em relação à ditadura militar. Sua criação foi uma vitória da Igreja Progressista (baseada na Teologia da Libertação) que conseguiu que a secular estrutura eclesial incorporasse esse novo instrumento para lutar ao lado dos trabalhadores rurais. Assim, a CPT surgiu como um órgão ligado à CNBB e encarregado de interligar e dinamizar toda a ação da Igreja no campo. (COSTA, 1994, p.14).

É válido lembrar que o surgimento desta entidade não teria sido possível se não fossem as inúmeras discussões da Igreja Católica nas Conferências Gerais do Episcopado Latino Americano (CELAM) onde se propôs uma abertura maior para as mazelas da América Latina. O objetivo, como mencionado no capítulo anterior, era dar assistência aos mais pobres e marginalizados pelo sistema capitalista; “a vertente teológica dos “pobres” e do “conflito”, sintetizada na literatura da libertação, emerge como orientação ética e diretriz teológica que vai legitimar o trabalho dos clérigos.” (MACHADO, 2012, p.79).

A situação da América Latina gritava por socorro: a fome, a falta de acesso a saúde, educação e à terra levantaram inúmeras preocupações. A Igreja Católica se utilizou de mecanismos de intervenção e se colocou enquanto mediadora promovendo assembleias, contratando advogados, dando instruções, falando em nome do “povo”, incentivando na luta por direitos, etc. Vejamos a análise da própria CPT quanto a sua criação.

Após a Conferência do Episcopado Latino-americano (CELAM), realizada em Medellín-Colômbia, em agosto de 1968, os bispos participantes concluíram que diante das injustiças sociais não bastava apenas refletir, era o momento de agir. Esse repensar e essa redefinição da missão cristã servem de base para as ações que a Igreja Católica passou a desenvolver durante o regime militar (1964-1985) no Brasil: de um lado estava o Estado Militar lutando contra a subversão, do outro lado, a Igreja dando uma nova ênfase à paz, ao desenvolvimento e à justiça social – era uma disputa entre as duas principais instituições do Brasil para influenciar a sociedade brasileira - uma permanente “tensão entre o poder e a fé”. (SERBIN, 2001, p. 9 apud TAVARES, 2011, p.14).

De acordo com o Caderno Conflitos no Campo – CPT/Brasil (1991, p.81) a própria Comissão Pastoral da Terra (CPT) define-se como:

[...] um serviço cristão à causa dos camponeses e trabalhadores rurais do Brasil. A realidade e os anseios dos mesmos definem a missão e as tarefas da CPT. Esta se intitula uma colaboradora direta das iniciativas das igrejas cristãs, em especial a Igreja Católica e a Igreja Evangélica de confissão Luterana no Brasil (IECLB), sua atuação se dá em conjunto com dioceses, paróquias e Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), sua função consiste ainda em assessorar sindicatos, associações de produtores, movimentos populares, bem como outras iniciativas populares. No que compete enquanto comissão de serviço; esta anima outras entidades a assumir seu papel prestando-lhes assessoria pastoral, teológica, metodológica, jurídica, política, sindical e sociológica.

Entende-se como principal objetivo institucional levar em consideração a experiência dos camponeses e trabalhadores rurais, sua cultura e sua fé para que assumam papel de protagonista da sua própria história.

Ainda compete a CPT reunir dados que eles chamam de “populares” e científicos da realidade, reunindo um acervo de informações dos conflitos no campo em todo território brasileiro. Quanto a análise desses conflitos, eles afirmam recorrer a especialistas para bem informar a sociedade brasileira e do exterior sobre a situação no campo.

Na Amazônia, apoia iniciativa dos Povos da Floresta (seringueiros, lavradores, ribeirinhos) e defende os direitos de posseiros e dos colonos vindos do Sul, na busca da sobrevivência diante dos grandes projetos e do descaso do governo. No Nordeste, acompanha as vítimas da seca e da violência, concentração da terra e da água. No Sul e Centro, acompanha os pequenos agricultores e os excluídos da terra. Onde a modernização produz o assalariado ou a escravidão, a CPT procura estar presente. Mesmo em condições angustiantes, sob a ameaça da violência e da morte, os membros da CPT, muitas vezes, arriscam a vida, confortando, denunciando, organizando, na busca de um processo de libertação. (Ibdem).

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) deu-se início em junho de 1975 no Brasil, durante o encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, sob a convocação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Esta iniciativa foi uma resposta da Igreja Católica ao Estado diante da violência sofrida por trabalhadores rurais, peões e posseiros, principalmente na Amazônia no período da Ditadura Militar. Estes estavam sendo explorados, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e despejados das terras que ocupavam. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) deu assistência não somente a famílias sem terras, mas também a famílias que foram prejudicadas por projetos de barragens, milhares delas estavam sendo expulsas para a construção de hidrelétricas, como a de Itaparica, Rio São Francisco, e de Itaipu, no Rio Paraná.

No que tange aos Direitos Humanos, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) é considerada uma entidade que defende o direito à terra, direito de nela permanecer e trabalhar,

direito de acesso a água, direito ao trabalho e em condições dignas. Dentre suas diversas ações integrou à sua intervenção a luta pelos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (Dhesca)¹⁰⁰, estreitando suas relações com entidades ligadas aos Direitos Humanos.

Sobre a importância dessa entidade, João Pedro Stedile, importante ativista do Movimento Sem Terra (MST) relata em entrevista cedida a Bernardo Maçano Fernandes em maio de 1999 que inicialmente o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) teve uma motivação regional, que do ponto de vista ideológico foi um avanço. Stedile chama a atenção para uma suposta reparação da Igreja Católica por ter apoiado inicialmente a Ditadura Militar ao mencionar que “De certa forma, foi uma autocrítica ao apoio da Igreja Católica ao golpe militar, sobretudo em relação aos camponeses.” (STEDILE apud MANÇANO, 1996, p. 20). Assim com o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) padres, bispos e agentes de pastoral se posicionaram contra a violência no campo no período da Ditadura Militar. Sobre suas impressões sobre a importância da CPT Stedile narra:

Outro aspecto importante, com o surgimento da CPT, é o pastoral. Penso que é um elemento importante de aplicação prática do que foi o Concílio Vaticano II e das outras encíclicas progressistas que o seguiram. E que, de certa forma, acabou sendo expresso pela Teologia da Libertação. A CPT foi a aplicação da Teologia da Libertação na prática, o que trouxe uma contribuição importante para a luta dos camponeses pelo prisma ideológico. Os padres, agentes pastorais, religiosos e pastores discutiam com os camponeses a necessidade de eles se organizarem. A Igreja parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: “Espera que tu terás terra no céu”. Pelo contrário, passou a dizer: “Tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na Terra”. A CPT fez um trabalho muito importante de conscientização dos camponeses. (Ibdem).

Outro aspecto que Stedile considera importante é o fato da CPT ser um movimento ecumênico, segundo ele, isso favoreceu que não se formasse outras organizações isoladas, e o movimento ficaria racionado. Assim, a participação da Igreja Luterana contribuiu para que este fosse um movimento nacional. Como exemplo ele cita o Pastor Werner Fuchs¹⁰¹.

¹⁰⁰ “A DHESCA Brasil é uma rede nacional de articulação de organizações da sociedade civil que visa promover os Direitos Humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais como direitos humanos em seu conjunto universais, indivisíveis e interdependentes, articulados ao aprofundamento e radicalização da democracia e a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário. Constitui-se no Capítulo Brasileiro da Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento (PIDHDD)”. (UNESCO, 2018).

¹⁰¹ “Pastor da Igreja Luterana e membro da CPT do Paraná. Acompanhou pastoralmente os agricultores atingidos pela construção da barragem de Itaipu, que criaram o Movimento Justiça e Terra, reivindicando não apenas indenização, mas também o direito de trocar terra por terra. O movimento reuniu milhares de agricultores, que conquistaram seus direitos por meio de diversas mobilizações. Essas mobilizações deram origem ao MST na região Oeste do Paraná”. (STÉDILE apud MANÇANO, 1996, p. 20)

Fizemos esta análise de vários pontos de vista acerca da CPT, porque ela aparece em vários momentos desta pesquisa, existem muitos dados da sua intervenção e mediação nos diversos conflitos espalhados pelo território brasileiro e ainda hoje está em funcionamento, mudaram apenas algumas configurações com relação a sua atuação, devido as novas necessidades sociais.

Convém observar que o trabalho de organização e “conscientização” dessas comunidades de lavradores, camponeses e indígenas, apresentado no discurso do grupo de religiosos como uma “vocação presbiteral”, um “serviço em favor dos mais humildes”, traduz-se nas “diferentes posições dos agentes (que não se deixam apreender senão através das propriedades de seus ocupantes) e correspondem a tomadas de posições homólogas”. (MACHADO, 2012, p.105).

Já percebemos que a má distribuição de terra é um problema social e as resistências se configuram de formas diferentes a cada região que foi e é atingida. Assim muitos, interesses se concentram sobre a posse de terras, e esses interesses são diversos e dependem dos grupos envolvidos, sejam eles posseiros, fazendeiros, grupos indígenas, representantes do governo ou agentes ligados à Igreja. (MANFREDO 2011 apud MACHADO, 2012, p.01).

Airton dos Reis Pereira (2013) em *“A luta pela terra no Sul e Sudeste do Pará”* sinaliza alguns modelos de violência que se instalaram contra posseiros na Amazônia. Para este, o primeiro momento é marcado pela força física de jagunços e policiais contra posseiros havendo assim uma sobreposição da força da ordem privada em detrimento da ordem pública. Posteriormente o autor denomina “violência da justiça” que foi desmoralizada pelas execuções de despejos pelos jagunços, grileiros e grandes empresários “uma justiça transformada em executora de uma política de expropriação territorial, de privilegiamento dos interesses da empresa privada sobre os direitos da pessoa.” (MARTINS, 1984 apud PEREIRA, 2013, p.59).

Outra contingência que o autor denomina de violência é a ação do governo militar que ele chama de “ação direta do poder executivo”; no contexto da questão fundiária o autor considera: “alijamento da justiça como processo decisório, o alijamento das entidades de representação de classe dos interessados, como o sindicato e o partido político.” (Ibdem).

O autor pondera que em meados da década de 1970 e início de 1990 os conflitos de terra que se instalaram no Sul e Sudeste do Pará não se deram somente por expulsões de posseiros de terras devolutas,¹⁰² por empresários e latifundiários do Centro-Sul do Brasil, mas

¹⁰² As terras devolutas são terras pertencentes ao Estado (públicas) que estão em poder de instâncias privadas, mas não pertencem a essas instituições, “devoluta” atende ao conceito que essas terras foram ou devem ser

também pela disputa entre trabalhadores rurais empobrecidos oriundos de várias regiões do país.

Havia também muitos empresários, comerciantes ou fazendeiros do Centro-Sul que tinham apoio financeiro do Estado.

Uma pesquisa encomendada pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) constatou que dos 1.363 conflitos de terra ocorridos no Brasil, entre 1971 e 1981, 629 haviam acontecido na Amazônia brasileira. 201 desses casos tinham sucedido no estado do Pará. Esse estado foi responsável por 108 conflitos ocorridos entre 1980 e 1981. 70 desses 108 conflitos ocorreram em Jacundá (9), Marabá (15) e Conceição do Araguaia (46), no sul e sudeste paraense. Já com relação ao número de assassinatos por questões fundiárias, segundo essa pesquisa, 52 mortes ocorreram em Conceição do Araguaia e 12 em Marabá. (PEREIRA, 2013, p.58).

Victor Asselin (1982) em *“Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás”*, faz uma crítica ao apoio financeiro do governo às grandes empresas destacando que o “uso e manipulação dos incentivos fiscais e das redes oficiais e particulares de crédito rural” foram elementos cruciais para o incentivo à grilagem:

Vemos, pois, que nada nasce do acaso. A história é claramente tecida com as tramas dos homens. Assim, seguiram para o Norte os goianos do Sul, os mineiros, os fazendeiros paulistas e os chamados “gaúchos”, tanto do Rio Grande do Sul como do Paraná e, a partir da década de 70, as empresas vinculadas a bancos e grupos multinacionais, buscando terras para agropecuária e agricultura, exploração vegetal e mineral, ou assegurando espaços para remessa de investimentos arrecadados do imposto de renda e para futura especulação. E, quando não havia caminhos para se chegar a estas novas fronteiras, estradas foram resgatadas com o sacrifício de muitos posseiros e índios. Os que se encontravam ou se colocavam no caminho, foram expulsos ou esmagados. Com a invasão desenfreada do capital e da força do Sul, chegou, como seu melhor instrumento de domínio, a grilagem, que se tornará o meio privilegiado de incorporação ao capitalismo, das terras chamadas “livres”. (ASSELIN, 1982, p.23).

Baltazar Macaíba de Sousa em *“A emergência do Movimento Sem Terra no RN: 1989 a 1994”* discute questões como: violência no campo, desapropriação rural relacionado ao Movimento Sem Terra. Sabe-se que em meio ao conflito cada parte interessada, seja por qual motivo for, usa de mecanismos de defesa. Podemos pontuar que alguns desses mecanismos foram surgindo com a necessidade de lutar pela terra, seja pela permanência das famílias nela, seja para desapropriá-las e colocar em seu lugar o gado ou outros investimentos.

Sousa (1989, p.16) destaca que o capitalismo é um elemento associado à distribuição dessas terras no campo gerando uma luta de classe: “As transformações que separam os produtores imediatos dos seus meios não são meros processos econômicos, mas

devolvidas ao Estado. “Entre 1980 e 1990, surgiram várias organizações em defesa da reforma agrária como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, Ligas Camponesas e a Pastoral da Terra.” (MANFREDO, 2011, p.01).

trata-se de uma intensa luta entre as classes, cuja *espinha dorsal* é a violência”. Os dados trazidos pelo autor revelam que 100 mil pequenas “propriedades” no campo deixaram de existir, nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná e nas regiões Sul e Sudeste sumiram 200 mil pequenos estabelecimentos rurais.

Carolina Ramos, em trabalho intitulado “*Capital e Trabalho no sindicalismo Rural Brasileiro: uma análise sobre CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)*”, aborda que a terra é “Por certo, as estratégias de manutenção desta estrutura fundiária, bem como as justificativas para a rejeição de um projeto efetivamente redistributivista, se modificaram e foram ressignificados ao longo do tempo.” (RAMOS, 2011, p.16). A autora destaca ainda que mesmo diante de tantas dificuldades encontradas pelos trabalhadores para se legalizarem enquanto representantes de seus interesses, [...] “não significou de forma alguma a imobilização dessa classe frente às péssimas condições de vida e de trabalho existentes no meio rural brasileiro.” (RAMOS, 2011, p.36).

2.2 Ação da Igreja Católica no Maranhão

A disputa por terra no território maranhense constituiu-se de forma bastante heterogênea. Já percebemos a partir dos dados anteriores que estes conflitos por posse e desapropriações se deram em várias regiões do Brasil e em cada território teve sua própria dinâmica e interesses. A partir de uma crise na política brasileira essas disputas tomaram rumos bem específicos, como: criação de mecanismos de defesa, de resistência e de reivindicações para tomada de áreas. No último caso, essa tomada dava-se por pequenos ou grandes empresários, agropecuaristas, que reivindicavam a posse das áreas ocupadas. No caso de posseiros e/ou dos lavradores a resistência se dava para permanecer nas terras. Sobre as formas de mobilização da Igreja Católica, Almeida (1981, p.47) destaca:

A partir de 1952 a Igreja Católica no Maranhão realizou um intenso programa social junto às populações rurais. Preocupado com a gravidade dos conflitos que separavam lavradores e trabalhadores rurais dos grandes proprietários e pecuaristas e com a debilidade das forças da Igreja nesta área o Arcebispo Metropolitano D. José de Medeiros delgado elaborou um programa voltado para os “problemas sociais”. Encetou formas de mobilização, que assegurassem uma forte presença da instituição no interior do Estado, principalmente, junto a população de lavradores e trabalhadores rurais.

A arquidiocese de São Luís fundou a Cooperativa Banco Rural do Maranhão com a finalidade de emprestar dinheiro às cooperativas agrícolas que existiam e a pequenos proprietários, “inscreveram-se como sócios fundadores 278 indivíduos, que asseguraram o

capital inicial subscrito”. (ALMEIDA, 1981, p.47). Com estes créditos a Igreja conseguia atuar em uma área de produção cujos próprios órgãos públicos consideravam problemáticas. Não havia participação ou interferência do Estado nesta categoria de crédito.

Em setembro de 1957 a expansão dos organismos de inspiração religiosa rivalizavam com a A.T.A.M.¹⁰³.

A Cooperativa Banco Rural do Maranhão já possuía 3.000 associados e seu maior empréstimo datava de 1956 feito à Cooperativa Agropecuária de Pedreiras, dando-lhe possibilidade de adquirir uma usina de beneficiar arroz e servindo a centenas de lavradores.” (ALMEIDA, 1981, p.52, Grifo nosso).

O quadro abaixo é um demonstrativo do Jornal do Maranhão do ano de 1957 sobre a média de empréstimos na década de 1950.

Quadro 4 - Cooperativa Banco Rural do Maranhão

COOPERATIVA BANCO RURAL DO MARANHÃO FUNDAÇÃO EM 1952 SÓCIOS: FUNDADORES - 278; ATUAIS – 3.000	
Capital inicial subscrito.....	Cr\$ 1.018.000,00
Capital inicial realizado.....	Cr\$ 113.000,00
Capital atual subscrito.....	Cr\$ 5.000.000,00
Capital atual realizado.....	Cr\$ 4.800.000,00
Empréstimo 1952 – 1953.....	Cr\$ 3.400.000,00
Empréstimos 1953 – 1954.....	Cr\$ 6.200.000,00
Empréstimos 1954 – 1955.....	Cr\$ 13.600.000,00
Empréstimos 1955 – 1956.....	Cr\$ 29.000.000,00
Empréstimos 1956 – 1957, até 31 de agosto.....	Cr\$ 62.500.000,00
A média de empréstimos do ano passado foi mais de Cr\$ 7.000,00	
Foram emprestados Cr\$ 29.300.000,00 a 3.822 pessoas	

Fonte: Jornal do Maranhão (1957 apud ALMEIDA, 1981, p.53).

¹⁰³ATAM: Associação dos Trabalhadores Rurais do Maranhão. De acordo com Alfredo Wagner Berno de Almeida essa entidade tinha como objetivo a organização dos camponeses a nível estadual para orientar e articular o trabalho das associações. A ATAM foi aprovada em meados de dezembro de 1956 na Conferência Estadual para Estudos de Reforma Agrária que realizou-se em São Luís. “Foi fundada e registrada no cartório de pessoas jurídicas da capital sob o número 432 a **Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (A.T.A.M.)**, que se incumbiu de ampliar as Associações por todos os recantos do Estado e coordenar as diferentes lutas. Foi eleito Presidente da A.T.A.M., pelos delegados das Associações presentes à Conferência, um lavrador do 3º Distrito de Caxias, o Sr. Augusto José do Nascimento. A nova entidade vincula-se à **União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB)**. Com a sua atuação as Associações espalhavam-se pelo Estado e passaram a ter uma atuação mais conjugada, com repercussões que transcendiam aos contornos dos municípios ou das áreas banhadas pelos principais rios”. (ALMEIDA, 1981, p.17-18, Grifo do autor)

A Arquidiocese de São Luís decidiu realizar experiências o que o mesmo autor destacou como “experiência piloto de Reforma Agrária”, esta possibilitava o acesso de lavradores à terra. Deste modo, a Arquidiocese, bem como diversos párocos adquiriram extensões de terras “de acordo com as normas do Plano de Reforma Agrária elaborado pelos bispos do Nordeste, procuraram estabelecer alguns núcleos de colonização.” (ALMEIDA, 1981, p.53).

Com esta experiência, a Arquidiocese de São Luís convencionou-se ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) e ao Serviço Nacional de Endemias Rurais. Em 1960 a arquidiocese adquiriu “uma área de 10km de frente por 13 de fundo no setor denominado Água Fria localizado no município de Morros e Vargem Grande”.

Em 1961 a “experiência piloto” deu-se na comunidade Angical localizada a 22km da sede da Cooperativa Agropecuária de Pedreiras, a cooperativa adquiriu as propriedades de Santa Paulina, Jaqueira e Angical. De acordo com Almeida (1981, p.53) essa área media 3.900 hectares e habitavam aproximadamente 227 famílias.

As experiências plano-piloto foram muitas vezes duramente criticadas pela Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (ATAM), pois a entidade considerava que esta não era uma forma eficaz de resolver os problemas dos trabalhadores rurais em vista que essas terras eram vendidas pela Igreja, ainda que a preços baixos. De acordo com a lógica da Igreja, se essas terras fossem doadas, os futuros donos não dariam o valor devido.

Em 1964 o governo lançou um edital para que os agricultores legalizassem com urgência suas terras, porém a divulgação da informação deixou a desejar, de modo que, somente os grandes proprietários se apresentaram. Em 1966 José Sarney assumiu o governo do Estado do Maranhão apoiado pelos trabalhadores rurais mediante promessa de Reforma Agrária. E em 1969 foi apresentada a Lei de Terras Sarney, mas esta não funcionou para pequenos lavradores.

As chamadas terras livres, devolutas, da União foram vendidas muito barato, com o apoio dessa lei para grande [...], empresários e pecuaristas. Além de terras baratas tinham financiamento fácil pela SUDENE¹⁰⁴, o chamado FINOR¹⁰⁵, e pela SUDAM¹⁰⁶, o chamado FINAM¹⁰⁷. O que não fizeram para os pequenos, fizeram para os grandes. (APARECIDA et.al, 1995, p.9).

¹⁰⁴ SUDENE: Superintendência do desenvolvimento do Nordeste. (APARECIDA et.al, 1995)

¹⁰⁵ FINOR: Fundo de Investimento do Nordeste Idem

¹⁰⁶ SUDAM: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia Idem

¹⁰⁷ FINOR: Fundo de Investimento do Nordeste Idem

A Lei de Terras Sarney, cuja proposta era Reforma Agrária acabou favorecendo a classe mais rica, concentrando grandes quantidades de terras nas mãos de poucos. As terras que na década de 1950 eram vistas como oportunidade para quem não tinha posses, nos anos de 1970 virou uma grande oportunidade para os pecuaristas, visando pastagens para o gado. Antes, o que prevalecia era a força do trabalho no campo, com a lei a “terra nua”¹⁰⁸ passa a ter mais valor que a posse. A partir daí o trabalhador foi substituído por capim para a pastagem do gado e para diminuir os impostos.

Em consequência da nova dinâmica de mercado das terras, ela passou a valer mais e começaram a cercar os hectares estabelecendo limites. Por estas e outras questões, como o desmatamento dos babaçuais, aumentaram-se os conflitos e a violência. A cartilha criada para informar pequenos lavradores “O rosto do Maranhão” (Movimentos Pastorais de Bacabal, 1995) ressalta: “Na Lei Sarney, o que se fez foi acabar com o que se tinha – as matas – que serviam aos pequenos agricultores, para se plantar o que não se tinha – capim – que servia aos pecuaristas.” (APARECIDA et al. 1995, p.9).

De acordo com Barbosa (2013, p.140) em “*MULHERES DO BABAÇU: Gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão*” foi a implantação da “Lei de Terras Sarney” que favoreceu o aumento dos conflitos por terra:

Foi, então, a implantação da “Lei Sarney de Terras” (Nº 2.979/ 17-07-1969) também chamada de “Lei de Terras do Sarney”, que respaldava a privatização das terras públicas e incentivava a expansão de projetos agropecuários e agroindustriais no estado, o que contribuiu sobremaneira para o aumento dos conflitos no campo, na medida em que se tornou dispositivo de legitimação formal da exclusão de famílias camponesas de acesso à terra e aos babaçuais. Nas regiões com incidência de babaçuais, o efeito principal da lei foi a imobilização da força de trabalho, o que “ocorre para relativizar o papel da industrialização ou de transformações econômicas significativas” (ALMEIDA, 1995, p.27). Desse ponto de vista, pode-se relativizar o papel transformador da industrialização do babaçu, posto que, mesmo com as inovações tecnológicas no processo do coco, tratou-se de uma modernização conservadora que manteve intocável a estrutura da propriedade territorial.

Outras estratégias foram usadas por pecuaristas, o exemplo é a grilagem. Em 1974, em Lago da Pedra, o primeiro conflito se deu porque grandes áreas nacionais foram entregues para fazendeiros. Nesse processo era feita a retirada de posseiros para vender as áreas para grandes empresas. Apesar do Estatuto da Terra garantir que a posse deveria ficar com moradores antigos, aqueles que ali plantaram e construíram casas, não foram respeitados. A justificativa é que os posseiros não passavam de invasores, deste modo, eram feitas as

¹⁰⁸ Considera-se terra nua o imóvel rural, por natureza, que compreende o solo com sua superfície e respectiva floresta nativa, despojado das construções, instalações e melhoramentos, das culturas permanentes, das árvores de florestas plantadas e das pastagens cultivadas ou melhoradas, que se classificam como investimentos (benfeitorias). (BRASIL, 2014).

desapropriações das famílias. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) reconhecia as terras como desabitadas e passava o título para implantação da agropecuária.

Muitas eram as denúncias que chegavam aos bispos do Maranhão, focos de conflitos e violência eram constantes, o número de assassinatos crescia dia após dia, havia notícias de mortes, torturas, desapropriações, a Igreja e suas organizações acusavam fazendeiros e pistoleiros, sob a crítica de que nada se fazia para puni-los.

Uma das convocações da Igreja pedia paz, justiça e liberdade em virtude das ameaças e ataques sofridos pelos moradores do “Centro do Aguiar”:

a situação mais grave no momento ocorre no povoado “Centro do Aguiar”, município de Lago do Junco. No dia 05.07. 89 houve uma intervenção militar, quando 54 policiais invadiram o povoado, promovendo tiroteio, destruindo utensílios domésticos e subtraindo bens¹⁰⁹.

Esta correspondência é uma convocação para um ato público contra a violência no campo, aparecem como responsáveis pelo texto: a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDDH), Cáritas¹¹⁰, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Centro de Cultura Negra (CCN).

Com o aumento dos focos de conflitos as várias entidades empenhadas na luta pela terra se manifestavam em atos de protesto e solidariedade aos companheiros de luta e às famílias. Sobre outro conflito no mesmo ano, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR’s) também se pronunciou com indignação descredenciados da justiça para os trabalhadores rurais e convocaram para uma “caminhada em solidariedade ao companheiro José Rocha, que tombou na luta pela Reforma Agrária.” (Anexo B).

Desta forma, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR’s) de São Luís Gonzaga, José Maria, convoca para uma caminhada em solidariedade marcada para 28 de agosto de 1989, assim ele se pronuncia:

O nosso país está quase administrado pela UDR, daí então o porque de tantas mortes e nenhuma punição. Está explicado. O governo mata e ele mesmo põe um pano morto na questão. Num país cheio de injustiças e crimes. Só é crime quando um pobre mata um rico ou desrespeitou a lei. Várias mortes mostram o que estou falando... Um exemplo é a morte do companheiro JOSÉ ROCHA, delegado sindical,

¹⁰⁹ Documento primário dos arquivos da ACR com o título: “Aumenta a violência no campo”. (Folha avulsa)

¹¹⁰ “A Cáritas brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário”. Entidade da Igreja católica que tem como princípio o serviço com os pobres, transformação social, diálogo inter-religioso, defesa e promoção da vida para a construção da sociedade, protagonismo da pessoa em vulnerabilidade, risco e/ou exclusão social. (CARITAS BRASILEIRA/ORGANISMO DA CNBB). Disponível em: <<http://caritas.org.br/missao-diretrizes-e-prioridades-estrategicas>> Acesso em:04/06/2018

que foi assassinado na noite do trabalhador rural deste ano. Dormindo na sua casa foi atirado por um pistoleiro.

José Rocha derramou o seu sangue para que muitos tenham vida. MAS NÃO SERÁ EM VÃO, por isso vamos nos reunir todos naquele dia, NOS DAR AS MÃOS e dizer com firmeza que a luta continua! (JOSÉ MARIA , SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS, n.p)

Outro mecanismo de ação para tentar pressionar o Estado foram as Romarias da Terra¹¹¹. Trata-se de uma mobilização da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outras entidades ligadas a Igreja Católica que acontece no Brasil, mas sua programação é regional onde a Igreja se reúne com seus fiéis e pessoas de outras denominações religiosas para reivindicar direitos como Reforma Agrária, saúde, educação, direitos trabalhistas, água, etc.

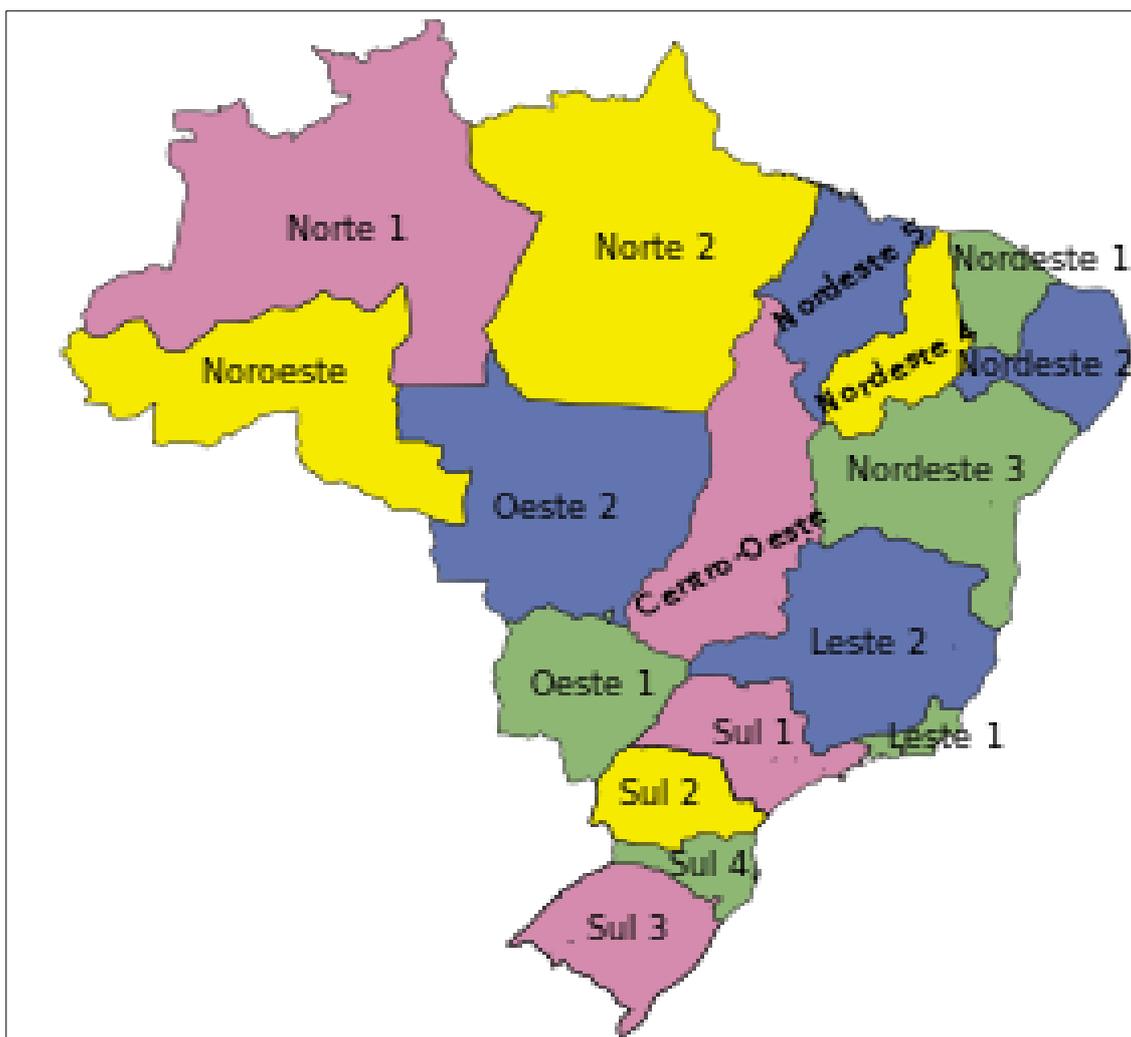
Ao tratar das Romarias da Terra Mitideiro Junior afirma que o evento se trata de uma potência frente aos conflitos no campo.

A Romaria da Terra não é uma manifestação, da qual a mística faz parte, ela é a própria mística. Outro exemplo ainda a ser estudado é pensar **a ocupação de terra como ato litúrgico**. O caráter místico da história do Êxodus na Bíblia dá certa “*legitimidade*” religiosa e universal ao povo oprimido do campo de resistir e lutar (ocupar) pela terra. (MITIDEIRO JUNIOR, 2008, p.238, Grifo do autor).

Há uma divisão política e geográfica da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) por regiões, quando realizou-se a primeira Romaria da Terra no Maranhão em Vargem Grande, o Maranhão pertencia ainda ao Nordeste 4, somente a partir da II Romaria da Terra em Bacabal, o Maranhão já tinha sua própria regional, a Regional Nordeste 5.

¹¹¹ “A CPT realiza Romarias da Terra desde 1978. As primeiras se deram no Rio Grande do Sul e em Bom Jesus da Lapa, Bahia. Há grande diversidade de Romarias, tanto pela periodicidade com que são realizadas, quanto aos locais. Algumas são realizadas pelos regionais anualmente, outras a cada dois ou três anos. Outras não têm periodicidade definida”. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA) Disponível Em: <<https://www.cptnacional.org.br/romarias>> Acesso em: 04/06/2018

Imagem 12 - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) - Regionais CNBB



Fonte: CNBB (2018)

A reunião para preparar a I Romaria da Terra no Maranhão aconteceu na cidade de Bacabal no Centro de Formação de Lideranças, em 18 de março de 1986, com a presença de Fr. Godofredo Bauerdick (Assessor da Ação dos Cristãos no Meio Rural - ACR), Pe. Gianluigi Zufellatto (Coordenador da Comissão Pastoral da Terra - CPT), Ir. Carolina (Representante das Comunidades Eclesiais de Base CEB's – Diocese de Caxias), Chico Amâncio (represente da Diocese de Coroatá) e Francisco da Conceição (representante do “Jornal Tempos Novos”).

Decidiu-se o tema central será o mesmo da Campanha da fraternidade – 86: TERRA DE DEUS, TERRA DE IRMÃOS! A romaria acontecerá no dia 15 de setembro, no dia de Nossa Senhora das Dores. O local escolhido foi Vargem Grande, terra de São Raimundo dos Mulundus e centro de romaria. A Romaria da Terra começará às 07 horas em Polica e desaguará em Vargem Grande, haverá missa à tarde. (REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA I ROMARIA DA TERRA – 1986).

A cidade de Vargem Grande, pertencente à diocese de Coroatá, foi escolhida para sediar o evento, porque também sofria com conflitos de terra, consideraram assim que este local tinha identidade de luta e resistência. (Anexo C)

Diferente das romarias tradicionais, na Romaria da Terra não há lugar fixo para a sua realização e não significa uma peregrinação para um santuário ou coisa do gênero. O que motiva o seu acontecimento em determinados lugares é o contexto político do local por onde os romeiros caminharão como resgate da memória de lutas passadas e que sirvam de incentivo às lutas atuais. Com isso, geralmente elas acontecem em áreas onde estão ocorrendo ou já ocorreram conflitos por terra, como por exemplo, o trajeto de um acampamento de sem terra para outro; de um acampamento para um assentamento da região; de um assentamento para um acampamento; de uma Igreja de um município a um acampamento ou assentamento; o entorno de áreas ou terras indígenas, lugares para relembrar as conquistas e lugares para resgatar a memória daqueles que morreram na luta, ou melhor, para trazer a história dos mártires para a luta atual. (MITIDEIRO JUNIOR, 2008, p.453-454).

As imagens a seguir retratam as primeira edições de Romarias da Terra no Estado do Maranhão:

Imagem 13 - I Romaria Da Terra -Vargem Grande/MA (1986)



Fonte: CPT/MA <http://www.arquivoscptma.ufma.br/>

Imagem 14 – Caminhada dos Romeiros



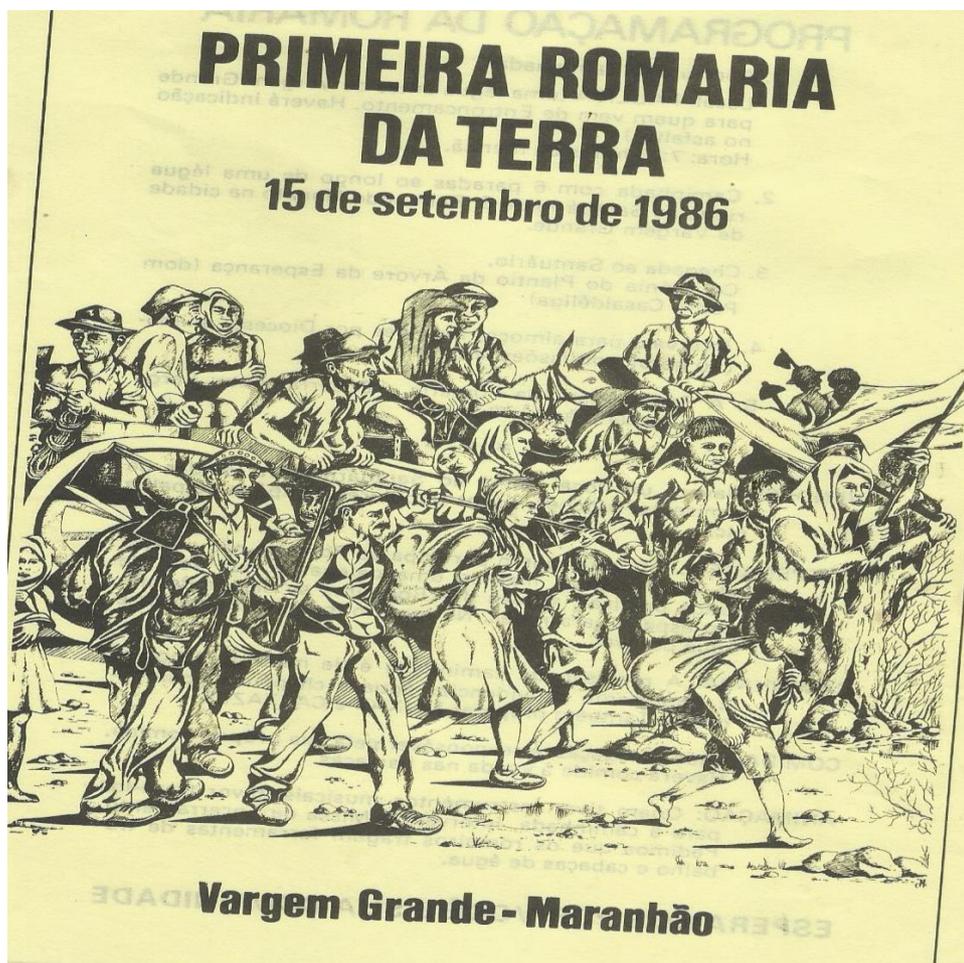
Fonte: CPT/MA <http://www.arquivoscptma.ufma.br/>

Imagem 15 - I Romaria da Terra – Vargem Grande – MA (1986) Celebração da missa



Fonte: CPT/MA <http://www.arquivoscptma.ufma.br/>

Imagem 16 – Cartilha da I Romaria da Terra



Fonte: Arquivos da Ação Católica Rural ACR/Bacabal

A II Romaria da terra realizou-se na cidade de Bacabal, mais uma vez trabalhadores rurais, posseiros, agentes de pastorais, clero e entidades organizaram o evento pedindo por direitos à terra para aqueles que vivem e retiram dela seu sustento.

A cartilha utilizada na Romaria da Terra, (Anexo D) abordou temas como: Reforma Agrária, elaboração da Constituinte, resistência, ocupação de terras, dentre outros. Em convite para a II Romaria da Terra, D. Fr. Pascácio Rettler (OFM) fala aos fiéis:

Queridos irmãos do Estado do Maranhão, paz e bem.
 Como posso ver esse povo de Deus? De modo especial irmãos lavradores que amam tanto, desaparecer vitimado pela Injustiça, Tortura, Expulsão de Terra, Mortes e Crimes? Cada irmão e lavrador deve ser uma trombeta na imprensa e em toda parte, gritando com toda força, pedindo socorro para o grande naufrágio do Povo de Deus do Maranhão. Pode ser que os governos que tem o dever de salvar o Estado nas calamidades públicas, despertem com vosso clamor e não queiram passar por assassinos, deixando caprichosamente morrer milhares de lavradores que podiam salvar. Foi com palavras semelhantes que Padre Cícero convidou o povo do Ceará e do Nordeste para lutar contra a seca que atormenta até hoje o povo sertanejo. Pior, talvez, que o flagelo da seca é para os nossos irmãos lavradores o flagelo da falta de

Terra e desprezo da palavra do Papa João Paulo II. “A REFORMA AGRÁRIA NÃO PODE FALHAR”.

Movido por tudo isso, a Diocese de Bacabal se sente feliz e honrada de convidar o Povo de Deus do Maranhão para a II ROMARIA DA TERRA no dia 12 de setembro. Nas diversas regiões do Brasil se fazem Romarias de Terra em lugares tradicionais, como Canindé: há outras também em locais de assentamento ou de luta do passado e do presente, como haverá em Bacabal.

(RETTLER, OFM, 1987, p.2)

As imagens abaixo retratam a II, III e IV edição de Romarias da Terra no Estado do Maranhão:

Imagem 17 – Cartilha da II Romaria da Terra Bacabal – MA (1987)



Fonte: CPT/MA <http://www.arquivoscptma.ufma.br/>

Imagem 18 - II Romaria da Terra Bacabal/MA 1987



Fonte: CPT/MA <http://www.arquivoscptma.ufma.br/>. Alguns sacerdotes acompanham a romaria, Fr. Eurico Löher (OFM) no centro da foto de óculos escuros.

Imagem 19 – Caminhada dos romeiros



Fonte: CPT/MA <http://www.arquivoscptma.ufma.br/>

Imagem 20 - II Romaria da Terra Bacabal/MA (1987) Celebração da missa



Fonte: CPT/MA <http://www.arquivoscptma.ufma.br/>

O número de romeiros aumentou na II romaria, a Polícia Militar de Bacabal pediu reforço para a polícia da capital.

Imagem 21 - Caminhada dos romeiros – escolta policial



Fonte: CPT/MA <http://www.arquivma.ufma.br/>

Imagem 22 - III Romaria da Terra – Imperatriz/MA (1988)



Fonte: CPT/MA <http://www.arquivoscptma.ufma.br/>

Imagem 23 - Romaria da Terra – Santa Luzia do Tide/MA (1989)



Fonte: CPT/MA <http://www.arquivoscptma.ufma.br/>

2.3 Reforma Agrária

A reforma agrária é para o lavrador, sem-terra e posseiros a esperança que seus direitos sejam garantidos por lei. Vários movimentos sociais se empenharam para que isto acontecesse; entre eles se destaca a CPT, que diante de tantos conflitos contribuiu para que a terra fosse dividida principalmente entre os menos favorecidos da sociedade. De acordo com o Estatuto da Terra Lei Nº4.504, de 30 de novembro de 1964 “§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.” (BRASIL, 1964).

Atualmente no Brasil o projeto de Reforma Agrária está associado ao INCRA e abrange os governos estaduais e municipais, sob a função de assentar famílias dando possibilidade de sustentabilidade ambiental e desenvolvimento dos territórios.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) emitiu uma carta por ocasião do aniversário de 10 anos de morte do Pe. Josimo Moraes Tavares¹¹² em Imperatriz, tratando da Reforma Agrária no Brasil e no Maranhão. Esta versa sobre uma Reforma Agrária que a Comissão Pastoral da Terra (CPT/MA) acredita que beneficiará todas as pessoas sem terra.

Impulsionar, respeitando as particularidades de cada País, programas de Reforma Agrária Integral, encaminhada a efetiva transformação onde for necessária a modificação das estruturas dos injustos sistemas de posse e uso da terra, a fim de substituir o regime de latifúndios e minifúndios por um sistema justo de propriedade, de maneira que, complementada por crédito oportuno e adequado, assistência técnica, comercialização e distribuição de seus produtos, a terra se constitua, para o homem que a trabalha, em base da sua estabilidade econômica, fundamento do seu crescente bem estar e garantia da sua liberdade e dignidade (Carta de Punta del Est, art. 6º). (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1996).

Este documento é do início da década de 1960, a carta de Punta del Este foi um compromisso feito entre as Repúblicas Americanas, o artigo 6º fala sobre a Reforma Agrária Integral. Mas de acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) não basta apenas fazer distribuição de terras, esta reforma precisa contemplar crédito, assistência técnica,

¹¹² Pe. Josimo foi assassinado em 10 de maio de 1986 enquanto subia a escadaria da Mitra Diocesana de Imperatriz, local que funcionava o escritório da CPT de Araguaia, Tocantins. “Padre Josimo era coordenador da Comissão Pastoral da Terra – CPT no Bico do Papagaio. O pistoleiro Geraldo Rodrigues da Costa efetuou dois disparos com uma pistola de calibre 7,65. Para executar Josimo contou com a participação de Wilson Nunes Cardoso, que até hoje está foragido.” “O nome de Padre Josimo está hoje em centenas de Acampamentos de Sem Terra, de Assentamentos de Reforma Agrária e de Comunidades Eclesiais de Base. Ele está muito vivo e presente nos corações e na mente de milhões de pessoas que lutam para que a Mãe terra seja libertada das garras do latifúndio e partilhada com milhões de sem-terra através de uma reforma agrária popular, massiva e democrática.” (GILVANDER, 2013).

comercialização e distribuição de produtos. É necessário que esta terra seja para o pequeno proprietário a sua base de sustentação econômica, dando ao homem e mulher do campo a dignidade, liberdade e autonomia para que sejam realmente inclusos na categoria de cidadãos. Deste modo, a Reforma Agrária para a Comissão Pastoral da Terra (CPT) consiste em redistribuição da riqueza má distribuída no Brasil e concentrada apenas nas mãos de poucos, tendo em vista que a desigualdade socioeconômica do país é uma das maiores do mundo.

A legalização de áreas não era uma preocupação para o posseiro, “a terra não tinha dono” chegavam, plantavam e construía suas casas, retiravam da terra o sustento da família e não eram incomodados com cercas de arame. Mais tarde começaram a surgir os problemas de não se ter um documento que lhes garantisse a posse. Essas terras passaram a ser reivindicadas por supostos donos, muitos coagidos pelas ameaças deixavam tudo e saíam; outros constituía “relações de amizade” com fazendeiros, no entanto os posseiros eram explorados, pois os mesmos não podiam construir casas de alvenaria, 50% do que produziam era entregue para os ditos proprietários.

Quanto à extração do coco babaçu, tinham que pagar 50% ao “dono da fazenda”, isso quando não eram simplesmente proibidos de extraí-lo. Eram também proibidos de fazer plantios permanentes como manga, laranja, jaca, etc. Toda a produção tinha que ser vendida para os fazendeiros e não podiam comprar em outros comércios que não fossem destes, eram ainda obrigados a doar um dia de serviço por semana para o latifundiário.

Levando em consideração tais características, podemos perceber duas categorias neste processo: os agregados e os posseiros. O primeiro grupo era formado por famílias que constituía “relações de amizade”. Deste modo, os latifundiários “permitiam” a permanência nas terras em troca da mão-de-obra dos posseiros. Esses acordos eram uma forma de expulsão, pois o capim que os latifundiários “sugeriam” que os posseiros plantassem, crescia rapidamente invadindo a lavoura. Assim não havia espaço para um próximo plantio, negando a estes o direito de permanecerem.

O segundo grupo era formado por famílias que ocupavam as terras, mas não tinham documentos o que dificultava sua permanência quando o latifundiário reivindicava por vias da “Lei” e/ou por meio da violência o direito sobre elas.

Segundo Lima Neto (2007) a década de 1970 “é marcada pela exacerbação da submissão das famílias camponesas às formas de imobilização no âmbito comercial e, principalmente no produtivo”. O autor destaca que eram poucas as famílias que ainda tinham a posse de suas terras no município de Lago do Junco, MA neste período.

Em alguns casos, povoados inteiros passaram a viver na condição de agregados de um único proprietário. Com efeito, as famílias camponesas gradativamente passaram a vivenciar o aumento das restrições a implantação de seus roçados e a coleta do babaçu. O *tempo de fartura e liberdade* – que então fazia parte do passado - cedeu lugar ao *tempo da sujeição* e da *precisão*.

A partir daí, de forma mais generalizada, os chamados donos de terras passaram a condicionar a permanência das famílias camponesas no interior das fazendas ao pagamento de foro e o cumprimento de algumas obrigações para com o proprietário. Na medida em que se observa a expansão da atividade pecuária na região, inúmeras estratégias foram desenvolvidas pelos proprietários com o intuito de subordinar e imobilizar a mão-de-obra das famílias camponesas no interior destas propriedades. Algumas famílias se submeteram às exigências, outras se mudaram do local onde já trabalhavam e residiam há anos em busca de novas áreas livres ou para as periferias urbanas das cidades. (LIMA NETO, 2007, p.40, Grifo do autor).

De acordo com Souza Filho (2018, p. 182) o direito de uso da terra se confunde com direito de propriedade, de início a terra era para uso, posteriormente ela se fez mercadoria:

A modernidade capitalista transformou a terra em mercadoria quando a fez propriedade privada individual e transferível a quem não a usa. Antes da invenção moderna da propriedade individual da terra, seu uso era determinante. Quer dizer, para que alguém se considerasse proprietário, ou, pelo menos, com direito à terra tinha que usá-la. E usá-la, no conceito da época, era lavrá-la, fazê-la produzir bens consumíveis que para o capitalismo se chamaria mercadoria.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) destaca que não bastam gestos paliativos para se assegurar a Reforma Agrária Integral, as ações precisam contemplar: “Arrecadação de terra pública, créditos para plantio, saúde, educação, estradas, rodovias, saneamento básico, energia elétrica, legalização das terras, assentamento definitivo dos sem terras no Maranhão [...]” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1996). Além destes itens, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) considera importante na aquisição da Reforma Agrária Integral, a investigação de trabalho escravo; proibir a polícia de entrar em áreas de conflitos agrários, entre outros fatores.

Deste modo, a Reforma Agrária se efetiva quando se mexe na estrutura fundiária do Estado, baseando-se no modelo de agricultura familiar. Esta consiste no cultivo da terra pela família, tendo eles a responsabilidade de gerir e trabalhar nestas terras. (SIGNIFICADOS, 2015).

A principal característica da agricultura familiar é o predomínio de atividades que se apóiam na combinação entre a produção de alimentos voltada para o consumo da família e ou para o mercado, e a execução de atividades não agrícolas, tais como turismo rural, artesanato, serviços profissionais especializados, trabalho temporário externo e outros. (BEGNAMI, 2003, p.13).

A renda dessa família deve ser retirada da produção, mas para que isto aconteça é necessário que haja um incentivo por parte do governo. Existem atualmente algumas políticas

públicas voltadas para a agricultura familiar, uma das principais é o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). No entanto, para que estas famílias se sustentem prioritariamente do que produzem é necessário mais incentivo e acompanhamento dos órgãos responsáveis do governo.

O Estatuto da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), artigo 3º parágrafo VIII diz que a Reforma Agrária tem como finalidade “lutar pela implementação de uma reforma agrária ampla, geral e massiva, com a participação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e de suas entidades sindicais, que assegure a democratização do acesso à terra”. (ESTATUTO - CONTAG, p.3)

Desta forma entende-se que a Reforma Agrária está para além da distribuição de terras, é necessário uma política de assistência não no sentido assistencialista, mas é necessário uma implementação de projetos que garantam a autonomia desses lavradores em pequena escala.

De acordo com Lima e Miranda (2013, p.3) em artigo intitulado “*LUTA CAMPONESA E MOVIMENTO SOCIAL NA REGIÃO MÉDIO MEARIM: conflitos e conquistas na Comunidade de Ludovico, Lago do Junco (MA)*”, precisamos levar em consideração a historicidade da chegada de migrantes para o Maranhão para entendermos essas disputas por terra e a complexidade das relações que se estabeleceram diante da violência no campo nesta região.

No Estado do Maranhão, na região do Médio Mearim, região ocupada desde o início do século por descendentes de nordestinos que aprenderam a “desbravar matas” e a sobreviver por meio de uma economia de base familiar, foi marcada por fortes conflitos, principalmente na década de 1980, tendo como foco de resistência centenas de famílias camponesas que lutaram, e lutam pelo livre acesso aos babaquais e contra a concentração de terras. A redução brusca do número de terras disponível à agricultura camponesa e ao extrativismo fez surgir, além de um confronto direto com vaqueiros, capangas, milícias privadas a serviço daqueles proprietários e policiais, outras formas de relações econômicas, além de situações conflitantes no momento das práticas extrativistas. (LIMA; MIRANDA, 2013, p.3)

Lima e Miranda (2013) chamam essa dinâmica de sistema de dominação dos grandes latifundiários e do Estado, fortalecimento de interesses pessoais, econômicos e políticos em detrimento de uma classe explorada, ameaçada e escravizada. Em contraponto a esta análise percebe-se que há sim uma classe privilegiada diante dessa dinâmica social, no entanto a classe que as autoras relacionam a dominada também teve seus métodos de resistência fazendo desses processos um evento marcado por estratégias, tanto dos que tinham acesso mais fácil, caso dos latifundiários, como dos que eram submetidos à violência física e psicológica, caso dos posseiros.

Assim se construiu uma dinâmica que permitiu a criação de entidades que se ocuparam das questões da luta pela terra, a exemplo a Comissão Pastoral da terra (CPT), a Ação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR's), etc. Assim reivindicavam junto ao posseiro que essa terra fosse cedida a quem já estava nela.

2.3.1 Terra – Atuação da Província franciscana e Diocese de Bacabal

É importante lembrar que quando se leva em consideração a história da migração de nordestinos para o Maranhão ou dos próprios maranhenses que migravam de um povoado ou município para outro dentro do próprio território, como já abordamos no capítulo 1 deste trabalho, estamos falando na maioria das vezes de posseiros¹¹³, ou seja famílias que se negavam sair das terras que moravam a décadas, a luta não era para invadir, mas para permanecer. As benfeitorias feitas na terra eram uma prova de que essas famílias já estavam há bastante tempo naquele local. Assim relata Guilhermina Aguiar (2015, p. 3-4) sobre os conflitos de terra em municípios assistidos pela Diocese de Bacabal:

Mas a luta pela terra aqui na Diocese de Bacabal, ela se diferencia de outras regiões, porque aqui na Diocese de Bacabal não era ocupação, mas era garantir a permanência de quem estava na posse, porque o movimento aqui na diocese é o movimento de posseiros, ou seja, movimento de quem estava na posse da terra, mas que não tinha documento, que não tinha como provar que era dono, mas a lei garante. Por isso que a gente trabalhou muito o Código Civil, porque no Código Civil dizia bem claro, que se você mora numa área durante cinco anos e nunca foi incomodado, nunca apareceu dono e você tem benfeitoria nessa área, então se utiliza o usucapião especial, então a gente trabalhava muito essa questão do usucapião especial. Porque tinha gente que tinha 60 anos que os pais tinham nascido naquela área, então isso já era o suficiente. Então a gente incentivava muito também o beneficiamento da área, você não tinha que plantar só arroz e feijão, porque com o tempo você não ia ver as marcas, mas era plantar também frutas, laranjeira, situar com frutas essas coisas. Então isso era uma garantia da permanência das pessoas naquela posse, que eles estavam fazendo benfeitorias, ele realmente precisava. Olha que legal! Isso era interessante! Então, uma das justificativas para garantir a permanência dessas pessoas naquela posse era uma benfeitoria que ele estava fazendo. Porque ali ele provava que ele queria a terra realmente para sobreviver, então foi isso que garantiu a permanência desse povo nessa área. (Depoimento: Guilhermina Aguiar, ACR, 2015) .

¹¹³ O termo posseiro será utilizado para designar moradores de terras devolutas, pois entendemos que seja o termo mais adequado neste contexto de luta e resistência na dinâmica que se construiu em torno da posse de terras. Alfredo Wagner Berno de Almeida define posseiro como “pequenos produtores agrícolas que compõem unidades de trabalho familiar, detentores de benfeitorias, roçados e animais de tração. Não se encontram subordinados por unidades de trabalho assalariado. Constituem-se em camponeses livres que abriram áreas próprias de cultivo em terras devolutas e disponíveis, a margem das grandes explorações agropecuárias. Mantêm relações com circuitos de mercado de produtos agrícolas (arroz, farinha, feijão) independentemente de *plantation*, agroindústrias ou projetos pecuários incentivados”. (ALMEIDA, 1993, p.290 apud FERREIRA, 2015, p.26)

Em algumas regiões do Estado do Maranhão os conflitos de terra receberam a intervenção direta dos franciscanos. A Igreja Católica buscou dar auxílio para que os envolvidos no conflito buscassem seus direitos legais para permanecerem na terra. Nas décadas de 1970 a 1990, foram produzidos muitos registros dos conflitos de terra em Bacabal, São Luís Gonzaga, Olho D'Água das Cunhãs, Lago do Junco, Paulo Ramos, Lago da Pedra, Altamira, Lago Verde e Vitória do Mearim.

A Diocese de Bacabal deu especial atenção a luta pela terra na região do Médio Mearim porque essa área fazia parte do seu território de organização pastoral. Tal diocese foi criada em 22 de junho de 1968 pela Bula “*Visibilis natura*” do Papa Paulo VI e instalada em 1º de novembro de 1968, desmembrada da Arquidiocese de São Luís do Maranhão, ela abrange atualmente 27 municípios.

Quadro 5 - Divisão da Diocese por território

Nº	MUNICÍPIOS	CRIAÇÃO	ÁREA (Km²)	POPULAÇÃO
1	Altamira do Maranhão	30/12/1961	668,6	6.730
2	Bacabal	17/04/1920	1.682,6	97.946
3	Bernardo do Mearim	1997	261,4	6.047
4	Bom Lugar	1997	446,4	13.413
5	Brejo de Areia	1997	482,8	8.065
6	Capinzal do Norte	1997	626,9	10.760
7	Esperantinópolis	27/04/1954	480,9	22.498
8	Igarapé Grande	30/12/1947	374,2	9.090
9	Lagoa G. do Maranhão	1997	733,6	7.988
10	Lago da Pedra	01/01/1953	1636,4	43.947
11	Lago do Junco	26/10/1961	308,7	9.612
12	Lago dos Rodrigues	1997	195,2	7.925

13	Lago Verde	29/11/1961	460.2	14.071
14	Lima Campos	30/12/1961	321,9	14.071
15	Marajá do Sena	1997	824.0	6.968
16	Olho d'Água das Cunhãs	30/11/1961	552,6	17.011
17	Paulo Ramos	03/09/1971	927,3	19.093
18	Pedreiras	27/04/1920	288,5	39.049
19	Pio XII	26/01/1959	817.3	2.410
20	Poção de Pedras	30/12/1961	655,1	20.824
21	Santo Antônio dos Lopes	30/12/1961	770,1	14.126
22	S. L. Gonzaga do Maranhão	31/12/1948	968,5	20.987
23	E. Raimundo do D. Bezerra	1997	281,2	6.511
24	São Roberto	1997	227,4	4.563
25	Satubinha	1997	605,8	10.268
26	Trizidela do Vale	1997	223,3	16.870
27	Vitorino Freire	25/09/1952	1.122,7	31.107
	TOTAL	-	16943,5 (KM²)	498.846

Mapa 2 – Divisão por municípios da Diocese de Bacabal



Fonte: <http://www.diocesedebacabal.org.br/?page=ler&id=9>

Na ocasião dos conflitos, a Diocese de Bacabal tinha como Bispo D. Frei Pascásio Rettler, OFM padre franciscano de nacionalidade alemã. Regeram os Bispos: 1º Bispo: Dom Frei Pascásio Rettler, OFM, empossado em 1º de novembro de 1968; 2º Bispo: Dom Frei Henrique Johannpötter, OFM, estes dois primeiros bispos foram importantes agentes que trabalharam para a permanência do lavrador em suas terras; 3º Bispo: Dom Frei José Belisário Silva, OFM atual Arcebispo da Arquidiocese de São Luís no Maranhão¹¹⁴ e o 4º Bispo: Dom Armando Martín Gutiérrez, atual Bispo de Bacabal tomou posse em 11 de fevereiro de 2007. (GUIA DIOCESANO, 2009, p.5-6).

Os conflitos no Maranhão receberam uma intervenção direta de padres, freiras e agentes pastorais da Igreja Católica, como “mediadores” de grupos e indivíduos que não tinham poder econômico e/ou social para enfrentar sozinhos grandes latifundiários interessados em territórios para a implantação de projetos agropecuários. O foco de violência para retirar famílias de povoados e dar lugar ao gado, mobilizou a Diocese de Bacabal a intervir em prol do lavrador. Segundo Wolf (1975, apud MACHADO, 2012, p.20) *mediador* define-se como: “indivíduos que estão aptos a atuar em termos de expectativas orientadas para a comunidade e para a nação, que tendem a ser relacionados para a mobilidade”.

Os veículos de comunicação da capital do Maranhão apresentaram em suas páginas a discussão sobre a violência no campo. Vejamos como divulgaram a informação referente a uma carta entregue por trabalhadores rurais a D. Paulo Ponte, para que o mesmo a entregasse ao Papa João Paulo II por ocasião de sua vinda ao Brasil. Dia 10 de outubro o jornal “O Estado do Maranhão” publica a notícia com o título: “*D. Paulo Ponte recebe denúncia de Lavradores*”. Na mesma data o Jornal “O Imparcial” sobre a mesma notícia: “*Sem-terras dão ao Bispo a carta que deve ser entregue ao Papa em São Luís.*”

¹¹⁴ “Depois que Dom José Belisário tomou posse da Arquidiocese de S. Luis, Frei Heriberto Rembecki, OFM administrou a Diocese até a chegada de Dom Armando”. Disponível em: <<http://www.diocesedebacabal.org.br/?page=Diocese> > Acesso em: 21 de jul de 2018.

Imagem 24 - Jornal O Estado do Maranhão

O ESTADO DO MARANHÃO CIDADE

São Luís-MA, 10 de outubro de 1991 - quinta-feira

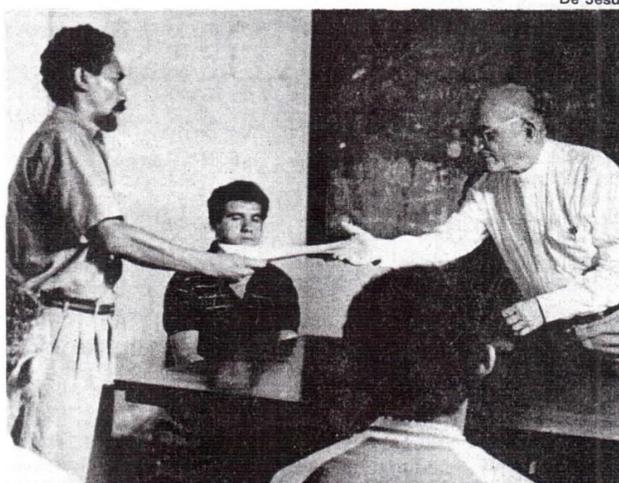
D. Paulo recebe denúncia de lavradores

Uma carta que denuncia a gravidade da situação fundiária do Maranhão e exige a reforma agrária foi entregue, na manhã de ontem, ao arcebispo de São Luís, Dom Paulo Ponte, por um grupo de lideranças de trabalhadores rurais. A carta dos lavradores, redigida sob a forma de um protesto contra a violência no campo, será entregue pelo arcebispo Dom Paulo Ponte a João Paulo II, por ocasião da chegada do papa a São Luís, na noite do próximo domingo, dia 13.

Acompanhado do coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Alessio Moiola, o arcebispo, que funcionará como intermediário entre o papa e os lavradores, disse, ao receber a carta, que os subsídios para João Paulo II se inteirar da situação fundiária do Brasil foram enviados ao Vaticano, há dois meses, pela CPT.

“Mas os lavradores quiseram também manifestar sua preocupação com a reforma agrária, e desejar que o Santo Padre se interesse sempre, continuamente, com esse problema, entregando uma carta bem atualizada sobre a situação fundiária do Maranhão e do Brasil”, afirmou o arcebispo, ressaltando, entretanto, que o papa não terá condições de modificar sua homilia em função da carta dos lavradores. “Porém a CPT enviou muitos subsídios para que o papa e seus assessores pudessem preparar bem a homilia que será pronunciada no Aterro do Bacanga”, frisou.

Os integrantes do movimento dos sem-terra reclamam do recrudescimento da violência no campo. “Esta carta que fizemos para o papa é um documento importante principalmente em ra-



A Carta foi entregue ao Arcebispo por uma comissão de lavradores

Para o arcebispo Dom Paulo Ponte, a visita pastoral que o papa fará a São Luís, nos próximos dias 13 e 14, será uma oportunidade importante para a reflexão e tomada de consciência em relação aos graves conflitos agrários do Brasil e, especialmente, do Maranhão. A CPT levantou e deverá divulgar hoje estatísticas referentes à violência no campo, para sensibilizar e chamar a atenção dos mais diversos segmentos sociais.

A homilia do papa, na missa que celebrará no Aterro do Bacanga, no dia 14, versará sobre “Evangelização — Terra, Justiça e Reforma Agrária”. Este tema, na visão da Arquidiocese de São Luís, é o “mais forte” dentre os que João Paulo II abordará nesta sua segunda visita ao Brasil. “O

ra será direcionado para todo o território nacional. Mas o sentido da Igreja, ao sugerir este tema, através da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), foi principalmente o de denunciar os graves problemas de terra que hoje ocorrem com maior intensidade no Maranhão, Goiás, Tocantins e Pará. Estes Estados, desde os anos 80, estão colocados como campeões nacionais em conflitos agrários.

No caso do Maranhão, frisou frei Bonfin, houve, nos últimos 11 anos, um processo violento de grilagem, com a conivência “inclusive de policiais, juizes e até mesmo delegados”. Por conta da grilagem, surgiram grandes latifúndios e um êxodo rural sem precedentes, também motivados pela falta de uma política de fixa-

Fonte: Arquivos da Ação Católica Rural ACR/Bacabal

“O Estado do Maranhão” relatou que lavradores entregaram a D. Paulo Ponte uma carta denunciando a gravidade da situação fundiária do Maranhão, e na qual os mesmos exigiam uma atenção para a Reforma Agrária. A carta foi escrita em forma de protesto relatando a violência sofrida por eles no campo e seu objetivo era que chegasse às mãos do Papa João Paulo II que chegaria à capital do Maranhão em 13 de outubro 1991. Na ocasião, o arcebispo declarou que os subsídios para o papa se inteirar da situação fundiária vivida pelo Brasil foram enviados ao Vaticano com dois meses de antecedência pela CPT.

Os integrantes do movimento sem-terra reclamam do recrudescimento da violência no campo. “Esta carta que fizemos para o papa é um documento importante principalmente em razão das grandes dificuldades que sofrem os trabalhadores rurais na luta contra os latifundiários”, afirmou um representante da Fetaema e dos sindicatos de trabalhadores rurais. (O ESTADO DO MARANHÃO, 1991).

Havia a expectativa que o papa em missa destacasse o assunto “Evangelificação – Terra, Justiça e Reforma Agrária”. No entanto o seu pronunciamento parece não ter agradado os trabalhadores rurais, de acordo com Fr. Adolfo Temme, o Papa João Paulo II não foi muito feliz na reflexão sobre o tema. Houve uma imprudência que repercutiu de forma negativa. O contexto do discurso lido por ele dizia que havia violência por parte do lavrador, no entanto, Fr. Adolfo Temme afirma que esse foi um grande engano, pois se havia violência por parte dos lavradores, esta era bem pequena diante da violência praticada pelos grandes latifundiários, afinal eles precisavam se defender de alguma forma. (TEMME, OFM, 2015, p.5).

Segue trecho da homilia do Papa João Paulo II:

Não estarão estes fatos indicando por si só, a necessidade de serem atendidas as justas e urgentes reivindicações daqueles cidadãos, que têm direito a fazer parte da vida econômica da Nação? Ao Estado, cabe “o dever principalíssimo de assegurar a propriedade particular por meio de leis sábias”, pois nem a justiça nem o bem comum, consentem danificar alguém nem invadir sua propriedade sob nenhum pretexto (Rerum Novarum, 55). Mas, cabe também à tutela do Estado assegurar um sistema justo de distribuição das terras, garantindo, ao mesmo tempo, o direito de todos de que se reconheça, tanto a capacidade como o rendimento do próprio trabalho (Centesimus Annus 52 e 28), dentro de condições realisticamente acessíveis. Falar portanto de Reforma Agrária, nada mais é que dar apoio à modernização das relações trabalhistas no campo, criar ocupações produtivas na área rural, coibir as manifestações de violência que já mataram tantas pessoas, inclusive sacerdotes, promover serviços de educação, saúde, de créditos financeiros, criando condições para o exercício da cidadania a mais de uma dezena de milhões de agricultores. Tudo isso traria, também, benefícios às cidades, na medida em que haveria um menor êxodo rural, aumentaria a produção agrícola, normalizando o abastecimento e a oferta de alimentos básicos. No próximo dia 16, ao celebrar-se a “Jornada Mundial da Alimentação”, organizada pela FAO, serão debatidos os problemas da fome no mundo. Espero que neste foro internacional, sejam sugeridas soluções adequadas para fazer frente, em espírito de fraternidade e cooperação, a este problema tão angustiante. (PAPA JOÃO PAULO II, 1991, p.3).

Esta foi a homilia lida pelo Papa João Paulo II¹¹⁵ em missa celebrada aos fiéis da Arquidiocese de São Luís, por ocasião de sua viagem apostólica ao Brasil. No discurso ele reпреende todo e qualquer tipo de violência no campo e pede por Reforma Agrária.

Segundo o jornal “O Estado” a intenção da CNBB ao provocar este tema era denunciar os graves problemas de terra que aconteciam com maior intensidade nos Estados do Maranhão, Goiás, Tocantins e Pará.

O Jornal “O Imparcial” sobre a mesma notícia comentada acima relatou que a carta foi entregue pelo secretário dos Trabalhadores Rurais de Vitória do Mearim, o lavrador Francisco da Silva do Nascimento, a D. Paulo Ponte. Esse veículo de informação destacou a importância da entrega da carta ao papa para que tomasse conhecimento da problemática vivida pelo estado do Maranhão onde as famílias sem-terra e sem poder plantar viviam em estado de penúria.

O jornal destacou que um dos assuntos contemplados na carta foi o ataque a 60 famílias no Povoado de Limoeiro, município de Olho D’Água das Cunhãs. As famílias moravam nesta área desde 1936, ocupando 974 hectares de uma área de 12 mil hectares. As famílias acusavam os supostos donos das terras de terem jogado, em setembro de 1991, duas bombas de fabricação caseira sobre a área para assustá-los. “Os conflitos ficaram acirrados desde o dia cinco de junho deste ano, mas desde 1984 a comunidade vem sendo ameaçadas pelo ‘proprietário’. Ali moravam 400 famílias, mas 300 foram embora logo que iniciaram os conflitos”, [...]. (O IMPARCIAL, 1991).

Este conflito resultou em dois lavradores e uma adolescente feridos a bala e na queimada de casas. A situação chegou ao conhecimento do Governador do Estado, na ocasião, Edson Lobão que prometeu chamar os responsáveis para negociar as terras.

¹¹⁵ “A memorável visita do Santo Padre João Paulo II que movimentou milhões e milhões de fiéis deixou claramente aparecer a frieza das relações entre Estado e Igreja.” (REMBECKI, OFM, 1991, p.9).

Imagem 25 - Jornal O Imparcial - Ano LXV – nº20.303 Sexta feira – 20 de dezembro de 1991
– Maranhão

Opúsculo jornal
do Maranhão

65
ANOS

O IMPARCIAL

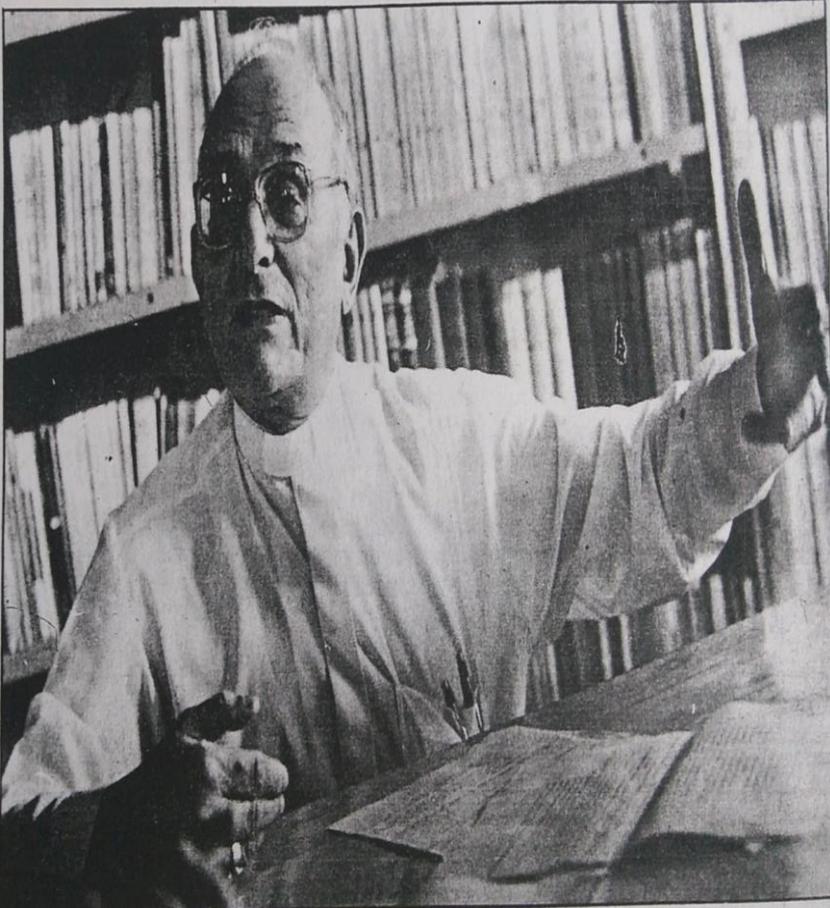
ÓRGÃO DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS Fundador: Assis Chateaubriand

Ano LXV – Nº 20.303 Sexta-feira – 20 de dezembro de 1991 – São Luis – Maranhão

Conflito agrário leva bispo a pedir ajuda a E. Lobão

O conflito na gleba Conceição do Salazar, em Codó, entrou em fase de acirramento depois de alguns dias de calmaria. Uma caravana formada por técnicos do Iterna, CPT, Cáritas, Fetaema e políticos seguiu para a região na tentativa de solucionar a questão e evitar novos choques armados. Várias famílias foram despejadas por uma patrulha da Polícia Militar que cumpriu decisão judicial. Dom Paulo Ponte, arcebispo de São Luis esteve reunido com o governador Edison Lobão quando abordou a situação dos lavradores que estão ameaçados de expulsão. Dom Paulo e outros religiosos pediram ao governador que impeça que sejam cumpridas as liminares de despejo concedidas aos proprietários de 18 áreas.

Página 7



Dom Paulo Ponte pediu socorro ao governador Lobão para os lavradores de Conceição do Salazar

Fonte: Arquivos da Ação Católica Rural ACR/Bacabal

Com a atuação da Igreja, os lavradores ganhavam mais força e o número de reivindicações agrárias e negociações por parte da Igreja com o Estado cresceu. Muitas dessas negociações foram mediadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Assim as desapropriações ficaram mais difíceis nos anos 1985 a 1988. Outro movimento de muita importância nesse processo de negociações foram os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs). Em 1988 suas reivindicações perderam força, devido a tantas dificuldades de serem atendidos e outros movimentos começam a surgir. Grupos de viúvas, que perderam seus maridos em virtude do conflito no campo, começam a se organizar para lutarem por seus direitos; as quebradeiras de coco, entre outros que começam a ganhar espaço nesse contexto de reivindicações.

Além destes, surgiram as cooperativas e associações para estruturarem a produção e comercialização de seus produtos. Estas são algumas das representações sociais que se formaram para lutarem por melhores condições de vida, para que tivessem o direito de plantar e desfrutar do lucro, esforço do próprio trabalho.

A Igreja se insere neste cenário de luta, além de tentar garantir direitos a esses sujeitos, faz com que haja uma participação deles na tomada de decisões para que sejam eles mesmos os agentes transformadores dessa realidade. Deste modo, inferimos que o foco não é somente legalizar as terras, mas, fazer com que eles mesmos lutem por seus direitos.

3 CONFLITOS DE TERRA: resistência no Médio Mearim

3.1 Memórias e narrativas

A ocorrência de um evento remete a muitas interpretações, tal fenômeno ao ser narrado não é reproduzido com exatidão, porque é improvável repetir uma cena da mesma forma como ocorreu, pois depende de muitos fatores. Deste modo, compreende-se que a história é um olhar(es), a interpretação daqueles que narram e daqueles que leem e estes estão inseridos dentro de um contexto sociocultural, ou seja, é uma produção de recursos sobre o real que depende do espaço social/cultural de onde se fala. “Antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela. Esta instituição se inscreve num complexo que lhe permite apenas um tipo de produção e lhe proíbe outros.” (CERTEAU, 2002, p.68).

Deste modo, pode-se inferir que dentro do contexto de conflitos de terras que ocorreram nos povoados e municípios mediados pela Diocese de Bacabal e Província Nossa Senhora da Assunção, que esta pesquisa se propõe a investigar, os diversos sujeitos envolvidos assumem uma postura acerca dos acontecimentos. Assim os discursos construídos neste cenário são diversos e apresentam especificidades que dependem das instituições que os legitimam, ou seja: Igreja, Estado, Sindicatos, latifundiários, posseiros, etc.

A investigação acerca da perspectiva dos franciscanos, indica elementos associados à justiça social, busca pela paz, defesa ao marginalizado, pobres e oprimidos, aspectos ligados a defesa dos Direitos Humanos. Os franciscanos e a diocese adentraram nesta disputa pela terra como mediadores em defesa dos posseiros que num dado contexto inicial desses conflitos não dispunham do acesso a mecanismos de auxílio. Isso resultou em variados tipos de violência como: mortes, prisões, expropriações e ameaças.

Faley Tor (1983) em “O Movimento Franciscano pela Paz, num contexto moderno” parte do pressuposto que a Igreja se insere como mediadora em contextos de conflitos. Contudo, é importante manter contato com autoridades, pois o poder governamental têm condições de corrigir as injustiças sociais: “Muitas vezes o povo precisa de porta-vozes que expresse as suas péssimas condições e procure reformas, ou, às vezes alivie uma situação explosiva” (TOR, 1983, p.70). Deste modo Tor (1983) defende a ideia da paz na luta por justiça social, pois esta é a forma que um franciscano precisa agir, seguindo o exemplo do fundador da Ordem, São Francisco de Assis.

3.2 Possesiros – a luta pelo direito de permanecer

As terras férteis do Maranhão encheram muita gente de esperança. Lavradores buscaram nas terras e rios maranhenses a perspectiva de dias melhores para suas famílias, uma chance de tirar o sustento da lavoura e ter um lugar para morar, uma vez que muitos eram exilados de suas origens em consequência da seca do Nordeste, dentre outros fatores já discutidos no capítulo 2. Assim na década de 1970, iniciou-se uma disputa para desapropriar famílias que ocupavam terras no Maranhão sob alegação de ser propriedade privada, o que resultou em inúmeros conflitos devido as resistências.

Fr. Heriberto Rembecki, OFM, relata que os franciscanos tentaram muitas vezes alertar os posseiros para que buscassem legalizar as terras que ocupavam. Este, no entanto, não era um trâmite muito viável. Eles tinham difícil acesso às leis e precisavam fazer viagens para a capital. Alguns ainda tentaram a legalização, apesar da burocracia e da falta de recursos, o que fez muitos deles desistirem.

Os freis pediam: “gente vão procurar a documentação”, povo: “Ah aqui a terra é nossa”. O outro tentou, foi lá a São Luís, mas chegou lá, não teve papel para preencher, foi viagem de uns dias e assim, foram *[movimento com as mãos, sinal que o povo foi desistindo]*. Aí o povo começou a trabalhar, a desmatar essa mata toda e aí começou. Naquela época em 58 a 59 Bacabal tinha mais de 50 usinas de beneficiamentos de arroz, trabalhando dia e noite e os carros e caminhões puxando arroz, puxando e puxando arroz. O arroz depois foi levado daqui até o Rio de Janeiro, a produção, isso foi início da década de 60. Depois *[baixando tom de voz]* vai vir o grito pela criação de gado, o grito do governo e foi o começo de conflito de terra. (Depoimento: Fr. Heriberto Rembecki, OFM, 2015).

Ao chegarem, os migrantes encontravam as terras desabitadas, com mata fechada e se fixavam. Ter dono não era uma questão, pois as terras eram as ditas “livres”, terras devolutas do Estado ou União. A expansão da agropecuária ocasionou uma configuração distinta para este território, pessoas com posses vindas de outros estados começaram um processo de compra e grilagem das terras ocupadas e começaram a expulsar os posseiros antigos. Estas foram motivações fundamentais para desencadear os conflitos de terra em várias povoados e municípios de Médio Mearim.

Eu me lembro, como em 72 veio um ricoço lá de São Paulo, ainda com a benção da Igreja, passaram por aqui no convento, e depois foram sobrevoar a área lá em Lago da pedra e Paulo Ramos na beira do Rio Grajaú, onde depois foi instalada a fazenda, a SABESA ocupando logo 10.900 hectares de terra, dizendo primeiro para o povo: “vocês tem que ficar, nós vamos precisar de vocês” e assim. E o povo ajudou a fazer a cerca e assim por diante. E depois de tudo pronto o povo não tinha mais direito de quebrar coco, tinha que desmatar o babaçu e assim. Nada de escola, nada disso viu? Ficou uma área grande só para o gado. Quatro grandes povoados foram extintos, de vez. (Depoimento: Fr. Heriberto Rembecki, OFM, 2015).

Ir. Teresinha de Jesus, pertencente a Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora dos Anjos, natural de Vitorino Freire, nascida em 1956, filha de lavradores, narra que as terras ocupadas por posseiros eram terras “sem dono”, usa o exemplo da migração de sua família de Vitorino Freire para Aldeia sinalizando serem “terras livres”.

Olha na verdade as terras é aquela coisa... Sobretudo no Maranhão a nossa região, por exemplo eu digo da minha família, a gente saiu de Vitorino Freire, eu tinha dois, três anos de idade e chegamos numa aldeia indígena que ainda tinha alguns índios e a gente foi ficando por ali, morando, colocando roça, daí chegando mais pessoas e não se preocupava, não tinha essa preocupação de demarcar terra, de registrar terra. Então eu conheci nesses momentos de conflitos pessoas que diziam: gente lá com seus 80 anos: “meu bisavô nasceu aqui, meu avô nasceu aqui”, construiu família e aí de repente a terra não é mais nossa. Porque não tinha registrado, não tinha essa preocupação, ou seja, eu acho que isso tem muito haver com a ganância, não tinham ganância, então... tinha lugar onde colocar a casa, tinha lugar de colocar a roça, esse ano aqui, no outro ano lá, não tinha nenhuma preocupação não, nenhuma preocupação. Então, com isso, eram os donos, porque moravam. (Ir. Teresinha de Jesus, Religiosa, 2015).

A narrativa de Ir. Teresinha de Jesus, constrói a imagem da *ambição* de poderosos por grandes extensões territoriais com a finalidade de criar gado, o que resultou na retirada de muitas famílias de suas casas e as consequências foram os conflitos de terra marcados por violência de vários aspectos. Os latifundiários começaram a levantar cercas o que causou problemas para os posseiros. Seguiram-se várias restrições a esses posseiros, resultando em muitos embates “[...] inclusive alguns apresentavam documentos feitos em cartório, e tudo dessas terras que eles nunca tinham ido lá medir, mas que eles sabiam que existia, então o objetivo era exatamente aumentar fazenda”. (Depoimento: Ir. Teresinha de Jesus, Religiosa, 2015).

A Diocese de Bacabal, com apoio do bispo D. Pascásio Rettler, OFM e os franciscanos da Província Nossa Senhora da Assunção posicionaram-se em apoio aos posseiros e travaram muitas brigas com o estado, polícia e latifundiários para garantir a segurança e o direito à terra aos antigos ocupantes. As fontes aqui analisadas apontam que os latifundiários estavam amparados por poderes políticos facilitando a eles o acesso às terras, seja por compra ou por mandatos de desapropriação. Percebe-se nesse contexto a inserção de distintas categorias nesta disputa, são elas: posseiros, sindicatos, Igreja, Estado e latifundiários. Todos lutavam por um mesmo objetivo - terra - mas com interesses diferentes. É importante perceber a dinâmica de cada um para entendermos a movimentação desses grupos em torno dos conflitos.

Nesse sentido, categorias como “povo”, “popular”, dentre outras formas de designações que façam alusão a uma coletividade, são frequentemente mobilizadas por agentes que reivindicam a autoridade para falar em nome desses segmentos no curso das lutas internas que compõem a dinâmica de um espaço específico. O ato da

mediação reconhecida em nome de grupos sociais categorizados como populares produz, por si, uma força inversamente proporcional à autonomia apresentada em determinado domínio social. No caso em questão, a intervenção de agentes culturalmente favorecidos e reconhecidos por sua competência de mediação não apenas na esfera religiosa, mas no cruzamento com outros domínios, exerce essa força precisamente pela ausência de autonomia dos domínios nos quais estejam inseridos. (MACHADO, 2012, p.57).

Observar grupos sociais remete-se ao pensamento de que sempre funcionou em tal coerência. Contudo, convém entender as suas peculiaridades e conhecer os seus processos de (re)estruturação dos grupos, relações de poder, sociabilidades, etc. Neste caso, foram formadas entidades e instituições motivados por sujeitos que reivindicavam o direito à terra.

A História Social busca esses aspectos que permitem a construção de mentalidades dos grupos, da própria identidade e dos campos de disputa. Desta forma, Burke (2002) discute a importância de conhecer os processos históricos para que não aconteça o erro de reproduzir ideias cristalizadas. É preciso lançar um olhar sobre o passado para entendermos a dinâmica do presente; do contrário, não entenderemos o porquê e/ou para que houve a necessidade da formação de novas instituições em meio aos movimentos sociais.

Mais tarde, quando as organizações bem-sucedidas encomendam suas histórias oficiais, tais histórias não raro dão a impressão de que esses órgãos tiveram um planejamento consciente e foram institucionalizados desde o início. Assim, fica difícil não ler o presente no passado, mas deve resistir à tendência e o conceito de um movimento estimula a concepção da fluidez e espontaneidade do movimento de fundação, um ‘movimento’ que pode durar uma geração, porém está destinado a ser substituído pela fase de rotinização ou “cristalização”. (BURKE, 2002, p.126).

Em meio ao contexto de conflitos de terra não há interesse em discutir estas categorias enquanto dominados ou dominadores, mas que todos os grupos envolvidos agiram de forma específica onde influenciaram e também foram influenciados durante o processo. As estratégias que cada grupo utilizou para reivindicar estas terras são movimentações diferentes diante de um problema social. Cada um se inseriu com as ferramentas que lhes era possível, seja por vias legais ou ilegais.

Não se pode pensar em passividade, pois mesmo os que sofrem têm suas formas de resistir e continuar (sobre)vivendo dentro do cenário. Deste modo, criam-se estratégias e mecanismos de defesa dos grupos envolvidos. Segundo Bourdieu (1980) as camadas sociais não ficam alheias às questões conflitivas:

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de imposições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta luta quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida cotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima

(cf. Weber), quer dizer, do poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social”. (BOURDIEU, 1980, p.12-13).

A participação desses mediadores na luta pela terra fez com que ao longo dos anos se constituíssem novas relações e práticas diferenciadas, pois a implementação de projetos e o surgimento de grupos organizados foram modificando as estruturas vigentes. Dessa forma, a Igreja criou projetos de apoio e incentivo para que estes posseiros permanecessem e cultivassem as terras que ocupavam. Vários projetos de formação política foram proporcionados pela Diocese de Bacabal e os franciscanos para que tivessem acesso à informação e melhorassem seus métodos de cultivo da terra.

Algumas medidas de assistência a posseiros e lavradores foram: a criação e/ou implementação de projetos e entidades tais como: “Assistência Jurídica aos Lavradores” (AJULAV), que tinha como principal objetivo o acompanhamento e aconselhamento aos posseiros; a Romaria da Terra, luta pela Reforma Agrária, criação de Escolas Família Agrícola (EFA’s), Animação dos Cristãos no meio Rural do Brasil (ACR), Comissão Pastoral da Terra (CPT), dentre outras ações.

Dentre os projetos implementados pela diocese e os franciscanos na região do Médio Mearim, destaca-se as Escolas Família Agrícola (EFA’s¹¹⁶), uma proposta de criação de escolas que garantissem a educação no campo. Estas surgiram para que os filhos de lavradores pudessem estudar sem precisar sair da zona rural. Na região do Médio Mearim estão presentes em Lago da Pedra, Lago do Junco, São Luís Gonzaga e Vitorino Freire. Estas escolas estão dentro da lógica da Pedagogia da Alternância¹¹⁷ uma metodologia voltada para o campo, onde o aluno passa um período na escola e o outro com suas famílias para possibilitar que os mesmos estudem sem prejudicar a dinâmica da produção agrícola¹¹⁸. Nesse sentido, as Escolas Família Agrícola estão dentro do contexto de agricultura familiar:

¹¹⁶ “No Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2014, as escolas familiares agrícolas estão entre as melhores instituições privadas do país que atendem alunos de nível socioeconômico baixo ou muito baixo. Os dados do Enem por escola foram apresentados hoje (5) pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira (Inep)”. Disponível em: <<https://ceffa.jimdo.com/>> Acesso em: 20/06/2018

¹¹⁷ RODRIGUES, Cintia. Pedagogia da Alternância na Educação Rural. Disponível em: < <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/modalidades/salvacao-lavoura-497826.shtml>> Acesso em 20 jun.2018

¹¹⁸ A metodologia foi criada por camponeses da França em 1935. A intenção era evitar que os filhos gastassem a maior parte do dia no caminho de ida e volta para a escola ou que tivessem de ser enviados de vez para morar em centros urbanos. No Brasil, a iniciativa chegou com uma missão jesuíta, no Espírito Santo, em 1969. Logo se espalhou por 20 estados, em áreas onde o transporte escolar é difícil e a maioria dos pais trabalha no campo. Os alunos têm as disciplinas regulares do currículo do Ensino Fundamental e do Médio, além de outras voltadas à agropecuária. Quando retornam para casa, devem desenvolver projetos e aplicar as técnicas que aprenderam em hortas, pomares e criações.” (RODRIGUES, 2015).

Ela foi implantada no Brasil na década de 1960, a partir de inspirações iniciadas na França e espalhada pela Itália, Espanha, África. Entre outros objetivos na época, a EFA surge como uma possibilidade de educação apropriada às necessidades sociais históricas para conter o êxodo, desenvolver o campo, superando as condições de pobreza, abandono, entre outras mazelas, através de uma formação conscientizadora dos alunos e suas famílias junto às comunidades. As Escolas Famílias Agrícolas, portanto, surgem como iniciativa estratégica de promoção e desenvolvimento dos agricultores familiares, mas também como alternativa à falta de políticas públicas voltadas para o setor. (BEGNAMI, 2003, p.14).

Dos princípios que regem as EFA's estão: primeiro: a Pedagogia da Alternância¹¹⁹ com seus métodos didáticos de alternância entre a teoria e a prática valorizando a experiência no campo; segundo: a associação gestora deveria assumir a educação tendo a família como protagonista; terceiro: a formação integral dos alunos numa concepção de cidadania, inclusão social e desenvolvimento na zona rural com bases sustentáveis.

A implantação das EFA's coincide com o período da Redemocratização no Brasil. Surgiu em meio a manifestações populares por acesso à educação no campo. Por outro lado, esse acesso teria que ser diferenciado, voltado para a realidade e experiências do trabalhador rural. No entanto, a implantação da didática que exigia alternância entre a escola e a família encontrou obstáculos por não seguir o método convencional de ensino, não sendo respeitado em suas especificidades. Quanto a expansão das EFA's pelo Brasil, Begnami (2003, p.35) destaca:

A expansão é mais acentuada a partir da segunda metade da década de 1980. Ela ocorre tanto nos Estados onde iniciaram, aumentando o número de unidades, quanto para outros Estados como Minas Gerais, Piauí, Rondônia, Maranhão e Amapá. Na maioria dos casos, as iniciativas de implantação se deram através da pastoral social das igrejas, sobretudo, as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, ligadas à Igreja Católica.

Fr. Heriberto Rembecki, OFM ao falar das EFA's ressalta que a terra era pouca, mas muito se podia fazer para melhorar a produção. A ideia é que os jovens permanecessem na zona rural, que não precisassem ir estudar nas grandes cidades.

Sobre a experiência desta metodologia no Médio Mearim, Vanderval Spadetti, CEFFA, explica:

Nessa época de 85 até 90 a 94, a Igreja Católica, a Província Franciscana ela tinha também uma visão na questão educacional de formar os filhos e filhas de lavradores, para uma formação técnica, então mandavam os alunos para o Espírito Santo, aonde surgiu a Pedagogia da Alternância. Esses alunos formavam lá e voltavam para trabalhar nessas entidades e durante este tempo que eu estive na ACESA, nós articulamos e fundamos cerca de 6 a 9 Escolas Famílias Agrícolas e a sétima foi o CEFFA Manoel Monteiro a de Ensino Médio que hoje a gente já tem nove turmas

¹¹⁹ Ver artigo de RIBEIRO, Marlene. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.1, p. 027-045, jan./abr. 2008.

formadas, 205 técnicos tudo isso a gente não pode perder a visão de que a escola hoje está no lugar onde houve a luta se não fosse a luta pela terra naquela época essa escola nem existiria nesse lugar. (Depoimento: Vanderval Sapadetti, CEFFA, 2015).

Vanderval Spadetti é coordenador do Centro Familiar de Formação por Alternância (CEFFA Manoel Monteiro) em Lago Junco, povoado de Pau Santo¹²⁰, local onde aconteceu vários conflitos de terra. O nome da escola é em homenagem ao posseiro assassinado nos conflitos de terra em 1985, o Sr. Manoel Monteiro.

A escola oferece ensino médio integrado à educação profissional com formação de técnico em agropecuária. Os alunos passam duas semanas na escola e duas semanas em casa, alternando. A CEFFA Manoel Monteiro, fundada em 2006, é uma escola de iniciativa da Província Nossa Senhora da Assunção e tem apoio financeiro de benfeitores da Alemanha¹²¹. Esta é a segunda Escola Família Agrícola (EFA) do município de Lago do Junco, a primeira foi fundada no Povoado Ludovico em 1995.¹²²

¹²⁰ A história deste conflito no Povoado Pau Santo (1985) se encontra no subitem 3.5 deste capítulo.

¹²¹ FRANZISCANER MISSION DORTMUND: Site aonde são divulgados os projetos financiados pelos franciscanos da Alemanha- <http://www.franziskanermission.de/>

¹²² “Um dos maiores desafios é a manutenção das escolas de uma forma mais efetiva, por parte do poder público, sem a perda da autonomia administrativa e pedagógica. A manutenção das EFAs desde as pioneiras do sul do Espírito Santo, sempre foi um problema sério. As primeiras experiências foram mantidas, quase exclusivamente, com recursos de Organizações Não Governamentais (ONGs) do exterior. As parcerias com o poder público municipal e Estadual são mais recentes e os repasses, através de subvenção social, são limitados e intermitentes”. (BEGNAMI, p.45, 2003)

Foto 4 - Frente da CEFFA Manoel Monteiro (Lago do Junco)



Fonte: CEFFA Manoel Monteiro. <https://ceffa.jimdo.com/hist%C3%B3ria-conviv%C3%Aancia/veja-aqui-uma-apresenta%C3%A7%C3%A3o-sobre-a-hist%C3%B3ria-do-ceffa/>

As EFA's fundadas em povoados assistidos pela Diocese de Bacabal estão em: Vitorino Freire, iniciada em 29 de março de 1989, São Luís Gonzaga em 18 de março de 1991, Paulo Ramos em 1994, Capinzal do Norte em 1995, Lago do Junco no povoado Ludovico em 15 de novembro de 1995, Lago da Pedra em janeiro de 2001.

Em 2006, a UAEFAMA¹²³ coordenava 20 EFA's no Maranhão. 129 monitores e 27 professores externos lecionaram e acompanharam 1.456 alunos do Ensino Fundamental nas 5ª a 8ª séries. Neste ano iniciou uma nova etapa na caminhada das EFA's com a abertura da EFA "Manoel Monteiro", no município de Lago do Junco com a 1ª série do 2º grau profissionalizante com 54 alunos. (LÖHER, OFM, 2009, p.408).

Outra parceira das EFA's no Maranhão é a Animação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (ACESA). Em junho de 1986 a ACESA iniciou suas atividades atendendo 15 comunidades em áreas de conflitos, a equipe era formada por um engenheiro agrônomo e quatro técnicos-agrícola. Esta instituição é financiada pela MISEREOR¹²⁴, uma entidade organizada por bispos da Igreja Católica na Alemanha que tem como objetivo financiar projetos para combater a pobreza na Ásia, África e América Latina.

Os objetivos da ACESA são:

¹²³ UAEFAMA - União das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão (fundada em junho de 1997)

¹²⁴ Esta Instituição financiou também o Colégio Nossa Senhora dos Anjos (CONASA) em Bacabal.

Formar uma nova consciência de agropecuária na região, baseada na convivência com o clima e a natureza; montar um modelo agropecuário que responda às necessidades dos agricultores da região na construção de uma vida digna; acompanhar as comunidades da diocese e também as associações de EFA's nas iniciativas de implantação de modelo agropecuário, divulgar o modelo agropecuário; acompanhar as EFA's enquanto opção educacional para futuros agricultores da região; estabelecer um trabalho integrado com a equipe da saúde para mudanças de hábitos alimentares (alimentação mais natural e alternativa). (LÖHER, OFM, 2007, p.404, Grifo do autor).

Em 2005 o relatório de avaliação apresentado pela ACESA à MISEREOR destaca que a instituição atendeu a 141 famílias em 18 comunidades onde receberam acompanhamento dos técnicos. Os resultados positivos, segundo eles, são: 31 famílias trabalhando com roças sem queimadas, 18 trabalhando com hortas orgânicas, 78 melhoraram a criação e 71 trabalhavam com pomar. Julgaram que o projeto não alcançou a expansão desejada, no entanto houve melhoria técnica nos modelos alternativos de agricultura e pecuária de acordo com as condições climáticas da região¹²⁵.

Lima Neto (2007), ao discutir sobre as entidades de apoio aos posseiros, afirma que as famílias eram inteiradas de seus direitos que muitas vezes desconheciam:

A ACESA - que trabalhava a questão da melhoria das condições de produção e renda das famílias oferecendo assessoria através de um quadro técnico composto principalmente por engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas - e as pastorais da criança e da saúde, além de disponibilizarem as famílias serviços nos seus respectivos campos de atuação, deram continuidade ao trabalho de formação sócio-política que vinha sendo feito pelas organizações religiosas que as antecederam. (LIMA NETO, 2007, p.82).

Uma questão bastante levantada por estas entidades de apoio aos posseiros era a formação política das famílias, o que eles intitulavam de educação e “conscientização”, visando autonomia e apropriação dos seus direitos. “Ganhos, ganhos também para a conscientização, os ganhos; O pessoal aprendeu a falar, a falar em público e organização eles aprenderam muito, principalmente da ACR”. (Depoimento: Fr. Adolfo Temme, OFM, 2015)

De acordo com Machado (2012, p.31) o engajamento de clérigos nos movimentos sociais são um conjunto de estratégias que legitimam a instituição religiosa.

Convém ressaltar, no entanto, que o trabalho de “conscientização política”, forma de intervenção mobilizada pelos religiosos nas comunidades e em outros espaços compõe um conjunto de estratégias de reconhecimento a partir do registro religioso, mas “constituem por intercruzamento de lógicas”, Pécaut (1990), o mesmo espaço de concorrência e alianças entre si e com outros agentes.

¹²⁵ Atualmente a ACESA atende povoados pertencentes aos municípios de: Lago Verde, Bacabal, Porção de Pedras, Lago da Pedra, Bom Lugar, São Luís Gonzaga e Lago do Junco. Disponível em: <<http://www.acesa.eco.br/>> Acesso em: 01 de ago de 2018.

Em suma, observa-se a partir dessas instituições mediadoras, dinâmicas de poder e sociabilidades que se instalaram em torno da problemática da terra, que contou com a intervenção de outros mecanismos de poder, sofrendo modificações no cenário brasileiro.

3.3 Terra: grilagem e resistência

Os latifundiários também se organizaram e buscaram apoio para reivindicar terras e acelerar a expropriação de posseiros. Os ruralistas buscavam garantir grandes extensões de terras para os seus investimentos, com isso fundaram em 1985 a União Democrática Ruralista (UDR), estes angariavam fundos financeiros de doações e leilões, cujo objetivo era compra de armas, munições e contratação de jagunços e pistoleiros para “proteger” as terras que na maioria das vezes era resultante de grilagem e títulos de “propriedades” fraudadas.

Segundo Mitideiro Junior (p.219, 2008) os anos de 1985 a 1988 impulsionaram para uma maior autonomia dos movimentos que reivindicavam por justiça social. Ele atribui esta “liberdade” ao processo de “Redemocratização” do Brasil. Por outro lado, os ruralistas também estavam se organizando enquanto categoria e abrindo espaço para candidaturas na política partidária, recebendo muitas vezes apoio de autoridades. O autor associa o período de atuação da UDR a um aumento considerável de violência e mortes:

Em concomitância com essa realidade, discutia-se a elaboração do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária e a entrada na Constituição Federal de um capítulo específico para tratar do tema. Essa aura de liberdade fez com que os proprietários rurais, organizados, recrudescem as suas ações contra qualquer um que tentasse contra os seus poderes, sendo a violência, mais uma vez, a forma de mediação eleita para tratar da questão.

Não foi por menos que, nesse período, formou-se a maior organização de proprietários rurais da história brasileira: a União Democrática Ruralista (UDR), que reuniu sindicatos patronais, associação de produtores, cooperativas e, individualmente fazendeiros de todo o país para atuarem no campo político diretamente nas assembleias estaduais e federais e nas suas próprias propriedades ou nas regiões onde possuíam terras, intimidando, ameaçando, espancando e assassinando aqueles que reclamavam por direitos. Isso fez com que o número de mortos subisse exponencialmente, chegando a 161 assassinatos em 1987, isto é, a cada dois dias desse ano, um trabalhador rural era assassinado. (MITIDEIRO JUNIOR, 2008, p.219-220).

A União Democrática Ruralista (UDR) se fortalecia com apoio da polícia e de autoridades políticas. A primeira, aparece muitas vezes nos documentos aqui investigados e na narrativa dos entrevistados: coagindo, torturando e cumprindo mandatos de expropriação. Neste sentido, a polícia é apresentada não como instituição do Estado responsável para defender a Lei e a sociedade, mas como órgão a serviço do governo e dos latifundiários, como mecanismo de repressão.

Na narrativa de Guilhermina Aguiar, ACR, a polícia era cúmplice dos latifundiários. Sobre um conflito na década de 1980 no “Centro do Aguiar”, município de Lago do Junco, MA¹²⁶ ela relata:

Eu fui junto, passamos a noite lá, porque não podíamos voltar, porque tinha muita lama na estrada, os carros, as Toyotas todas ficaram atoladas no caminho chegando lá a pé. Eu nunca tinha visto armas assim em frente, naquele dia eu vi, arma não de trabalhador, porque lá em São Manoel, nesses conflitos todos a polícia não estava para garantir a segurança do trabalhador não, era a segurança do patrimônio, da fazenda, então lá em São Manoel, polícia e pistoleiro eram do mesmo grupo, eu vi naquele dia pistoleiros com armas na mão e polícia tudo junto. (Depoimento: Guilhermina Aguiar, 2015).

A formação da UDR se deu por iniciativa de pecuaristas de São Paulo, Goiás e Minas Gerais, espalhando-se posteriormente por outros estados. Os dados coletados por Mitideiro Junior (2008, p.220) apontam que em 1987 a UDR atingiu 230.000 sócios, com 200 secretarias regionais espalhadas por 19 estados.

Esta entidade foi fundada por Ronaldo Caiado¹²⁷. Segundo Bruno (2007, p.76), Ronaldo Caiado pertence a uma das mais tradicionais famílias de pecuaristas do estado de Goiás. “Em 89 candidatou-se a Presidência da República e teve uma votação inexpressiva. Foi deputado federal na legislatura de 91-94. Perdeu a eleição para o estado de Goiás em 94”.

Na sua campanha à Presidência da República, Ronaldo Caiado ficou popularmente conhecido como “o homem do cavalo branco”, este aparecia no programa eleitoral montado num cavalo branco “proferindo discurso em favor da família e do direito absoluto de propriedade”. (MITIDEIRO JUNIOR, 2008, p.220).

A UDR foi uma entidade forte na luta contra a Reforma Agrária no Brasil, cujo objetivo era a valorização do latifundiário e a proteção dos seus “bens”, conhecida por seus atos de violência e expropriações¹²⁸.

A ação dos fazendeiros e suas milícias e as manifestações de apoio à violência frente a timidez do governo diante da mobilização dos proprietários de terra foram fatores que possibilitaram que a UDR legitimasse como sua prática o uso da violência.

Uma das principais características da violência da UDR é a sua imponderabilidade. Ela desconhece críticas, conjunturas e mediações, porque toda a sua lógica encontra-

¹²⁶ Guilhermina Aguiar (2015) narra que foi ao povoado “Centro do Aguiar” juntamente com representantes da Federação dos Trabalhadores Rurais do Maranhão (FETAEMA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Partido dos Trabalhadores (PT), ela como representante da Ação dos Cristãos no Meio Rural (ACR) e Domingos Dutra que estava como Deputado Estadual. Quando recebiam denúncias de conflitos juntavam-se várias entidades para acompanhar. O acesso da Igreja a autoridades favoreceu muitas vezes para que fosse protelado e/ou evitado expropriações, prisões e mortes.

¹²⁷ “Ronaldo Caiado, fundador da UDR, costumava chamar Dom Pedro Casaldáglia de “bispo vermelho”, e o acusava de proporcionar baderna e desordem por onde passava”. (MITIDEIRO JUNIOR, 2008, p.242.)

¹²⁸ “Foi a UDR quem praticamente comandou a ofensiva contra a Reforma Agrária e a luta pela terra nos últimos 10 anos no Brasil, procurando aglutinar em torno de si ou aliar-se politicamente em torno daqueles que apostavam no retrocesso da transição”. (BRUNO, 2007, p.78)

se assentada no argumento da legítima defesa da propriedade. Em 1985, Caiado avaliou que haveria uma “guerra no campo” e defendeu a “inevitabilidade da violência”, justificando o aparecimento da UDR como entidade de legítima defesa em resposta à prática violenta exercida pela esquerda e pela Igreja Católica. (BRUNO, 2007, p.82).

No Maranhão, a UDR também agiu com bastante violência. Segundo Lima Neto (2007, p.67), o núcleo mais forte encontrava-se em Bacabal¹²⁹, onde funcionava a sede da entidade no estado.

O título da matéria abaixo aponta que a UDR reunia-se para discutir seus interesses. A matéria foi publicada no Jornal “Diário do Norte”, mas não foi possível o acesso ao conteúdo devido a ilegitimidade da fonte.

Imagem 26 - Arquivos da CPT/MA (10/05/1986)



Fonte: CPT/MA. <http://www.arquivoscptma.ufma.br/>

¹²⁹ No Maranhão a União Democrática Ruralista (UDR) estava presente nos municípios de Bacabal, Caxias, Imperatriz, Lago da Pedra, Arame, Chapadinha, Codó, Pedreiras, Porção de Pedra, Presidente Dutra e Santa Inês. (MIRANDA, 2007, p56).

Voltando aos conflitos de terras no Maranhão, moravam em Bacabal muitos dos latifundiários envolvidos nos conflitos de terra da região do Médio Mearim. Houve muitos embates entre os integrantes dessa entidade e a Diocese de Bacabal. Algumas acusações aparecem nas fontes primárias, tais como: ameaças e atentados contra a Igreja devido ao posicionamento em defesa dos posseiros ameaçados pelos latifundiários.

A UDR na região do Médio Mearim publica notas e mais notas contra o Bispo e os Franciscanos de Bacabal, caluniando a ação pastoral da diocese com palavras muito baixas. Assim escreveram na nota do dia 10 de maio: “Não hesitam em armar o espírito e as mãos de nossos camponeses, pregando nas homilias litúrgicas ao invés do amor ao próximo, o ódio, a desunião, o desrespeito pelas instituições democráticas; até os oferecem em holocaustos para a satisfação dos seus projetos pessoais”. (LÖHER, OFM, 2009, p.392, Grifos do autor¹³⁰)

Sobre as notas publicadas pela UDR, Ir. Teresinha de Jesus narra que muitas ameaças eram feitas aos padres, freiras, posseiros e aos representantes das instituições e/ou entidades de apoio.

A gente recebia muita ameaça como qualquer outra pessoa que estava envolvida, que caminhava junto com esse grupo, de um modo geral todos nós éramos ameaçados, inclusive chegou a sair um jornal, circulou um jornal do grupinho de lá mesmo colocando o preço da cabeça de cada... Por exemplo, Dom Pascásio tinha um valor X para quem tirasse a cabeça dele, decepasse, a irmã Vilma também, ou seja, freira tinha um valor, o sindicalista tinha outro valor, um sacerdote tinha um outro valor e o valor maior era o bispo Dom Pascásio, quem conseguisse tirar a cabeça dele. Eu não me detenho agora, por exemplo nos valores, mas o valor mais alto era a cabeça do bispo, depois vinha sacerdotes, depois vinha as irmãs, depois os sindicalistas. (Ir. Tersesinha, Religiosa, 2015).

Em relatório, Fr. Heriberto Rembecki, OFM aponta que o presidente José Sarney assinou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), motivo de esperança para os lavradores. Mas na prática isto não se efetivou, “Entretanto a tão sonhada Reforma Agrária foi obstruída pela UDR e nunca saiu do papel enquanto a situação dos lavradores piorou consideravelmente.” (REMBECKI, OFM, S.d) Em consequência, lavradores foram cruelmente assassinados lutando pela terra.

No interior maranhense, muitos desses povoados foram formados de aldeias indígenas e descendentes de escravos, entretanto, a maioria deles originou-se da vinda de lavradores de outros estados, principalmente do Ceará e Piauí de onde saíram em virtude das grandes secas lá existentes, como a de 1958, se fixaram nas matas virgens onde só existia animais selvagens e as terras eram devolutas, isto é, não tinham donos, sendo portanto de propriedade do Estado e ali viviam totalmente isolados pois na época não havia estradas, luz elétrica, hospitais, escolas, etc., usando tropas de animais (cavalos, burros, mulas e jumentos) tangendo-os pelo mato, para a evacuação e venda de sua produção agrícola.

¹³⁰ Cópia deste documento encontra-se no Arquivo Provincial de Bacabal, com a data de 10.05.1986.

Não havia uma preocupação inicial em documentar as terras, ninguém os incomodava. Eles plantavam suas roças para a própria subsistência, as famílias tinham acesso à terra para morar e plantar.

O governo Sarney, entretanto, divulgava ideologias progresistas. Afirmava que o crescimento e desenvolvimento precisavam atingir o Maranhão, deste modo criaram-se vários projetos de empréstimos, venda de terrenos que beneficiava os ricos, ou seja, os grandes latifundiários. O discurso de progresso propagado pelo governo não alcançava os pequenos lavradores. A estes muitas vezes não chegava as informações necessárias para regularizar as terras, pois os comunicados saíam no Diário Oficial de São Luís, cujo moradores dos povoados não tinham acesso. No final da década de 1970 a Diocese de Bacabal junto com os franciscanos orientaram os posseiros quanto à legalização das terras que ocupavam.

Na narrativa de Frei Heriberto Rembecki, OFM ele destaca sobre a notícia veiculada no Diário Oficial que tratava da Ação Discriminatória:

Naquela época a Igreja da região de Bacabal não estava ainda preparada para o conflitos, mas foi crescendo o conflito. Em... acho que foi em 77 por aí, apareceu no Diário Oficial a notícia que diz assim: “que cada lavrador que tem um pedaço de terra, grande ou pequeno tem que se habilitar através de um advogado para declarar a sua terra”, estava no Diário Oficial que funciona a circular em São Luís. Por um acaso, alguém informou e... Sim, eu fui visitar um fazendeiro que hospedava a gente no interior, disse: “frei está acontecendo uma coisa importante”, me explicou: “tem trinta ou sessenta dias, quem não se apresenta, perde todo o direito”. Com essa notícia eu fui falar com o juiz. “Dr. Willian?” Sim! Isso foi publicado. E senhor juiz, por que não publica pela rádio? Porque... nem em Bacabal menos ainda se tem jornal? Ele respondeu, isso foi muito significativo: “para nós basta que seja publicado, não que o povo conheça o assunto”. (Depoimento: Fr. Heriberto Rembecki, OFM, 2015).

D. Pascásio Rettler, OFM em resposta a essa ação, escreve aos agentes de pastoral para informá-los da Ação Discriminatória¹³¹ de terras. Em 26 de outubro de 1977 ele solicita que se leve o comunicado ao conhecimento de todos os posseiros para que estes possam tomar as devidas providências em tempo hábil, ou seja até o prazo de 60 dias após a publicação do Diário Oficial da Justiça. Na carta, assinada por D. Pascásio Rettler¹³² (OFM) este se coloca à disposição para maiores esclarecimentos, assim como os padres de Lago da Pedra. (Anexo E)

¹³¹ A Ação Discriminatória consiste em separar e demarcar terras públicas e privadas. De acordo com o texto: “O que é... DISCRIMINATÓRIA”, as terras devolutas estão misturadas com terras particulares não havendo identificação quanto ao limite de cada uma, sem saber onde começa e termina cada território. O texto relata que há dois tipos de Discriminatória: a Discriminação Administrativa e Ação Discriminatória Judicial, a segunda foi a mais utilizada. (O que é... DISCRIMINATÓRIA, 19?).

¹³² “Os contínuos conflitos de terra, os quais não podiam nos deixar indiferentes. Não houve uma semana em que como bispo não me senti obrigado a intervir nestes conflitos e procurar uma solução SEM VIOLÊNCIA (depoimento de D. Pascásio Rettler, OFM, bispo de Bacabal)”. (RETLER, OFM apud COSTA, 1994, p.21)

Só quem participava desta ação, estava habilitado a defender futuramente seus direitos de propriedade de terra. Esta ação estava direcionada aos fazendeiros, latifundiários e grileiros de terras. [...] Dr. Sandes orientou os lavradores de declarar o direito de propriedade e de posse e documentar assim sua reivindicação sobre a propriedade de terra. Em 1977, milhares de lavradores fizeram sua declaração com a ajuda de voluntários, especialmente nos municípios de Lago da Pedra e Lago do Junco, mas também em Vitorino Freire e outros municípios. Mais tarde, Dr. Sandes falou de 3.000 lavradores. (LÖHER, OFM, 2009, p.385).

Uma das medidas tomadas pelos mediadores foi contratar honorários do advogado Dr. João Batista Macedo Sandes para resolver as burocracias e orientar os posseiros. Nas fontes primárias aparecem documentos que confirmam o pagamento de honorários ao advogado nos anos de 1978 e 1979, cujo escritório encontrava-se em São Luís, MA. (Anexo F)

Recebemos, nesta data, do FREI HERIBERTO REMBECKI, Vigário da Paróquia de Lago da Pedra, neste Estado, a importância de 160.000,00 (CENTO E SESSENTA MIL CRUZEIROS), como pagamento de nossos honorários profissionais na preparação e encaminhamento de 349 (trezentos e quarenta e nove) pedidos de Carta de Anuência¹³³ em favor de ocupantes de terras devolutas do Estado do Maranhão, situados nos municípios de Lago da Pedra e Paulo Ramos, cujas terras se encontram em processo discriminatório, na comarca de Vitorino Freire – MA. Damos quitação da referida importância. São Luís – MA., em 29/OUTUBRO/1979. (SANDES, 1979).

Em carta direcionada aos posseiros, Dr. João Batista Macedo Sandes narra com linguagem pouco técnica do que se trata a Ação Discriminatória e que lugar estes ocupam segundo a lei. Infere-se deste documento que o objetivo era explicar aos posseiros a situação em linguagem simples de modo que estes pudessem compreender.

ILUSTRES PEQUENOS PROPRIETÁRIOS, POSSEIROS E OCUPANTES DE TERRAS DEVOLUTAS – NO MUNICÍPIO DE PREZADOS CONSTITUINTES:

Diante das insistentes notícias que me tem chegado daí e são publicados nos Jornais desta Capital, segundo as quais os chamados “grileiros”, com ganância desmedida e se utilizando dos meios mais violentos, voltaram a molestá-los e as suas famílias, tentando expulsá-los das terras em que vivem e trabalham, há muitos anos, resolvi escrever-lhes esta com o propósito de orientar e aconselhá-los sobre o assunto.

Antes, atendendo a situação de vocês, deve ser dito o que é propriedade, posse e ocupação. (SANDES, 1979, fl.1)

Sobre o conceito de propriedade o advogado explica que se trata de um documento “*verdadeiro*” e “*legítimo*”, como exemplo uma escritura de compra e venda. Quanto à posse, “é aquela exercida por alguém em terras particulares, em cujo nome estão os

¹³³ “A carta de anuência é um documento que serve para que o sacado, que deve ao cedente, possa ter baixado o protesto do qual está com seus dados negativados por alguma dívida que não quitou. Geralmente, nos casos em que o devedor quita um débito que já se encontra protestado diretamente ao credor, o cedente emite uma carta de anuência e envia ao sacado, para que o mesmo possa ir ao tabelionato de notas e protestos de títulos e efetuar a baixa do protesto”. (FERRO, OAB, 2014)

títulos de propriedade”. (SANDES, 1979, fl.2). Já a ocupação trata-se de residente em terras “devolutas” da União, Estado ou Município. Deste modo, quando há uma ocupação de outrem, o proprietário “legítimo” de uma área poderá por vias legais reivindicar a posse desta terra. “Porém, se o alguém estiver, na posse de uma área de terra, por vinte, quinze ou dez anos, por si ou por seu antecessor, passa a ser proprietário dela. É o caso chamado “usucapião”. (SANDES, 1979, fl.2).

Uma das preocupações e orientações dadas pelo advogado é que os ocupantes de terras devolutas não aceitassem suborno para saírem das terras e que estes tivessem paciência e não comprassem ou vendessem terras que estava em processo de “Ação Discriminatória”. O advogado esclareceu que a Lei estava favorável aos ocupantes, mas era um processo lento e que eles precisavam resistir e permanecer para que o Estado se sentisse pressionado a dar a causa para os posseiros, ainda que o registro dessas terras aparecessem em nome de “grileiros” : “Hoje, quando se tem a posse de uma terra, pelos prazos e condições estipulados nos citados dispositivos legais, e que aquele se diz proprietário dela pretende reaver a mesma posse, basta que se alegue o usucapião, como defesa”. (SANDES, 1979, fl.3)

Sobre a Ação Discriminatória, os franciscanos escreveram à comunidade de Lago da Pedra pedindo aos posseiros que seguissem as orientações do advogado. A paróquia franciscana publicou um comunicado, cujo título era: “Comunicação a respeito da sentença da Ação Discriminatória nos municípios de Lago da Pedra e de Paulo Ramos”. Por ele, pode-se ler:

3. Os POSSEIROS que não declararam suas terras ocupadas por algum motivo deviam ficar nas suas terras e esperar alguma solução do GOVERNO ESTADUAL que possivelmente, por causa de um problema social muito grave, pode ainda reconhecer os seus direitos e permitir a venda mediante requerimento, como se fazia antigamente, vamos ter paciência.
4. O advogado aconselha não abandonar as terras declaradas na AÇÃO DISCRIMINATÓRIA, nem deixar-se expulsar, etc. Cada um faça bem limpo o VARIANTE de SUAS TERRAS OCUPADAS e DECLARADAS. Se alguém for invadir ou medir por dentro dos limites marcados, informe LOGO o ADVOGADO que irá a COMARCA DE VITORINO FREIRE reclamando os direitos dos HABILITADOS na AÇÃO DISCRIMINATÓRIA.
5. NINGUÉM que é posseiro precisa tirar uma CERTIDÃO. Por enquanto basta o RECIBO fornecido pelo advogado Dr. SANDES e pelo CARTÓRIO. SOMENTE precisa tirar uma CERTIDÃO se tiver negócio com BANCO etc. (PARÓQUIA LAGO DA PEDRA, 1979).

A Ação Discriminatória tinha fins de demarcar a terra para regularizá-las. Porém muitos conseguiam burlar a lei e grilar terras. Guilhermina Aguiar, ACR narra que havia outra forma de grilagem, a que acontecia entre os próprios posseiros, esta relata que o analfabetismo foi um dos fatores que contribuiu para que isto acontecesse. Os mais “letrados”

que tinham mais habilidades para resolver burocracias eram muitas vezes delegados pelos posseiros a documentar as terras.

[...] Então normalmente na comunidade tinha aquela pessoa que era mais esperta que normalmente era o cabo eleitoral, era alguém que tinha uma influência junto as autoridades na sede dos municípios, então o que o povo fazia! O fulano que fala mais bonito, aquela coisa, o fulano que é sabido, então ele leva e faz o nosso, então ele levava pra fazer a documentação da terra e aí o cara chegava lá, colocava a posse em nome dele e voltava, então estava tudo muito bem. Então se o cara tinha 200 hectares de terra acrescentava mais um zero, então dava 2.000.00 hectares, então o processo de grilagem aconteceu dessa forma em alguns casos, não foi em todo caso. (Depoimento: Guilhermina Aguiar, ACR, 2015)

Em 1980 a Diocese de Bacabal juntamente com a Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, na época ainda Custódia, deram um novo passo quanto à assistência aos lavradores. O advogado Dr. Sandes já era um aliado junto à Igreja em favor dos lavradores desde 1978, mas de forma eventual, não havia um contrato empregatício, apenas pagamentos de serviços prestados por honorários. Porém, a Custódia e a Diocese de Bacabal consideraram que uma contribuição jurídica permanente neste caso seria mais satisfatória, assim Dr. João Batista Macedo Sandes e Dr^a. Conceição Andrade foram contratados para dar assistência jurídica aos lavradores. Segundo Löher, OFM (2009) esta escolha pessoal do advogado Sandes trouxe a ele algumas consequências, já que o mesmo era bastante conhecido pelos poderosos na capital maranhense e com a decisão de aceitar o trabalho perderia muitos clientes ricos.

Todos consentiam que a Vice-Província contrate definitivamente o advogado Dr. Sandes e a Dr^a Conceição pelas questões de terra. Haverá três tipos de despesa: pelos processos de caso em caso, pelas viagens e honorários. – Cada segunda-feira, casos novos serão aceitos, na sala da Portaria do Convento de Bacabal; mas somente se apresentados por um dos vigários. (LOHÉR, OFM, 2009, p. 385-386).

Este fato deu início à criação da Assistência Jurídica aos Lavradores (AJULAV) que consistia em aconselhar e acompanhar juridicamente os posseiros. Esta instituição contava com o apoio da Diocese de Bacabal, da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção¹³⁴, de algumas lideranças políticas e com ajuda financeira de parceiros da Alemanha. Desse modo, tornou-se uma instituição temida pelos grandes proprietários de terra.

Na década de 1980, a AJULAV desenvolveu-se para uma instituição respeitada e temida pelos grandes. A combinação entre lideranças eclesiais engajadas – em primeiro lugar Dom Pascásio – com ligações e personalidades influentes na política federal e ligações com meios de comunicação no exterior, mormente na Alemanha

¹³⁴ Fr. Heriberto Rembecki, OFM assumiu a coordenação e acompanhou o Projeto AJULAV. “Este serviço, com certeza foi o mais complicado, o mais enervante de todos os seus serviços durante os 12 anos de seu mandato, especialmente na década dos anos 1980, no tempo dos conflitos de terra mais explosivos”. (LÖHER, OFM, 2009, p.55)

de um lado e o acompanhamento jurídico competente do outro, deu uma chance aos lavradores angustiados, de conseguir manter seus direitos na luta contra a ganância de grandes proprietários e assegurar propriedade de terra para si e seus filhos. (LOHÉR, OFM, 2009, p.386).

A narrativa de Fr. Heriberto Rembecki, OFM pondera que o ato de criar entidades de apoio, como a AJULAV foram incentivados pela III Conferência Episcopal da América Latina (CELAM), cujo título dizia: “A Igreja é de todos, mas de preferência dos pobres e dos jovens”. Deste modo, sentiram a necessidade de se organizarem enquanto Igreja, ele cita especificamente as paróquias de: Lago do Junco, Lago da Pedra, Paulo Ramos e São Luís Gonzaga. Assim, devido o aumento dos casos na década de 1980, principalmente nos povoados assistidos por estas paróquias, criaram o escritório da AJULAV no convento dos franciscanos em Bacabal. “E os fazendeiros ficaram com raiva, porque agora teve alguém que orientava o lavrador, chamando a atenção para o direito”. (Depoimento: Fr. Heriberto Rembecki, OFM, 2015).

Fr. Adolfo Temme, OFM narra que receberam denúncias dos posseiros do povoado Pau Santo em 1985. Eles diziam que estavam proibidos pelos latifundiários de quebrar coco, de criar porco e plantar roça. Assim, após a celebração da missa, Fr. Adolfo Temme, OFM reúne a diretoria e aconselha “tem jeito, vocês são posseiros velhos, vocês tem que ser respeitados, o povoado tem posseiros pacíficos desde 1940, vocês são posseiros, existe leis pra vocês, dá pra lutar.”. O frade pediu que os posseiros não revidassem com violência, pois os latifundiários poderiam encontrar justificativas para agir com violência também. “E a diocese tem advogado, doutor Sandes, agora ele faz a defesa diante da Lei, enquanto vocês fazem a organização, muita coisa depende de vocês”. (Depoimento: Fr. Adolfo Temme, OFM, 2015).

A assessoria jurídica não é uma peculiaridade da Diocese de Bacabal, a própria CPT desenvolveu suas atividades amparada por advogados. No entanto, havia dificuldade em encontrar advogados especializados que tratassem especificamente de conflitos de terra. “A carência de advogados dessa espécie era tamanha que para a defesa dos padres José Antônio e Xavier¹³⁵ foi preciso vir um de Fortaleza (depoimento do padre Eider Furtado).” (FURTADO apud COSTA, 1994, p.34).

¹³⁵ “Na medida em que a Igreja se comprometia com a luta em defesa dos trabalhadores passou a sentir os efeitos da repressão, que se abateu sobre ela, na pessoa de religiosos, agentes de pastoral e integrantes das CEB's. Um desses casos foi a prisão em agosto de 1970 dos padres Xavier de Maupeou e José Antônio Monteiro, das paróquias de São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos, sendo o segundo barbaramente torturado. Os dois religiosos foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional sob a acusação de "subversão" e absolvidos ao final do processo”. (COSTA, p.21, 1994)

A aplicação da Lei das Ações Discriminatórias (Lei nº 6383/76), levou a CPT a buscar assessoria jurídica a fim de defender os posseiros de expropriações, prisões ilegais, torturas, grilagens, acompanhamento de processos, etc.

Para termos uma ideia do "gigantismo" desses processos de habilitação, vejamos o seguinte depoimento (que embora diga respeito à atuação de outra entidade, a ACR Bacabal, é perfeitamente válido também para a equipe jurídica da CPT-MA): "na época houve a grande discriminação das terras nos municípios de Lago da Pedra, Paulo Ramos, Luís Gonzaga e Lago do Junco" e o advogado Sandes Macedo "forneciu uma ajuda na legalização de direitos, entregou na Comarca de Vitorino Freire 1.200 processos de informação e direito de posse e propriedade de agricultores" (depoimento do frei Godofredo Bauerdick). (COSTA, 1994, p.34).

Depois de 10 anos de existência a AJULAV encerrou suas atividades em 1990 com o fim do contrato com Dr. Sandes. Dentro do limite desta pesquisa não foi possível inferir a motivação para o término desta entidade. Por outro lado, sabe-se que este projeto contribuiu para que muitas famílias resistissem e permanecessem nas terras que ocupavam. A tabela abaixo aponta uma lista de municípios e povoados assistidos pela Assistência Jurídica aos Lavradores (AJULAV).

Quadro 6 - Lista de conflitos acompanhados pela Assistência Jurídica aos Lavradores – AJULAV¹³⁶ (1979 - 1989)

Data	Município	Povoado(s)	Fazenda	Proprietário
1979	São Luís Gonzaga	Olho D'Água dos Grilos e Monte Alegre		Cleto Campelo Meireles e outros
1979	Paulo Ramos	São José do Ricardo		Empresa: BAPESA Bacabinha Agropecuária SA – Rupert Macieira Gonçalves
1980	Bacabal	Santa Maria		DIBEL - Distribuidora de Bebidas Ltda
1980			Fazenda Guabiras	Maria José Gomes de Arruda
1980	Lago do Junco	Centro do José Machado e Centro do Lima (Atualmente São José da Conquista)		Wilson Cortês Maciel e Albertina de Assis Aguiar
1980	Lago da Pedra	Sumaúma e Rabo da Gata		João Ferreira da Silva e Vitoriano Soares de Sousa

¹³⁶ Comparecem nesta tabela municípios assistidos por esta entidade a partir de 1979 devido a participação e articulação do advogado Dr. Sandes junto à Paróquia de Lago da Pedra desde 1978, no entanto as fontes apontam que a AJULAV só foi criada de fato em 1980 com a efetivação dos advogados Dr. Sandes e Dr^a. Conceição Andrade.

1980	Lago da Pedra	Unha do Gato		Evaristo Martins Valério
1980	Paulo Ramos	Centro dos Leites		Cleômenes de Jesus Fernandes Carneiro
1980	Paulo Ramos	Centro do Leal		Francisco Sousa
1981	Altamira do Maranhão	Brejo dos Bezerra		Carlos Geraldo Alves e Fontenele Agricultura e Pecuária SA
1981	Lago da Pedra	Alto Alegre e Lago da Cabaça		Valdir Jorge de Melo
1983	Lago Verde	Centro do Constâncio Teteu		Não identificado
1984	Bacabal	Aldeia		Ananias Vieira Lins
1984	Paulo Ramos	Nova Brasília		José de Freitas
1985	Lago do Junco	Pau Santo		Manoel Bezerra Neto
1985	Vitória do Mearim	Serraria		Antenor Gonçalves Maciel
1985	Vitorino Freire	Serra Bonita		Edvaldo Marques Durado
1985	Lima Campos	São José dos Mouras		Fazenda Agropecuária Riachuelo Ltda e Francisco Ferreira de Lima
1986	Lago do Junco	São Manoel		Adelino Pereira Lima
1986	Lago do Junco	Ludovico		Raimundo Vieira Coutinho
1986	São Luís Gonzaga do Maranhão	Lago do Boi		Francisco Inácio dos Santos
1986	Olho D'Água das Cunhãs	Povoado Teteu		José Roriz de Paiva
1987	Lago do Junco	Santa Zita		Francisco Ferreira Cruz
1989	Lago do Junco	Centro do Aguiar		Adelino Pereira Lima e Rubens Jorge de Melo

Fonte: Löher (2009, p.418-419).

Ainda dentro desta proposta de identificar projetos de assistência aos posseiros destacamos a Ação dos Cristãos no Meio Rural (ACR) considerada uma das principais entidades de auxílio aos posseiros. Esta tinha autonomia na sua atuação, no entanto, trabalhou

em parceria com muitas outras como: AJULAV e CPT. O boletim informativo da Diocese de Bacabal “Voz da Esperança” destaca:

Nesta luta que desafiou a pastoral da Diocese, tivemos sempre a benéfica e valiosa cooperação da equipe da ACR (Ação Católica Rural) que preparou muitos lavradores em encontros, dias de estudo e reflexão para uma ação consciente de organização e resistência. Neste trabalho a ACR foi a grande articuladora e manteve sempre contato com a CPT (Comissão Pastoral da Terra) no Maranhão. Preparou o lavrador para a luta por um sindicato autêntico. (REMBECKI, OFM, 2005, p.25).

Fr. Godofredo Bauerdick, OFM coordenou este projeto. No início da década de 1980 funcionava uma casa de apoio em Lago da Pedra aonde residia, mas ainda não atendia ao nome de ACR e sim “Casa do Lavrador”, cujos posseiros recebiam informações e orientações de como reivindicar a posse das terras que trabalhavam e ocupavam. Em 1982¹³⁷ o franciscano foi transferido para Bacabal como ecônomo da Província¹³⁸. Com a transferência de Fr. Godofredo Bauerdick, OFM transferiram também o ponto de apoio deste serviço, “A coordenação da ACR¹³⁹ se instalou na “Casa dos Professores”, ao lado do convento de Bacabal”. (LÖHER, OFM, 2009, p.401).

Ao analisar entrevistas de Fr. Godofredo Bauerdick, OFM, e D. Rino Carlesi (Bispo de Balsas), Costa (1994, p.23) destaca um trecho que aponta para uma das motivações para a articulação da ACR na região do Médio Mearim, o depoimento apresenta que houve divergências entre a Diocese de Bacabal e a CPT em São Luís.

Diocese de Bacabal: a micro-regional da CPT foi fundada no Congresso Diocesano de Bacabal (novembro/78), contudo, "o Bispo D. Pascásio, após um certo apoio à entidade, se desgostou da Comissão em São Luís ... e mais outras razões nos levaram a organizar a ACR" (**depoimento do frei Godofredo Bauerdick**). Em virtude disso, a diocese "teve uma boa organização na luta pela terra e na defesa dos camponeses embora não fosse ligada à CPT" (**depoimento de D. Rino Carlesi, bispo de Balsas**). (Grifo nosso).

As fontes apresentam algumas referências dentro desta entidade como: Guilhermina Aguiar e Raimundo Santos Silva (casados), responsáveis pela articulação da

¹³⁷ Encontra-se no Livro de Tombo da Paróquia São José de Lago da Pedra (LT – LP, 18v), os agradecimentos ao trabalho de Fr. Godofredo neste município: “Aos 06 de junho de 1982, houve a despedida de Fr. Godofredo. (...) A Paróquia Lago da Pedra deve muito ao Frei Godofredo que incansavelmente se esforçou nos diversos setores da evangelização e conscientização. Frei Godofredo dedicou 13 anos de sua vida religiosa e sacerdotal ao povo de Lago da Pedra e toda a redondeza. Que Deus lhe recompense todo o seu serviço pelo Reino de Deus e lhe ajude no serviço de ecônomo da Vice-Província. (LÖHER, OFM, 2009, p.293, grifo do autor)

¹³⁸ Neste ano ainda atendia pelo título de “Custódia Nossa Senhora da Assunção”, tinha como superior Fr. Heriberto Rembecki, OFM.

¹³⁹ Não foi possível identificar com exatidão o ano que esta entidade passa a atender como ACR. Há convergência entre as fontes quanto a data, esta varia entre 1982 e 1983. Ainda que se associe o trabalho da “Casa do Lavrador” em Lago da Pedra a serviços atendidos pela ACR, a articulação desta nas paróquias ainda não tinha essa estrutura, o projeto foi ampliado quando chegou a Bacabal, passando a ser referência em nível de Maranhão e Piauí.

ACR em Bacabal. Guilhermina Aguiar era responsável pela “Casa do Lavrador” em lago da Pedra e posteriormente em 1983 foi transferida para Bacabal. Esta relata que foi para estudar, onde concluiu o curso de pedagogia no Colégio Nossa Senhora dos Anjos (CONASA) e para trabalhar com a ACR, onde era responsável pela administração da entidade e por gerenciar os recursos financeiros no âmbito do Maranhão e Piauí¹⁴⁰.

Esta, natural de Bernardo do Mearim (MA), filha de lavradores, narra que viveu toda a sua infância na zona rural. Esteve diretamente ligada à instituição orientando o trabalhador rural em termos legais, bem como à frente de projetos de apoio aos mesmos nas décadas de 1980 e 1990:

Mas a luta pela terra aqui na Diocese de Bacabal, ela se diferencia de outras regiões, porque aqui na Diocese de Bacabal não era ocupação, mas era garantir a permanência de quem estava na posse, porque o movimento aqui na diocese é o movimento de posseiros, ou seja, movimento de quem estava na posse da terra, mas que não tinha documento, que não tinha como provar que era dono, mas a lei garante, por isso que a gente trabalhou muito o Código Civil, porque no Código Civil dizia bem claro, que se você mora numa área durante cinco anos e nunca foi incomodado, nunca apareceu dono e você tem benfeitoria nessa área, então se utiliza o Usucapião Especial. Então a gente trabalhava muito essa questão do Usucapião Especial. Porque tinha gente que tinha 60 anos que os pais tinham nascido naquela área, então isso já era o suficiente. Então a gente incentivava muito também o beneficiamento da área, você não tinha que plantar só arroz e feijão, porque com o tempo você não ia ver as marcas, mas era plantar também frutas, laranjeira, situar com frutas essas coisas, então isso era uma garantia da permanência das pessoas naquela posse, que eles estavam fazendo benfeitorias, ele realmente precisava. Olha que legal! Isso era interessante! Então, uma das justificativas para garantir a permanência dessas pessoas naquela posse era uma benfeitoria que ele estava fazendo. Porque ali ele provava que ele queria a terra realmente para sobreviver, então foi isso que garantiu a permanência desse povo nessa área. (Depoimento: Guilhermina Aguiar, ACR, 2015)

Guilhermina Aguiar narra que a ACR fora criada pelo francês Pe. José Servat, e que ele trouxe o movimento para o Brasil no período do Regime Militar, cuja finalidade era apoiar trabalhadores rurais expulsos de suas terras: “Então esse movimento veio para ajudar essas pessoas, a ACR era um movimento de trabalhador rural para trabalhador rural, por isso Ação dos Cristãos no meio Rural”. (Depoimento: Guilhermina Aguiar, ACR, 2015).

O movimento surgiu em Pernambuco e até hoje tem sua central lá. Frei Godofredo Bauerdick conhecia o fundador Pe. Servat já na década de 1960, introduziu o ideário da ACR no Maranhão e tornou-se o assistente eclesial da ACR no Maranhão. Na década de 1970 começou a criar um local de contato com a “Casa dos Lavradores” na Paróquia de São José, em Lago da Pedra. (LÖHER, OFM, 2009, p.401).

Fr. Godofredo Bauerdick, OFM começou a articular em 1981 encontros de formação política com sua equipe em outras paróquias, e tinha como seus principais

¹⁴⁰ Essa articulação se dava nos dois estados, porque a Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção desde a sua chegada mantém projetos no Maranhão e no Piauí, (ver capítulo 1).

colaboradores o Sr. Raimundo Santos Silva (“Raimundo da ACR”) e Guilhermina de Aguiar Silva. A mesma considera que o cargo foi-lhe atribuído devido a sua experiência com trabalhadores rurais e ao fato de ser filha de lavradores, por isso os entendia e conhecia os desafios da categoria.

As orientações direcionadas aos posseiros eram respaldadas na Legislação, Estatuto da Terra e Código Civil. Posteriormente em 1983 esta assistência foi transferida para a cidade de Bacabal, pois tomou uma proporção maior devido ao auto índice de conflitos que se espalhavam. Assim, o trabalho deixou de ser paroquial para dar suporte aos conflitos dos municípios e povoados pertencentes à Diocese de Bacabal.

“O Raimundo da ACR”, descreveu em 1991, fins e atividades da ACR sob o título: “Trabalho da conscientização política, social e partidária, luta pela terra e sindical na Diocese de Bacabal – Maranhão”.

Luta pela terra: Aconteceram dezenas e dezenas de encontros, assembleias e reuniões. Foram estudados o Estatuto da Terra, artigo por artigo, sobre a Lei da renda, Posse e os artigos dos Direitos Humanos.

Foram formadas organizações de trabalhadores rurais nas comunidades para defenderem o babaçu. Os fazendeiros nessa época iniciaram a derrubada dos babaçuais. A partir daí iniciaram os conflitos de terra. Por outro lado, os fazendeiros de outras regiões criaram uma estratégias. Passaram a cobrar renda, mas antes da colheita dos lavradores, eles davam o arame farpado e a semente de capim e as roças se tornaram soltas.

Para ajudar na resistência, foram fundadas várias equipes regionais de lavradores, dirigentes de comunidades e sindicais como também militantes da ACR.

Foram realizados encontros de lavradores a nível das dioceses: Balsas, Bacabal, São Luís e Caxias, utilizando o método: ver – julgar – agir. A revisão de vida foi um ponto marcante e prioritário para as reflexões de Evangelho na vida e conhecimento dos direitos à vida e a atuações da Igreja. (LÖHER, OFM, 2009, p.401-402, Grifo do autor).

A Ação dos Cristãos no Meio Rural (ACR) acompanhou, denunciou e registrou conflitos nas diversas cidades e povoados do Médio Mearim que recebiam a assistência pastoral da Diocese de Bacabal. Recebia recursos sobretudo da Alemanha para financiar projetos de ajuda a viúvas e filhos das vítimas dos conflitos. Os projetos consistiam em cooperativas, exemplo das quebradeiras de coco babaçu. A renda também era investida em cursos de formação profissional como corte-costura para as viúvas e informática para os filhos, e também para construção de casas de posseiros que tiveram suas casas queimadas, construção de poços artesianos, etc.

Aí um dia eu conversando com Frei Godofredo aí eu disse: Godô eu acho que a gente precisa fazer alguma coisa, vai que esses recursos acabem? Como é que fica essas mulheres, cria uma dependência, então vamos investir numa coisa em que elas possam sobreviver, aí foi a ideia. Ver o que elas sabiam fazer e aí planejamos, por exemplo, experiências como remédios quem sabia fazer alguma coisa, quem sabia fazer alimento melhor, costurar, tudo, então a gente sentiu que o que poderia ajudá-las a sobreviver do próprio trabalho era promovendo o curso de corte costura, aí

conseguimos dinheiro e foi comprado máquinas, foi comparado tecido...
(Depoimento: Guilhermina Aguiar, ACR, 2015).

Esta entidade possibilitou a muitos posseiros a reflexão acerca da sua situação diante da terra reivindicada pelo latifundiário. Ela tinha ainda um aspecto catequético, uma vez que as reflexões eram baseadas nos textos bíblicos e princípios cristãos da Igreja Católica. Lima Neto (2007, p.50) destaca que buscava-se o contato com os “trabalhadores rurais” para formar lideranças dentro das próprias localidades. Trabalhavam com o lema: ver, julgar e agir, assim eram vistos como a ala progressista da Igreja por causa da sua “*opção pelos pobres*”, apoiando a luta pela terra junto aos posseiros. Lima Neto cita a narrativa de Dona Antonia do Centrinho do Acrísio no município de Lago do Junco, onde a mesma atribui a militância dos posseiros ao trabalho da ACR.

A ACR começou a criar uma militância, que era de trabalhador rural assim a gente chamava de militância, essa militância nas comunidades começou a fazer aquele trabalho nas comunidades, é lendo o evangelho e **falando sobre o tempo de Cristo, que naquele tempo também o pessoal vivia subjugado, mas que depois veio a liberdade né. Essa liberdade pra que ela aconteça, ela teve sangue, aí eles começaram a orientar essa história de que tinha que ter o sindicato né.** Aí foi começando essa coisa assim, aí a gente começou a ir olhando pra frente e ver que a gente não tava errado né, que o coco era nativo, que ninguém tinha plantado, ninguém tinha aguado, que eles [os fazendeiros] tinha comprado a terra, mas naquela hora ninguém tinha falado em babaçu, aí foi que começou, foi desse jeito. Aí nesse tempo todo mundo assistia bem o evangelho, ouvia bem né, aí começamo a achar que nós tava certo mesmo que eles [os fazendeiros] não era dono, eles podia ser os donos da terra, mas não podia ser os donos da gente, e nem era o dono do coco (Dona Antonia, Centrinho do Acrísio, grifos nossos). (ANTONIA apud LIMA NETO, 2007, p.50, Grifo do autor).

O autor afirma que esse mecanismo de ação busca identificar os meios de exploração econômico, social e cultural imposto aos posseiros pelos latifundiários. Apontavam assim para uma luta legitimada respaldados por entidades e projetos mediados pela Igreja.

Imagem 27 - 1978 Congresso de “dirigentes¹⁴¹” por ocasião da celebração dos dez anos da Diocese de Bacabal



Fonte: Arquivos da ACR Bacabal. A esquerda encontra-se D. Pascásio Retller, OFM (Em pé, de calça escura e camisa mangas compridas) e atrás dele encontra-se Fr. Adolfo Temme, OFM (Fr. Adolfo com calça e camisa escura e braços posicionados para trás)

¹⁴¹ Chamavam de dirigentes os líderes comunitários dos municípios e povoados.

Imagem 28 - Encontro no Colégio Nossa Senhora dos Anjos (CONASA) com viúvas de posseiros assassinados em conflitos de terra na década de 1980.



Fonte: Arquivos da ACR Bacabal. A esquerda encontra-se D. Pascásio Retller, OFM (Em pé, de calça escura e camisa mangas compridas) e atrás dele encontra-se Fr. Adolfo Temme, OFM (Fr. Adolfo com calça e camisa escura e braços posicionados para trás).

Imagem 29 - Reunião da Ação dos Cristãos no Meio Rural (ACR/BACABAL)



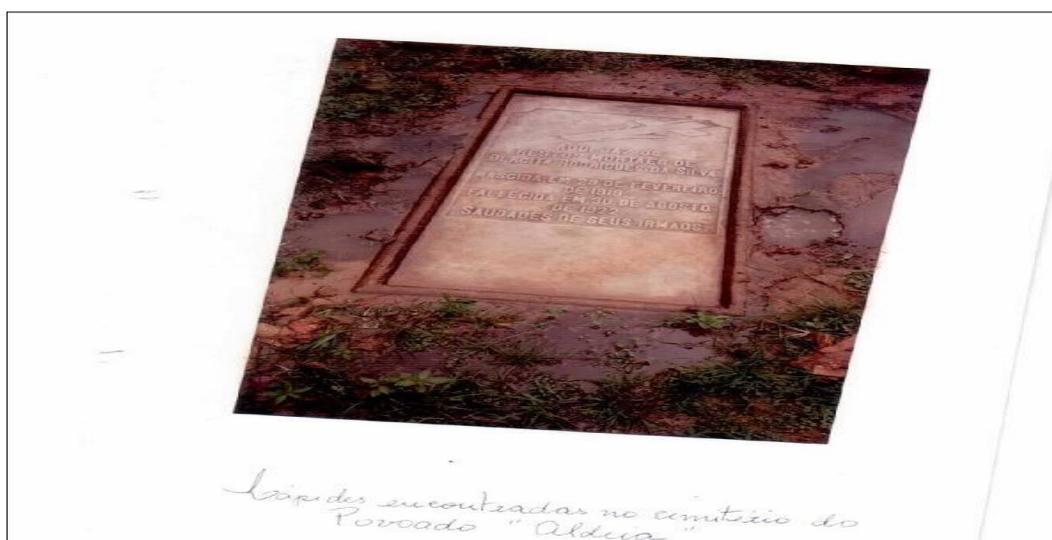
Fonte: Arquivos da ACR Bacabal. Na ponta da direita está Fr. Godofredo Bauerdick, OFM; a direita dele estão: Guilhermina Aguiar e Elza representantes da ACR/Bacabal.

A ACR e outras entidades, foram importantes para evitar que mais violência ocorresse na região do Médio Mearim, mas nem sempre isto foi possível. As discussões a seguir tratam de como a violência se instalou em alguns povoados e quais ações os mediadores tomaram diante destes conflitos.

3.4 Povoado Aldeia – 1984/1985/1988

Aldeia, terra cuja história já ultrapassa mais de um século de existência, recebeu este nome devido os primeiros habitantes serem descendente de indígenas Pataxós, posteriormente chegou um grande número de migrantes vindos de outros estados nordestinos em busca de sobrevivência. Começaram a explorar a mata, cultivar lavouras e se instalaram com suas famílias. Viveram durante muitos anos sem que ninguém os incomodassem, nas terras que consideravam devolutas. Em relatório a Diocese de Bacabal e Vice-Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção expõem que essas famílias eram descendentes de antigos moradores. Uma das justificativas apontadas pela Igreja é que os túmulos no povoado representam o tempo de ocupação. Algumas lápides registram a data de falecimento na década de 1920 o que indica que o óbito ocorreu na região. “[...] existem lápides antigas, como a de Dacita Rodrigues da Silva, nascida em 29-02-1919 e falecida em 30-08-1922 e de Luiza Rodrigues da Silva, nascida em 23-10-1881 e falecida em 8-04-1924.” (RELATÓRIO, 1984, p.1).

Imagem 30 - Jazigo cemitério em Aldeia 1922



Fonte: Foto dos arquivos da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção. Cedida por Fr. Heriberto Rembecki em 07 set 2015

De acordo com relatório supracitado, estas terras eram do Estado do Maranhão. Foram usucapidas em 1940 por uma senhora chamada Porcínia Crescêncio Lemos.

No Livro do Cartório de Registro de Imóveis da referida cidade existe uma rasura. Mais tarde essas terras foram vendidas para Sr. Jamil Vieira Santos que aumentou essa área sem o consentimento dos posseiros sobre a demarcação, o que aponta que houve grilagem da área do povoado e terras circunvizinhas.

Começou assim o calvário dos posseiros, visto que, o proprietário passou a cobrar renda e aquele que se recusava pagar era obrigado a receber uma pequena indenização por suas benfeitorias, deixando para trás tudo o que haviam construído ao longo dos anos. (RELATÓRIO, 19?, fl.1)

Estas terras ainda foram repassadas para a Empresa Brasólio, que comercializava a industrialização do coco babaçu. Mais tarde com a ascensão das atividades agropecuárias houve crescente derrubada dos babaçuais para dar lugar a pastos para o gado, o que propiciou o encerramento das atividades desta empresa.

Em 1984 as terras foram repassadas para outro empresário. Visando a criação de gado tentou retirar as famílias do local; passou então a proibir os posseiros de plantarem suas roças e colherem o coco babaçu existente no local. Os mecanismos usados para isto foram os “jagunços”, houve assim confronto entre posseiros e “jagunços”, o que ocasionou a morte de um pistoleiro.

Os posseiros, em protesto a situação continuaram resistindo, cortavam as cercas dos latifundiários e plantavam suas roças.

Independente das violências praticadas contra os lavradores o proprietário em 1985, ingressou na Comarca de Bacabal, com uma Ação de Manutenção de posse contra apenas sete das quase cem famílias ali residentes, cuja ação foi contestada em tempo hábil, pelas sete famílias mencionadas, pelas demais ali residentes, através do Escritório de Assistência Jurídica da Diocese de Bacabal e da Vice-Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção. (RELATÓRIO, 19?, fl.2).

A ação favoreceu o latifundiário dando a ele o direito de Medida Liminar de Proteção Possessória, a fonte menciona que não houve nenhuma justificativa para a medida concedida pelo juiz de direito da Comarca de Bacabal. Assim, o mandato foi cumprido pelo Oficial de Justiça em 23 de novembro de 1985. O autor do relatório enfatiza que isto ocorreu num sábado, não sendo dia útil para cumprir expediente forense.

Na ocasião estava acontecendo um encontro de posseiros/lavradores, onde se encontravam os representantes do STR's de Bacabal, da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, da Diocese de Bacabal e dos posseiros/lavradores. O mencionado relatório declara que a reunião fora invadida pelo Secretário de Justiça e Segurança Pública,

acompanhado de altas patentes da Polícia Militar do Estado do Maranhão e dois delegados da capital maranhense.

A influência que o bispo de Bacabal e os frades tinham diante de algumas autoridades foi destacado muitas vezes nas fontes como positivo para que pudessem pedir providências e inibir a ação violenta de alguns mandatos de “reintegração de posse”.

Observa-se que o documento analisado destaca o discurso de mediadores. O relatório foi produzido pela Igreja e é possível inferir que as narrativas se constroem sob indicativos de indignação diante da violência e sobretudo da impunidade, uma vez que não se via resultados quanto a processos, julgamentos ou prisões dos acusados.

Os mediadores entrevistados fizeram referência a este acontecimento. Ainda que, as perguntas dirigidas a estes não tenham mencionado especificamente o povoado Aldeia, alguns deles consideraram um dos casos que mais incomodou a população, o ocorrido foi veiculado em meios de comunicação nacional e internacional. A gravidade da situação e a repercussão que esta alcançou pode ter levado esses sujeitos a lembrarem deste fato específico sempre que perguntados sobre os conflitos. Segundo Montenegro (2007, p.30), a memória não se resume em fatos, mas dá-se por um processo que envolve sentido para o sujeito, “sob esse aspecto, revela como o narrador ao construir um relato memorialístico produz um sentido para o passado e para a sua vida”.

Alguns dos entrevistados acompanharam “*in loco*” os conflitos, outros não, mas de alguma forma a notícia chegou até eles. Assim, a memória dos sujeitos se constrói sob diversos aspectos que contribuem para a narrativa dos fatos. Observa-se os relatos sobre o tema “Aldeia” a partir de fontes variadas, assim é possível perceber os diversos elementos que comparecem nos discursos sobre o mesmo fato.

O relatório da Diocese e da Província destaca:

A ação da Polícia foi coibida pela presença do Dr. Sandes Macedo, advogado do escritório de Assistência Jurídica da Diocese de Bacabal e da Província Franciscana de Nossa Senhora da Assunção, que havia chegado ao local da reunião, quinze minutos antes da chegada de tal aparato policial no povoado. Entretanto, ao sair o famigerado contingente policial ainda levou presos os lavradores Domingos José [...] e Antonio José [...] que foram conduzidos para a delegacia de Polícia de Bacabal, onde foram interrogados pelo próprio Cel. Silva Junior e pelo Delegado Luíz [...], sendo liberados somente no dia 25 de novembro de 1985. (RELATÓRIO, 19?, fls.2-3)

O relatório abre para a questão da prisão de dois posseiros, a narrativa expõe que isto não se deu por vias legais. A justificativa encontrada para tal ação foi o fato da polícia

não querer ser desautorizada. Como não conseguiram cumprir o mandato de Medida Liminar de Proteção Possessória, resolveram agir prendendo as pessoas como sinônimo de autoridade.

Frazão (2017, p.84) entrevistou um dos aprisionados nesta referida invasão, assim apresenta a narrativa do posseiro Antonio José (2016) sobre o momento de sua prisão.

No dia que eles invadiram era uma reunião que agente tava lá e tinha muita gente, era a reunião da ACR que é a (Animação do Cristão no Meio Rural), dona Guilhermina, era o Raimundo, aí veio o doutor Sandes que é o advogado.[...] Aí o Coronel Silva Junior, com o Bacharel e as outros autoridades né, delegado, entraram na reunião, na hora que eles foram entrando o advogado foi logo no encontro com ele, disse: Coronel Silva Junior, eu sei que você tá aqui com sua tropa toda, sua tropa toda, mas eu espero que você não faça o que você fez na comunidade, na outra comunidade que ele fez, você não faça aquilo aqui, você não faça. [...] Inclusive na hora que eles entraram no barracão, era eu que tava dando depoimento lá no quadro. Dizendo quem era os culpados de invasões, de briga de terra, aí um, aí uma das pessoas culpadas que eu tinha colocado lá na hora era a polícia do Maranhão. [...] E aí eles arrudiam e viram que não tinha outro, outro jeito começaram a conversar e andar no barracão, aí foram em cima foram em baixo, aí não acharam outro jeito aí, aí ele chegou mesmo o coronel, o Secretário de Segurança, e disse olha você tá detido, você ta detido, você vai. Eu disse não, não to fazendo nada. Não, você ta detido, levou logo, levou logo pro carro né, aí pegou outro rapaz lá na frente e pegou outro e levou, aí a gente passou o dia até mais ou menos umas três horas da tarde andando com esse pessoal, aí da Aldeia agente foi pra, pra Pau Santo, só que na entrada do Pau Santo, tem uma casa de fazenda que é, é de outro fazendeiro cúmplice deles, aí a gente ficou lá, nós dois ficamos lá junto com alguns policiais e os outros foram lá pro Pau Santo e lá atiraram lá pra todo lado e mataram o finado Manoel Monteiro (Depoimento: Antonio José, 2016). (ANTONIO JOSÉ apud FRAZÃO, 2017, p.84)

Na narrativa de Fr. Adolfo Temme, OFM comparece o momento em que as autoridades foram surpreendidas pelo advogado: “Em Aldeia eles se deram mal porque encontraram doutor Sandes reunido com o povo, então era horrível pra eles, ele pediu logo, ele como advogado: “quero ver a ordem que vocês tem”.” (Depoimento: Fr. Adolfo Temme, OFM, 2015)

Guilhermina Aguiar, ACR, relatou a tensão que sentiu ao se deparar com tantos policiais: “Chegaram mais de 100 policiais armados até os dentes, metralhadoras [...] Criança teve febre de repente, mulher abortou, foi uma confusão, cena de guerra [...]”. Na sua narrativa considera que o pior foi evitado, porque D. Pascásio foi avisado, “ele telefonou para o Sarney, denunciando, brigando mesmo. Então imediatamente Sarney manda um telegrama para D. Pascásio. Aí D. Pascásio pega o advogado da diocese que é Dr. Sandes Macedo e foi direto para Aldeia com esse telegrama.”

A narrativa sobre a influência de D. Pascásio com as autoridades brasileiras é muito presente nos discursos dos mediadores. Pode-se inferir que essa influência favoreceu muitas vezes os posseiros. Neste caso, quando o coronel da polícia chegou, ele foi

surpreendido com o telegrama e foi obrigado a recuar, contudo, ainda houve ameaças e prisões.

As fontes apontam que não foi possível cumprir a Medida Liminar de Proteção Possessória naquela ocasião. A equipe da polícia seguiu para Pau Santo, Município de Lago do Junco, local aonde estava ocorrendo conflitos também. Apresentaram a mesma justificativa de cumprimento de liminar para entrarem no povoado. Neste conflito foi morto o posseiro Manoel Monteiro, tema que será discutido no próximo subitem deste capítulo.

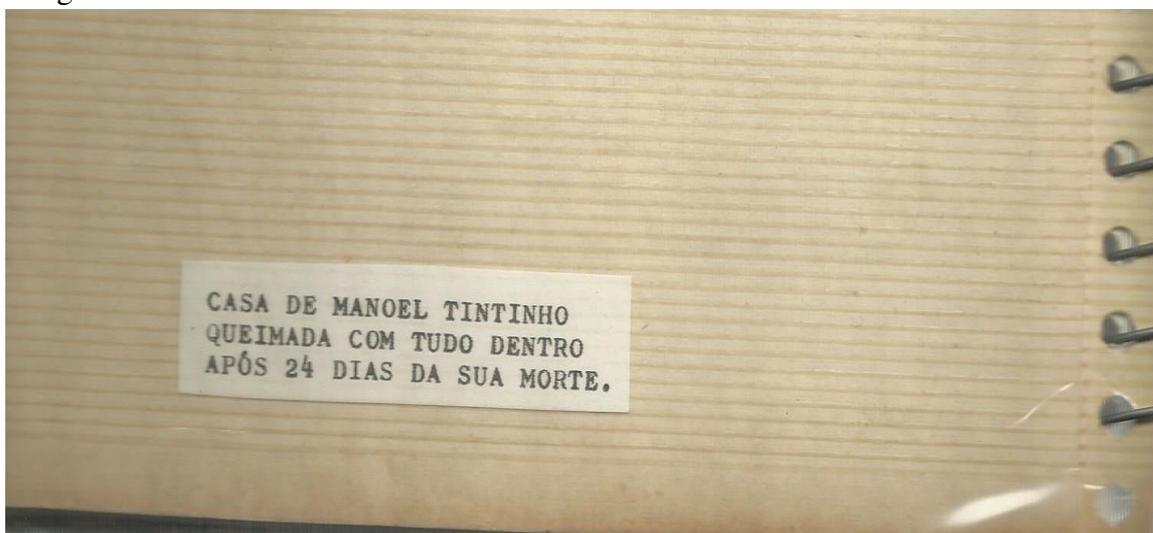
Depois da intervenção dos mediadores por meio dos advogados da diocese, o Tribunal de Justiça do Maranhão concedeu o Mandato de Segurança favorecendo os posseiros do Povoado Aldeia. Assim, as famílias permaneceram plantando suas roças, mas ainda sob os olhares dos ditos “jagunços” e “pistoleiros” que permaneciam na sede da fazenda.

O clima de tensão no povoado Aldeia aumentou depois da morte do posseiro Manoel Tintinho:

[...] no dia 22 de janeiro de 1988, foi assassinado com três tiros de revólver, na calçada da casa de sua cunhada na Rua Osvaldo Cruz na cidade de Bacabal, por volta de 12:20 o lavrador Manoel Neco Pereira, vulgo “Manoel Tintinho”, morador do Povoado Aldeia e um dos réus da Ação de Manutenção de posse [...]. (RELATÓRIO, 19?, fl.3)

Foi cogitado um suspeito para o assassinato, no entanto, este não foi condenado, intensificando-se ainda mais as ameaças contra os posseiros. Nas fontes analisadas não foi possível encontrar mais relatos sobre este caso. As imagem abaixo retratam um dos ataques ao Povoado Aldeia, onde queimaram 30 casas, dentre elas a de Manoel Tintinho.

Imagens 31 - Álbum de fotos da ACR/Bacabal



Fonte: Arquivo da Ação Católica Rural – ACR/Bacabal

Imagem 32 - Álbum de fotos da ACR/Bacabal



Fonte: Arquivo da Ação Católica Rural – ACR/Bacabal

Menos de um mês do assassinato de Manoel Tintinho, Aldeia foi invadida, dia 14 de fevereiro de 1988, tarde de carnaval. Entrou no povoado uma caçamba blindada com furos na carroceria com canos de armas de fogo. Juntou-se a outros veículos e começaram a atirar nas pessoas, jogar bombas de fabricação caseira e tochas de fogo contra as casas. Algumas pessoas foram acusadas de tais crimes pesando sobre elas o processo “Nº08/88. Cartório do 2º ofício da Promotoria de Justiça da Comarca de Bacabal – 1ª Vara”. Entre as acusações constava os crimes de Morte, Lesão Corporal e Incêndio. Dentre os acusados constava um político de Bacabal. Na ocasião ocorreu o assassinato do lavrador Trazibe Teixeira da Conceição de 64 anos com tiros na cabeça e na barriga. (A CHACINA DO POVOADO ALDEIA, 19?, fl.2).

A caçamba usada na invasão fora encontrada na fazenda de um dos acusados. Dentro do veículo encontraram armas e munições, outros indícios foram encontrados no forro da casa. Os materiais foram analisados pelo Instituto Criminalístico do Estado do Maranhão (ICRIM). Constam no relatório produzido por este órgão:

- a) “06 chapas de aço para a proteção (blindagem) dos matérias conduzidos na caçamba”;
- b) “Dezenas de parafusos usados para fixação no veículo”;
- c) “68 pequenos pedaços de madeira com bucha de algodão numa das extremidades, umedecidos com óleo diesel, utilizadas para incendiar as casas[...]”;
- d) “10 balas calibre 7mm traçante”;
- e) “15 balas calibre 7mm comum”;
- f) “23 balas calibre 23mm”. (A CHACINA DO POVOADO ALDEIA, 19?, p.3).

Estes foram alguns dos materiais encontrados¹⁴². O documento mostra a foto dos objetos discriminados, mas parte das informações está ilegível.

O processo seguiu com o depoimento de algumas testemunhas (posseiros), como foi o caso de Manoel que disse.

[...] que os acusados entraram no povoado Aldeia atirando e incendiaram as casas; ...que quando começaram a atirar a testemunha correu logo para o mato não sabendo quantos carros tinha, porém afirma que tinha uma caçamba, pois os tiros eram dados de dentro do carro e os murrões incendiários eram jogados de dentro da carroceria... que também contra as casas foram jogadas umas bombas (Depoimento de Manoel [...], às folhas 310). (A CHACINA DO POVOADO ALDEIA, 19?, fl.4).

Além do clima de terror por causa da morte do posseiro Trazibe Teixeira da Conceição, o relatório pondera que foram queimadas 30 casas nesta ocasião. O relatório descreve os momentos de terror vivenciados pelos posseiros.

O clima de terror em que viviam os mesmos se tornou desesperador no dia 14 de fevereiro do mesmo ano (domingo de carnal), por volta das 13:30, quando o povoado foi invadido por inúmeros pistoleiros transportados em carros blindados, atirando e jogando tochas incendiárias e bombas de fabricação caseiras, provocando pânico geral, em homens, mulheres e crianças que corriam para o mato transpondo inclusive cerca de arame farpado para escapar da chacina total e salvar suas vidas.

Dada a surpresa do ato violento praticado contra os moradores do Povoado Aldeia, estes fugiram e não tiveram oportunidade de se defender, deixando tudo para trás, as casas com seus pertences. O lavrador Trazibe Teixeira da Conceição de 64 anos de idade, não pode fugir e foi assassinado a tiros e trinta casas foram criminosamente incendiadas pelos malfeitores.

Alguns lavradores conseguiram atingir a BR 316, saindo do mato em frente a torre da IMBRATEL, acima do povoado Sítio Novo, ocasião em que passava um carro azul blindado seguido de uma D20 cheias de homens e de uma camioneta pampa cor de chumbo, tendo os homens da D20 atirado contra os lavradores. As viaturas seguiram rumo a Santa Inês. (RELATÓRIO, 19?, fl.4)

¹⁴² Além destes, aparecem mais itens no relatório.

O referido documento destaca ainda que o vice-governador do Maranhão, João Alberto, estava em Bacabal no dia do atentado “[...] na mesma tarde do ocorrido se deslocou até o Povoado vendo “*in loco*” as consequências do caso [...]”, o mesmo se comprometera a agir de forma “energéticas e urgentes para a solução do conflito”. (RELATÓRIO, 19?, fl.4)

As imagens abaixo representam os cenários após a invasão, o que foi intitulado pelos mediadores de “A chacina do Povoado Aldeia”.

Imagem 33 - Kombi de lavrador de Aldeia – 1988



Fonte: Arquivos da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção

Imagens 34 e 35 - Casas queimadas em povoado Aldeia (1988)



Fr. Heriberto Rembecki, OFM considera que o caso do povoado Aldeia chocou toda a população. Para ele, estes foram tempos difíceis e de aflição. Narra o acontecimento expressando tristeza (baixou o tom de voz gradativamente neste trecho) durante o depoimento sobre o caso Aldeia:

Quando dia de domingo, 14 de fevereiro, lá pela uma hora, chega dois carros blindados e mataram aquele, Trazibe que estava bem na pista e viram e começou a correr e atiraram, e pelos tiros o povoado ficou acordado. Estavam assim brincando, muita gente ainda fugiu. Tocaram fogo em trinta casas... em trinta casas, foi triste! (Depoimento: Fr. Heriberto Rembecki, OFM, 2015).

Em 15 de fevereiro, as 11:00h, foi enterrado o corpo de Trazibe Teixeira da Conceição depois da missa de corpo presente celebrada por D. Pascásio Retller, OFM e concelebrada por vários padres Franciscanos da Diocese, onde participaram também religiosos de opção laical¹⁴³ e religiosas (freiras). Nesta ocasião D. Pascásio Retller, OFM retirou do peito o crucifixo que usava e colocou no caixão junto ao corpo do posseiro assassinado.

Imagem 36 - Missa de corpo presente de Trazibe da Conceição posseiro assassinado em conflito no povoado Aldeia (1988)

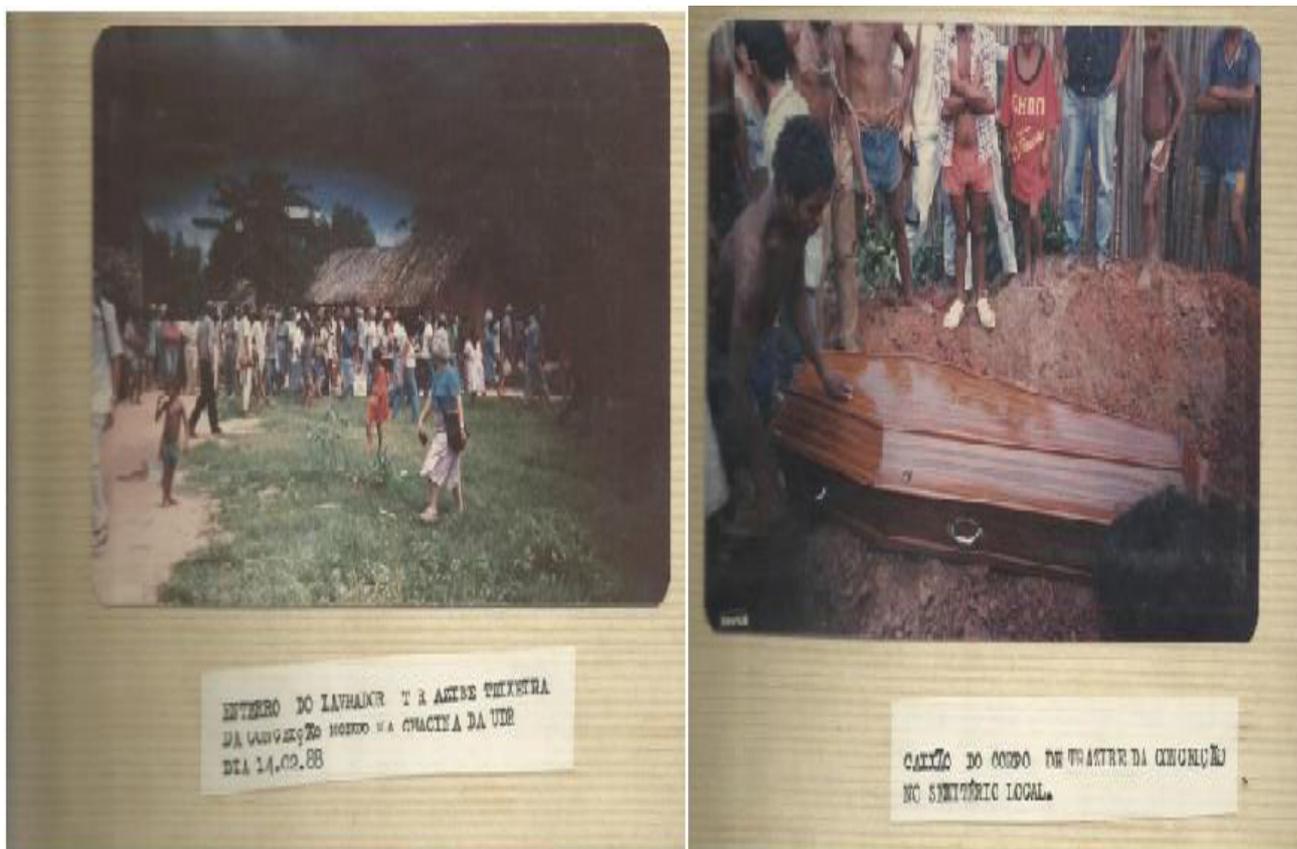


Fonte: Arquivo da Ação Católica Rural – ACR/Bacabal

¹⁴³ Título dado aos franciscanos que tem opção laical, não são ordenados presbíteros (padres), estes pertencem à fraternidade com os votos de Pobreza, Castidade e Obediência.

No meio da fotografia estão: Ir. Teresinha de Jesus (Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora dos Anjos), atrás dela está D. Pascásio Retller, OFM e atrás dele encontra-se Fr. Heriberto Rembecki, OFM.

Imagem 37 - Enterro de Trazibe da Conceição



Fonte: Arquivo da Ação Católica Rural – ACR/Bacabal

A participação do clero e dos religiosos(as) nestes momentos eram manifestações de apoio aos posseiros e familiares. Quando sabia de conflitos a Igreja se fazia presente oferecendo também o apoio espiritual, além de outros auxílios.

Assim, no dia 17 de fevereiro de 1988, organizaram uma caminhada pelas ruas de Bacabal em direção a Igreja Santa Teresinha¹⁴⁴. A caminhada era silenciosa, mas havia momentos em que o silêncio era quebrado com batida de tambores. Foram levados sete “caixões” nesta caminhada, representando sete posseiros assassinados nos conflitos. Três dias depois deste ato de solidariedade ocorreu mais um em Aldeia “[...] dia 20 do mesmo mês, às 8h, houve uma Romaria que saiu do Povoado Sítio Novo até o Povoado Aldeia local da

¹⁴⁴ Catedral diocesana ou Catedral da Sé.

celebração da missa de 7º dia da morte do lavrador Trazibe da Conceição”. As imagens abaixo retratam a caminhada do dia 20 de fevereiro de 1988.

Imagens 38 e 39 - Ato em protesto e solidariedade contra a violência no povoado Aldeia



Fonte: Arquivos Eclesiásticos da Província Nossa Senhora da Assunção. Neste momento da caminhada os posseiros passavam em frente a casa do fazendeiro. (Imagem 39).

Imagens 40- Caminhada dos posseiros



Fonte: Arquivos Eclesiásticos da Província Nossa Senhora da Assunção

O ato de manifestação representado nas fotos teve a participação do bispo da Diocese de Bacabal, dos franciscanos da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, religiosos e religiosas de várias congregações e posseiros/trabalhadores rurais.

Este conflito foi veiculado pela imprensa nacional e internacional. Dada repercussão, a Polícia Federal foi acionada para colaborar com a polícia Militar no que se refere à segurança dos posseiros e para investigar o caso.

Após tantas reivindicações por parte dos posseiros e das intervenções dos mediadores, as autoridades providenciaram a liberação de uma área de 600 hectares de terra do Povoado Aldeia “[...] foi desapropriada pelo Governo Federal, tendo o Ministério de Desenvolvimento da Reforma Agrária (MIRAD) sido imitado na posse do mesmo em 12 de outubro de 1988, cuja a área foi entregue aos lavradores e suas famílias”. (RELATÓRIO, 19?, p.5).

As famílias precisaram ainda mais de apoio para reconstruir suas moradias. As autoridades (representada pelo governador Epitáfio Cafeteira) determinaram em caráter de urgência a liberação financeira para a reconstrução das casas. Assim como a Diocese de

Bacabal e a Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção também contribuíram financeiramente comprando portas, madeira, janelas e utensílios domésticos para as famílias.

3.5 Povoado Pau Santo – 1985

Lavradores que vieram tangidos pelo flagelo das secas nordestinas e se estabeleceram a mais de cinquenta anos dentro das matas virgens no interior do município de Lago do Junco, na época Município de Pedreiras, fundaram ali o Povoado Pau Santo, que ao longo dos anos foi crescendo, contando atualmente com aproximadamente oitenta famílias, que sempre tiveram as terras do povoado e circunvizinhas como devolutas do Estado do Maranhão, pois ali trabalhavam mansa e pacificamente, nunca se preocuparam em documentar as referidas terras. (RELATÓRIO, 19?, fl.1, Grifo do autor)

Lá no Pau Santo, o Nelinho não deixou o pessoal botar nem roça, e mandou cortar o coco todinho e vendeu de carrada o coco, o que prestou, prestou, o que não prestou ficou cortado todinho. Nesse ano ninguém botou roça lá no Pau Santo, teve criança que rolava de fome, chorando no chão de fome, sem o pessoal poder botar roça e sem ter o coco pra quebrar, aí foi que eles se revoltaram (Seu Preto Centrinho do Acrísio). (PRETO apud LIMA NETO, 2007, p.44 grifo do autor)

O posseiro citado por Lima Neto (2007) era morador do Povoado Centrinho, pertencente ao Município de Lago do Junco, um dos muitos povoados que sofreram com a conjuntura política e econômica do Brasil, devido a criação e expansão do gado. Instalaram-se medo, insegurança e ao mesmo tempo vontade de lutar, pois acreditavam no direito deles. Compreende-se que até chegar a uma conjuntura de luta pela terra foi um processo que perpassou por vários caminhos e estratégias. Considerando as relações do território maranhense, especificamente a região do Médio Mearim percebe-se que a demanda de conflitos e violência foi exacerbada, cujas providências e notícias atravessaram as fronteiras do país.

Dos conflitos assistidos pela AJULAV, esta entidade considerou que Lago do Junco foi um dos municípios mais atingidos na década de 1980. A Diocese de Bacabal e Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção deram especial assistência a especificamente oito desses conflitos, são eles: Centro do José Machado (1980); Centro dos Limas (1980) atualmente São José da Conquista; Fazenda Guaribas (1980); Pau Santo (1985); São Manoel (1986); Ludovico (1986); Santa Zita (1987); Centro dos Aguiar (1989).

A área do Povoado Pau Santo foi vendida várias vezes e ainda assim os posseiros continuavam com suas atividade de plantação de roças e extração do coco babaçu, mas este cenário mudou depois que um fazendeiro comprou a área. Ele proibiu que os posseiros continuassem suas atividades laborais.

As relações de poder e sociabilidades construídas em meio aos conflitos são diversas. Diante destes conflitos os posseiros começaram a identificar um inimigo em comum. Perceberam que entre suas opções estava a de lutar ou sair. Eles precisavam se unir, pois os latifundiários eram mais fortes em vários sentidos, estes tinham meios que se encaminhava para um conflito desigual. Infere-se, deste modo, que em meio as contingências as estruturas sociais e suas relações se (re)significam. Lima Neto (2007) chama essas relações de *laços de solidariedade* e de *identidade* que se constituíram a partir da exigência de lutar pela terra, o que o mesmo considera importante para se manter e (re)conquistar a terra.

Impedir as famílias de trabalhar nas terras e colher o babaçu implicou num problema grave de manutenção da própria sobrevivência das famílias. Lima Neto (2007), ao analisar entrevista da moradora do Povoado Ludovico, outro povoado que sofreu com as consequências dos conflitos, afirma que nos anos de 1980 criou-se neste espaço uma nova dinâmica o chamado “*sistema de barracão*”¹⁴⁵. Isto levou as famílias a se manifestarem em prol de uma luta sistematizada e legalizada junto as entidades e instituições de apoio:

Desta forma, no município de Lago do Junco, as primeiras reações das famílias contra o processo de expropriação se deram exatamente contra o *sistema de barracão* que se tornara pujante nos primeiros anos da década de 1980. Várias famílias que naquele momento encontram-se despojadas de seus principais meios de sobrevivência que são os babaçuais e as terras de cultivo, ao se verem premidas pela necessidade material e pelo constrangimento moral imposto por esta situação, passam a questionar o *sistema de barracão* de uma forma coletiva e mais contundente. Instrumentalizadas por uma formação proveniente dos campos sindical e cristão-libertário, fornecida de forma imbricada nos espaços das comunidades religiosas e das delegacias sindicais, as famílias sentem-se autorizadas legalmente, religiosamente e moralmente a reivindicar seus direitos. (LIMA NETO, 2007, p.64-65)

Sobre sua experiência na luta pela terra a moradora do Povoado Ludovico, Aparecida Rosalina Alves, narra:

Naquela época, nós saímos convidando as mulheres pra reagir às ameaças do vaqueiro e do fazendeiro, o Coutinho. Organizamos junto com meu irmão que era o Inácio e criamos um plano com a intenção de reunir as mulheres e tivemos a primeira conversa com o filho do fazendeiro e o vaqueiro, só que aí ele trouxe uns pistoleiros pra vigiar a solta, começamos a fazer abaixo assinado pra levar

¹⁴⁵ Sobre este tema ver: Lima Neto, Evaristo José de. O associativismo em áreas de babaçuais: a experiência das organizações de trabalhadores rurais do Município de Lago do Junco-MA associadas à ASSEMA - 2007. “[...] o *sistema de barracão*, que, ao lado do arrendamento de solta, exacerbava o regime de apropriação privada do babaçu outrora explorado de forma comum pelas famílias. Pelo sistema de barracão, uma única família, seja a do proprietário de terra, seja outra indicada por este, possuía o direito explorar o babaçu de uma determinada área. Para tanto, junta-se grandes quantidades de coco babaçu em um único local denominado de *barracão*, onde, sob o controle de um encarregado, as mulheres quebram o coco recebendo pagamento por apenas metade de sua produção. Este sistema tornava-se ainda mais perverso pelo fato de que muitas vezes uma grande quantidade de coco ficava disponível nas *soltas*, mas, sua livre coleta era proibida. Assim, as famílias eram obrigadas a trabalhar nos barracões [...]” (LIMA NETO, 2007, p.43, Grifo do autor)

praz autoridade, associamos muitas mulheres no sindicato [...] **Depois recorremos a igreja, os vigário daqui era o frei Adolfo e o padre Heriberto, que também partiam pra conversar com o fazendeiro** (Rosalina Alves, Aparecida/Ludovico). (ALVES apud LIMA NETO, 2007, p.65, Grifo do autor)

No caso do Povoado Pau Santo, essas privações e ameaças se encaminhavam para a efetivação de violência que resultou num dia de terror para as famílias que residiam neste povoado. O Juiz de Direito da Comarca de Bacabal deu liminar favorável para o latifundiário que se intitulava dono das áreas que abrangia Pau Santo determinando que este ficasse com a posse da terras.

Deste modo, aos dias 23 de novembro de 1985, um sábado, após saírem do Povoado Aldeia (conflito já discutido neste capítulo), local aonde a polícia não cumpriu a liminar por causa da interferência das autoridades religiosas e suas entidades como ACR e AJULAV, a equipe de polícia e autoridades jurídicas se encaminharam para o Povoado Pau Santo na tentativa de cumprirem lá outra reivindicação de latifundiário. “[...] o mesmo contingente composto de cem (100) de policiais comandado pelo próprio Secretário de Justiça e Segurança do Estado [...] acompanhado de oficiais de altas patente da Polícia Militar do Estado [...], se dirigiram ao Povoado Pau Santo”. (RELATÓRIO, 19?, p.2)

O relatório acima aponta que as autoridades não conseguiram chegar ao Povoado Pau Santo com a frota completa, referem-se à sete D10 e D20 que estavam à disposição das autoridades. Devido à dificuldade da estrada deixaram os carros no Povoado Cigana, onde também permaneceu o Secretário de Segurança. “[...] Oficiais da Polícia Militar, os Delegados de Polícia, e aproximadamente 20 policiais, tendo cerca de 80 policiais marchando contra o Povoado Pau Santo, ali chegando por volta de 13.00 horas”. (RELATÓRIO, 19?, fl.2).

Na narrativa de Frei Adolfo Temme, OFM, ele destaca que a polícia ao sair de Aldeia, como não conseguiu agir contra os lavradores por causa da carta do presidente apresentada pelo advogado da diocese, Dr. Sandes, “dissimularam” que iam embora, mas tomaram o caminho para Pau Santo.

Cigana tem uma venda, quer dizer um pequeno mercadinho que vende as coisas para o povo de Pau Santo, e esse dono era amigo deles, adivinhou o perigo e fez tudo pra adiar a entrada deles e disse: “não tem condição vocês vão se afundar na lama”. São sete quilômetros e a estrada horrorosa, já tinha começado o novo inverno. Então, ele deu cachaça para os soldados para segurar, achou um jovem chamado Davi, filho de Pau Santo e disse: “enquanto eu seguro eles aqui, você vai correr e dar a notícia”, então ele chegou meia hora avisou o povo e todo mundo fugiu, só não fugiu Manoel Monteiro, porque era asmático, doente. Então pra eles era uma decepção, eles queriam mostrar serviço, isso quer dizer matar gente. Então como ele era o único que eles encontraram, aliás mais adiante também algumas pessoas ficaram, então sem discussão mataram o senhor Manoel e tomaram como pretexto que ele estava levando uma arma. Ele tinha sido caçador, tinha uma arma enferrujada, ele estava

enrolando pra sair pelos fundos e jogar no mato, ele tinha medo que se complicasse com a arma. A arma estava embrulhada num plástico. Aí tomaram isso como pretexto, a posse da arma, e mataram ele sem discussão atrás da cozinha. (Depoimento: Fr. Adolfo Temme, OFM, 2015)

Ao chegarem ao povoado os policiais não encontraram os homens. Eles conseguiram ser avisados a tempo e se esconderam na mata, exceto Manoel Monteiro de 76 anos, mulheres e crianças. Manoel Monteiro não conseguiu se esconder devido aos problemas de saúde. Este fora assassinado durante a invasão. Os policiais foram acusados de terem o matado com cinco tiros. “Acompanhando o contingente policial estava o fazendeiro [...] e diversos jagunços e pistoleiros, entretanto o Oficial de Justiça, pessoa que deveria cumprir a ordem judicial e que era indispensável não estava presente, tendo abandonado a comitiva após sair do povoado Aldeia”. (RELATÓRIO, 19?, fl.2).

Tomando conhecimento do massacre, imediatamente por telefone Dom Pascásio, denunciou o fato às autoridades Estaduais e Federais, lamentando a falta de justiça deste País, viajando logo em seguida para Brasília a fim de denunciar o fato pessoalmente e pedir providencias ao Presidente da República, Ministro da Justiça e Presidente do INCRA para solução do problema, enquanto que a Assistência Jurídica da Diocese de Bacabal, promovia a defesa dos lavradores. (RELATÓRIO, 19?, fl.2).

Fr. Adolfo Temme, OFM (1985), na ocasião escreveu um texto intitulado “*O dia do grande horror*”, assim narra:

Quando os amigos das comunidades vizinhas chegaram era 8 hs da noite. O corpo do morto estava em cima de uma porta, forrado com uma rede, e debaixo da porta tinha poça de sangue. O povo apalpava as cinco entradas de bala como quem passa a mão nas chagas de Cristo. Tiraram a camisa ensanguentada para vestir uma camisa branca com manga cumprida, mas o morto não ajudou. A nova camisa num instante estava cheia de sangue precioso. A sentinela era choro e prece, e Nossa Senhora dos Aflitos olhando para o seu filho querido. Um dos companheiros assentou num caderno com mão trêmula as palavras: MANOEL MONTEIRO DE SOUZA, 76 ANOS, FOI MORTO COM CINCO TIROS DE REVOLVE CALIBE NÃO SEI, PORQUE TINHA MUITOS TIPOS DE ARMAS.

No dia seguinte chegaram ao povoado padres, religiosos, religiosas, leigos de diversos municípios para prestarem solidariedade aos posseiros. A missa de corpo presente foi celebrada por D. Rino Carlesi, bispo de Balsas e concelebrada por Fr. Adolfo Temme, OFM e Fr. Heriberto, Rembecki, OFM, logo após sepultaram o corpo de Manoel Monteiro.

24.11.85 Celebramos a missa de corpo presente pelo finado Sr. Manoel. Dom Pascásio que viajou logo a Brasília foi representado pelo Dom Rino, Bispo de Balsas, que veio em nome dos Bispos do Maranhão para mostrar um sinal de solidariedade com os lavradores perseguidos. (LÖHER, OFM, 2009, p.391).

A diocese publicou uma carta de solidariedade aos posseiros e declarou luto em toda a diocese em sinal de repúdio à violência sofrida no povoado.

Imagem 41 - Missa de corpo presente de Manoel Monteiro (1985)



Fonte: CEFFA: <https://ceffa.jimdo.com/>

Celebrantes: Fr. Heriberto Rembecki, OFM (em pé à esquerda); Fr. Adolfo Temme, OFM (em pé à direita); D. Rino Carlesi (sentado à esquerda); e Fr. Godofredo Bauerdick, OFM (sentado à direita).

Os posseiros contestaram a Ação de Manutenção de Posse através da AJULAV sob a justificativa do direito e levantaram suspeitas quanto a autenticidade do documento apresentado pelo latifundiário “[...] porque não é permitido por Lei, que sejam usucapiadas terras devolutas do Estado ou da União”. Deste modo o INCRA, vistoriou a área em litígio decidiu desapropriá-las, favorecendo assim os posseiros “Decreto de nº 993.037, de 27 de julho de 1996, publicado no Diário Oficial da União de 30/07/1996. (RELATÓRIO, 19?, p.3)

Em virtude desse acontecimento, D. Pascásio Retller, OFM foi a Brasília no dia seguinte falar com o Presidente José Sarney e reclamou que o governo dizia estar do lado do lavrador, que seria feita Reforma Agrária, mas isto na prática não se efetivava, pois estavam morrendo muitos posseiros. Ele pediu providências das autoridades em caráter de urgência. Deste modo, conseguiram a desapropriação de uma parte da terra sem que precisassem passar por burocracias. O documento referente a parte cedida foi assinado em três dias.

Para Fr. Adolfo Temme, OFM a morte de Manoel Monteiro foi “a morte do cordeiro” que inibiu a força do latifundiário e com isso houve conquistas por parte do posseiro.

3.6 Resistência e luta que resultaram em conquistas

Em meio a tantas lutas, várias medidas foram tomadas para amenizar o clima de violência. Uma missa foi realizada em 1986 em Bacabal com a presença de bispos, padres, religiosos(as), leigos, posseiros e lavradores para pedir pela paz no campo. Foram três dias de jejum e oração que contou ainda com a presença de Leonardo Boff, que na época pertencia a Ordem dos Frades Menores e de D. Luciano Mendes secretário da CNBB. “Nós queríamos que os dirigentes e as catequistas fossem capazes de refletir e de ajudar na mudança da situação social. Que cada vez mais se tornava conflitiva”. (Depoimento: Fr. Adolfo Temme, OFM, 2015)

10-13.07.86 Os bispos do Maranhão convidaram os fiéis para três dias de jejum e oração contra a violência no campo. De fato, nestes dias houve momentos fortes de oração, momentos também em que foram colocadas as experiências vividas, sofridas, ameaças, enfim tudo que impede o lavrador a viver uma vida de filho de Deus. Foi impressionante, e com certeza nasceu nestes dias uma corrente de solidariedade e esperança para continuar lutando por uma Reforma Agrária justa. Marcaram presença uns bispos do Maranhão e do Piauí, Dom Luciano Mendes, Secretário da CNBB, todos os participantes do Encontro Provincial das CEB's do Maranhão, assessores de Brasília e Recife, representantes do Serviço Franciscano de Justiça e Paz, Fr. Leonardo Boff, muitos sacerdotes, religiosos e religiosas, dirigentes, leigos engajados das muitas comunidades do Maranhão e de outros Estados do Brasil. [...]. (LÖHER, OFM, 2009, p.393)

Frei Heriberto Rembeki, OFM relata que a situação de violência estava insustentável. Dadas as circunstâncias resolveram responder juntando o povo em oração para pedir pela paz. Ouviu-se falar: “Se sangue há de correr, é do Bispo de Bacabal e dos Franciscanos de Bacabal”. O frade narra que esta era uma situação conflitiva, de ódio, raiva e perseguição. Depois do conflito em Zé Machado e no Povoado Aguiar refletiram como agir: “Nunca, nunca vamos responder com a mesma moeda, com violência. Então a bíblia diz: “Certos demônios, você só expulsa através de oração e jejum”, isso foi o motivo”. (Depoimento: Fr. Heriberto Rembecki, OFM, 2015).

Imagem 42 - Missa Realizada em Bacabal pela paz no campo 1986 (Igreja Santa Teresinha)
Fr. Heriberto Rembecki (discursando)



Fonte: Arquivo da Ação Católica Rural – ACR/Bacabal

Imagem 43 - Missa realizada em Bacabal pela paz no Campo 1986



Fonte: Arquivo da Ação Católica Rural – ACR/Bacabal

Houve concentração de pessoas de todo o Estado do Maranhão em Bacabal para o evento que aconteceu entre os dias 10 e 13 de junho de 1986 e logo depois em 15 de setembro do mesmo ano aconteceu a I Romaria da Terra em Vargem Grande e no ano seguinte a II Romaria da Terra em Bacabal.

Ir. Teresinha de Jesus narra que o evento contou com a participação de muitos bispos amigos de D. Pascásio Retller, OFM e de pessoas vindas de outros países. Esta destaca que a iniciativa da Igreja diante de um evento desses tem caráter de evangelização e de denúncia ao mesmo tempo, pois a medida que se reflete a situação conflitiva trazem à tona a realidade vivenciada no local.

Dom Pascásio como bispo ele convocou a Igreja, toda a sua diocese que são muitas comunidades mais de 60 comunidades e para esse grande evento que aconteceu lá que tinha o título: “A diocese de Bacabal faz jejum e oração pela paz no campo”. Daí chegaram muita gente também, muito apoio de frades, de sacerdotes, de sindicalistas, porque os sindicalistas sobretudo é que eram os alvos, porque a questão era a grilagem mesmo de terra, aí então os sindicalistas eram muito visados, inclusive alguns deles perderam a vida, deixaram viúvas, deixaram filhos sem pai. (Depoimento: Ir. Teresinha de Jesus, Religiosa, 2015)

Frei Heriberto Rembeki, OFM considera que houve muitas conquistas, relatou que desejavam ter ajudado mais e evitado tantas mortes. Ele destaca que apesar de tantos povoados terem desaparecido em virtude da expansão agropecuária outros permaneceram. Narra que famílias resistiram e permaneceram em suas terras e hoje muitos lavradores são gratos aos padres da Diocese de Bacabal que deram seu apoio no momento dos conflitos. Lembra do canto do sanfoneiro Patrício Gomes de Sousa¹⁴⁶ que resume o cenário dos conflitos “*Sem casa, sem terra, sem ter o que comer, sem emprego meu irmão, que haveremos de fazer*” e o outro “*Nosso direito vem*”. Para o frade, a luta e engajamento da Igreja contribuíram para a formação consciente dos lavradores em busca dos seus direitos pela permanência de suas famílias nas terras.

SEM CASA, SEM TERRA

Sem casa, sem terra, sem ter o que comer, sem emprego meu irmão, que haveremos de fazer.

Este é o grito da gente abandonada, o gado está malhado em nossos povoados, o arame está passando na beira da estrada.

Tinha uma coisinha que nós estava agarrado, o nosso babaçu que Deus nos deu sem querer nada. Agora o rico tomou para vender de carrada.

¹⁴⁶ Leigo, pertencia a Paróquia São Francisco das Chagas em Bacabal, Sr. Patrício é lembrado como um mediador em meio aos conflitos por alguns dos entrevistados, este era um sanfoneiro muito conhecido na Região do Médio Mearim, era deficiente visual. Compôs muitas músicas que retratavam a violência e a fome no campo em virtude dos conflitos. Estes cantos eram muito presentes nos encontros nas comunidades rurais. Sr. Patrício foi cogitado para dar seu depoimento, mas veio a falecer antes que pudesse ser entrevistado, pois veio a óbito em 2015 em virtude de um choque elétrico em sua residência.

Os nossos pequeninos, que vivem maltratados, sem roupa, sem escola, sem remédio, sem calçado. Olha meu irmão que situação danada. (CANTO DO SANFONEIRO PATRÍCIO)

Guilhermina Aguiar, ACR considera que a luta valeu à pena, narra que antes existia um cenário de pobreza. Atualmente a situação mudou, as pessoas tem mais acesso a bens como moto, carro, por exemplo, coisas que antes não eram possíveis. Afirma ainda que Lago do Junco é um exemplo no combate ao êxodo rural, pois a zona rural de Lago do Junco tem uma estrutura independente da sua sede, resultado das ações das associações gerenciadas pela própria população do povoado. A entrevistada aponta como conquista as duas escolas Família Agrícola EFA's uma de Ensino Médio e a outra de Ensino Fundamental em Lago do Junco.

Guilhermina Aguiar conclui que ao olhar a escola na estrutura que tem hoje, as pessoas não imaginam os processos pela qual ela passou. Após tanta luta preocuparam-se com a educação dos filhos dos lavradores através da Pedagogia da Alternância. Isto para que fosse garantido a estes o direito de estudar, sem que saíssem de suas terras.

Quanto a experiência de vida dentro do cenário do conflito no campo, Irmã Teresinha de Jesus Sousa considera que o sentimento inicial que os acometia era de impotência. Queriam libertar as pessoas naquele momento, mas não era possível.

O que considerou de mais marcante foi o cenário das casas queimadas que a mesma presenciou. Considerou também de suma importância as manifestações que ocorreram. Relatou a caminhada em Bacabal onde carregavam sete caixões representando sete lavradores que foram assassinados como: Trazibe, Manoel Tintinho, Ferreirinha, entre outros. Destaca também a presença de uma multidão de pessoas e mesmo assim a caminhada se mantinha silenciosa e no intervalo de dois ou três minutos o silêncio era quebrado pelo bater de dois tambores. Narra que não havia fala de ninguém, somente a multidão em silêncio e a quebra deste com o som dos tambores e no final aconteceu uma celebração e a apresentação dos caixões onde citaram os nomes das sete pessoas assassinadas.

Irmã Teresinha infere que é a vivência que ensina e não a teoria. Há uma reflexão diante da vida ameaçada, o que a mesma chama de “o projeto de Deus”. Desse modo, para ela há um crescimento de consciência e de fraternidade. Assim, há um fortalecimento da própria fé diante da sua opção de vida de ser uma religiosa e franciscana.

Não é uma teoria que eu ouvi, mas é aquilo que eu pude viver e ver, o clamor, sobretudo o desespero de mulheres e crianças. Ver Dom Pascásio tremendo as mãos e lábios na hora que aquela casa foi de cima a baixo puxado pelo cabo, amarrada no cabo de aço. (Depoimento: Ir. Teresinha de Jesus, Religiosa, 2015).

Considera que foi um grande desafio, mas puderam lutar por uma vida digna. Destaca a necessidade de haver uma preocupação com o outro e que ninguém seja privado do alimento do corpo e da alma. Sua narrativa traz o conceito de gratidão para assim crescer na fé e na solidariedade.

Frei Adolfo Temme, OFM (2015) inferiu que lograram êxito em ganhos materiais e espirituais; o primeiro refere-se a conquista dos lavradores em Lago do Junco de 5.000 mil hectares de terras, o que ele chama de “*terra liberta*”, que foi tirada dos latifundiários. Dos ganhos espirituais, considera a organização, com o aumento dos conflitos os lavradores tinham mais “*espírito de pertença*” e orgulho de ser da luta e a conscientização, segundo ele as pessoas aprenderam a falar em público.

Vanderval Spadetti, EFA considera as conquistas visíveis. Ele narra que antes os povoados não tinham estradas de asfalto, energia elétrica, ferramentas adequadas para fazer farinha ou pilar o arroz. Não havia casas boas, apenas muita pobreza. Hoje para ele, a realidade está transformada, a produção melhorou e agora é diversificada, tem água de boa qualidade, as pessoas tem acesso a TV, moradias dignas, transporte, geladeira, elementos que não eram acessíveis antes.

Ele concluiu que sem a ajuda da Igreja isso não seria possível, pois a mesma ajudou a formar os sindicatos que passaram a lutar por direitos, os capacitou, levou informações quanto às técnicas agrícolas, formação para legalizarem as terras. Ele destaca que o governo hoje trabalha, mas nada chega aos interiores sem a luta das associações e estas a Igreja contribuiu para que fossem criadas. Muito ainda precisa ser feito, mas já considera que houve mudanças para a melhoria dessas comunidades rurais, o que considera visível se comparado a realidades de 30 anos atrás.

Vicente Damasceno, Pastoral da Criança (2015) considera enquanto conquistas o fato de muita gente ter conseguido ficar nas terras. A situação social dos pobres melhorou em distribuição de renda e educação. Isso só foi possível diante da pressão popular sobre o governo.

Partindo das narrativas acima podemos inferir que os mesmos consideraram positivo a interferência da esfera religiosa nos conflitos de terra. Houve o engajamento de muitos mediadores ligados à Igreja Católica, cuja solidariedade vinha até de religiosos de outras dioceses do Maranhão, de outros estados e de várias entidades.

Solidarizar-se com o Excelentíssimo reverendíssimo Senhor D. PASCÁSIO RETLLER, Bispo de Bacabal, com os demais franciscanos de nacionalidade alemã pelo belíssimo e corajoso trabalho Pastoral e assistência jurídica desenvolvidos ao longo deste 10 (dez) anos, em defesa de milhares de famílias de lavradores daquela

Diocese e ainda, com todos estes que lutam, dia a dia, pelo respeito ao direito de uso da terra. (HELUY, 1985).

Os atos de solidariedade e de tentativa de combate à violência foram muitas, desde missas de desagravo, a protestos e romarias. Sabemos que o apoio não se dá de forma homogênea, até mesmo dentro das próprias instituições existem os que se posicionam contra, o que é compreensível devido aos riscos que se corre quando se toma essa postura de defesa em meio a uma estrutura de disputa.

A imagem seguinte, dos arquivos da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, foi encontrada com a descrição: “*A Igreja reunida, a celebração acontece. Eis o depósito da fé*”. Nesta ocasião os padres receberam a notícia que o povoado Centro do Aguiar estava sendo invadido e estavam derrubando as casas, assim eles se deslocaram para lá. Iniciaram a celebração em meio ao conflito, mas a ação do fazendeiro e dos jagunços não foi interrompida, derrubaram uma casa em frente ao local aonde estavam os religiosos e fieis. *Jagunços* passaram um cabo de aço em volta a casa e amarraram em um trator levando a casa abaixo. As freiras que estavam no local ajudaram as famílias a retirarem os pertences que restaram.

Imagem 44 - Povoado Centro do Aguiar (06 de agosto/1986)



Fonte: Arquivos da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção. (Celebrante D. Pascásio Retller, atrás dele Pe. Almecí, de óculos à direita Ir. Lindalva)

Ir. Teresinha de Jesus (2015) narra este evento que ocorreu na hora da celebração. No entanto a mesma cita outro povoado. Acredita-se que houve equívoco com a memória. De acordo com Philippe Joutard precisa-se reconhecer os limites da História Oral, esta fornece informações importantes, o que o autor chama de “*informações preciosas*”, que são de fundamental importância para pesquisa, “[...] mas devemos, em contrapartida, reconhecer seus limites e aquilo que seus detratores chamam suas fraquezas, que são as fraquezas da própria memória, sua formidável capacidade de esquecer, que pode variar em função do tempo presente [...]”. (JOUTARD, 2000, p.33)

Para celebrar a missa Dom Pascácio, muitas vezes ele celebrava, inclusive, lá na Aldeia¹⁴⁷ ele mesmo na hora de uma celebração lá debaixo de uma árvore, debaixo de um grande pé de manga, um pé de manga que devia ser centenário, o filho de um dos grandes lá de Bacabal passou um cabo de aço numa casa todinha e puxou com o caminhão e a gente viu a casa se derretendo de cima até embaixo. Dom Pascácio se tremeu nessa hora, quase na hora da consagração da missa, foi horrível e pior ainda foi o desespero das famílias, das mulheres, sobretudo mulheres e crianças, horrível, horrível. E também sempre quando a gente chegava a própria polícia se comunicava e chegava reforço tanto de polícia como de mais homens armados que a gente chamava na época de pistoleiros que eram mandados pelos latifundiários que eram os ruralistas chamados que eram os fazendeiros que ainda estão por lá, alguns deles, muita fazenda, muito gado. (Ir. Teresinha, Religiosa, 2015)

Aos dias 16 de março de 1980, os padres receberam a denúncia que fazendeiros estavam tocando fogo nas casas no povoado São José, pertencente ao município de Lago do Junco. Estes se deslocaram até Lago do Junco, pois não conseguiram entrar em São José, já que foram impedidos de celebrar a missa no local do conflito. Assim, celebraram a missa de desagravo em Lago do Junco. As missas de desagravo eram celebradas preferencialmente nos locais onde estavam ocorrendo desapropriações ou outras formas de violências. A imagem seguinte é dos arquivos da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, encontrada com a descrição: “*Dom Pascácio advogado dos sem terra*”.

¹⁴⁷ Depoente se enganou com relação ao povoado. Este conflito ocorreu em Centro do Aguiar.

Imagem 45 - Povoado São José (março/1986)



Fonte: Arquivos da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção. Fr. Heriberto Rembecki, OFM (de costas, na frente da criança) à esquerda de Fr. Heriberto está D. Pascásio, OFM e ao fundo na esquerda está Ir. Marta (de hábito)

Em dado momento onde se considerou insuportável os atos de violência, a Igreja declara publicamente a excomunhão de autoridades do Maranhão e de alguns integrantes da UDR. Isso causou muita confusão entre os sujeitos da lista de excomungados, pois a própria UDR promovia campanha política com discursos a favor das famílias tradicionais e religiosas, o ato foi veiculado por vários jornais da imprensa nacional e estadual. Os bispos reuniram-se em Teresina em 21 de maio de 1986, aonde decidiram pela excomunhão de autoridades e membros da UDR:

Há seis meses, nós, bispos do Maranhão, em carta ao povo de Deus, denunciávamos a situação de violência no campo e convidávamos as comunidades para um dia de repúdio à violência e celebração da esperança. Após os recentes acontecimentos dos assassinatos do Pe. Josimo Moraes Tavares e do lavrador Antonio Fontenele, reunidos em caráter de extraordinário e emergencial em Teresina, no dia 21 de maio de 1986; vimo-nos forçados a reconhecer que a situação, longe de melhorar, piora visivelmente.

Os mecanismos que geram a violência estão sendo reforçados pela organização das Uniões Democráticas Ruralistas – UDRs, articuladas com o poder político e o poder policial, que procuram justificar a própria ação com acusações de subversão da ordem, no campo, por parte da Igreja Católica.

Repudiamos com veemência as acusações do senhor governador do Estado do Maranhão e de seu secretário de Justiça e Segurança Pública contra a atuação pastoral de alguns seguimentos da Igreja no Maranhão, sobretudo estrangeiros. Em vão tentam enganar o povo declarando-se cristãos e a favor da Paz e do Amor. “Não são os que dizem Senhor, Senhor que entrarão no Reino dos Céus, mas os que fazem a vontade do Pai que está nos Céus” (Mt. 7,21). E a vontade do Pai é: “que todos tenham vida” (João 10,10) e “que seja restituída a liberdade aos oprimidos” (Lc. 4,19). Então, que seja esses senhores prestem contas ao povo da grilagem, da impunidade dos assassinatos de lavradores, dos povoados arrasados, das arbitrariedades e de inúmeras violações da lei e dos direitos humanos. [...] Teresina, 21 de maio de 1986. (JORNAL PEQUENO, 1986).

Esta carta fora assinada pelos bispos: D. Paulo Eduardo Ponte, Bispo de São Luís; D. Guido M. Casullo, Bispo Emérito¹⁴⁸; D. Rino Carlesi, Bispo de Balsas; D. Fr. Pascásio Retller (OFM), Bispo de Bacabal; D. Reinaldo Puender, Bispo de Coroatá; D. Ricardo Paglia, Bispo de Pinheiro; D. Jorge Tobias, Bispo de Caxias; D. Alcimar Caldas Magalhães, Bispo de Carolina; D. Waldir Alberto Valle, Bispo de Cândido Mendes; D. Fr. Adalberto Paulo da Silva, Bispo de Viana; D. Tarcísio Sebastião Batista Lopes, Bispo de Grajaú. (JORNAL PEQUENO, 1986)

A imagem abaixo foi retirada do “Jornal Folha de São Paulo”. A matéria dá informações específicas do posicionamento político dos bispos, neste recorte aparece o nome do Bispo de Brejo, D. Afonso de Oliveira, que não aparece na cópia da carta anexada nas matérias do “Jornal Pequeno” (23/05/1986) e do “Jornal do Norte” (23/05/1986).

¹⁴⁸ Título concedido aos bispos cuja renúncia foi aceita, a maioria dos casos acontece após os 75 anos. “Particularidade de quem deixou de trabalhar; que se reformou, mas ainda recebe os salários ou benefícios da antiga ocupação; jubilado”. (DICIONÁRIO DE PORTUGUÊS ONLINE) Disponível em: <<https://www.lexico.pt/emerito/>> Acesso em: 28/07/2018.

Imagem 46- Recorte do Jornal Folha de São Paulo 21/05/1986

Os bispos que aplicaram as sanções

Da Reportagem Local

São estes os onze bispos signatários do documento que aplicou as "sanções canônicas" ao governador Luiz Rocha, ao secretário de Justiça e Segurança Pública, coronel João Ribeiro Silva Jr. e aos dirigentes da seção maranhense da União Democrática Ruralista (UDR):

D. Paulo Eduardo Andrade Ponte, 55, cearense, arcebispo de São Luís, "progressista", um dos nomes mais cotados para suceder d. Ivo Lorscheiter na presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1987. Teólogo.

D. Guido Maria Casullo, 86, italiano, bispo de Cândido Mendes, município no extremo norte do Maranhão, "progressista".

D. Rino Carlesi, 64, bispo de Balsas, sul do Estado, "progressista", missionário comboniano e colega do padre Ezequiel Ramin, assassinado em julho do ano passado, em Aripuanã (MT).

D. Pascácio Retler, 71, alemão, bispo de Bacabal, 258 km ao sul de São Luís, "progressista". Franciscano, é colega do teólogo Leonardo Boff, do cardeal-arcebispo de São

Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, e do cardeal-arcebispo de Fortaleza (CE), d. Aloísio Lorscheider.

D. Tarcísio Sebastião Batista Lopes, bispo de Grajaú (próximo ao "Bico do Papagaio"), capuchinho, "moderado".

D. Reinaldo Punder, 47, alemão, bispo de Coroatá (cerca de 200 km ao sul de São Luís), "progressista", tem como lema "Primeiro o Reino de Deus".

D. Ricardo Paglia, 49, catarinense, bispo de Pinheiro (cerca de 100 km a oeste de São Luís), missionário do Sagrado Coração, "moderado".

D. Jorge Tobias de Freitas, 51, alagoano, bispo de Caxias (380 km a sudeste de São Luís), "moderado".

D. Alcimar Caldas Magalhães, 46, amazonense, bispo de Imperatriz (município onde foi assassinado o padre Jesuino Moraes Tavares, a 632 km a sudoeste de São Luís), capuchinho, "progressista".

D. Adalberto Paulo da Silva, 57, maranhense, bispo de Viana, capuchinho, "conservador".

D. Afonso de Oliveira Lima, 70, cearense, bispo de Brejo (cerca de 250 km a sudeste de São Luís), "progressista".

Fonte: Folha de São Paulo (1986)

Dos atos de apoio e solidariedade da Igreja destacados na fonte abaixo se refere a criação do projeto FALA CANTANDO criado por D. Fr. Henrique, OFM e o fato do mesmo ter escondido posseiros ameaçados de morte no conventos em Bacabal. Outros frades também fizeram isso sob a justificativa de resguardar vidas.

Para garantir o sustento para lavradores ameaçados de despejo na região de Bacabal criou o Projeto FALA CANTANDO, levando os lavradores a adotar novos métodos de produção. Acompanhou com muita competência a AJULAV – Assistência Jurídica aos Lavradores, órgão que a Diocese de Bacabal criou em parceria com a Vice-Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção. No início de 1980, mais de 30 famílias de lavradores, que residiam nos povoados São Raimundo e santa Maria, situados no município de Bacabal, fundados a muitos anos, onde sempre cultivaram suas terras foram perseguidos por um poderoso fazendeiro de Bacabal. Travou-se uma luta desigual. Pistoleiros do fazendeiro, fortemente armados, atiraram nos lavradores. Neste conflito, um pistoleiro morreu. Aí a fúria do fazendeiro não teve mais limites. Dia e noite passava nos povoados a procura dos lavradores. Para

proteger os mais procurados, Frei Henrique os levou para o convento, escondendo-os num quartinho. Nem os frades da casa e nem os funcionários ficavam sabendo disso. Apenas o porteiro, o postulante Francisco Lima de Araújo, estava por dentro de tudo e guardou o silêncio. (REMBECKI, OFM, 2012, p.17)

As imagens abaixo são memoriais construídos por Fr. Adolfo Temme, OFM com camisas que os posseiros estavam usando na hora do assassinato, além de outros pertences.

Imagem 47 - José Machado, município de Pio XII (27/02/1984)



Fonte: Arquivo da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção

Imagem 48 - Manoel Monteiro, Povoado Pau Santo (1985)



Fonte: Arquivo da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção

Imagem 49 - Antonio Fontinele, Povoado Centro do Aguiar, Lago do Junco (1986)



Fonte: Arquivo da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção

Buscou-se discutir neste capítulo a violência praticada contra posseiros e as medidas emergentes de apoio. Para isto, trouxemos documentos que retratassem assassinatos, torturas, expropriações, atos de solidariedade e resistência. Destacamos assim, alguns povoados do Médio Mearim. Além das fontes acima, trouxemos as narrativas de mediadores religiosos(as), clérigos e leigos(as) que trabalharam nos conflitos em favor dos posseiros. O cruzamento destes dados viabilizou observar este objeto de vários ângulos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para melhor compreender esta pesquisa, bem como os sujeitos aqui investigados e analisados, fez-se necessário traçar um caminho historiográfico que perpassou pela história da Igreja Católica; Ordem dos Frades Menores; migração camponesa; conflitos agrários; situação política e socioeconômica do Brasil na segunda metade do século XX e movimentos sociais.

Cisões como as que ocorrem nestes períodos, impulsionaram a (re)construção de relações na conjuntura social. Por outro lado, estas transformações não aconteceram de forma homogênea e/ou pacífica, muitos conflitos internos e externos surgiram até que se formassem novas relações.

Nas discussões do capítulo I, “*A Igreja escuta o clamor do seu “povo” e luta por justiça*” percebeu-se que o Concílio Vaticano II foi um evento determinante para a quebra de uma série de estruturas na Igreja Católica. Durante três anos discutiu-se práticas visando novas formas de relações entre clérigos e leigos. A partir desse momento algumas práticas se (re)configuraram, permitindo ao leigo a participação direta em algumas atividades que não lhes era possível. Deste modo, essas relações se (re)configuraram por novos vieses.

O documento referente as conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino Americano (CELAM) infere sobre essa participação: “Pedimos que se fomentem centros ou serviços de formação integral de leigos, que dêem adequada ênfase a uma pedagogia ativa, complementada por uma formação sistemática nos fundamentos da fé e do ensino social da Igreja”. (VATICANO, 1979, p.223)

Esta abertura possibilitou que novas discussões adentrassem neste espaço. As conferências de Puebla e Medellín foram determinantes para inserção da Igreja em movimentos sociais. Desta forma, começaram a questionar temas acerca da desigualdade social e suas consequências vivenciadas na América Latina. O objetivo da Conferência de Medellín era fazer com que o “povo” refletisse sobre a sua situação social e tomassem “consciência” para lutarem contra a desigualdade a partir do método “*Ver, “Julgar” e Agir*”. A Igreja enquanto instituição apoderou-se de seu lugar de fala e viabilizou a luta em meio aos problemas sociais como porta-vozes de sujeitos cujo direitos foram negados.

Ainda no primeiro capítulo, percebemos que as fontes apontam muitas vezes o aspecto missionário dos franciscanos e apresentarem-se de tal forma é um elemento indispensável para eles. A província aqui investigada é de origem alemã, os pioneiros chegaram ao Brasil em 1952 em busca de missão, depois de serem expulsos da China em virtude do sistema comunista. As correspondências enviadas a Província Franciscana Saxônia

da Santa Cruz (Alemanha), revelam que ao chegarem ao Brasil se responsabilizaram por paróquias na capital e nos interiores. Houve choque cultural, pois tinham experiência com outras realidades, culturas, clima, idioma, estes e outros elementos foram narrados pelos padres alemães como desafiantes.

A falta de sacerdotes, sobretudo nos interiores dos estados do Maranhão e Piauí os encorajaram a sair das capitais. Ações pastorais, como as desobrigas funcionaram como ferramentas para conhecerem de perto a realidade dos povoados. Compareceu nas narrativas dos padres que se tratou de tempos difíceis para eles.

Ainda no primeiro capítulo identificamos que ao longo dos anos foram enviados mais padres ao Brasil para ajudar na missão, depois dos quatro pioneiros chegaram no mesmo ano mais três, sendo que entre 1952 a 2007, a província-mãe enviou o total de 52 frades alemães. A chegada destes despertou a vocação em jovens brasileiros que entraram pra ordem também.

O capítulo II, “*Violência no campo – Igreja Católica e mecanismos de ação em conflitos de terra*” consistiu em investigar a mediação da Igreja Católica em conflitos de terra nas décadas de 1970 a 1980. Compreendeu-se que os conflitos agrários não aconteceram num espaço geográfico isolado, mas em diversas regiões do Brasil foram travados embates violentos, sobretudo no Norte e Nordeste. Com o advento desses embates surgiram vários movimentos sociais para conter a violência e garantir o direito à terra, dentre estes, alguns ligados à Igreja Católica. São exemplos deles: CPT, AJULAV, MST, STTR’s, entre outros.

Esses movimentos (re)configuraram o cenário nesta disputa, onde posseiros, pequenos lavradores e sem terra, buscaram lutar por direitos respaldados por mecanismos legais. Por outro lado, os latifundiários também se organizaram para reivindicar terras que se intitulavam “*proprietários*”, a UDR é um exemplo disso. A partir das fontes pode-se inferir que este foi um período onde ocorreram o maior número de violência dentro desta conjuntura. Momento ainda que os latifundiários se inseriram na política partidária para defender seus ideais econômicos.

Ainda no segundo capítulo, destacou-se a ação do Governo do Estado do Maranhão referente as terras devolutas. Este implantou a Lei de Terras Nº 2.979/ 17-07-1969, também conhecida como “*Lei de Terras Sarney*”, que viabilizou a privatização de terras públicas favorecendo a expansão de projetos agropecuários. As terras que receberam migrantes de vários estados do Nordeste décadas antes motivados pela esperança de dias melhores, “*terras livres*” e em abundância, passa então a ser terra de disputa, cenário de conflitos.

Foi possível inferir que os posseiros que criaram seus filhos ou nasceram nessas terras, foram expulsos, proibidos de acessar as terras e babaçuais, o que gerou outro problema, a fome. Estas contingências contribuíram significativamente para o aumento dos conflitos. O que deveria ser uma Reforma Agrária acabou esmagando os moradores antigos.

As fontes aqui analisadas referentes as terras no Médio Mearim apontaram a recorrência destes conflitos a partir da década de 1970. Grandes empresas começaram a cobiçar estas terras para a expansão do gado. Vieram empresários de outros estados em busca de terras no Maranhão. Neste período houve aumento de grilagem e desapropriação de famílias. Ao citar a empresa SABESA que comprou terras no Médio Mearim, Fr. Heriberto Rembecki, OFM, narra: “E depois de tudo pronto o povo não tinha mais direito de quebrar coco, tinha que desmatar o babaçu e assim. Nada de escola, nada disso viu? Ficou uma área grande só para o gado. Quatro grandes povoados foram extintos, de vez”. (Fr. Heriberto Rembeck, OFM, 2015).

A Igreja entrou neste processo enquanto mediadora e começou a intervir diretamente em favor dos posseiros. A diocese de Bacabal e a Ordem dos Frades Menores apropriaram-se das diretrizes das Conferências Episcopais Latina Americana (CELAM), especialmente os impulsos da teologia da libertação, a busca da promoção humana, da justiça e paz. Priorizaram o método “*ver*”, “*julgar*” e “*agir*” como discussão de resistência, segundo os mediadores os posseiros tinham direitos à terra e deveriam resistir.

As formações de lideranças foram ferramentas utilizadas neste processo de resistência e muitos cursos foram criados para que os povoados tivessem acesso à informações e se apropriassem da “*consciência do direito*”.¹⁴⁹ Respaldados na teologia, estes discursos também apareciam nas homilias, na tentativa de fazer os fieis compreenderem que havia um “*Deus de justiça e paz*”.

Incomodados, os latifundiários contratavam os ditos “*jagunços*” e “*pistoleiros*” para assustar e expulsar as famílias das terras. Em algumas situações compareciam acompanhados da polícia sob Ordem Judicial de Liminar de Proteção Possessória dando o direito aos fazendeiros ditos “*proprietários*”. Deste modo, muitos municípios sofreram com os conflitos de terra como: Bacabal, São Luís Gonzaga, Olho D’Água das Cunhãs, Lago do Junco, Paulo Ramos, Lago da Pedra, Altamira, Lago Verde, Vitória do Mearim, entre outros.

¹⁴⁹ Considera-se que o acesso às fontes dos arquivos privados da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção foi importante para esta pesquisa. No entanto, não pretendeu-se tomar o discurso da Igreja como verdade absoluta e militante no curso deste trabalho. O objetivo foi analisar conflitos de terra no Médio Mearim a partir da atuação de clérigos que mediarão este contexto histórico. Sabe-se que as instituições tem suas linguagens particulares ao produzir documentos que retratam os fatos históricos.

No capítulo III, “*CONFLITOS DE TERRA: resistência no Médio Mearim*”, identificou-se nas fontes apresentadas neste estudo que a Diocese de Bacabal entrou nesse cenário de conflitos para tentar conter a violência e garantir o direito da terra aos posseiros. Perceberam a necessidade de uma equipe que entendesse de leis e por isso contrataram advogados para dar suporte jurídico na batalha pela legalização das terras. Deste modo, a Assistência Jurídica aos Lavradores (AJULAV) funcionou de 1980 a 1990, quando encerrou o contrato com o advogado responsável pelo serviço. Algumas lacunas foram encontradas no acervo documental, assim não foi encontrado os motivos que levaram o fechamento desta entidade, uma vez que depois desta data ainda existem focos de conflitos, embora em escala menor.

Dos movimentos que contribuíram nesta “*formação de consciência do direito*”, pode-se destacar as Romarias da Terra, realizadas pela CPT em nível regional. Estes momentos consistiram em reivindicações por terra, justiça e paz no campo, além de ser considerado também atos de solidariedade com aqueles que sofriam as consequências da violência no campo.

Hoje, estas romarias ainda acontecem pelo Brasil, entre elas, outras reivindicações foram atribuídas: “14ª Romaria da Terra e das Águas” (PI, 2018), “12ª Romaria da Terra e das Águas” (MA, 2015), “27ª Romaria dos Mártires” (MT, 2018), “41ª Romaria da Terra” (RS, 2018), “8ª Romaria em Defesa da Vida” (BA), “13ª Romaria da Floresta (PA,2018). No Maranhão a última romaria associada a questão da terra ocorreu em 2017 em Balsas intitulada “1ª Romaria Nacional do Cerrado” cujo tema foi: “*CERRADO: os povos gritam por água e territórios livres*”. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2017).

Levando em consideração as romarias, pode-se inferir que ainda hoje a questão da terra má distribuída se caracteriza num problema grave e de violência na sociedade brasileira. Por outro lado, os movimentos parecem mais fortalecidos, no entanto, por que esses graves problemas não são veiculados com frequência nos meios de comunicação? Por que o tema Reforma Agrária parece assunto arquivado nas discussões políticas? O fato é que a Reforma Agrária não chegou para muitas comunidades. Um exemplo disso é a frequência de conflitos existentes no Estado do Pará, posseiros e comunidades indígenas sofrem constantemente coagidos sob ameaças de morte e expropriação.

Discutiu-se ainda no terceiro capítulo sobre a representação da polícia, cuja função constitucional é proteger o cidadão e manter a ordem pública. No entanto este Órgão de Segurança foi muitas vezes causador de caos, agindo com violência.

Na década de 1980 a polícia foi colocada 24 horas para “*proteger*” os franciscanos por denunciarem as ameaças que sofriam. No entanto, a narrativa de Fr. Adolfo Temme, OFM, infere que a polícia usou o discurso de “*proteção*” como desculpa para vigiá-los e terem acesso aos povoados. Ele relata que foram destacados 6 ou 7 policiais para acompanhá-los aonde quer que fossem, mantinham apenas a distância de dez metros deles: “Eles estavam muito interessados em conhecer Pau Santo e quando eu marquei uma missa para Pau Santo eles: “ah nós vamos juntos”, e carregaram o carro com uma caixa grande de armas e diante disso eu disse: a missa está cancelada [...]”. (Depoimento: Fr. Adolfo Temme, OFM, 2015).

A Diocese e os franciscanos permaneceram em seus propósitos de defenderem os posseiros e assim mediaram estes conflitos amparados por projetos, como: Ação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), Assistência Jurídica aos Lavradores (AJULAV), projeto Fala Cantando, Animação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (ACESA), os três últimos citados eram uma particularidade desta diocese e atendia apenas a Região do Médio Mearim. Posteriormente, no final da década de 1980, começaram a implantar as EFA’s atendendo uma nova demanda, a de homens e mulheres que permaneceram no campo e precisavam de acesso à educação. Estes e outros projetos foram financiados e coordenados pela diocese e os franciscanos com recursos sobretudo vindos da Alemanha.

Aos mediadores foi atribuído o papel de fazer ouvir a voz daqueles intitulados de “*injustiçados*”. Assim, como instituição legitimada, apropriou-se da função de denúncia e defesa dos posseiros. Por muitas vezes estes gritaram por socorro, delegando e confiando à Igreja a solução destes conflitos. As fontes apontaram muitas ações para que isto ocorresse. Nos documentos foram encontrados numerosas notas de repúdios, missas de desagravo, solicitação de jejuns e orações, arrecadação de alimentos e outros itens para aqueles que tiveram suas casas queimadas, ou para os posseiros que passaram meses na mata fechada esperando que a situação se acalmasse; inúmeras viagens do bispo a Brasília para dialogar com as autoridades competentes, etc.

Os assassinatos são o exemplos explícitos da violência, alguns casos chocaram muito, como o de Manoel Monteiro em Pau Santo (1985) e Trazibe Teixeira da Conceição em Aldeia (1988). No entanto, inúmeros outros casos de mortes e torturas aconteceram. Estes casos sensibilizaram não apenas a sociedade brasileira, mas atravessou as fronteiras.

Considera-se que diante deste cenário de migração, fixação, conflitos e resistência, houve (re)configuração nas relações, na cultura e identidade (re)significando o cenário no campo. Diante da luta, muitas conquistas também foram pontuadas, dentre elas a

conquista de permanecer na terra e tirar dela o sustento, o sonho da *terra liberta*. No entanto esta realidade não se efetivou para todos, muitos posseiros foram obrigados a deixar para trás suas casas e lavouras.

REFERÊNCIAS

ENTREVISTAS

AGUIAR, Guilhermina. **Ação dos Cristãos no Meio Rural - ACR**. [09 set. 2015]. Bacabal, MA. Entrevista concedida a Dayane de Sousa Lima.

DAMASCENO, Vicente Pereira. **Pastoral da Criança**. [04 set.2015]. Bacabal-Ma. Entrevista concedida a Dayane de Sousa Lima.

REMBECKI, Frei Heriberto. **Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção**. [07 set. 2015]. Bacabal, MA. Entrevista concedida a Dayane de Sousa Lima.

SOUSA, Ir. Teresinha de Jesus. **Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa senhora dos Anjos**. [2015] São Luis. Entrevista concedida a Dayane de Sousa Lima.

SPADETTI, Vanderval. **Escola Família Agrícola Manoel Monteiro - CEFFA**. [7 set. 2015] Bacabal, MA. Entrevista concedida a Dayane de Sousa Lima.

TEMME, Frei Adolfo. **Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção**. [11 set. 2015]. São Luís, MA: Entrevista concedida a Dayane de Sousa Lima.

DOCUMENTOS PRIMÁRIOS

ACR.João Batista Macedo Sandes, Advogado, Folha avulsa, São Luís, MA 29 de out. 1979. C.P.F., M.F. 000.552.123/87.

Ação Católica Rural ACR/Bacabal, Ano LXV n. 20.303 Sexta feira, 20 de dezembro de 1991 – Maranhão.

APARECIDA, Cecília et.al. **O rosto do Maranhão, anúncio e denuncia, seus sistemas político e sócio econômico**. São Luís, 1995. p.9. (Apostila).

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **10º aniversário do Martírio do Padre Josimo Moraes Tavares**. Imperatriz, MA. São Luís, MA, 1996. (Apostila).

COMUNICAÇÃO a respeito da sentença da Ação Discriminatória nos municípios de Lago da Pedra e de Paulo Ramos”. Folha avulsa datilografada, Lago da Pedra, MA, fev. 1979.

JORNAL PEQUENO. **Igreja Excomunga Governar Luiz Rocha**. 23 maio. 1988.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 21 maio 1986.

JORNAL DA DIOCESE DE BACABAL. **A chacina do povoado aldeia**. (Arquivo eclesiástico da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção).

HELUY, Helena Barros. **Comissão justiça e paz repudia ação fundiária**. Folha avulsa, 6 maio 1985.

HILLEBRAND, Reinaldo José, OFM. **A História da Vice-Província Nossa Senhora da Assunção**. Piri-piri-PI, 2001. (organizado em apostila por um franciscano).

O ESTADO DO MARANHÃO. D. **Paulo Ponte recebe denúncia de lavradores**. 10 de out. 1991

O IMPARCIAL. **Sem-terras dão ao Bispo a carta que deve ser entregue ao Papa em S. Luís**. Cidade. São Luís, 10 out, 1991.

RELATÓRIO Povoado Pau Santo. Arquivos da Diocese de Bacabal e Província Nossa Senhora da Assunção. Bacabal, 1985.

RELATÓRIO povoado Aldeia. Arquivos da Diocese de Bacabal e Província Nossa Senhora da Assunção. Bacabal, 1984.

RETTLER, D. Pascacio. O bispo de Bacabal convida. **Cartilha II** Romaria da terra, 1987.

REVISTA VEJA, p.08, 27 de maio, 1981,

SERVIÇO FRANCISCANO DE JUSTIÇA E PAZ (JPE). Comissão Regional da CNBB. **“Carta de Solidariedade aos Sem Terra e de repúdio ao massacre do Alto do Jacuí”**. Documento Cedido pela Ação Católica Rural (ACR/Bacabal) Porto Alegre, 14 de março de 1989. (Carta).

REMBECKI, Frei Heriberto. Boletim informativo da Diocese de Bacabal Voz da Esperança. **Boletim Especial – Dom Henrique Johannpötter**. Ano XXI n.95 ago. 2012.

_____. **A conjuntura política e eclesial do Brasil e do Maranhão desde a chegada dos primeiros confrades (31.01.1952)**. 1991.

PROVÍNCIA SÃO FRANCISCO DE ASSIS. OFM/Brasil. **Posicionamento dos Franciscanos do RS sobre os acontecimentos de Santa Elmira**. 14 jun. 1989. p.1. (Carta).

BIBLIOGRAFIAS

AGROECOLOGIA. Frei Sergio Antonio Gorgen. In: IV CONGRESSO LATINO – AMERICANO DE AGROECOLOGIA, 12 a 15 de setembro de 2017, Brasília, 2017. Disponível em: <<http://agroecologia2017.com/speakers/frei-sergio-antonio-gorgen>> Acesso em: 30 abr. 2018.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Transformações econômicas e sociais no campo maranhense. Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão**. São Luís, 1981.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado**. Tese

(Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993, p.290.

APARECIDA, Cecília et.al. **O rosto do Maranhão, anúncio e denuncia, seus sistemas político e sócio econômico**. São Luís, 1995. p.9. (Apostila).

ARDUINI, Juvenal. **Horizonte de esperança: teologia da libertação**. São Paulo: Paulinas, 1986.

ASSELIN, Victor. **Grilagem, corrupção e violência em terras do Carajás**. Petrópolis: Vozes/CPT, 1982.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. (Org.) 2ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 39.

BARBOSA, Viviane Oliveira. **Mulheres do babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão**. Niterói, 2013. 267f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História Social, Niterói, 2013.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BEGNAMI, J. B. **Formação pedagógica de monitores das Escolas Famílias Agrícolas e Alternâncias: um estudo intensivo dos processos formativos de cinco monitores**. Belo Horizonte. 2003. 263 p. Dissertação (Mestrado Internacional em Ciências da Educação) - Universidade Nova de Lisboa e Universidade François Rabelais de Tours, Belo Horizonte, 2003.

BORGES JUNIOR, Jerônimo Rodrigues. **A participação política da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Estado do Maranhão pós-1986**. Teresina, 2010. 120f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007. (Coleção estudos; 20/ dirigida por J. Guinsburg)

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1980.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal Do Brasil. Ministério da Fazenda. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário oficial da União**, Brasília, 302 nov. 1964. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm> Acesso em 21 dez. 2015.

_____. Secretaria da Receita Federal Do Brasil. Ministério da Fazenda.

Declaração/perguntão. Outros assuntos: 600 - O que se considera terra nua para fins de apuração do ganho de capital? 2014. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaFisica/IRPF/2014/perguntao/perguntas/pergunta-600.html>> Acesso em: 24 dez 2015.

BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra: (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil)**. Rio de Janeiro: Forense Universidade: UFRRJ, 1997.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CERTEAU, M. **A escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem. Teatro das sombras**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.76-96.

CEFFA. **Manoel Monteiro**. Disponível em: <<https://ceffa.jimdo.com/hist%C3%B3ria-conviv%C3%A2ncia/veja-aqui-uma-apresenta%C3%A7%C3%A3o-sobre-a-hist%C3%B3ria-do-ceffa/>> Acesso em 20 jun.2018.

CEFFA. **Missa com Dom Rino, Frei Heriberto e Frei Adolfo**. Disponível em: <<https://ceffa.jimdo.com/>> Acesso em: 20 jun. 2018.

CHARTIER, Roger. Textos, símbolos e o espírito francês. História: Questões & Debates, **Associação Paranaense de História – APAH**, Curitiba, v. 3, n. 24, jul./dez. 1996

CNBB. **Regionais**. Disponível em: < <http://www.cnbb.org.br/regionais/>> Acesso em: 4 jun. 2018.

_____. Cáritas brasileiras. **Missão, diretriz geral de ação, princípios e orientações estratégicas**. Disponível em: <<http://caritas.org.br/missao-diretrizes-e-prioridades-estrategicas>> Acesso em: 04 jun. 2018.

_____. **Santo Domingo – Conclusões: IV Conferência Do Episcopado Latino-Americano Nova Evangelização, Promoção Humana Ecultura Cristã**. Tradução oficial da CNBB Santa fé de Bogotá. 7 ed., novembro de 1992.

COMSHALOM. **Parâmetros litúrgicos: função e significado**. Disponível em: <<https://www.comshalom.org/paramentos-liturgicos-funcao-e-significado/>> Acesso em: 1 maio 2018.

CONGRESSO MISSIONÁRIO OFM DA AMÉRICA LATINA. **Carisma e missão: urgência e audácia!** Celebremos e renovemos nosso ardor missionário! San Antonio de Arredondo – Córdoba – Argentina, 14 a 19 de abril de 2008.

CONTAG. **Estatuto da Confederação Nacional dos Trabalhadores Na Agricultura**. Com as alterações aprovadas pelo 10º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, realizado em Brasília de 10 a 14 de março de 2009 e do Conselho Deliberativo de 11 de junho de 2009. Brasília, 11 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/imagens/festatuto-da-contag.pdf>> Acesso em: 30 abr. 2018.

COSTA, Wagner Cabral da. **O rosto rural da igreja: a atuação da CPT no maranhão**. São Luís: UFMA, 1994. (Licenciatura em História - Monografia)

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Massacre no campo: histórico**. 5 fev. 2010. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>> Acesso em: 30 abr. 2018.

_____. **Romarias**. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/romarias>> Acesso em: 4 jun. 2018.

CPT-MA. Conflitos Agrários da Comissão pastoral da Terra – Maranhão. **Acervo**. 1985. Disponível em: <<http://www.arquivoscptma.ufma.br/index.php/acervos/recortes-de-jornais/recortes-de-jornais-1985>> Acesso em: 2 jun. 2018.

DINAMAR. Significado de Mosenhor. **Dicionário Informal**. São Paulo, 2008. Disponível em <<http://www.dicionarioinformal.com.br/mosenhor/>> Acesso em: 06 nov. 2015

DIOCESE DE SANTOS. Basílica Menor de Santo Antônio do Embaré. **Compreenda melhor o dogma da Assunção de Nossa Senhora: dogmas marianos**. Disponível em: <http://www.bsaembare.com.br/gallery_sub_article.asp?codigo=228&status=7>. Acesso em: 25 nov. 2015.

DIOCESE DE BACABAL. **Guia Diocesano. 40 Anos de Evangelização**. Bacabal, MA: Gráfica Líder, Ano XVIII, n. 78, mar. 2009.

_____. **Municípios na Diocese**. Disponível em: <<http://www.diocesedebacabal.org.br/?page=ler&id=9>> Acesso em: 5 maio 2018.

DOCUMENTO DO VATICANO II. **Constituição Dogmática Dei Verbum Sobre a Revelação Divina**. Chapecó, 2012.

EDUCALINGO. Dicionário. **Etmologia da palavra Adveniat**. Disponível em: <<https://educalingo.com/pt/dic-de/adveniat>> Acesso em: 14 jul. 2018.

FERREIRA. Márcia Milena Galdez. **Construção do eldorado maranhense: experiências e narrativas de migrantes nordestinos no Médio Mearim- MA (1930-1970)**. Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em História Social, 2015, p.47.

_____. **Pioneiros ou Flagelados? Experiências de Migrantes Nordestinos no Médio Mearim- MA (1930-1960). Caminhos da História, Vassouras**, v. 7, Edição Especial, p. 141-150, 2011 Disponível em: <http://www.uss.br/pages/revistas/revistacaminhosdahistoria/v7EdicaoEsp2011/pdf/015_-_Pioneiros_ou_flagelados.pdf> Acesso em 06 jun. 2018.

FERRO, Eduardo Sehnem. Ordem dos Advogados do Brasil.(OAB). **Carta de Anuência, Atenção – Artigos**. Disponível em: <http://www.oabcriciuma.org.br/artigo/carta_de_anuencia_atencao-532 . Acesso em: 21 de jul. 2018.

FRAZÃO, Jaciara Leite. **Conflitos agrários no Médio Mearim-MA (1970-1990): memória e experiência da luta pela terra no Povoado Aldeia**. São Luís, 2017. Monografia (Graduação) – curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, São Luis, 2017.

GASPARENO JUNIOR, Antonio. Papa João XXIII. **Info Escola**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/cristianismo/papa-joao-xxiii/>> Acesso em: 16 abr.2018.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GILVANDER, Luís Moreira. Instituto Humanistas Usinos. **27 anos com padre Josimo Tavares vivendo vida plena**. Belo Horizonte, MG, 10 maio 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/519890-padre-josimo-tavares-27-anos-de-martirio>> Acesso em: 14 nov. 2015.

HEIDEGGER, Martin. Ser e tempo (I, II). Trad. Márcia Sá Cavalcante Shuback. Petrópolis: Vozes, 2005.

JOUTARD, Philippe. Desafios a História Oral do século XXI. In: FERREIRA Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena. (org.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 33.

LE GOFF. Prefácio. In: BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 30

LIMA NETO, Evaristo José de. **O associativismo em áreas de babaçuais: a experiência das organizações de trabalhadores rurais do Município de Lago do Junco-MA associadas à ASSEMA**, 2007. Dissertação (mestrado), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2007.

LIMA, Francisca Gardina dos Santos; MIRANDA, Ana Cleuma da Conceição. **Luta camponesa e movimento social na Região Médio Mearim: Conflitos e conquistas na Comunidade de Ludovico, Lago do Junco (MA) 2013**. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/publicacoes-seminarios-do-gepec/seminarios-de-2013/1-educacao-do-campo-movimentos-sociais-e-politicas-publicas/a30-luta-camponesa-e-movimento-social-na-regiao.pdf/at_download/file> Acesso em/ 20 jul.2018.

LÖHER, Frei Eurico. **Franciscanos no Maranhão e Piauí 1952 a 2007**. Teresina: Halley, 2009.

MACHADO, Jorge Luiz Feitoza. **Ação Política, missão pastoral e instâncias de inserção: engajamento de clérigos no Maranhão (1970-1980)**. São Luis, 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2012.

MANFREDO, Maria Teresa. Os conflitos pela terra no Brasil. **ComCiência**, Campinas: Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, n.33, 2011. Disponível em: <<http://comciencia.scielo.br/pdf/cci/n133/05.pdf>> Acesso em 02 jun. 2018.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MAUD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum. História e fotografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAIFANS, Ronaldo. (Orgs). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. Comunidades “no sentido social da evangelização”: CEBS, camponeses e Quilombolas na Amazônia Oriental Brasileira. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.30, n.2, p. 13-37, 2010.

MEDEIRO, Catiana de. **Massacre da Fazenda Santa Elmira: 29 anos de um marco na vida do MST**. 3 abr. 2018. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2018/04/03/massacre-da-fazenda-santa-elmira-29-anos-de-um-marco-na-vida-do-mst.html>> Acesso em: 31 maio 2018.

MIRANDA, Aurora Amélia Brito de. **De arrendatários a proprietários: a sociedade no assentamento de Brejo de São Félix**. São Luís, 2007. Tese (doutorado) Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2007.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História e memória: combates pela história. *História Oral*, v. 10, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=206>> Acesso em: 30 abr. 2018.

MOTA, Elba Fernanda Marques. **Representações de si e prática da escrita na religião: a produção de Estevam Ângelo de Souza na Assembléia de Deus do Maranhão (1957-1996)**. Rio de Janeiro, 2013. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo**. Recife, 2013. 278f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

PIERRARD, Pierre. **História da Igreja**. A Igreja diante de um novo mundo. São Paulo: Paulinas, 1982.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v..5, n.10, p.200-212, 1992.

PORTELA, Camila da Silva. **Entre a cruz e o fuzil: análise das ações do clero católico no período da Ditadura Militar no Maranhão**. São Luis, 2015. 198f. Dissertação(Mestrado em História), Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2015.

PRIBERAM DICIONÁRIO. **Missa**. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/missa>> Acesso em: 30 abr. 2018.

RAMOS, Carolina. **Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)**. Niteroi, 2011. 266f. Tese (Doutorado em História) Universidade Fluminense, Programa de Pós-graduação em História, Niteroi, RJ, 2011. Disponível em: < <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1349.pdf>> Acesso em: 19 out. 2015

RIBEIRO, Marlene. **Pedagogia da alternância na educação rural/docampo: projetos em disputa**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.34, n.1, p. 027-045, jan./abr. 2008.

RODRIGUES, Cintia. **Pedagogia da Alternância na Educação Rural**. Disponível em:

< <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/modalidades/salvacao-lavoura-497826.shtml>> Acesso em 20 jun.2018

RODRIGUES, José Honório. Prólogo. In: HOORNAERT, Eduardo et al. **História geral da Igreja na América Latina: História da Igreja no Brasil**. Tomo 2.Petrópolis: Vozes, 1997. p. 9.

SIGNIFICADOS. **Significados de Zeitgeist**. Disponível em:
<<http://www.significados.com.br/zeitgeist/>> Acesso em: 21 out. 2015.

_____. **Significado de leigo**. Disponível em: <<https://www.significadosbr.com.br/leigo>>
Acesso em:30 abr. 2018.

_____. **Significado de agricultura familiar**. Disponível em:
< <http://www.significados.com.br/agricultura/>> Acesso em: 24 dez 2015

_____. **Significado de jejum**. 2014. Disponível em:
<<https://www.significados.com.br/jejum/>> Acesso em: **1 maio 2018**.
SILVA, Célia Nonata da. Os pobres herdarão a terra”: conflitos rurais e igreja católica no Brasil na segunda metade do século XX. **Revista Crítica Histórica** , Ano I, n. 2, dez. 2010.

SOUSA, Baltazar Macaíba de. **A emergência do movimento dos sem terra no RN: 1989 a 1994.1995**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1995.

SOUZA. Luiz Alberto Gómez de. **Do Vaticano II a um novo Concílio? O olhar de um cristão leigo sobre a Igreja**. Edições Loyola, São Paulo, 2004.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. Função da propriedade. In: Instituto Socioambiental. Reforma Agrária e Meio Ambiente, 2002. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/LIVRO_REFORMA_AGRARIA_E_MEIO_AMBIENTE/PARTE_3_1_CARLOS_MARES.pdf> Acesso em: 5 jun. 2018.

SOUZA, Vanderlúcio. **Escolhido o novo Núncio apostólico para o Brasil**. 10 fev. 2012. Disponível em:< <http://www.cnbb.org.br/escolhido-o-novo-nuncio-apostolico-para-o-brasil/>> Acesso em: 30 abr. 2018.

STONE, Lawrence. Prosopografia1. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011

STEDILE, João Pedro; MANÇANO, Bernardo. **Brava gente**. São Paulo: Perseu Abramo, 1996.

TAVARES, Ruth de Fátima Oliveira. **“Freis franciscanos sob a ditadura civil-militar: Pires do Rio, Goiás, 1964-1985”**. Goiânia, 2011. Dissertação (mestrado em Ciencia da Religião), Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

TEMME, Adolfo. **Mala de Couro – diário de uma desobriga**. Teresina, 2011.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História oral**, v. 5. 2002.

TOR, Roland. J. Faley. O movimento Franciscano pela paz, num contexto moderno. In: BOFF, Leonardo; BÜHLMANN. **Os franciscanos ante os desafios do terceiro mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983. Capítulo IV.

UFMA. CPT. **Conflitos Agrários da Comissão Pastoral da Terra – Maranhão**: Acervo. Disponível em: < <http://www.arquivoscptma.ufma.br/>> Acesso em: 01 jun. 2018.

UNESCO. Representação da Unesco no Brasil: DhESCA Brasil – Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/ia/about-this-office/networks/specialized-communities/specialized-communities-shs/dhesca-brasil>> Acesso em: 02 jun. 2018.

VATICANO. Conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Evangelização no presente e no futuro da América Latina. **Documento de Puebla**. Puebla de los Angeles, México. Paulinas, 1979.

_____. II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. **Conclusões de Medellín**. 6 ed. São Paulo, Paulinas, 1968.

VATICAN. **Viagem apostólica do Papa João Paulo II ao Brasil [12-21 de outubro de 1991]**: Homilia do santo Padre na missa celebrada para os fiéis da Arquidiocese de São Luís do Maranhão. São Luis, 14 out. 1991. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/homilies/1991/documents/hf_jp-ii_hom_19911014_sao-luis.html> Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. **A santa Sé**: discurso de sua Santidade Papa João XXIII na abertura solene do SS Concílio. 11 out. 1962. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.pdf> Acesso em: 22 abr. 2018.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. **Escritos de Filosofia VII**: Raízes da Modernidade. Rev. Marcos Marcionilo. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 245.

WICKS. Jared. **Introdução ao Método Teológico**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

WILLEKE, Frei Venâncio, OFM. **Franciscanos no Maranhão 1600/1878 e Piauí 1952/1977**. Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Bacabal, MA, 1978.

APÊNDICES

APÊNDICE A - BREVE BIOGRAFIA DOS ENTREVISTADOS

1 Mediadores Franciscanos (Estrangeiros)

Fr. Heriberto Rembeck – Natural de Herne, Alemanha, nasceu em 13 de julho de 1939, filho do Sr. Jonh e Sr^a. Fernanda, três irmãos, onde dois são falecidos. Ingressou na Ordem dos Frades Menores em 1960, no ano seguinte fez a primeira profissão solene e em 1964 fez a profissão solene perpétua se ligando definitivamente a ordem. Após a profissão solene foi enviado juntamente com os confrades Fr. Adolfo Temme, Fr. Gereão Bödeker e Fr. Frederico Zillner para a missão. Fr. Heriberto Rembeck e Fr. Adolfo Temme foram enviados para continuar os estudos em Petrópolis, os freis Gereão Bödeker e Frederico Zillner foram enviados para Salvador. Foram ordenados padres juntos na cidade de Bacabal em 17 de dezembro de 1966. Após terminar os estudos Fr. Heriberto Rembeck foi enviado para trabalhar nas pastorais em Bacabal. Ele esteve a frente da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção durante doze anos (1983-1995). Mora atualmente no convento aonde funciona a sede da província, Bacabal/MA.

Primeira Profissão: diz dos franciscanos em formação que fazem votos de castidade, pobreza e obediência. Esses votos são renovados uma vez por ano até que o mesmo complete o tempo dos estudos e seja aceito definitivamente na ordem fazendo assim os votos solenes, também conhecido como votos perpétuos.

Duração: 57 minutos e 23 segundos.

Frei Adolfo Temme – Natural de Glane, Alemanha, nasceu em 12 de julho de 1940, seu pai tinha por profissão comércio de compra e venda de gado. Ingressou na Ordem dos Frades Menores em 1960, fez a profissão solene perpétua em 1964 se ligando definitivamente a ordem, sua ordenação presbiteral ocorreu em 17 de dezembro de 1966. Em seus serviços pastorais atuou na administração de paróquias em Teresina, foi diretor do Seminário Catequético Frei Jordão Mai de Bacabal no período de 1977 a 1983, o mesmo assessorou cursos de formação de lideranças na Evangelização e Catequese no meio rural, participou ativamente nas lutas por libertação das Comunidades Rurais de Lago da Pedra, atuou como cronista das histórias de luta e pesquisador da música sacra e popular como suporte da evangelização. Mora atualmente em Teresina na casa de retiro São Francisco (Eremitério).

Duração: 42 minutos e 37 segundos.

2. Mediadora religiosa franciscana (Brasileira)

Ir. Teresinha de Jesus Sousa – Natural de Vitorino Freire, MA, nasceu em 02 de outubro de 1956, filha de Vicente Ferreira de Sousa e Jovita Rosa de Sousa, ambos lavradores. Entrou para a Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora dos Anjos em janeiro de 1981, seus primeiros votos foram em março de 1985. Acompanhou os conflitos de terra nos períodos de 1985 a 1995. Atualmente reside em São Luís no convento aonde funciona a sede da congregação e é representante da Conferência Regional dos Religiosos do Brasil no Maranhão (CRB-MA). Possui formação em enfermagem, acupuntura e pedagogia com especialização em biologia.

Duração: 46 minutos e 12 segundos.

3. Mediadores leigos (Brasileiros)

Guilhermina Aguiar – Natural de Bernardo do Mearim, MA, nasceu em 1957, filha de trabalhadores rurais, é a terceira de 12 irmãos, professora da rede pública estadual, viveu até os 20 anos na zona rural de Lago da Pedra, numa comunidade chamada Bela Vista. Iniciou sua atuação na Igreja Católica na década de 1970, inicialmente fez cursos no Seminário Catequético Frei Jordão Mai, atuou como catequista, posteriormente por falta de lideranças em sua comunidade tornou-se dirigente, o que resultou mais tarde no seu engajamento como dirigente da regional de Lago da Pedra também. Uma de suas turmas de catequese se reunia às 5:30 hs da manhã devido ao acúmulo de funções que a mesma tinha. Participou da coordenação do grupo de jovens Juventude Católica Rural (AJAC) a nível paroquial que compreendia Lago da Pedra, Lago do Junco, Vitorino Freire e Paulo Ramos. Dentre os serviços do grupo compreendia: acompanhar os padres nas desobrigas, fazer visitas às famílias nessas desobrigas convidando-as para a missa, reuniões com as comunidades para organização dos batizados, casamentos e para conhecer e discutir a problemática que atingia as comunidades. No auge dos conflitos de terra foi convidada por Fr. Godofredo Bauerdick para coordenar a Casa do Lavrador em Lago da Pedra e em 1983 mudou-se para Bacabal para compor a administração da Ação dos Cristãos no Meio Rural. Guilhermina Aguiar é casada com o Sr. Raimundo conhecido como “Raimundo da ACR” que compôs a equipe da Casa do Lavrador em Lago da Pedra e da ACR em Bacabal. O casal mora em Bacabal e tem dois filhos.

Duração: 1 hora, 17 minutos e 06 segundos.

Vicente Pereira Damasceno – nasceu em 20 de janeiro de 1954, filho de Natalino Damasceno e Raimunda Pereira Damasceno, ambos lavradores. Vicente atuou na Igreja Católica a partir da década de 1970 em movimentos como: Pastoral da Saúde, Pastoral da Criança, Pastoral da Pessoa Idosa e como representante da sociedade civil atuou nos Conselhos Municipais de Saúde e Educação da Criança e Adolescente. Atualmente reside em Bacabal, é casado com a Sr^a Francisca, cujo casal tem dois filhos.

Esta foi a única entrevista que teve público, neste caso a esposa e a filha do depoente. Nas outras entrevistas compareceram apenas entrevistador e entrevistado.

Duração: 18 minutos e 53 segundos.

Vanderval Spadetti - natural do Espírito Santo, foi convidado pela Província Franciscana em nome de Fr. Klaus Finkam pra fazer um estágio no ano de 1989 na região da Diocese de Bacabal com um pensamento futuro de trabalhar como técnico em agropecuária na entidade ACESA, criada pelos franciscanos. Vanderval narra que esta entidade foi pensada para dar apoio aos lavradores que haviam lutado pela questão da terra, cuja função era fazer assessoria técnica e social, tanto na saúde quanto na agricultura. Responsável pela articulação de 9 Escolas Família Agrícola (EFA's) aproximadamente, cuja sétima foi a CEFFA Manoel Monteiro. Desta última assumiu a função de coordenador geral da escola, e assina também como diretor, além disso, ministra as disciplinas de filosofia e sociologia na referida escola.

Duração: 19 minutos 17 segundos.

4. Posseiros¹⁵⁰

Antonio José Carvalho - Natural do povoado Brejinho pertencente ao município de Bacabal, nasceu em 1959, filho de cearenses e lavradores que vivenciaram a seca. Pertencente a uma família de 16 irmãos, Sua família voltou do Ceará no início da década de 1960 e retornou no final da mesma década. Quando retornaram ao Maranhão voltaram para o povoado Brejinho. Antonio José residiu no povoado Aldeia em 1972, em Brejinho em 1975, Bambu, pertencente ao município de Vitória do Mearim, em 1980 aonde vivenciou conflitos de terra, retornando para Brejinho e depois para Aldeia novamente. Vivenciou a invasão de policiais a este povoado em 1985 aonde o mesmo foi preso. Casou-se em 1990, teve três filhos, um morreu ainda bebê e sua esposa já possuía três filhos de outro relacionamento, atualmente reside em Bacabal.

Entrevista realizada por Jaciara Leite Frazão em Bacabal em novembro de 2016. Duração: 58 min. e 46 seg.

Antonia - Povoado de Centrinho do Acrísio, município de Lago do Junco – Posseira, filha de pai piauiense, cuja família entrou no Maranhão por causa das consequências da seca de 1915. Antonia é sócia da Associação de Mulheres Trabalhadora Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR), Associação do assentamento Centrinho do Acrísio, Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco Ltda (COPPALJ), coordenadora do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), sócia do Sindicato, membro da comunidade religiosa e diretora da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA). (LIMA NETO, 2007).

Preto – Centrinho do Acrísio, município de Lago do Junco - Casado, pai de 5 filhos, delegado sindical do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR), sócio da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco Ltda (COPPALJ), da associação do assentamento Centrinho do Acrísio, diretor da Escola Família Agrícola Antonio Fontinele (EFAF), sócio do Partido dos Trabalhadores (PT) e membro da comunidade religiosa. (LIMA NETO, 2007).

Aparecida Rosalina Alves, Povoado Ludovico, município de Lago do Junco – Cantineira da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco Ltda (COPPALJ), foi a primeira presidente e sócia da Associação de Mulheres Trabalhadora Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR), presidente da comunidade de Aparecida, Associação de Aparecida, Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR) e Partido dos Trabalhadores (PT), sócia do Sindicato e membro da comunidade religiosa. (LIMA NETO, 2007).

¹⁵⁰ Todas os trechos das falas dos posseiros foram retiradas de bibliografias. Não tive acesso a transcrição destas entrevistas.

APÊNDICE B - ENTREVISTA

- Ao iniciar a entrevista o entrevistado precisa se identificar: nome, congregação, idade, nacionalidade.
- OBS: é importante que o entrevistado situe o ouvinte de qual cidade, década ou ano específico está relatando.

1. Em que momento os conflitos de terra ficaram mais intensos? E em quais áreas?
2. Como se efetivou o envolvimento da Diocese de Bacabal durante os conflitos de terra?
3. Em agosto 1986 no calor dos conflitos a Igreja se reuniu para orar e jejuar, fale sobre o evento.
4. Há relatos de que religiosos esconderam pessoas ameaçadas, fale sobre o assunto.
5. Como você avalia a atuação da Igreja junto aos lavradores na luta pela terra?
6. Quais as principais ações pastorais auxiliaram nessa luta?
7. Sacerdotes foram processados pelo envolvimento nos conflitos de terra?
8. Há fontes, como fotos e notas de repúdio que retratam a violência no campo como: tortura, prisões, desapropriação das famílias das terras e a queima de casas, entre elas a casa de D. Pascásio. Fale sobre o assunto.
9. Qual foi o posicionamento do Governo do Estado do Maranhão sobre os conflitos? E qual a repercussão no Brasil e em outros países?
10. A quem pertenciam essas terras? Existiu processo de grilagem?
11. Houve Excomunhão de autoridades?
12. Como o Papa João Paulo II se pronunciou diante dos acontecidos?
13. Gostaria que relatasse sobre as mortes que ocorreram por ocasião dos conflitos. Para você quais os casos que mais chocaram, por quê?
14. Quais os resultados alcançados com a luta?

ANEXOS

ANEXO A – ENTREVISTA CARDEAL AGNELO ROSSI

Entrevista: CARDEAL AGNELO ROSSI

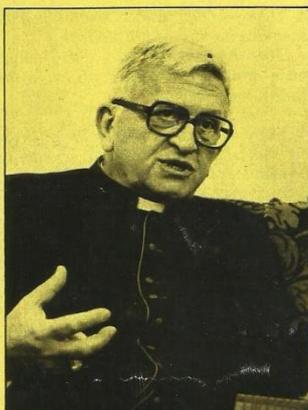
A política destrói a Igreja

O influente prefeito da Congregação para a Evangelização dos Povos denuncia a esquerda e sua infiltração nas comunidades de base

Por J. A. Dias Lopes

À exceção de teimosos escudeiros do catolicismo tradicional — como dom Eugênio Sales, arcebispo do Rio de Janeiro, ou dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre — raros cardeais da Igreja ousam entrar na linha de tiro da esquerda clerical e suas patrulhas avançadas, que conduzem o estandarte da Teologia da Libertação. Na semana passada, essa cautela foi desafiada pela maior autoridade brasileira em Roma — o cardeal dom Agnelo Rossi, ex-arcebispo de São Paulo e hoje na Santa Sé como prefeito da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos, que controla mais de 100 000 missionários espalhados pelo mundo. Tendo como senha uma áspere crítica à Comunidade Eclesial de Base (CEB), dom Agnelo desencadeou uma vigorosa ofensiva em defesa do magistério tradicional da Igreja. Sobretudo nesse caso, o cardeal fala de cadeira: há dez anos trabalha na Santa Sé, onde aportou a chamada de Paulo VI, é professor de Teologia, *expert* em apostolado religioso e, sobretudo, um homem prudente. “A virtude está no meio”, diz o cardeal, subscrevendo Santo Tomás de Aquino.

Aos 68 anos, dom Agnelo esteve no Brasil para celebrar apostolicamente 25 anos de episcopado, que completou a 15 de abril. Ele voltou a seu país um tanto envelhecido e adoentado. Mas não perdeu a veemência com que trata das coisas da Igreja, nas suas conversas com interlocutores cujos braços costuma segurar — um velho cacoete de pastor. Girou por duas semanas, em visitas a missões e a antigos colaboradores, enquanto suas críticas repercutiam nos jornais. Mas não houve nenhum contra-ataque. E além disso dom Agnelo recebeu na cerimônia culminante de seu jubileu — uma missa em Campinas, em cuja arquidiocese nasceu — a silenciosa solidariedade dos cardeais Sales e Scherer, ambos presentes, bem co-



Dom Agnelo: “Quem avisa amigo é”

mo do nuncio apostólico no Brasil, dom Carmine Rocco.

Nesta entrevista a VEJA, concedida na residência do cardeal Scherer, em Porto Alegre, dom Agnelo fala não só das comunidades de base como faz um veemente elogio às tradições da Igreja, a seu ver ameaçadas.

As fitas atacam até a Virgem Maria

VEJA — Por que o senhor desembarcou no Brasil fazendo críticas às comunidades de base?

DOM AGNELO — Antes de deixar Roma, fiquei sabendo que as comunidades de base brasileiras deverão ser vítimas de uma verdadeira campanha de politização ideológica. Fui informado de um programa intitulado “Um Tal Jesus”, composto por 144 fitas cassetes gravadas na Alemanha, com esse objetivo. Ti-

ve acesso a algumas dessas fitas, todas em espanhol — aparentemente, elas já circulam no Chile. E tenho informações seguras de que há uma formada de fitas em língua portuguesa — quer dizer, destinadas ao meu Brasil, a Angola e a Moçambique. Então, levei o assunto pessoalmente ao papa João Paulo II e à Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, o antigo Santo Ofício. Portanto, desembarquei no Brasil com aquilo na cabeça. Mas eram tantas as perguntas sobre infiltração política, sobre poluição das comunidades de base, que decidi abrir a boca. E não me arrependo. Quem avisa amigo é. Criei em 1956, em Barra do Pirai, no Rio de Janeiro, as primeiras comunidades de base do Brasil e não gostaria de que elas, em suas origens muito boas e autênticas, fossem poluídas por uma ideologia que não é a luz do Evangelho de Cristo.

VEJA — Que ideologia é essa?

DOM AGNELO — Baseia-se fundamentalmente numa série de coisas que são ditas a partir de uma deturpação completa da revelação de Deus Nosso Senhor e de sua Igreja. Cada organização tem sua finalidade, que deve sempre ser respeitada. Assim também a Igreja, que possui uma doutrina tradicional, uma disciplina e uma hierarquia. O programa “Um Tal Jesus” não respeita nada disso — simplesmente, semeia pouco trigo e muita cizânia. O pouco trigo de seu roteiro deve ter iludido a censura da cúria de Munique em cuja sombra o programa foi tramado, sem que se avaliasse a extensão da deturpação ali contida.

VEJA — O senhor pode dar um exemplo concreto de deturpação da doutrina da Igreja?

DOM AGNELO — Uma das fitas põe em dúvida a virgindade de Nossa Senhora. Isso é um horror. É ponto fundamental para a Igreja que Jesus Cristo não

tem pai, mas tem mãe, e que a maternidade de Nossa Senhora é obra do Espírito Santo. Uma outra fita apresenta Cristo como um revolucionário fracassado. Um Cristo revolucionário, que pode ter boas intenções mas é um fracassado, evidentemente não corresponde à realidade de um Cristo ressuscitado que venceu a morte e o ódio, e ensina o amor e a fraternidade entre os homens.

Ninguém batizará a práxis marxista

VEJA — *O que diz a fita sobre a virgindade de Nossa Senhora?*

DOM AGNELO — Algo tão blasfemo que nem tenho coragem de repetir. Eles falam aquilo de uma maneira tão indigna que me repugna. Eu não falaria aquilo de uma irmã, muito menos de minha mãe, Nossa Senhora. E olhe que na bibliografia das fitas estão citados os teólogos brasileiros Hugo Assman e Boff, parece-me que Leonardo Boff. Tomei a iniciativa de telefonar, em São Paulo, a Assman, pois o sabia interessado, e ele me disse que foi envolvido na questão contra sua vontade. É a palavra dele e a aceito até que seja provado o contrário. Mas os nomes dos dois teólogos estão lá.

VEJA — *Que resultados o senhor espera de sua denúncia?*

DOM AGNELO — Quando arcebispo de São Paulo, promovi uma campanha de prevenção contra os tóxicos, no Instituto Social do Morumbi. Evidentemente, não consegui evitar que os tóxicos se difundissem em São Paulo mas preveni pais, professores, responsáveis pela juventude, e creio que alguns jovens se salvaram e algumas famílias saíram ganhando graças a esse trabalho de prevenção. Estou fazendo agora, a mesma coisa. Li outro dia que a CNBB está preocupada com minha denúncia. Isso é bom.

VEJA — *O senhor é um conservador?*

DOM AGNELO — Graças a Deus, sou não apenas um conservador mas um defensor do tesouro confiado à Igreja pela revelação de Jesus Cristo. E não troco isso, de forma alguma, por quinquilharias humanas — mesmo quando apresentadas com pomposos nomes, forte publicidade e promessas de altos juro. Não sou, porém, um homem apegado ao passado, que não descobre os sinais de nossos tempos. Portanto sou também progressista, para usar uma expressão da

moda. Mas um progressista no bom sentido, que não necessita de "reinterpretações" e "releituras", que sabe aplicar aos lugares e tempos, da mais adequada forma atual, tanto evangélica, cultural como pastoralmente, a missão e a doutrina tradicional da Igreja. Não posso ser partidário desse progressismo que substitui a salvação integral pela libertação política, que leva à escravidão ideológica, que converte a Igreja de Cristo numa miserável organização humana, que relativiza a verdade e a justiça, que marcha inexoravelmente segundo os ditames — e aqui vamos ser bem claros — da práxis marxista.

VEJA — *Qual desses rótulos melhor se aplica aos bispos brasileiros?*

DOM AGNELO — Não quero julgar meus irmãos. E, além disso, vivo em Roma, longe deles.

VEJA — *Mas os bispos brasileiros, em sua esmagadora maioria, apóiam as comunidades de base.*

DOM AGNELO — As verdadeiras comunidades de base e a genuína, evangélica, "opção pelos pobres", como se diz aqui na América Latina, constituem toda a história das missões da Igreja. Processam-se sempre dentro da doutrina, da disciplina e da espiritualidade cristãs. E, como tal, devem ser apoiadas pelos bispos.

VEJA — *O senhor se arrepende de ter criado a primeira comunidade de base do Brasil?*

DOM AGNELO — Não podemos arrepende-nos das coisas boas. Devemos é tomar precauções para não incorrer no mal. É a mesma coisa que um pai e seu filho. O pai deve educar o filho. Mas, se o filho não corresponde a essa educação, paciência. O pai não pode arrepende-se de havê-lo colocado no mundo. Pode é lamentar os erros de sua caminhada e deve procurar orientá-lo.

VEJA — *Podemos esperar, agora, uma desaceleração no trabalho de criação de novas comunidades de base?*

DOM AGNELO — Depois de minha denúncia, espero uma purificação. E prevejo uma maior vitalidade das comunidades de base porque, se elas executarem verdadeiramente o programa que a Igreja espera delas, serão uma prova da vitalidade da própria Igreja. Evidentemente, se vierem a se tornar apenas células de contestação política, terão a mesma sorte das outras instituições humanas. Só lamento que algumas comunidades de base, felizmente ainda uma mi-

norria, dediquem tão pouco tempo à adoração do Senhor.

VEJA — *Qual a influência da política dentro da Igreja no Brasil?*

DOM AGNELO — Estou há dez anos em Roma e não me sinto no direito de particularizar um assunto como esse. Prefiro falar de modo amplo. Mas acho que a introdução da política, tanto nas comunidades de base como na Igreja, significaria uma destruição. Se quiserem fazer política, que façam comunidades políticas e uma igreja, com i minúsculo, política. Não usem o termo, o rótulo de eclesial, que soa falso para quem faz política. A política divide, a religião une. Política é política, religião é religião. Os católicos, os cristãos, têm o dever de praticar suas virtudes cívicas e de ter sua opção política, quando ela não contraria os princípios da religião. Por exemplo: o católico jamais poderia militar em um partido marxista. Façam o que quiser, mas nenhum santo batizará a práxis marxista. A religião como tal e as organizações religiosas não podem ser políticas de p minúsculo e, sobretudo, fazer política partidária. A Igreja deve estar sempre fora e acima das competições partidárias. Diria ainda que esse tipo de política partidária é uma espécie de tiririca que impede a frutificação dos outros bens da Terra.

São os frutos de uma teologia errada

VEJA — *Mas os que misturam política e fé alegam ser impossível desvincular o trabalho social da Igreja da política...*

DOM AGNELO — Outra calamidade dos dias de hoje são os termos equivocados. O papa Pio XI dizia que a Igreja deve fazer política com P maiúsculo, aquela política que visa ao bem da comunidade. A Igreja deve se empenhar com todos os esforços, da melhor maneira possível, para o bem do homem, em sua missão religiosa. Mas fazer política com p minúsculo é vedado à Igreja. O bispo ou o padre que fizer esse tipo de política não está trabalhando em nome da Igreja, não pertence à Igreja. Bispos e padres devem orientar o povo para que ele tenha suas posições políticas, mas por conta própria, por livre escolha. A Igreja ensina a pescar mas quem deve pescar é o homem, o fiel. A formação da consciência é obrigação da Igreja. Ela deve formar os homens para que sejam bem orientados, para

exercer seus deveres políticos. Os pais de João estão interessados em que seu filho se case bem, mas não podem obrigá-lo a se casar com Joana...

VEJA — *Alguns bispos brasileiros sustentam que o povo — e não a Igreja institucional, hierárquica — é que recebe a revelação de Deus e junto dele é que se detectaria aquilo que Deus quer, e agora.*

DOM AGNELO — Esse é mais um dos frutos de uma teologia errada, que só conhece o primeiro capítulo da "Lumen Gentium", a constituição do Concílio Vaticano II sobre a Igreja. A Igreja falou ali do "povo de Deus", mas no povo de Deus há distinções. Há o ministério comum e o ministério hierárquico. Há os que dirigem e os que são dirigidos. Isso foi assim desde Cristo e há de continuar assim até o fim dos tempos. Existem diversos espaços na Igreja: o dos bispos, o dos sacerdotes, o dos religiosos, o dos leigos. Cada qual deve cumprir com seu dever mas sem intromissão nos deveres dos outros. É errado que um leigo queira mandar na hierarquia da Igreja. Mas é também errado que a hierarquia da Igreja queira mandar num leigo. Cada um deve ficar em seu lugar. Essa Igreja com a preocupação com a política, com o social, é que está querendo subverter tudo isso.

Povo é uma palavra muito explorada

VEJA — *Essa preocupação vai conseguir "deslocar o centro da Igreja para o povo", como afirmam seus partidários?*

DOM AGNELO — Não, isso passa. Essa Igreja "popular", como alguns a chamam, não é a Igreja que Cristo estabeleceu. E, no fundo, o que essa igreja quer é controlar o povo e levá-lo a outra direção — e vamos outra vez ser bem claros: ela quer levá-lo na direção da prática marxista. Além disso, convém lembrar que uma das palavras mais exploradas hoje em dia, inclusive dentro da Igreja, é "povo". Às vezes, um grupinho se arvora o direito de ser povo.

VEJA — *Quando o senhor se refere a "essa teologia errada" está falando da Teologia da Libertação?*

DOM AGNELO — Teologia da Libertação é outro termo equívoco. Tem alguma coisa nela, admito, que pode ser aplicada no bom sentido. Mas, infelizmen-

te, ela está sendo deturpada com mais frequência. Seu sentido é uma "libertação" política, ideológica e, conseqüentemente, em grande parte ela torce a doutrina da Igreja. Seus teólogos apresentam o Cristo homem, enfatizando mais o aspecto social da vida do homem. O aspecto social é importante. Mas, para nós, religiosos, não pode ser o mais importante.

VEJA — *Seus teólogos dizem que estão "reinventando" a Igreja...*

DOM AGNELO — O papel dos teólogos é tratar bem a palavra de Deus, ouvi-la, respeitá-la e ver como podem aplicá-la de acordo com a luz do Evangelho. Não devem trocar a Teologia pela Antropologia. Quando fazem isso é que caem no erro de apresentar Cristo apenas como simples homem e não como salvador da humanidade. Frequentemente, os teólogos de hoje — por coincidência os mais citados — se esquecem de que devem cuidar de Deus e ficam aí a falar mais de direitos humanos que de direitos divinos. Ora, os direitos humanos não existem **contra** os direitos divinos. À luz de Deus, esses teólogos estão no caminho errado. Eles devem é ouvir a palavra de Deus, o magistério da Igreja e aplicá-los às diversas circunstâncias. Só isso.

VEJA — *O governo brasileiro diz que suas dificuldades de diálogo com a Igreja surgem quando bispos, padres e teólogos se metem a fazer política.*

DOM AGNELO — A Igreja e o governo têm a obrigação de se entender. Temos o dever de trabalhar pelo mesmo fim, que é o bem do povo. No Brasil, particularmente, a Igreja deve prestar-se ao diálogo e à colaboração com as autoridades, a fim de que se resolvam os ingentes problemas do povo brasileiro porque aqui não temos uma simples nação, mas um continente. Nas outras nações, igualmente, temos de nos unir, enquanto Igreja, em torno da bandeira nacional. Mas Igreja e governo têm campos diferentes de atuação. É Cristo Nosso Senhor que diz: "Dai a César o que é de César, a Deus o que é de Deus". Isso não exclui, é claro, o entendimento. Que existam dificuldades e problemas, eis aí a coisa mais normal do mundo. Até duas pessoas que se casam e se amam têm problemas. Mas esses problemas se resolvem e não devem ser complicados por caprichos.

VEJA — *Em que lugares a Igreja tem mais problemas com o governo?*

DOM AGNELO — Temos dificuldades

em todo o mundo, ora aqui, ora ali. Brasil, às vezes se fazem tempestades de pequenos problemas. Em agosto irei à Malásia, onde até recentemente havia uma situação tão difícil que o bispo de Kuching não podia ficar mais de quinze dias em sua diocese: devia sair de lá e depois de um mês pedir novamente licença para permanecer outros quinze dias no país. Agora a situação mudou e, em agosto, vou celebrar em Kuching o primeiro centenário da evangelização da Malásia. As dificuldades, mais cedo ou mais tarde, acabam passando. Temos uma coisa extraordinária que são homens dispostos a dar a vida por Cristo.

Há coisas bem piores em outros países

VEJA — *Se na Ásia ou na África fosse adotado um Estatuto dos Estrangeiros, semelhante ao que existe no Brasil, o senhor teria mais problemas?*

DOM AGNELO — Aqui no Brasil se fala muito no Estatuto dos Estrangeiros. Mas temos coisa muito pior em outros países. Na Indonésia, não deixam entrar nenhum religioso estrangeiro. Na Birmânia, expulsaram todos os missionários mas, graças a Deus, começaram a surgir vocações locais. Deus se serve dessas coisas para nos provar.

VEJA — *O que o levou a visitar o presidente Figueiredo na semana passada?*

DOM AGNELO — O fato de eu reconhecer-lo como a autoridade máxima de meu país. Aliás, tive excelentes relações com o presidente Castello Branco. Mesmo depois que deixou a Presidência ele me visitou mais de uma vez. Era um homem sincero, firmemente empenhado em trabalhar pelo bem do Brasil. O presidente Geisel também. Visitei-o pela primeira vez em 1974. Geisel é um homem de grande firmeza moral. Todos esses homens são criticados por coisas pequenas e nos esquecemos dos grandes benefícios que eles nos trouxeram.

VEJA — *O que tem pesado mais na crescente aceitação do catolicismo: a verdade do cristianismo ou o carisma do papa?*

DOM AGNELO — O carisma de João Paulo II tem muito a ver com isso, mas num momento inicial. Depois, vem o interesse pela Igreja da qual o papa é o chefe. Se aquele terrorista tivesse conseguido matar João Paulo II, a humanidade é que perderia mais. O papa representa a humanidade. ●

ANEXO B – CONVOCAÇÃO AO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO LUIS GONZAGA

CAROS COMPANHEIROS,

Cada dia que passa, alguém está morrendo assassinado por fazendeiros... são nossos companheiros que morrem lutando por justiça! As autoridades não se preocupam em punir esses crimes, é claro!!! As próprias autoridades são que mandam matar e têm a sua favor todas as forças armadas, gente do nosso próprio povo é cão de guarda do governo. Mas a luta continua, não é que a morte vai intimidar nossa caminhada, vamos brigar por dias melhores, por terra PARA TODOS, POR DIGNIDADE DE VIDA e POR JUSTIÇA.

O sangue de cada companheiro que morre, fortalece a nossa luta pela libertação. Queremos liberdade e respeito, e vamos lutar por isso. CRISTO QUE TEM MUITO MAIS PODER que nós, quando veio ao mundo morreu crucificado, o seu sangue jorrou sobre a terra, o mundo inteiro câamou o seu nome porque ele era bom, lutou contra as injustiças e pela libertação dos pobres. DEVEMOS DAR CONTINUIDADE a luta que JESUS deu início.

Caros companheiros, é triste e doloroso o que vemos acontecer, no dia a dia com os nossos companheiros de luta, eles estão sendo perseguidos, assassinados, mortos.

O nosso país está quase administrado pela UDR, daí então o porque de tantas mortes e nenhuma punição. Está explicado. O governo mata e ele mesmo põe um pano morno na questão. Num país cheio de injustiças o crime só é crime, quando um pobre mata um rico ou... desrespeitou a lei. Várias mortes mostram o que estou falando.... Um exemplo é a morte do companheiro JOSÉ ROCHA, delegado sindical, que foi assassinado na noite do trabalhador rural deste ano. Dormindo em sua casa, foi atirado por um pistoleiro.

QUEREMOS JUSTIÇA!

Já chega de tanto sofrer, já chega de tanto esperar, a luta vai ser tão difícil, na lei ou na marra nós vamos ganhar!

JOSÉ MARIA, PRESIDENTE do Sindicato dos trabalhadores
Rurais de São Luis Gonzaga/MA *Vité*

CONTINUAÇÃO DO DOCUMENTO DO ANEXO B

POR ISSO convidamos você e sua família para uma caminhada de solidariedade ao nosso companheiro José Rocha que tombou na luta pela Reforma Agrária. A caminhada será no dia 28 de agosto de 1989, iniciando às 6,00 hs da manhã na casa do Sr. José Rocha na Córbebe - passando pelo Cemitério, NOVA VIDA, terminando com ato público em São Luis Gonzaga. A caminhada é de 2 léguas, POR ISSO NÃO ESQUEÇA chapéu, cabaça com água e um frito para merenda.

José Rocha derramou o seu sangue para que muitos tenham vida. MAS NÃO SERÁ EM VÃO, por isso vamos nos reunir todos naquele dia, nos DAR AS MÃOS e dizer com firmeza que a luta continua!!

ESPERAMOS POR VOCÊS!

José Maria, Presidente do
Sindicato dos trabalhadores
Rurais de São Luis Gonzaga.

ANEXO C - ATA DE REUNIÃO - 1986

REUNIÃO PREPARATÓRIA DA
1.ª ROMARIA DA TERRA 86

01. A reunião preparatória da 1.ª Romaria da Terra aconteceu em Bacabal, no Centro de Formação de Líderes, na manhã do dia 18 de março, com a participação do Frei Godofredo (assessor da ACR), Padre Gianluigi Zuffellatto (coordenador da CPT), irmã Carolina (representante CEB's/Diocese de Coxias), Chico Amancio (representante da Diocese de Cororá) e Francisco Conceição (Jornal Tempos Novos).

02. Para essa reunião foram convidado(s): Escritório Regional das Círculas Brasileiras, Comissão Justiça e Paz, Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Ação Católica Rural (ACR), o pároco de Vargem Grande (Padre Manede), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Tempos Novos, e as dioceses de Bacabal, Coxias, Cororá e São Luís. Mesmo com ausência de vários convidados, decidiu-se iniciar a preparação da Romaria da Terra.

03. O coordenador da CPT lembrou aos participantes os objetivos da reunião e o que já começava a ser esboçado. Durante o encontro, os representantes foram expondo o que as comissões pastorais, movimentos e dioceses estavam pensando sobre a questão. De modo geral constatou-se que todos apoiam a iniciativa e que a maioria acha conveniente firmar o caráter eclesial da 1.ª Romaria.

04. Decidiu-se o tema central. Será o mesmo da Campanha da Fraternidade - 86: TERRA DE DEUS, TERRA DE IRMÃOS! A Romaria acontecerá no dia 15 de setembro, no dia de Nossa Senhora das Dores. O local escolhido foi Vargem Grande, terra de São Raimundo dos Molundus e centro de romaria. A 1.ª Romaria da Terra começará às 07 horas em Polica e desaguará em Vargem Grande. Haverá missa à tarde.

05. Duas observações: Primeiro, Vargem Grande foi escolhida para ser o local da Romaria por conter, com infra-estrutura, ser tradicionalmente um centro deromeiros e ter uma história que se identifica com a luta e o sofrimento do povo trabalhador. Segundo, a romaria acontecerá no dia seguinte ao encerramento da Assembleia Estadual dos Lavradores, organizada anualmente pela CPT.

06. De Polica para o centro de Vargem Grande é uma légua. No caminho haverá algumas paradas para a reflexão. Ao chegar no centro de Vargem Grande acha-se importante que se faça um gesto, tal como plantar uma árvore, soltar uma pomba, que possa ser renovado anualmente e signifique esperança, disposição de luta, desejo de paz, justiça... Nessa hora alguém faria um comentário.

(2/5/86 v.6.) 07. Frei Godofredo junto com a equipe da ACR ficou encarregado de preparar uma proposta de celebração eucarística. Pedro Amancio, que participará de uma reunião em preparação à Assembleia Estadual dos Lavradores, entre 04 e 05 de abril, em São Luís, discutirá com os participantes como deve ser a romaria. Nessa reunião participarão representantes de todas as dioceses. Irmã Carolina fará o mesmo entre as Comunidades Eclesiais de Base.

08. A romaria e a celebração eucarística deverão ser organizadas de uma forma que cada diocese fique responsável pela preparação de uma parte. Deverá, assim, ser enviada uma circular a todas as dioceses, comissões pastorais e movimentos informando desta reunião e solicitando sugestões. De antemão, todo

ANEXO D CONVITE DE D. PASCÁSIO PARA II ROMARIA DA TERRA

O Bispo de Bacabal convida

Queridas Irmãs e Irmãos do Estado do Maranhão, paz e bem.

Como posso ver esse povo de Deus, de modo especial irmãos lavradores que amo tanto, desaparecer vitimado pela Injustiça, Tortura, Expulsão de Terra, Mortes e Crimes? — Cada Lavrador e Irmão deve ser uma trombeta na imprensa e em toda parte, gritando com toda força, pedindo socorro para o grande naufrágio do Povo de Deus do Maranhão. Pode ser que os governos que têm o dever de salvar o Estado nas calamidades públicas, despertem com vosso clamor e não queiram passar por assassinos, deixando caprichosamente morrer milhares de lavradores que podiam salvar. Foi com palavras semelhantes que Padre Cícero convidou o povo do Ceará e do Nordeste para lutar contra a seca que atoementa até hoje o povo sertanejo. Pior, talvez, que o flagelo da seca é p para os nossos irmãos lavradores o flagelo da Falta de Terra e desprezo da palavra do Papa João Paulo IIo. "A REFORMA AGRÁRIA NÃO PODE FALHAR".

Movido por tudo isso, a Diocese de Bacabal se sente feliz e honrada de convidar o Povo de Deus do Maranhão para a IIa. ROMARIA DA TERRA no dia 12 de setembro. Nas diversas regiões do Brasil se fazem Romarias da Terra em lugares tradicionais, como Canindé: há outras também em locais de assentamento ou de luta do passado e do presente, como haverá em Bacabal.

Dizem às vezes: "A gente vai em Romaria para um lugar santo". A Romaria não é uma passeata. É uma procissão. É preciso que seja sempre para um santuário. A gente então se sente lutando mais perto de Deus.

Desde o tempo da Bíblia o povo de Deus juntava suas lutas e suas preocupações nas Romarias anuais para o Templo de Jerusalém. O próprio Jesus fez isto durante toda a vida dele. Mas é preciso acrescentar que Jesus relativizou o Templo como lugar santo e revelou Sua Pessoa Como o Novo Templo, o único lugar de encontro e comunhão entre Deus e os Homens Neste sentido, nós cristãos não temos mais templos. Temos Igrejas, isto é, lugares de reunião dos fiéis. São Paulo escreveu: "Vocês são o santuário de Deus" (1 Cor. 3) - Então por isso temos razão quando fazemos uma Romaria de Terra, valorizando, não, um centro de romaria, e sim, a Caminhada e a Luta dos Lavradores — Nesta Romaria da Terra vamos rezar com os pés da Caminhada, as mãos, os Joelhos, todo o corpo. Haverá momentos durante a Romaria em que possamos nos reconhecer melhor no nosso próprio modo de rezar, modo mais livre do que faz a liturgia romana. Depois deste momento de oração, é também importante a refeição partilhada. É uma coisa já bem valorizada nas Romarias de Terra.

É preciso frisar que o ponto alto da nossa Romaria de Terra será a Celebração Eucarística.

"REFORMA AGRÁRIA: QUEM PRECISA FAZ" é o grito da Romaria de Terra deste ano. Confiando em vocês, meus irmãos, espero que milhares de sofridos lavradores maranhenses, de corajosas mulheres e jovens do campo participem desta caminhada para

ANEXO E - COMUNICADO

Bacabal, 26 de outubro de 1977

Prezados agentes de Pastoral !

Espero encontrá-los todos no entusiasmo da luta pela verdade, pela justiça, pela união fraterna.

COMUNICADOS:

1. Ação Discriminatória de Terras:

Devo ao conhecimento de todos que o Estado do Maranhão esta promovendo uma AÇÃO DISCRIMINATÓRIA DAS TERRAS.

Peço que levem este comunicado ao conhecimento de todos os agricultores a fim de que possam tomar as devidas providências em tempo, isto é, apresentar a documentação necessária no prazo de 60 dias após a segunda publicação. (veja Diário da Justiça)

Já houve publicação no Diário da Justiça a respeito de L. do Jungo, L. da Pedra, Altamira e Paulo Ramos.

Qualquer esclarecimento pode ser fornecido pelos padres de Lago da Pedra ou por D. Pascásio.

2. ENCONTRO Conselho Pastoral Diocesano:

Lembramos aos componentes do C. P. D. que o próximo encontro se realizará no dia 09 de novembro de 1977, às 9,00 horas na Porta Aberta. Favor lembrar os leigos que dele fazem parte.

Vosso irmão em Cristo,



Fr. Pascásio Rettel
+ Fr. Pascásio Rettel - ofm.

ANEXO F - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

AO BATISTA MACEDO SANDES
- ADVOGADO -
/MA. 563 - C. P. F. - M. F. 000.552.123/87

CR\$. 160.000,00

Recebemos, nesta data, do FREI HERIBERTO REMBECKI, Vigário da Paróquia de Lago da Pedra, neste Estado, a importância de CR\$. 160.000,00 (CIENTO E ~~SESENTA~~ SESENTA MIL CRUZEIROS), como pagamento de honorários profissionais na preparação e encaminhamento de 349 (trezentos e quarenta e nove) pedidos de Carta de Anuência em favor de ocupantes de terras devolutas do Estado do Maranhão, situadas nos municípios de Lago da Pedra e Paulo Ramos, cujas terras se encontram em processo discriminatório, na Comarca de Vitorino Freire - Ma. Damos quitação da referida importância.

São Luís - Ma., em 29/OUTUBRO/1979.


JOÃO BATISTA MACEDO SANDES

- Advogado -